

ALISSON COELHO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRÍTICA DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

Dispositivos críticos na esfera pública em rede

SÃO LEOPOLDO  
2019

Alisson Coelho

## A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRÍTICA DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS

Dispositivos críticos na esfera pública em rede

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco

SÃO LEOPOLDO  
2019

*À Agatha, com carinho.*

C672c

Coelho, Alisson.

A construção social da crítica das práticas jornalísticas: dispositivos críticos na esfera pública em rede / Alisson Coelho. – 2019.

218 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2019.

“Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco.”

1. Jornalismo. 2. Crítica das práticas jornalísticas. 3. Redes sociais. 4. Mídia - crítica. 5. Sociedade de informação. I. Título.

CDU 070(81)

DIÔNATAS ÁLISSON COELHO

DISPOSITIVOS CRÍTICOS NA ESFERA PÚBLICA EM REDE A CONSTRUÇÃO  
SOCIAL DA CRÍTICA DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NO CONTEXTO  
BRASILEIRO

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor, pelo Programa  
de Pós-Graduação em Ciências da  
Comunicação da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos - UNISINOS.

APROVADO EM 12 DE ABRIL DE 2019.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. MARCOS PAULO DA SILVA - UFMS

\_\_\_\_\_  
PROF. DR. MARCELO RUSCHEL TRÄSEL – UFRGS

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. MARCOS EMILIO SANTUARIO - FEEVALE

  
\_\_\_\_\_  
PROF. DR. JOSÉ LUIZ WARREN JARDIM GOMES BRAGA - UNISINOS

  
\_\_\_\_\_  
PROFA. DRA. BEATRIZ ALCARAZ MAROCCO - UNISINOS

## AGRADECIMENTOS

Para que alguém como eu chegue ao doutorado é necessário que um tanto de gente se importe e se envolva. Importar-se. Sou privilegiado porque ao longo da vida um tanto de pessoas se importou. Isto posto, quebro o protocolo e utilizo esse como o espaço que me resta para render algumas homenagens e lembrar de algumas personagens da minha história. Sem dúvida serei injusto, mas se o for, terei minimizado a injustiça de não citar nenhuma dessas pessoas.

Antes de qualquer outra pessoa, agradeço à minha mãe, que nos deixou tão cedo, ainda no início do percurso desse doutorado. Não passa um único dia sem que eu pense nela. Ao meu pai, exemplo e fonte de carinho, meu muito obrigado. A ambos devo o caráter, a ética e a busca constante por ser justo. Somam-se a eles minhas irmãs e os meus sobrinhos.

Da base que tive em casa foram acrescentadas as lições de tantos mestres. Se completo um doutorado, o faço porque um dia fui apresentado ao mundo dos livros. À professora Edi, bibliotecária da minha escola Machado de Assis da infância, meu eterno agradecimento. Não a vejo há mais de duas décadas, mas a marca de seu ensino carrego comigo.

Desde que a professora Edi me apresentou a biblioteca da escola, e me mostrou um mundo tão vasto quanto a minha capacidade de devorar livros, aquelas estantes foram meu mundo. Aquela pequena biblioteca, que na época parecia tão imensa, mudou para sempre a minha vida.

Em nome dessa professora tão querida homenageio os mestres que me acolheram no ensino público que recebi até a maioridade. Tantos me receberam, tantos me ensinaram, tantos se interessaram pelo menino que fui. Lembro ainda, com carinho, dos professores e hoje amigos, Fábio e Rosane. A vocês meu muito obrigado.

Saí da escola apaixonado pelas letras e sonhando ser jornalista. Com nenhum dinheiro e sem saber como seria o que sonhava. Ainda no Ensino Médio havia estagiado com um senhor já de certa idade, Seu Walmor, que

incutiu e mim a fixação pelo estudo. Dizia ele que desde que entrou na escola não passara um dia sem estudar. Levo essa lição comigo e sigo esse exemplo.

Ainda no Exército fui encontrando pessoas que se interessavam. O tenente que me liberou de um importante exercício de campo para que eu pudesse prestar o Enem. Ao tenente Tavares expliquei que aquela era a chance de ser jornalista. Ele se importou.

Também o Estado brasileiro se importou. E assim me formei jornalista em uma universidade privada, a Universidade Feevale, tendo esse mesmo Estado custeado a minha formação a partir do ProUni. Durante essa formação fui encontrando mestres, como o professor Santuario, que se tornou um amigo e me levou para trabalhar em um dos principais jornais do Rio Grande do Sul.

E na vida profissional fui encontrando pessoas que por um motivo ou outro se importaram. Ana e José Eduardo De Zotti, Marta Araújo e tantos outros que foram me dando oportunidades, conselhos e a mão quando precisei. E assim fui me tornando o jornalista que sou até que a Academia voltou à minha vida.

Meu carinho pelo PPG de Comunicação da Unisinos, seus professores, estudantes e funcionários que me abraçaram por seis anos, do Mestrado ao Doutorado. Especialmente aos professores Christa Berger, minha orientadora de Mestrado, à professora Beatriz Marocco, que esteve comigo no doutorado, aos demais professores da Linha 2, e ao professor José Luiz Braga pelo estímulo, debate e ensinamentos. E, mais uma vez, às políticas públicas que me proporcionaram completar um doutorado tendo bolsa de estudos em todos os níveis.

Nessa caminhada, nos últimos 13 anos, uma pessoa fundamental na minha história tem me acompanhado. À minha companheira, Agatha, dedico essa pesquisa e rendo o meu mais profundo agradecimento. Pelo amor, companheirismo e parceria de todas as horas, obrigado.

Além de todos esses nomes citados, somam-se ainda meus amigos, sempre próximos, sempre disponíveis. Aos meus alunos e colegas na vida de professor na Universidade Feevale, meu carinho e lembrança. E a cada um que me estendeu sua mão, citado aqui ou não, meu muito obrigado. Obrigado por se importar.

*A liberdade, que é uma conquista e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.*

*Paulo Freire*



## RESUMO

Esta tese se dedica a uma análise das manifestações de crítica ao jornalismo brasileiro realizadas em rede. A pesquisa parte da identificação de diferentes dispositivos críticos engendrados pela sociedade para em seguida entender as estratégias mobilizadas pelos atores sociais para questionar as construções de realidade oriundas do jornalismo. Os dispositivos foram mapeados a partir do estudo de cinco casos de grande repercussão na imprensa brasileira nos quais o jornalismo foi fortemente criticado pelos participantes em rede. Mapeados os dispositivos, passamos a uma análise das dinâmicas que se dão no interior de cada um deles para, por fim, perceber os pontos de contato existentes entre os dispositivos críticos. Nossa base teórica parte da busca por entender essa nova esfera pública conectada e as dinâmicas realizadas pela sociedade em rede. Em seguida analisamos as manifestações que se dão nessa ambiência no aprofundamento no entendimento do que são dispositivos, para então, discutir crítica e dispositivos de crítica. Conclui-se no estudo que a crítica das práticas jornalísticas é uma construção social, que se vale de aportes de pelo menos cinco dispositivos principais socialmente elaborados. Chamamos esses cinco dispositivos de comentário social crítico, crítica polêmico-profissional eventual, crítica acadêmica, crítica profissional e o ombudsman. As críticas construídas em cada dispositivo são estrategicamente circuladas por outros dispositivos, em um fluxo crítico constante e sistêmico que gera trocas entre participantes distintos. O resultado dessas articulações passamos a entender como a construção social da crítica das práticas jornalísticas.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Crítica das práticas jornalísticas. Sociedade em rede. Dispositivos críticos. Crítica de mídia.

## ABSTRACT

This thesis is dedicated to an analysis of manifestations of criticism to Brazilian journalism carried out in a network. The research starts from the identification of different critical apparatus engendered by society and then to understand the strategies mobilized by the social actors to question the constructions of reality coming from journalism. The apparatus were mapped from the study of five cases of great repercussion in the Brazilian press in which journalism was strongly criticized by network participants. Mapping the apparatus, we proceed to an analysis of the dynamics that occur within each of them to finally perceive the points of contact between the critical devices. Our theoretical basis is based on the quest to understand this new networked public sphere and the dynamics realized by the network society. Then we analyze the manifestations that occur in this environment in the deepening in the understanding of what are apparatus, for then, to discuss criticism and devices of criticism. It is concluded in the study that the criticism of the journalistic practices is a social construction, that uses of contributions of at least five main socially elaborated apparatus.

We call these five apparatus critical social commentary, occasional controversial professional critique, academic criticism, professional criticism, and the ombudsman. The criticisms built into each device are strategically circulated by other apparatus, in a constant and systemic critical flow that generates exchanges between different participants. The result of these articulations we come to understand as the social construction of the criticism of journalistic practices.

**Keywords:** Journalism. Critique of journalistic practices. Networked society. Critical apparatus. Media Criticism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ranking de circulação dos principais jornais do Brasil .....	19
Figura 2 - Ranking dos principais programas de televisão mais assistidos do Brasil.....	20
Figura 3 - Vídeo postado na página do Jornal Nacional .....	30
Figura 4 - Texto publicado nas páginas online e impressa do jornal Folha de S. Paulo em 24 de maio .....	32
Figura 5 - Texto publicado nas páginas online e impressa do jornal Folha de S. Paulo em 25 de maio .....	34
Figura 6 - Capa do jornal Folha de S. Paulo em 17 de julho de 2016 .....	55
Figura 7 - Reportagem publicada no site The Intercept em 20 de julho de 2016 .....	57
Figura 8 - Coluna da ombudsman do jornal Folha de S. Paulo publicada em 24 de julho de 2016 .....	58
Figura 9 - Postagem na página do Jornal Nacional no Facebook no dia 28 de abril de 2017.....	89
Figura 10 - Capa da revista Veja publicada no dia 5 de maio de 2017.....	112
Figura 11 - Texto publicado no site Senso Incomum no dia 10 de maio de 2017 .....	114
Figura 12 - Capa do jornal Folha de S. Paulo do dia 18 de outubro de 2018 .	142
Figura 13 - Reprodução do vídeo postado na fanpage do Jornal Nacional no Facebook no dia 18 de outubro de 2018.....	144
Figura 14 - Comentário publicado no site O Antagonista no dia 19 de outubro de 2018 .....	147
Figura 15 - Esquema para pensar a construção social da crítica das práticas jornalísticas .....	161
Figura 16 - Nuvem de palavras oriunda dos comentários realizados na postagem do Facebook da Folha de S. Paulo com a reportagem de capa da edição de 17 de julho de 2016 .....	169

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1.1 Da estrutura da pesquisa</b> .....	<b>14</b>
<b>1.2 A construção do objeto de pesquisa</b> .....	<b>16</b>
<b>1.3 Ferramentas metodológicas</b> .....	<b>18</b>
1.3.1 Netnografia/Etnografia .....	22
1.3.2 Estudos de casos singulares.....	23
1.3.3 Análises dos casos.....	26
<b>2 CASO 1 – FOLHA VERSUS GLOBO</b> .....	<b>29</b>
<b>2.1 Considerações iniciais</b> .....	<b>35</b>
<b>3 ESFERA PÚBLICA EM CONSTANTE RECONFIGURAÇÃO</b> .....	<b>38</b>
<b>3.1 Breve percurso histórico</b> .....	<b>39</b>
3.1.1 A imprensa na esfera pública.....	41
3.1.2 A esfera pública na sociedade dos meios.....	43
<b>3.2 Esfera pública conectada</b> .....	<b>45</b>
3.2.1 Características da esfera pública em rede.....	49
<b>4 CASO 2 – O POVO VERSUS FOLHA DE S. PAULO</b> .....	<b>54</b>
<b>4.1 Análises iniciais do Caso Folha</b> .....	<b>59</b>
<b>5 CRÍTICA EM REDE, REDES DE CRÍTICAS</b> .....	<b>62</b>
<b>5.1 A formação das redes</b> .....	<b>63</b>
5.1.1 Redes críticas.....	66
<b>5.2 Sites, blogs e a evolução da web</b> .....	<b>70</b>
5.2.1 Sites de redes sociais .....	74
<b>5.3 Convergência e consumo crítico</b> .....	<b>77</b>
5.3.1 Bolhas e redes identitárias .....	82
<b>6 CASO 3: A GLOBO E A GREVE GERAL</b> .....	<b>86</b>
<b>6.1 Análises iniciais do caso Greve Geral</b> .....	<b>93</b>
<b>7 DISPOSITIVOS EM INTERAÇÃO</b> .....	<b>96</b>
<b>7.1 Agamben e Deleuze – O dispositivo na visada foucaultiana</b> .....	<b>97</b>
<b>7.2 Múltiplos dispositivos</b> .....	<b>101</b>
<b>7.3 Dispositivos interacionais</b> .....	<b>105</b>
7.3.1 Dispositivos de crítica.....	107
<b>8 CASO 4 – VEJA E OS SUPER-HERÓIS</b> .....	<b>111</b>

<b>8.1 O caso Veja e suas especificidades .....</b>	<b>115</b>
<b>9 CRÍTICAS, MOVIMENTOS CRÍTICOS E SENSO COMUM.....</b>	<b>118</b>
<b>9.1 Crítica – Multiplicidade e dependência de seu objeto .....</b>	<b>121</b>
9.1.1 Circulação responsiva .....	124
9.1.2 A importância de criticar o jornalismo .....	127
9.1.3 Múltiplas críticas .....	131
<b>9.2 Crítica social das práticas jornalísticas .....</b>	<b>134</b>
9.2.1 Panorama brasileiro – breve percurso histórico .....	136
<b>10 CASO 5 - O EMBATE ENTRE FOLHA E BOLSONARO.....</b>	<b>141</b>
<b>10.1 Esse jornal se acabou.....</b>	<b>148</b>
<b>10.2 Caixa dois não tem recibo .....</b>	<b>151</b>
<b>10.3 Análises preliminares .....</b>	<b>154</b>
<b>11 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRÍTICA DAS PRÁTICAS</b>	
<b>JORNALÍSTICAS.....</b>	<b>157</b>
<b>11.1 Dispositivos em funcionamento .....</b>	<b>158</b>
11.1.1 Dispositivos em rede .....	163
<b>11.2 Análise individualizada dos dispositivos .....</b>	<b>166</b>
11.2.1 Comentário social crítico .....	166
11.2.2 Crítica polêmico-profissional eventual.....	173
11.2.3 O ombudsman .....	177
11.3.4 Crítica acadêmica.....	180
11.3.5 Crítica profissional.....	182
<b>13 ESTRATÉGIAS E AÇÕES CRÍTICAS.....</b>	<b>185</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>199</b>
<b>ANEXO A – ENTREVISTA COM MAURÍCIO STYCKER .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXO B – ENTREVISTA COM A OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO,</b>	
<b>PAULA CESARINO COSTA.....</b>	<b>216</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As primeiras duas décadas do novo século, ainda inacabadas neste início de 2019, trouxeram consigo alterações profundas nas formas como as sociedades se organizam e trocam informações. Os fluxos comunicacionais e os papéis historicamente ocupados pelos participantes dos processos interacionais sofreram alterações significativas em um momento no qual a própria noção de sociabilidade entra em mutação.

As dinâmicas de trocas em uma esfera pública<sup>1</sup> até então fortemente baseada na grande empresa midiática, dominante ainda na década de 1990, são reestruturadas. A própria organização social começa a se estabelecer a partir de redes descentralizadas. A revolução tecnológica concentrada em tecnologias de informação e compartilhamento de dados remodela a base da sociedade em transformações que se dão em um ritmo acelerado (CASTELLS, 1999).

No que diz respeito ao jornalismo, suas práticas e mesmo o seu papel mediador na sociedade passam a ser tensionados pela nova ambiência que emerge da popularização da internet. Essas mudanças impactam as práticas jornalísticas em todos os seus momentos, trazendo um repensar de rotinas de produção, distribuição e de práticas de consumo dos conteúdos (PRIMO; TRÄSEL, 2006).

O cenário é considerado de crise para o jornalismo (RAMONET, 2012). O modelo de negócio que o sustentou no século passado tem se demonstrado ultrapassado. Demissões, encerramento de títulos tradicionais e dívidas passaram a fazer parte de um cotidiano conturbado para boa parte da mídia mundial.

No Brasil essa crise é exemplificada pelo Grupo Abril<sup>2</sup>. Em agosto de 2018 a empresa, uma das mais tradicionais da mídia brasileira e dona de títulos importantes como as revistas Veja e Exame, entrou com um pedido de

---

<sup>1</sup> Nossa discussão do conceito de Esfera Pública parte de Habermas (1984). Discutimos o conceito de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/grandes-empresas/noticia/7574966/qual-o-futuro-da-editora-abril-apos-a-recuperacao-judicial>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

recuperação judicial. Suas dívidas superavam, naquele momento, R\$ 1,6 bilhão e alguns de seus títulos foram encerrados gerando a demissão de centenas de profissionais.

As incertezas que começam pelo modelo de negócio passam pela produção de conteúdo. As redações ainda buscam o melhor modelo para um público que tem acesso, ele próprio, aos meios para produzir e repassar informações.

Com o público concentrando cada vez mais seu consumo noticioso nos sites de redes sociais, muitos veículos tradicionais buscam formas de atrair audiência. Enquanto alguns têm focado sua estratégia de distribuição nessas plataformas, o jornal Folha de S. Paulo<sup>3</sup> anunciou, em fevereiro de 2018, que deixaria de postar suas reportagens no Facebook, o site de rede social mais utilizado no país. Uma decisão que mostra o quanto o uso desses sites pelo jornalismo ainda não está bem definido. Essa decisão também afetará essa pesquisa, como veremos no item metodologia.

Dentre as alterações mais significativas geradas em torno do jornalismo, aqui nos interessa de forma particular o consumo realizado por essa sociedade estruturada a partir das redes digitais. Mais especificamente, nos interessa perceber os modos de fazer da crítica às práticas jornalísticas geradas por essas redes ao receber o que é produzido pelas redações.

Manifestações sobre o trabalho da mídia acompanham o jornalismo desde que ele se constituiu como importante elo de mediação da esfera pública, como lembra Marocco (2016). Uma atitude crítica (FOUCAULT, 1995) constante registrada das mais variadas formas. Da conversa na mesa de bar à crítica profissional publicada em um jornal, o jornalismo, desde que se constitui baseado no modelo empresarial das empresas de mídia, sempre foi pauta de debates na esfera pública.

A presença do jornalismo na esfera pública é historicamente marcada por se dar em dois momentos bastante distintos. No primeiro, atua como mediador privilegiado desse espaço de debates daquilo que interessa a muitos.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

Em um segundo momento, o jornalismo passa a ser, ele próprio, tema de debate dentro dessa esfera pública.

A mudança drástica registrada nos últimos anos a partir da revolução tecnológica, todavia, é a proliferação de manifestações sobre a mídia nos ambientes virtuais. As sucessivas reconfigurações dessa esfera pública que passa a se constituir a partir de múltiplas redes nos ambientes digitais levaram o jornalismo a buscar o seu lugar enquanto mediador do debate social nesses mesmos espaços, por um lado. Por outro, as redes se tornaram locais de questionamento dos produtos midiáticos, como podemos perceber nos casos que apresentaremos ao longo da pesquisa.

Disseminadas no caos das redes digitais, as falas sobre a mídia, e em especial sobre o jornalismo, ganharam em multiplicidade de atores (FERREIRA, 2012). Nesse ambiente as impressões sobre o produto midiático passaram a interagir para a construção de uma intensa atividade crítica que atingiu fortemente a credibilidade do jornalismo brasileiro. Se do ponto de vista teórico podemos discutir se podemos considerar essas falas sobre o trabalho das redações como crítica de mídia, é inegável que na prática essas impressões da sociedade sobre o jornalismo agem como crítica.

Esse tensionamento do jornalismo visto nos ambientes digitais se torna ainda mais contundente pelo contexto em que essa prática se manifesta. O momento brasileiro é de profundo descrédito da população com as instituições. Em sua 18ª edição, o estudo global Edelman Trust Barometer 2018<sup>4</sup> revela que os índices de confiança caíram em todas as instituições no Brasil entre a população. A desconfiança geral atinge em especial o governo, no qual apenas 18% dos brasileiros confia.

Realizada em 28 países a análise mostra que o Brasil está entre os seis países com quedas extremas de confiança, ao lado de Estados Unidos, Itália, África do Sul, Índia e Colômbia. A falta de credibilidade atinge diretamente a mídia. A confiança na imprensa caiu cinco pontos percentuais em relação à edição de 2017 da mesma pesquisa. O jornalismo brasileiro tem a confiança de menos da metade da população. Apenas 43% confiam na mídia.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://edelman.com.br/propriedades/trust-barometer-2018/>>. Acesso em: 28 dez. 2018.



Esse descrédito amplo no governo e na mídia é retratado na eleição de Jair Bolsonaro para ocupar a presidência do Brasil a partir de janeiro de 2019. A disputa eleitoral de 2018 foi marcada por um sentimento de revolta da população com as instituições estabelecidas, com os partidos e políticos tradicionais<sup>5</sup> e com o funcionamento do governo. É nesse cenário que o candidato do Partido Social Liberal (PSL), que representava a extrema direita, vence com certa folga o candidato do tradicional Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad.

A situação da mídia tradicional ao final das eleições de 2018 é particular. A campanha eleitoral foi um retrato do enfraquecimento dos meios de comunicação (grandes jornais, redes de televisão e rádio) como mediadores da esfera pública brasileira. O candidato eleito fez toda a sua campanha através das redes sociais digitais. Enquanto o candidato com maior tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, Geraldo Alckmin (PSDB), fez apenas 4,76% dos votos válidos no primeiro turno do pleito podendo se utilizar de 5 minutos e 32 segundos do espaço, Bolsonaro passou ao segundo turno tendo apenas 8 segundos de propaganda e recebendo 43,23% dos votos válidos.

Se durante a campanha o campo de discussão política foi a internet, no pós-eleições isso fica ainda mais claro. A primeira mensagem do presidente eleito foi veiculada pelas redes sociais, e só após isso um segundo pronunciamento foi realizado para as redes de televisão.

Gradualmente, Jair Bolsonaro tem transformado seus canais nas redes sociais digitais como fonte principal e direta da informação sobre o governo<sup>6</sup>. A busca parece ser por superar o jornalismo em seu papel mediador entre governantes e governados. Isso só tem sido possível, em parte, pelo forte

---

<sup>5</sup> Os resultados das eleições 2018 mostraram que políticos tradicionais e com longa participação na vida pública brasileira ficaram, em sua maioria pela primeira vez, sem mandato. A lista com os nomes desses políticos está disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/eleicoes/politicos-tradicionais-sao-varridos-nas-urnas-em-2018/>>. Acesso em: 28 dez. 2018. A informação parte da conta oficial do presidente da República no Twitter e pode ser vista em

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1058305858176729088>.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-centraliza-anuncios-no-twitter-e-desautoriza-informacoes-da-equipe/>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

abalo na credibilidade da mídia e pelo redirecionamento da esfera pública contemporânea para as redes sociais digitais.

### **1.1 Da estrutura da pesquisa**

As dinâmicas em rede nos ambientes digitais têm configurado e reconfigurado os processos de crítica ao jornalismo. Múltiplos atores interagem em suas falas sobre o jornalismo. Já não se trata de uma frase escrita no muro, de uma conversa na mesa de bar, ou de uma coluna em jornal questionando a mídia. Trata-se, agora, de uma intensa atividade crítica descentralizada com múltiplas afetações mútuas que nas particularidades de cada processo funcionam de forma conjunta na esfera pública.

Essas falas críticas da sociedade sobre o jornalismo são o tema central dessa pesquisa, desenvolvida do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A seguir delineamos a estrutura textual na qual apresentamos o levantamento de dados e a análise.

Ainda na introdução vamos refletir a constituição de seu objeto e do seu problema norteador. Em seguida estabelecemos os procedimentos metodológicos que norteiam a análise e passamos à discussão de seus eixos teóricos.

Na redação da pesquisa optamos por permear as discussões teóricas com casos empíricos e uma pequena análise de cada um deles, como podemos observar ainda no segundo capítulo no caso envolvendo a disputa envolvendo a Rede Globo e o jornal Folha de S. Paulo.

A construção teórica foi realizada durante o desenvolvimento da pesquisa, recebendo aportes e perguntas do empírico. A análise dos casos, apesar entremeados pelos capítulos teóricos, trazem em si todo o embasamento buscado.

O terceiro capítulo se dispõe a pensar a reconfiguração da esfera pública. É interessante observar que, ainda em 1962, Jürgen Habermas discutia a esfera pública para além de sua configuração. O título *Mudança estrutural da Esfera Pública* (1984) dá a ver uma característica desse espaço de discussão dos temas que interessam à sociedade: seu caráter mutável.

Inegavelmente a internet, e posteriormente a emergências das redes sociais digitais, alteraram profundamente a esfera pública. Essa evolução levou a termos como “esfera pública em rede” (MAIER; WALDHERR; MILTNER; JÄHNICHEN; PFETSCH, 2017) e esfera pública digital (LEMOS; LÉVY, 2010). Essa reconfiguração dos espaços públicos leva a pesquisa a uma análise que busca os movimentos de crítica ao jornalismo nos ambientes digitais.

O quarto capítulo apresenta o segundo caso selecionado para a pesquisa. “O povo versus Folha de S. Paulo” foi coletado na fase de pré-observação, em julho de 2016. Ele é a base de algumas das premissas adotadas em todo o percurso de pesquisa e analisa um momento particular da vida pública brasileira com a chegada de Michel Temer à presidência após manobra jurídico/parlamentar que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Percebido o deslocamento das discussões sociais para os ambientes digitais, e a partir das noções do funcionamento da crítica a partir de uma estrutura de rede vista nos dois casos apresentados, o quinto capítulo busca entender de forma aprofundada o funcionamento das redes digitais. Nesse contexto, conceitos como redes sociais digitais e convergência de mídias são pensados na busca por entender as conexões dessa crítica ao jornalismo construído em rede.

As múltiplas articulações dos canais de crítica podem ser vistas no capítulo “A Globo e a Greve Geral”. Terceiro caso empírico analisado, ele retrata os questionamentos da sociedade à Rede Globo durante a chamada Greve Geral, convocada por centrais sindicais em abril de 2017.

Os múltiplos atores críticos vistos no caso envolvendo a Rede Globo passam a ser pensados como partes de um dispositivo de crítica no sétimo capítulo. A partir de Foucault (1977), cuja definição de dispositivo baseia os estudos de Agamben (2009), Deleuze (1986) e Braga (2011), discutimos a formação de um dispositivo de crítica das práticas jornalísticas, construído coletivamente em uma esfera pública em rede.

Dentre os atores que interagem na construção desse dispositivo crítico nos chama a atenção de maneira particular a atuação dos participantes que não possuem prática profissional na mídia e que interagem pelos sites de sociais. Essa atuação fica evidente no oitavo capítulo, que apresenta o caso

envolvendo a revista *Veja* na cobertura do depoimento do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva ao então juiz Sérgio Moro.

As noções de crítica e, em especial, a crítica de mídia, mobilizam o nono capítulo. Nele discutimos também as particularidades do jornalismo enquanto objeto da crítica e realizamos uma diferenciação entre crítica midiática e crítica das práticas jornalísticas.

No décimo capítulo apresentamos o último dos cinco casos analisados na pesquisa. Se trata das críticas mobilizadas por diferentes atores ao jornalismo a partir da reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. Essa reportagem, publicada em 18 de outubro de 2018, apresenta novos atores e estratégias críticas.

A construção social da crítica das práticas jornalísticas é pensada no décimo-primeiro capítulo da pesquisa. Nele trabalhamos na elaboração teórica desse sistema de dispositivos críticos, apresentando os resultados do mapeamento realizado. Os resultados dos quatro anos de pesquisa estão sintetizados no conceito.

## **1.2 A construção do objeto de pesquisa**

Revisitando o projeto de pesquisa de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos é possível observar alterações importantes dentro do tema proposto para os quatro anos de curso. Naquele momento, entre 2014 e 2015, a ideia central era perceber como se articulavam as críticas desenvolvidas pelo público nos sites de redes sociais.

Esse olhar era resultado direto do trabalho desenvolvido durante o curso de Mestrado. Naquele momento, havíamos percebido dentro das redações de alguns dos principais jornais brasileiros uma intensa circulação de críticas da sociedade ao jornalismo. A percepção final da pesquisa desenvolvida dentro do mesmo programa de pós-graduação, que apresentaremos resumidamente nesta tese, era de que havia nos grandes meios de comunicação o que chamamos naquele momento de uma *circulação responsiva* (Coelho, 2017).

A ideia de que as respostas da sociedade ao trabalho das redações circulavam e até mesmo interferiam de maneira palpável nas práticas

jornalísticas levaram a um novo problema a ser entendido: como se construíam socialmente aquelas falas críticas? O foco naquele momento, como já referido, era entender esse comportamento do público. Assim, a pesquisa se basearia em uma análise dessas falas nos sites de redes sociais.

Essa observação das falas do público sobre a mídia foi a base inicial empreendida na pré-observação. Definimos três grandes veículos de imprensa brasileiros como foco inicial de investigação: a revista *Veja*, o jornal *Folha de S. Paulo* e o telejornal *Jornal Nacional*. A pesquisa realizada nas redações durante o Mestrado havia mostrado que o principal ponto de confluência dessa crítica, e que trazia mais afetações às redações, era o Facebook. Passamos, então, a realizar um acompanhamento sistemático das dinâmicas de comentário crítico aos três veículos em suas páginas oficiais no Facebook.

A pré-observação levou à seleção de um primeiro caso de análise, que apresentamos ainda nos primeiros capítulos desta tese. Essa primeira ida ao empírico foi fundamental nos deslocamentos que realizamos na pesquisa, e por isso ela já é referenciada aqui.

Os primeiros contatos com as críticas mobilizadas pelos leitores de *Veja* e *Folha de S. Paulo* e pelos expectadores do *Jornal Nacional* mostraram que não há como entender essas manifestações sem perceber que elas são permeadas por críticas produzidas em outros ambientes em rede. Assim, entendemos que os leitores se utilizavam de manifestações realizadas por jornalistas em blogs, por críticos em sites, e eventualmente até mesmo pelo ombudsman no caso da *Folha*.

Esses múltiplos atravessamentos nos levaram ao termo *construção social da crítica das práticas jornalísticas*. A partir da ideia de que as críticas ao jornalismo são construídas coletivamente por diferentes atores em rede, sintetizamos nosso **problema de pesquisa** na pergunta: *Que estratégias são mobilizadas pela sociedade em rede na construção da crítica das práticas jornalísticas?*

Perceber as estratégias e articulações entre esses dispositivos nos pareceu a forma mais direta para entender como essa crítica acaba por funcionar como construção coletiva nos ambientes em rede. Entender essa construção social é a questão mais abrangente que colocamos no horizonte da pesquisa.

Nesse contexto, a pesquisa tem como **objetivo geral** perceber, a partir dos casos analisados, os atravessamentos entre os diferentes dispositivos de crítica social da mídia e como eles funcionam conjuntamente na construção dessas falas sobre o jornalismo.

Especificamente, a pesquisa se propõe a a) mapear os diferentes dispositivos de crítica das práticas jornalísticas e os participantes que interagem em cada um deles, b) entender o funcionamento de cada um desses dispositivos mapeados e, c), encontrar pontos de contato entre os diferentes dispositivos.

### 1.3 Ferramentas metodológicas

Pensando as dinâmicas de trocas da sociedade em suas críticas ao jornalismo, umas primeiras definições no que diz respeito ao objeto empírico foi a ideia de observar a construção dessa crítica na relação com meios de comunicação de diferentes canais. Assim, optamos por escolher veículos de imprensa de televisão, impresso/internet e revista para análise.

O critério para a seleção dos veículos a partir dos quais observaríamos esses processos críticos foi a audiência. Por isso, foram escolhidas as páginas oficiais no Facebook do Jornal Nacional, da Folha de S. Paulo e da revista Veja.

Dos jornais considerados de referência<sup>7</sup>, a Folha de S. Paulo é o de maior circulação<sup>8</sup>, além de possuir o maior número de assinantes digitais. Entre as revistas semanais de notícias, a Veja tem a maior tiragem<sup>9</sup>, e também domina o mercado nas assinaturas digitais. No meio televisão, a Globo tem a maior audiência do país, com o Jornal Nacional sendo o mais assistido no meio

---

7 Vidal Beneyto (1986) aponta-nos três características básicas para uma publicação ser considerada referência: ser imprescindível para os outros meios de comunicação; possibilitar a presença e a expressão de grandes líderes políticos e de instituições sociais e associações representativas; e servir externamente de referência sobre a realidade local. Ao mostrar “quais são e como operam não os diários de maior de circulação, mas os que mais influência têm sobre a opinião pública de seus países”, Molina (2007, p. 10) aponta como características: relevância; hierarquia da informação; interesse por questões internacionais; diagramação cosmopolita; o fato de serem lidos por uma elite formadora de opinião; e respeito ao leitor.

8 Fonte: Associação Nacional de Jornais (ANJ). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

9 Fonte Instituto Verificador de Circulação (IVC).

telejornal e ocupando a segunda posição como o programa de televisão mais assistido do Brasil<sup>10</sup>.

A performance dos veículos impressos/digitais pode ser comparada no gráfico elaborado pelo portal “Poder360”<sup>11</sup>:

Figura 1 - Ranking de circulação dos principais jornais do Brasil

circulação de alguns veículos no Brasil - 2017												
veículo	média de exemplares (auditada pelo IVC)						evolução - janeiro a fevereiro - 2017					
	jan.17			fev.17			jan.17 a fev.17 (números absolutos)			jan.17 a fev.17 (em %)		
	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total
Folha (SP)	141.888	173.516	315.405	142.823	171.026	313.848	935	-2.490	-1.557	0,7%	-1,4%	-0,5%
Globo (RJ)	150.400	91.343	241.743	149.201	91.761	240.962	-1.199	418	-781	-0,8%	0,5%	-0,3%
Super Notícia (MG)	204.679	47.602	252.282	201.754	50.333	252.087	-2.925	2.731	-195	-1,4%	5,7%	-0,1%
Estadão (SP)	123.236	83.750	206.986	127.584	83.739	211.322	4.348	-11	4.336	3,5%	0,0%	2,1%
Zero Hora (RS)	119.754	86.140	205.894	115.987	88.928	204.915	-3.767	2.788	-979	-3,1%	3,2%	-0,5%
Estado de Minas (MG)	30.918	33.784	64.702	30.326	32.757	63.083	-592	-1.027	-1.619	-1,9%	-3,0%	-2,5%
Correio Braziliense (DF)	29.137	16.127	45.264	30.034	15.965	45.999	897	-162	735	3,1%	-1,0%	1,6%
Valor Econômico (SP)	33.220	25.378	58.598	33.591	25.565	59.156	371	187	558	1,1%	0,7%	1,0%
Gazeta do Povo (PR)	25.566	14.708	40.275	25.380	14.462	39.842	-186	-246	-433	-0,7%	-1,7%	-1,1%
A Tarde (BA)	20.117	13.943	34.059	19.453	13.184	32.637	-664	-759	-1.422	-3,3%	-5,4%	-4,2%
O Povo (CE)	15.563	-	15.563	15.157	-	15.157	-406	-	-406	-2,6%		-2,6%
Veja	860.523	344.563	1.205.086	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Época	188.221	94.270	282.491	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
IstoÉ (*)	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

fonte: dados oficiais do IVC (Instituto Verificador de Circulação).  
jornais: tiragem média diária; revistas: tiragem média semanal. (\*) o IVC não faz mais a auditoria dessa revista

elaboração: Poder360/Drive

Fonte: Poder 360°

Os programas de televisão aberta mais assistidos do país estão ranqueados pelo Ibope Kantar Media:

10 Os dados são do Ibope Kantar Media e foram verificados novamente em 12/05/2017. Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-2404-a-30042017>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

11 Disponível em: <<http://www.poder360.com.br/midia/jornais-e-revistas-continuam-avancando-em-2017-com-suas-edicoes-digitais/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Figura 2 - Ranking dos principais programas de televisão mais assistidos do Brasil

TOP 20 PROGRAMAS		TV ABERTA
Programas	Emissora	Rat#
1 NOVELA III	Globo	10.280,07
2 JORNAL NACIONAL	Globo	9.682,60
3 FUTEBOL QA	Globo	8.858,83
4 GLOBO REPORTER	Globo	8.443,86
5 SUPERSERIE	Globo	8.095,75
6 SHOW DE TERÇA FEIRA 1	Globo	7.418,20
7 FANTASTICO	Globo	7.323,38
8 ZORRA	Globo	6.898,80
9 NOVELA I	Record TV	4.165,27
10 NOVELA II	Record TV	3.918,71
11 NOVELA NOITE 1	SBT	3.226,26
12 NOVELA NOITE 2	SBT	3.121,76
13 PROGRAMA DO RATINHO	SBT	2.843,11
14 JORNAL DA RECORD	Record TV	2.805,41
15 PRA GANHAR E SO RODAR	SBT	2.580,61
16 CALDEIRAO DA SORTE NOT	SBT	2.519,30
17 ESQUADRAO DA MODA	SBT	2.111,26
18 PROGRAMA DA SABRINA	Record TV	2.107,84
19 FABRICA DE CASAMENTOS	SBT	2.002,01
20 DANCING BRASIL REPRISE	Record TV	1.744,91

Fonte: Kantar Media Ibope

Levando em consideração as temporalidades específicas do curso de Doutorado do PPGCom da Unisinos, uma observação foi iniciada nos meses de maio, junho e julho de 2016. O objetivo era levar uma primeira ida ao empírico nas análises apresentadas no Seminário de Tese da Linha de Pesquisa, realizado em outubro de 2016.

Não podemos desconsiderar nessa análise o momento vivido pela sociedade brasileira naquele período. Justamente nesses meses, Michel Temer exercia interinamente a presidência da República depois do afastamento de Dilma Rousseff no dia 12 de maio de 2016. O trabalho de observação se deu entre o afastamento da presidenta da República pela Câmara dos Deputados e a votação final do processo de impeachment no Senado. Exatamente por isso, as reportagens que mais chamavam a atenção da sociedade eram justamente as que integravam a cobertura do processo.

Processualmente, a pesquisa se voltou ao acompanhamento dessas três páginas oficiais no Facebook, analisando os comentários das reportagens



postadas diariamente por Veja, Jornal Nacional e Folha de S. Paulo. Postagens que geravam mais comentários recebiam atenção especial.

Em seguida eram selecionadas as reportagens que geravam comentários críticos ao jornalismo. Essas reportagens se tornavam, então, casos de análise nos quais partíamos dos comentários do público para buscar outros dispositivos críticos na internet.

No que diz respeito à propagação das críticas em rede, nossas primeiras observações nos mostraram que, ainda que considerando apenas o ambiente da internet, ela se dá para além do Facebook. As críticas dos leitores circulam pelo site de rede social, mas se apropriam e são apropriadas em outros ambientes online.

Para buscar esses outros lugares de crítica tomávamos como base os próprios comentários, tendo em vista que em vários deles havia a referência a outras críticas fora do site de rede social. E assim passávamos de um dispositivo ao outro, analisando as críticas escritas e identificando os diferentes lugares de crítica a partir da conexão entre os dispositivos. Por fim complementávamos a busca com uma pesquisa no Google com as palavras-chave que identificavam cada caso.

Com a pesquisa partindo de uma análise de comentários no Facebook, uma das ideias iniciais era utilizar um software de coleta de dados. Nos últimos anos, diferentes softwares se propõem a extrair dados do Facebook. Inicialmente, optamos por fazer uma análise inicial usando o software Netvizz para coleta de dados da página oficial da Folha de S. Paulo.

O teste inicial, realizado em maio de 2016, aliado às primeiras observações nas três fanpages escolhidas, motivou algumas correções de rumo. Apesar de reunir uma grande quantidade de informação, os softwares de coletas de dados não filtraram, de maneira satisfatória, apenas os comentários que interessam a essa pesquisa. Como buscávamos apenas os comentários com algum componente de crítica aos meios de comunicação, o software não atenuava o trabalho manual de ler e separar os comentários que queríamos analisar.

Mostrou-se mais produtiva, por outro lado, a experiência de buscar manualmente os posts e comentários que poderiam ser analisados. Por isso a opção de dispensar o uso do software e ler individualmente as centenas de

comentários. Passamos então a construir um aparato metodológico que ajudasse na seleção e coleta de dados que pudessem servir à pesquisa. Para isso, optamos por utilizar aportes de três metodologias distintas, para que juntas elas auxiliassem no trato com o objeto empírico. Sobre elas, falamos a seguir.

### 1.3.1 Netnografia/Etnografia

Para entender esses processos tão dispersos, e ao mesmo tempo tão relacionados, foram utilizadas metodologias distintas em diferentes momentos do trato com o empírico. Além disso, foram necessárias correções de rota ao longo dos processos de observação. A perspectiva inicial era basear a observação da construção da crítica em rede exclusivamente a partir de uma visada netnográfica.

A netnografia é uma transposição de práticas oriundas na etnografia para a observação de objetos no ciberespaço (AMARAL; NATAL; VIANA, 2009). A partir dela o pesquisador realiza uma ambientação do espaço onde as interações são realizadas, seguida de uma coleta de dados que posteriormente são analisados. A metodologia permite uma interação entre o pesquisador e os participantes da comunidade virtual (KOZINETZ, 1997).

A ideia de levar o método etnográfico, popularizado pela Antropologia no estudo da cultura de diferentes grupos sociais, para os estudos da cibercultura vem desde a década de 1990 (ZANINI, 2016). Essa transposição metodológica recebeu diferentes nomes nos últimos anos (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011). Para alguns pesquisadores, no entanto, já não há distinção entre práticas culturais do ambiente virtual e não-virtual. Por isso, a tradicional etnografia, por se tratar de uma metodologia adaptável à cultura onde é empregada, não precisaria de uma nomenclatura diferenciada.

Para além das discussões sobre a nomenclatura do método, desde as primeiras leituras sobre as aplicações da netnografia ela pareceu uma forma de acessar um conhecimento específico sobre as trocas dos participantes em ambientes virtuais. Ainda em seu início, a perspectiva da pesquisa era reunir grandes quantidades de dados sobre interações críticas à mídia de leitores no

ambiente virtual, fazer uma descrição dessas interações e analisar esses dados de maneira agrupada para.

A escolha inicial foi por realizar essa observação no Facebook, mais especificamente, nas páginas oficiais dos meios de comunicação na rede social. A escolha pelo Facebook leva em consideração a abrangência que a empresa possui hoje no Brasil. Considerando dados de 2015, a Pesquisa Brasileira de Mídia mostra que 83% dos brasileiros que possuem acesso à internet têm uma conta no Facebook. “Além disso, também é listado como o principal veículo de consumo de informações. Isso torna o site um laboratório riquíssimo de hábitos comunicacionais a serem monitorados” (ALVES, 2017, p. 69).

A mecânica de postagens e comentários do site de rede social também é um dos fatores levados em consideração para a escolha. As empresas de mídia selecionam reportagens que são postadas nas suas linhas do tempo na rede. Os leitores têm a possibilidade de comentar essas postagens e de responder aos comentários dos demais usuários. Essa dinâmica de trocas em rede é parte essencial da análise a que se propõe essa pesquisa.

### 1.3.2 Estudos de casos singulares

Ainda na observação inicial, sentimos a necessidade de complementar o trabalho de análise das interações nas caixas de comentários. Isso porque entendemos que o processo crítico não pode ser desvinculado do objeto da crítica, no caso, a reportagem jornalística. Além de um processo interacional entre os participantes que realizavam trocas (entre si e com o veículo de comunicação), havia também uma relação direta com o conteúdo da reportagem que não podia ser descartada.

Outro ponto importante visto ainda na fase de pré-observação foi a interação das críticas dos leitores nos sites de redes sociais com outros dispositivos críticos. Nesse contexto, cada episódio de crítica se transformava em um caso singular, com particularidades bastante específicas. Considerando que analisamos processos de crítica, entendemos logo de início que, além da netnografia, precisaríamos de outro aporte metodológico que nos ajudasse a entender a relação dos sujeitos com o jornalismo.

Havia ainda a questão da imensa quantidade de comentários a serem analisados. Se o foco continuasse a ser na exploração netnográfica das três fanpages, sem um direcionamento mais específico, a análise seria enorme e corria o risco de ser pouco produtiva. Além disso, as críticas dos leitores faziam também menção a contextos, e, mesmo, conteúdos de outros veículos, considerando cada ação coletiva de crítica em um caso de estudo que poderia render uma análise mais detalhada da construção desse processo, caminho que viríamos a adotar na pesquisa.

Em função dessas questões particulares dadas pelo empírico da pesquisa, optamos por usar a netnografia como caminho para a identificação de casos que pudessem ser analisados em sua especificidade. O estudo de casos singulares tem sido largamente usado na pesquisa em comunicação, como refere José Luiz Braga (2016) após um trabalho de análise de artigos apresentados nos encontros da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), com bons resultados.

Em uma visada abrangente, percebemos que observar a construção social da crítica das práticas jornalísticas apenas a partir do que diziam os participantes nas redes poderia ser reduutivo. Não há como apreender a realidade social isolando os agentes uns dos outros. Esse princípio se torna ainda mais fundamental nas mídias sociais, pois os fluxos de comunicação se propagam por meio de redes estruturais (ALVES, 2016, p. 77).

Nesse sentido, entendemos que os estudos de caso podem mostrar os diferentes lugares e saberes específicos dos diferentes participantes do processo construtivo dessa crítica à prática jornalística vista em rede. Optamos pela análise de casos múltiplos, ainda que, como pontua Yin (2005), essa seja uma escolha mais ampla e trabalhosa.

Uso então essa perspectiva para fazer perguntas a objetos singulares. Posso perguntar que matrizes, que dispositivos são acionados. Quais são as lógicas do processo interacional – o sistema de relações entre os componentes – que caracteriza o dispositivo em observação? Como essas regras são construídas no processo? O que é que a sociedade está tentando fazer com base nesse dispositivo? Que diferenças entram em interação e tensionamento no episódio observado? [...] (BRAGA, 2016, p. 12).

Percebendo o atravessamento de práticas dos diferentes atores dessa construção crítica, podemos então analisar marcas bem específicas nos casos escolhidos durante o trabalho netnográfico.

O processo de escolha desses casos merece algumas considerações. Com o objetivo de perceber articulações entre os diferentes dispositivos críticos optamos por selecionar casos de grande repercussão. A medida dessa repercussão se deu pela quantidade de comentários nos sites de redes sociais e pela ocorrência de manifestações críticas em mais de um dispositivo.

Observamos, durante o trabalho netnográfico, que casos mais pontuais, de menor potencial de reverberação nas redes, são objeto de crítica em diferentes dispositivos individualmente. Por seu caráter mais restrito, no entanto, eles não nos permitiam perceber articulações com outros dispositivos. Além disso, em nossa pesquisa anterior realizada dentro dos jornais observamos que os casos que têm um impacto mais direto sobre a prática são aqueles que atraem um número mais significativo de participantes.

Ao propor a união de metodologias distintas nas análises de redes sociais, Alves (2016 p. 77) afirma que as análises precisam considerar duas dimensões inseridas no contexto de redes: “a repercussão, que dá conta dos padrões discursivos de debate dos temas; e a propagação, referente aos mecanismos em rede e padrões de atuação dos atores na disseminação das mensagens”.

Com os casos selecionados e com a análise em andamento optamos por incluir um terceiro gesto metodológico na pesquisa. Já havíamos, então, identificado cinco dispositivos críticos, como veremos, e buscávamos entender as dinâmicas engendradas em cada um deles.

Em dois desses dispositivos identificamos apenas um participante central. O ombudsman, como prevê a função, e o crítico profissional. Em nosso levantamento de dados o único crítico profissional que observamos interagindo no processo crítico foi Maurício Stycker, do Uol.

Para complementar então as análises realizamos uma observação de rotinas e entrevista no setor de ombudsman da Folha de S. Paulo. Fizemos essa opção em função do fato de que, dos dispositivos críticos observados durante a pesquisa, o único construído dentro da redação é o ombudsman. Mais do que isso, a crítica produzida pela ombudsman do jornal paulista, Paula

Cesarino Costa, tem forte penetração em outros dispositivos mobilizados em rede.

Estivemos no departamento de ombudsman da Folha de S. Paulo no dia 8 de setembro de 2016. A conversa foi realizada com a assistente da ombudsman, Vanessa Henriques, responsável pelas interações com os leitores, e com o levantamento das informações que subsidiam as colunas de Paula Cesarino Costa.

Verificadas as rotinas fizemos duas entrevistas complementares. A primeira com a própria ombudsman da Folha e a segunda com o crítico profissional do Uol. As conversas foram realizadas por Skype, em entrevistas abertas. Paula Cesarino Costa foi ouvida no dia 27 de outubro de 2016, após a identificação dos primeiros casos em análise. Já Maurício Stycer foi ouvido no final do processo de pesquisa, no dia 28 de janeiro de 2019.

A entrevista como forma de coletar informações tem sido amplamente usada por pesquisadores de diferentes áreas, em especial nas Ciências Humanas. Nos estudos da Comunicação a prática é historicamente utilizada, com resultados que ajudaram a formular algumas das principais teorias do jornalismo. Em seu livro *Sociologia*, Edgar Morin (1995) discute as possibilidades da entrevista nas Ciências Humanas e também nas práticas da imprensa. Para o autor, a entrevista é um método extremamente rico em suas possibilidades.

A entrevista pode ser um método importante para acesso a um saber bastante específico da prática jornalística que circula nas redações. Essa é a visão de Beatriz Marocco (2012), que baseia essa convicção em um estudo de dois anos, onde entrevistou profissionais para discutir a memória discursiva que foi acumulada por eles no exercício do jornalismo.

A entrevista é uma ferramenta do cotidiano do jornalista, apropriada para operar nos níveis epistemológico, metodológico e de tratamento de dados. Na prática, e nos estudos teóricos, em sua potência de dispositivo de revelação do jornalismo, a entrevista engendra um espaço autônomo, em que se configura e no qual o pesquisador pode explorar as bases da atividade jornalística, do saber que os jornalistas fazem circular ininterruptamente nas redações (MAROCCO, 2012, p. 145).

Para complementar a análise dos casos, a técnica da entrevista foi utilizada neste trabalho de uma forma próxima, ainda que sem a abrangência do estudo empreendido por Marocco e com um foco bem mais reduzido. Os dados coletados nas duas conversas auxiliaram no entendimento de dois dispositivos mais fechados em suas lógicas, e que majoritariamente são definidos pelas práticas desses poucos participantes de forma mais isolada.

### 1.3.3 Da análise dos casos

Foram escolhidos cinco casos para o texto final da pesquisa. Eles acompanham os capítulos teóricos e permeiam toda a tese. Apesar de aparecerem desde o início do texto, a análise de cada um deles leva os aportes teóricos que sustentam todo o trabalho de análise.

Dividimos as análises em dois momentos. Após a apresentação de cada caso, com uma leitura do conteúdo das matérias e ressaltando o contexto de sua produção, o caso é pensado individualmente. Esse trabalho analítico busca apenas ressaltar as particularidades de cada um deles e as possíveis contribuições para o entendimento geral do sistema.

Nesse momento realizamos um levantamento das críticas produzidas em cada um dos dispositivos que encontramos em funcionamento no caso. Nos que diz respeito ao comentário social, aquele realizado em sites de redes sociais e caixas de comentários de sites, cada manifestação é lida.

Separamos nesses comentários aqueles com algum componente de crítica ao jornalismo. Assim conseguimos perceber, percentualmente, um indicativo do quanto, nas manifestações do público em cada caso, são impressões relacionadas às práticas das redações.

Identificados os comentários críticos buscamos neles suas características, articulações com outras respostas, e, por fim, citações a outros dispositivos. Com base nisso conseguimos, em boa medida, entender o funcionamento desse comentário crítico.

Percebidos outros dispositivos nessa conversação em rede passamos às análises das demais críticas que circulam. Assim, selecionamos e analisamos textos em sites e blogs escritos por jornalistas, críticos profissionais e acadêmicos, de acordo com as manifestações encontradas em cada caso.

Após realizar uma análise ainda bastante inicial de cada caso, após a sua apresentação, passamos a uma análise agrupada deles no capítulo que dedicado aos resultados da pesquisa (capítulo 11, A construção social da crítica das práticas jornalísticas). Nele incluimos, além dos dados levantados em todos os casos, com as análises das críticas realizadas no interior de cada dispositivo, as informações que obtivemos nas duas entrevistas realizadas. Esses dados, não mais separados por casos mas em uma análise conjunta, nos auxiliam no entendimento dos fenômenos.



## 2 CASO 1 – FOLHA VERSUS GLOBO

O início da noite de quarta-feira, 17 de maio de 2017, terá um lugar importante nas retrospectivas dos fatos mais importantes daquele ano no Brasil. Na tarde do mesmo dia, o colunista do jornal O Globo, Lauro Jardim, noticiava com exclusividade que Wesley Batista, dono de uma das maiores empresas do país, a JBS, havia feito uma gravação em que o presidente da República, Michel Temer, dava aval à compra do silêncio do ex-deputado federal Eduardo Cunha.

Havia mais. O senador Aécio Neves, segundo colocado nas eleições presidenciais de 2014, havia sido gravado pedindo R\$ 2 milhões ao mesmo empresário. As gravações, além de uma série de outros depoimentos, eram parte de uma delação premiada que os executivos da JBS haviam negociado com a Procuradoria Geral da República (PGR).

Minutos depois, uma notícia urgente da equipe de jornalismo da Rede Globo de Televisão se tornaria o plantão<sup>12</sup> mais visto da história da principal emissora de televisão do Brasil até aquele momento. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo<sup>13</sup>, em 48 horas já haviam sido mais de 25 milhões de visualizações e 900 mil compartilhamentos apenas nas redes sociais. Na TV, foram 26 pontos de audiência medidos pelo Ibope. O Jornal Nacional, telejornal da mesma emissora, entraria no ar logo depois registrando uma audiência de 33,4 pontos. Um recorde no ano.

Enquanto isso as redes sociais fervilhavam. Do humor<sup>14</sup> à indignação, o caso repercutia em rápida velocidade. Na página oficial do Jornal Nacional no Facebook<sup>15</sup> a postagem com o vídeo do plantão feita às 17h48 do dia 17 de maio tinha, 10 dias depois, chegado a 30 milhões de visualizações e gerado 81 mil comentários.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/JornalNacional/videos/1345819708841745/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/fernando-oliveira/2017/05/crise-politica-faz-plantao-da-tv-globo-ser-o-mais-visto-da-historia.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://hashtag.blogfolha.uol.com.br/2017/05/17/adeus-michel-temer-noticia-bomba-sobre-presidente-enche-a-internet-de-memes/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/JornalNacional/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

Figura 3 - Vídeo postado na página do Jornal Nacional



Fonte: Facebook

Dentre esses comentários muitos discorriam sobre as graves acusações. Outros, no entanto, refletiam de alguma forma sobre o comportamento do jornalismo da Rede Globo na crise política brasileira que se arrastava desde as eleições de 2014, passando pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Nos comentários na página oficial do Jornal Nacional no Facebook, a usuária S. C.<sup>16</sup> acusava a emissora de ter sido omissa em relação à corrupção praticada por outros partidos que não o Partido dos Trabalhadores (PT). O telespectador S. G. dizia que a emissora vinha apoiando o governo de Michel Temer e suas reformas<sup>17</sup>. Já A. D.<sup>18</sup> apoiava o tom da cobertura que o Jornal Nacional fazia do caso.

<sup>16</sup> Disponível em:

<[https://www.facebook.com/JornalNacional/videos/1345819708841745/?comment\\_id=1345828108840905&comment\\_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D](https://www.facebook.com/JornalNacional/videos/1345819708841745/?comment_id=1345828108840905&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>17</sup> Disponível em:

<[https://www.facebook.com/JornalNacional/videos/1345819708841745/?comment\\_id=1345822962174753&comment\\_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D](https://www.facebook.com/JornalNacional/videos/1345819708841745/?comment_id=1345822962174753&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R9%22%7D)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>18</sup> Disponível em:

<[http://www.facebook.com/JornalNacional/videos/1345819708841745/?comment\\_id=1862521734023973&comment\\_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R3%22%7D](http://www.facebook.com/JornalNacional/videos/1345819708841745/?comment_id=1862521734023973&comment_tracking=%7B%22tn%22%3A%22R3%22%7D)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

Entre os usuários que criticavam a Rede Globo por apoiar o impeachment de Dilma Rousseff, e outros que achavam que a emissora havia comprado muito rapidamente o discurso da delação premiada da JBS contra Michel Temer e Aécio Neves, um amplo processo crítico ao jornalismo pôde ser observado nos comentários dos posts na página do Jornal Nacional no Facebook.

Mesmo com a gravidade das denúncias, é inegável que parte considerável das discussões em torno da crise política estava centrada no papel do jornalismo no processo. As discussões sobre a cobertura da Globo das gravações que implicavam o presidente da República e o senador mineiro gradualmente deixariam as caixas de comentários do perfil oficial do Jornal Nacional e passariam a figurar em sites, outras redes sociais, e até mesmo nas páginas do principal jornal brasileiro, a Folha de S. Paulo.

Em um ambiente político intensamente polarizado, parte da discussão passou a ser qual o lado que a mídia tomaria. O aprofundamento da crise política brasileira se tornou tão intenso, que mesmo as grandes empresas de comunicação se viram compelidas a tomar uma posição de maneira mais transparente, algo que não é rotineiro no Brasil.

Enquanto a Rede Globo adotava um tom duro contra Michel Temer, no dia 23 de maio a Rede Bandeirantes afirmava, em editorial<sup>19</sup> lido pelo jornalista Ricardo Boechat no Jornal da Band, o principal telejornal da emissora, que o presidente tinha condições de seguir no comando do país e seguir tocando as reformas iniciadas. Quatro dias antes, no entanto, o jornal O Globo pedia, também em editorial<sup>20</sup>, a renúncia de Michel Temer, em um posicionamento claramente antagônico.

A crítica mais contundente à Rede Globo, no entanto, viria nas páginas do principal jornal do país, a Folha de S. Paulo. No dia 24 de maio, o colunista Marcelo Coelho, integrante do Conselho Editorial do jornal paulista, publicou

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/videos/16225204/editorial-band-acredita-que-temer-pode-comandar-reformas.html>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.oglobo.globo.com/opiniao/editorial-renuncia-do-presidente-21365443>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

um texto intitulado “*Sem vozes divergentes, Globo embarca em precipitações no caso Temer*”<sup>21</sup>.

Figura 4 - Texto publicado nas páginas online e impressa do jornal Folha de S. Paulo em 24 de maio

The image shows a screenshot of the Folha de S. Paulo website. At the top, there is a navigation bar with sections like 'Seções', 'Opinião', 'Poder', 'Mundo', 'Economia', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Cultura', 'F5', and 'Sobre Tudo'. The main headline reads 'FOLHA DE S. PAULO' with the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL'. Below this, there is a search bar and a promotional banner for 'FOLHA DIGITAL' with a price of R\$ 1.99. The article section features the author's name 'marcelo coelho' and a photo of him. The article title is 'Sem vozes divergentes, Globo embarca em precipitações no caso Temer'. The author's bio states he is a member of the Editorial Board and writes various columns. There is also a small advertisement for 'Box Sgt. Pepper's - Edição Deluxe'.

Fonte: Folha de S. Paulo

Em forte tom crítico, Marcelo Coelho afirma que o jornalismo da Globo historicamente dá “sinais de se recusar a perceber a realidade”. O elenco de críticas vai além da cobertura das gravações envolvendo Michel Temer:

Desde a campanha pelas Diretas-Já, em 1984, a Globo deu sinais de se recusar a perceber a realidade. Houve o caso Proconsult, em que a divulgação de resultados eleitorais incompletos ocultava a iminente vitória de Leonel Brizola no governo do Rio, em 1984. Veio a invenção de Fernando Collor e a escolha seletiva dos trechos de seu último debate com Lula. [...] Por 24 horas, igualmente, a Rede Globo noticiou a conversa entre Temer e Joesley Batista, ressaltando que o “tem que continuar” era uma autorização para comprar o silêncio de Eduardo Cunha. Ninguém tinha ouvido a gravação. Foi, a meu ver, uma irresponsabilidade. Seguiu-se, sem avaliação própria, a interpretação dada pelas autoridades, como se não houvesse qualquer dúvida possível. Tudo seria melhor se a Globo tivesse outro estilo, e outros padrões, na apresentação de seu noticiário —e nisso as tradicionais críticas da esquerda à emissora fazem sentido (COELHO, 2017).

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelocoelho/2017/05/1886752-sem-vozes-divergentes-globo-embarca-em-precipitacoes-no-caso-temer.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

É interessante observar como parte das críticas feitas por Coelho à Globo são as mesmas que ocupam os comentários da sociedade em relação à emissora, tanto em sites de redes sociais como em sites e blogs independentes. Estampadas na Folha de S. Paulo estavam críticas à parcialidade da edição do debate eleitoral de 1989 entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Melo, a demora na adesão ao movimento Diretas Já, em 1984, além de um apontado alinhamento da emissora com o principal partido de oposição do Brasil no período 2002 – 2016, o PSDB.

Assisti à GloboNews naquele dia. Como todos sabem, a emissora conta com um excelente grupo de jornalistas e comentaristas, muitos deles antigos colegas aqui da Folha. O problema é que não havia uma visão divergente. Seis profissionais muito competentes "passam a bola", como eles dizem, uns aos outros, mas o jogo se assemelha a uma cobrança de pênaltis sem goleiro. A regra se repete em muitos programas de debates, em que os convidados para falar sobre a crise política se dividem (não exagero demais) em tucanos de esquerda, tucanos de centro e tucanos de direita (COELHO, 2017).

As críticas da Folha de S. Paulo ao jornalismo da Rede Globo ganharam rapidamente as redes sociais e espaços em sites e blogs independentes, como Os Divergentes<sup>22</sup>, O Cafezinho<sup>23</sup>, e Brasil 247<sup>24</sup>. Em seu blog, o experiente jornalista gaúcho Moisés Mendes escreveu<sup>25</sup>:

A Globo decidiu que vai acabar com a dinastia do jaburu. E a Folha anunciou que irá tentar desqualificar todas as informações da TV e do jornal dos Marinho. Isso é jornalismo ou é outra coisa? Pode ser outra coisa. Primeiro, é preciso reconhecer que o Globo deu um furo ao anunciar o grampo aplicado pelo sujeito da JBS no homem do jaburu. Segundo, que se admita também, por óbvio, que a Folha acusou o golpe e passou a tentar desmontar a manchete do Globo. Mas, apesar de muitos acharem que o centro disso tudo é um duelo do nosso melhor jornalismo, o que menos existe aqui é jornalismo de verdade, que remexa em suspeitas, provas e convicções de um jeito há muito tempo abandonado pela imprensa brasileira (MENDES, 2017).

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://osdivergentes.com.br/rudolfo-lago/globo-x-folha-imprensa-nao-e-partido/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2017/05/21/comprem-pipoca-globo-e-folha-brigam-pela-narrativa-do-golpe/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

<sup>24</sup> Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/esmaelmorais/296910/Desacerto-de-bandidos-Globo-e-Folha-exp%C3%B5em-as-v%C3%ADsceras-do-golpe.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.blogdomoisismendes.com.br/um-duelo-com-pouco-jornalismo/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

O intenso fluxo crítico desencadeado a partir da cobertura da Rede Globo das gravações envolvendo Michel Temer acabaram por mobilizar a emissora. Contra-atacando, o diretor de jornalismo da Globo, Ali Kamel, enviou à Folha de S. Paulo uma resposta<sup>26</sup> ao colunista Marcelo Coelho.

Figura 5 - Texto publicado nas páginas online e impressa do jornal Folha de S. Paulo em 25 de maio

The screenshot shows the top section of the Folha de S. Paulo website. At the top left, there is a navigation menu with options like 'Logout', 'Assine a Folha', 'Atendimento', and 'Acervo Folha'. The main header features the newspaper's name 'FOLHA DE S. PAULO' in large, bold letters, with the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL' below it. The date and time are 'QUARTA-FEIRA, 7 DE JUNHO DE 2017 15:04'. A secondary navigation bar includes sections like 'Seções', 'Opinião', 'Poder', 'Mundo', 'Economia', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Cultura', 'F5', and 'Sobre Tudo'. Below this, there is a search bar and a promotional banner for 'FOLHA DIGITAL' with a price of R\$ 1,90. The main content area is titled 'poder' and 'governo encurralado'. The article title is 'Vamos falar de Coelho?' by ALI KAMEL, dated 25/05/2017. There are buttons for 'Edição impressa' and 'especiais'.

Fonte: Folha de S. Paulo

Com o título “*Vamos falar de Coelho*”, a resposta vem recheada de críticas ao colunista, e por tabela, à Folha de S. Paulo:

Marcelo Coelho comete equívocos, é ofensivo com a Globo e seus jornalistas e omisso em relação ao jornal em que escreve. Não posso me calar diante de ofensas tão graves ao jornalismo que dirijo e aos colegas com quem trabalho. Em seguida, Coelho atribui as críticas que a Globo recebeu por noticiar o fato a “uma má vontade com a Globo”, “um hábito mental”, cuja origem seria uma “recusa da Globo em perceber a realidade”. E cita os sempre mencionados erros atribuídos à Globo, o último deles ocorrido 28 anos atrás (KAMEL, 2017).

A fala de Kamel acaba expondo uma reflexão interna da Rede Globo em relação aos erros históricos que teriam sido cometidos pela emissora. Entre

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887165-vamos-falar-de-coelho.shtml>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

admissões e repúdios, o diretor, no entanto, volta a apontar para as fragilidades da Folha de S. Paulo.

Erros que a Globo reconhece parcialmente (o das Diretas) erros que refuta (Proconsult e "invenção" de Collor) e erros que admite (edição do debate de 1989). Coelho não faz menção ao que a Globo diz deles. Prefere realçar os ataques à Globo, mas omite aqueles que a própria Folha sofre, quando, justa ou injustamente, é chamada de Falha de S. Paulo por seus supostos erros. Em momentos de radicalização política, sofrem aqueles que noticiam os fatos com independência. De todo modo, não considero ético apontar para as feridas alheias sem mencionar as próprias (KAMEL, 2017).

Ainda na fala de Kamel, fica claro um posicionamento que permeia a imprensa brasileira. A pouca reflexão e o baixo volume crítico entre as grandes empresas de mídia. Um acordo não escrito em que as grandes empresas raramente se posicionam frente à cobertura dos concorrentes. Isso fica claro quando Kamel afirma não achar ético que a Folha apontasse os erros da Globo, sem que antes fizesse o mesmo com os seus próprios.

## **2.1 Considerações iniciais**

O caso envolvendo a cobertura das gravações que expunham o então presidente Michel Temer mostra processos variados de crítica ao jornalismo. Uma crítica que inicialmente identificamos nos comentários do público em sites de redes sociais, e que se espalhou para sites e blogs até, finalmente, aparecer nas páginas (impressas e digitais) do principal jornal brasileiro.

Inicialmente esse caso não entraria no texto final da tese. No entanto, algumas de suas particularidades são importantes para pensarmos os processos de crítica ao jornalismo em rede. Por isso optamos por mantê-lo no texto final.

As discussões envolvendo essa cobertura mostram um debate público que coloca em questão as práticas do jornalismo brasileiro. Não apenas nesse caso, mas historicamente em outras situações importantes de nossa vida pública. Retrata, ainda, como processos cotidianos das redações, como a apuração de denúncias e a escolha dos assuntos tratados diariamente, podem ser questionados publicamente.

Esse debate público sobre o jornalismo pode ser analisado a partir de diferentes entradas. Uma delas, como clara manifestação do descrédito dos

atores sociais com o jornalismo (RAMONET, 2012). Os sentidos produzidos pelas redações, quando circulados na sociedade, passam a ser imediatamente conflitados e, como bem pontuam Henn e Oliveira (2015), disputados em rede a partir da massificação do uso da internet.

As discussões em torno da cobertura da Rede Globo em relação à crise pela qual passava o governo de Michel Temer mostram um ambiente crítico em relação ao jornalismo. Um debate público do qual participam diferentes atores, que questionam as práticas jornalísticas.

Nesse caso, especificamente, chama a atenção a multiplicidade de atores envolvidos nesses processos críticos. Além do comentário social, mobilizado pelo público, envolveram-se nas análises jornalistas que deixaram as grandes redações, além de profissionais que ainda ocupam lugar nas principais empresas de comunicação do país.

O principal aspecto visto no caso, no entanto, é uma crítica realizada no interior do próprio campo jornalístico e que coloca em campos opostos duas das principais empresas de mídia do Brasil. Como temos visto, esse tipo de discussão pública não é comum no país.

A coluna de Marcelo Coelho na Folha amplifica as vozes críticas em rede. Mais do que somar-se às discussões realizadas por sites e blogs, além dos participantes em sites de redes sociais, o texto desencadeia um novo fluxo crítico, que busca na crítica do colunista subsídios utilizados por esses outros participantes críticos.

Publicada no principal jornal do país, a crítica à Globo causa imediato estranhamento na emissora. É perceptível na resposta de Ali Kamel o desconforto causado pelo texto. Percebe-se na manifestação do executivo da Globo, também, a falta de uma cultura de acolhimento da crítica e o estranhamento de ver suas práticas questionadas dentro do próprio campo do jornalismo tradicional.

A situação em análise mostra uma face de uma esfera pública conectada, que coloca o jornalismo como problemática dessa sociedade. No próximo capítulo buscamos traçar as linhas históricas que nos trouxeram a esse momento específico na configuração da esfera pública atual, demarcada fortemente por discussões envolvendo os mais variados aspectos da vida pública em debates mobilizados, majoritariamente, em rede.





### 3 ESFERA PÚBLICA EM CONSTANTE RECONFIGURAÇÃO

O jornalismo historicamente ocupou um papel central na esfera pública. Ainda na primeira formulação teórica do termo, feita por Jürgen Habermas em sua tese de livre-docência, *Mudança estrutural da esfera pública*, publicada em 1962, a imprensa tem a função de ser um fórum, para além das instâncias institucionalmente constituídas pelo Estado, que centraliza as discussões públicas. A mídia apresentava aos cidadãos opiniões selecionadas capazes de problematizar publicamente as ações do Estado.

A internet reconfigura processos sociais e a esfera pública de forma abrangente. Essas mudanças alteram também o papel da mídia, com as redes online sendo lugar de debates dos assuntos de interesse coletivo.

Como lembra Martino (2014), é tentador pensar a internet e suas múltiplas redes como uma elaboração contemporânea da esfera pública. As conversações online, no entanto, se apresentam de forma diversa e mais complexa do que a proposta de esfera pública apresentada por Habermas.

O próprio Habermas, ainda na introdução de sua obra, lembra a multiplicidade de significados concorrentes que o termo esfera pública traz consigo. Há, ainda, uma implicação direta entre a constituição desse que seria um espaço abstrato e o momento histórico em que ele é analisado.

Concebemos a 'esfera pública burguesa' como categoria típica de época; ela não pode ser retirada do inconfundível histórico do desenvolvimento dessa 'sociedade burguesa' nascida no outono da idade média europeia para, em seguida, ao generalizá-la num ideal-tipo, transferi-la a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer (HABERMAS, 1984, p. 9).

Qualquer análise do conceito original de Habermas de esfera pública precisa, necessariamente, levar em consideração o fato de que o sociólogo alemão pensa uma esfera pública burguesa. Esferas concorrentes, ou ao menos, paralelas, mobilizadas por pessoas e instituições alijadas dessa esfera pública são lembradas, como a esfera plebeia, a helênica e a esfera de representação pública feudal.

O foco principal do trabalho de Habermas é mostrar o desenvolvimento histórico dessa esfera pública burguesa surgida no "outono da idade média". Essa ideia de esfera pública contida na obra de Jürgen Habermas tem sido

atualizada ao longo dos anos. Mesmo que o conceito tenha recebido críticas, o desenvolvimento histórico descrito por ele mostra a evolução das conversações em sociedade ao longo dos séculos. Esse desenvolvimento traz consigo elementos importantes para pensar a reconfiguração nos dias atuais.

A esfera pública se caracteriza como um espaço de debate dos assuntos públicos, que interessam coletivamente à sociedade ou a determinado grupo social. Um espaço abstrato que se forma nas trocas entre os indivíduos. Esse conceito nos interessa por percebermos a crítica ao jornalismo como assunto debatido publicamente nesse espaço coletivo de trocas entre os indivíduos.

É o espaço onde se manifestam as ideias responsáveis por formar a chamada opinião pública, conceito próximo da ideia de esfera pública. Mais do que expressar a opinião do público, a esfera pública é movida por opiniões discutidas em público (MARTINO, 2014). Essa discussão só pode se dar em espaços nos quais a manifestação livre de pontos de vista seja possível. Também por isso, a ideia de esfera pública é fundamental para a constituição das democracias.

Partindo do percurso histórico reconstituído por Habermas até a década de 1960, pensamos aqui as múltiplas transformações da esfera pública na busca por bases de entendimento das discussões que a sociedade promove hoje nos ambientes online. É no caldo dessas discussões que encontramos, dispersos e ao mesmo tempo interconectados, os diferentes dispositivos de crítica das práticas jornalísticas.

### **3.1 Breve percurso histórico**

Habermas, em sua tese, descreve o processo histórico de configuração daquilo que seria um novo espaço a partir do século XVIII, principalmente na Inglaterra, França e Alemanha. Situada entre a sociedade e o Estado, essa ambiência tinha como principal característica o debate livre e racional entre os cidadãos sobre questões públicas (PERLATTO, 2015). A constituição da esfera pública burguesa está, então, diretamente ligada à ascensão da burguesia. Ela pertence à “sociedade burguesa” (HABERMAS, 1984, p. 15), que neste mesmo

período estabelece-se a partir da troca de mercadorias e de um trabalho social conforme leis próprias.

Séculos antes, no entanto, já há uma sociedade em evolução em suas trocas. Decorre da evolução dos processos de venda e troca de mercadorias, ainda no período feudal, o estabelecimento de uma forma ampliada de troca de informação, gênese da imprensa. Com o comércio em expansão, o cálculo comercial orientado pelo mercado precisava de informações confiáveis sobre eventos que poderiam interferir nessas transações.

Gradualmente as cidades se tornam centros não apenas para o comércio, mas também para a obtenção de informações. De acordo com Habermas (1984), mais ou menos ao mesmo tempo estabelecem-se as bolsas, o correio e um certo tipo de troca de informação, configurando-se como contatos permanentes de comunicação. Ainda assim, essa é uma comunicação restrita aos interessados nessas transações comerciais, sem o elemento central que caracteriza a imprensa, a publicidade das informações. Nesse contexto, ainda não se pode caracterizar de imprensa essa troca de informações, uma vez que ela ainda não era acessível ao público em geral.

O crescimento das chamadas companhias de comércio, que inauguram uma era de grandes expedições e ampliam seus territórios para satisfazer as requisições do capital, leva a uma exigência por garantias políticas mais seguras. Habermas identifica esse momento, por volta do século XVI, como o ponto de constituição do que se entende como nação.

Decorre desse processo a institucionalização do Estado moderno. Um Estado de impostos no qual a administração financeira é seu cerne e que separa os bens da casa real dos bens do Estado. Constitui-se então uma esfera do poder público, que posteriormente viria a se ligar diretamente à esfera pública.

O capitalismo mercantilista gera outra mudança na forma de viver dessa sociedade. A autoridade do poder público e do monarca ganha o contrapeso da sociedade civil burguesa. Nas famílias, relações que até então estavam confinadas ao âmbito do doméstico surgem no ambiente público. Uma esfera privada da sociedade que se torna publicamente relevante.

Nessa configuração embrionária da esfera pública burguesa há a separação do que seria uma esfera privada, baseada na propriedade, e a

incipiente esfera pública, o comum. Hannah Arendt (2010) vai relacionar essa ambiência pública como lugar de ver e ser visto, lugar de encontro entre iguais, já que todos são cidadãos com os mesmos direitos, que ao mesmo tempo são diferentes em função de suas individualidades. É o espaço de formação do social.

Nesse espaço do social, problemas gerados pelas relações do comércio, do trabalho e da relação dos cidadãos entre si e com o Estado passam a ser discutidos. Para Habermas esse seria um espaço de discussão livre e racional entre os cidadãos. As opiniões passam a ser legitimadas pela força dos melhores argumentos racionais mobilizados em um debate público que, entre os séculos XVII e XVIII, se constituía.

### 3.1.1 A imprensa na esfera pública

É nessa sociedade, em que o político e o social, o público e o privado são delineados de forma mais clara, que a imprensa se estabelece como elo. Rapidamente a informação que circula a partir das necessidades do comércio de mercadorias se torna, ela própria, mercadoria em uma sociedade capitalista.

A evolução da imprensa na relação com a esfera pública passa pelo desenvolvimento da própria sociedade e, principalmente, pelas mudanças no Estado e no comércio de bens e serviços. A partir do momento em que os jornais passam a ter um papel importante na vida social em sua vinculação com o comércio, os governos buscam controlar suas atividades. A imprensa brasileira, por exemplo, já nasce sob censura da Coroa portuguesa.

Em grande parte do mundo a imprensa dá os primeiros passos atrelada ao Estado. Quando gradualmente se dissocia do controle estatal, ela passa a ocupar um papel ainda mais importante nos assuntos públicos. A partir do jornalismo o que antes era uma esfera do poder público se separa deste para se tornar um fórum para onde se dirigiam as pessoas privadas com o objetivo de constranger esse mesmo poder público a dar explicações sobre seus atos.

É neste contexto que a palavra “público” (quando ligado aos cidadãos) ganha novos contornos. Esse novo público julga, e o que passa por esse julgamento é o que ganha publicidade. O público julgador, então, tem sua opinião, uma opinião exercida em público. Uma opinião pública.

Habermas vai definir a esfera pública burguesa justamente nesse confronto com a autoridade.

A esfera pública burguesa pode ser entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante [...] (HABERMAS, 1984, p. 42).

Ao analisar o desenvolvimento das funções políticas da esfera pública a partir do caso inglês, Habermas define a opinião pública como aquela constituída por discussões públicas, depois que o público informado se torna apto a formular uma opinião fundamentada. Cabe à imprensa, nesse contexto, dar aos cidadãos as ferramentas para formular essas opiniões.

Uma das características principais dessa opinião pública, de acordo com Rodrigues (1990), é a disposição dela em formar correntes pluralistas de uma razão coletiva separada da razão do Estado. Não raro, essas vontades se opõem às vontades do soberano.

Sociedades, clubes privados e cafés são os locais onde os cidadãos se reuniam e as diversas correntes de opinião se formavam. “Destas discussões emanam textos que a imprensa divulga [...]. Uma imprensa especializada nasce nesse ambiente diletante, crítico e apaixonado” (RODRIGUES, 1990, p. 39).

A partir da informação, base da formulação de ideias sobre os temas socialmente relevantes, é que se formulam os argumentos em debate. Forma-se uma opinião pública resultante de uma luta de argumentos em torno de algo. A imprensa, através do jornalismo, fornecia, então, as ferramentas e também era responsável por dar visibilidade aos diferentes pontos de vista.

Para Habermas a imprensa é a “instituição por excelência” (1984, p. 213) da esfera pública. Isso ainda no contexto em que sua obra foi lançada nos primeiros anos da década de 1960. A reestruturação dessa esfera pública passa necessariamente pelas mudanças que a imprensa vive desde o século XVIII até o momento em que o sociólogo alemão pensa esse espaço de debate público.

Lévy (2010) avalia que a opinião pública, base das democracias modernas, não seria possível sem “o desenvolvimento dos jornais, e, portanto,

da imprensa” (p. 59). A mídia passa a ter uma função fundamental na formação de um público, uma maioria.

Ao pensar a evolução dessa imprensa, Habermas realiza uma ligação direta dessas mudanças com os avanços tecnológicos e com as mudanças nas relações com o Estado, com a política e com formato de subsistência do jornalismo. Em sua primeira fase ela era baseada em jornais politicamente engajados, que não eram financeiramente lucrativos, mas que serviam aos interesses de quem os mantinha e que encontrava as suas limitações sob a censura do Estado.

Com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa a imprensa passa a ter a possibilidade de lucrar. Em uma segunda fase, na qual há o relaxamento na censura, surge a figura editor, o homem que escreve, edita e imprime seus jornais, retirando de sua venda algum lucro. A terceira fase mapeada pelo autor é aquela na qual o jornal assume o caráter de um empreendimento que produz espaços para anúncios.

### 3.1.2 A esfera pública na sociedade dos meios

O desenvolvimento tecnológico leva a imprensa a uma fase de unificação organizacional em que ela se estrutura em grandes empresas. O telégrafo e o telefone têm papel decisivo nessa fase. O acréscimo do rádio, posteriormente, acelera a cartelização econômica da imprensa. Há ainda uma unificação tecnológica em torno das possibilidades de impressão dos jornais e revistas.

O século XX traz consigo o que Habermas chamava de “novos mídias”. O rádio, o cinema e a televisão alteram drasticamente o funcionamento da esfera pública, sendo ela expandida. Ao mesmo tempo, o sociólogo via essas tecnologias com pessimismo. Para ele, é a partir delas que a esfera pública se transforma em um meio de propaganda. Assim, as funções da imprensa são integradas à concorrência de interesses privados organizados.

Nessa reestruturação a atividade crítica dá lugar à conformidade, com a esfera pública, na visão habermasiana, assumindo contornos feudais na segunda metade do último século. O sentido de publicidade, que antes estava atrelado à ideia de dar publicidade aos feitos do governante e a partir disso

gerar um debate público, passa a ser instrumento de convencimento utilizado, inclusive, pelos governantes.

Tanto Habermas quanto Rodrigues atribuem a erosão dessa esfera pública à perda da experiência de troca no espaço público. Se antes as trocas se davam nos bares e cafés, com a imprensa reverberando as correntes de opinião que se formavam nesses espaços de troca compartilhada de ideias, nessa nova configuração do espaço público toda a circulação de opiniões públicas passa a depender de um campo cada vez mais autônomo em relação aos demais: o campo dos *media*.

Apesar do pessimismo com essa configuração da esfera pública, Habermas analisa que duas tendências divergentes podiam ser observadas nela no ambiente democrático. A primeira delas é essa expressão do que ele afirma ser uma decadente esfera pública burguesa baseada em uma publicidade demonstrativa e manipulativa. A segunda tendência era a de uma esfera pública politicamente ativa, mantida por um público mediatizado por organizações em um processo crítico de comunicação pública.

Em qualquer dos dois cenários, o século XX marca uma esfera pública baseada na força da grande empresa midiática. Conglomerados de mídia, especialmente baseados em redes de rádio e televisão, e ainda com a grande força dos jornais tidos como de referência<sup>27</sup> e das revistas semanais de notícias, demarcam um debate público mobilizado por esses atores.

A força da mídia nesse período é tão marcante que o sociólogo argentino Eliseo Veron vai chamar a sociedade das últimas décadas do século passado como a sociedade dos meios. É a sociedade espetacularizada dos meios eletrônicos, base de um mediaspace (LEMOS; LÉVY, 2010) que enfraquece os lugares (bares, cafés, praças) em favor de uma esfera pública centralizada na publicização mediatizada.

Com a mídia assumindo o protagonismo completo na esfera pública, suas lógicas e processos passam a ser incorporados pelos mais diversos campos sociais. Nesse contexto, “a cultura e a sociedade contemporâneas estão a tal ponto permeadas pela mídia que talvez já não seja possível

---

<sup>27</sup> Apresentamos o conceito de jornais de referenciada, baseado em Vidal Beneyto (1986), ainda na Introdução dessa pesquisa.



concebê-la como algo separado das instituições culturais e sociais” (HJAVARD, 2014, p. 14).

Na sociedade em midiatização, de acordo com Gomes (2011), uma alteração significativa se dá na lógica da evolução tecnológica dos meios de comunicação. Historicamente a processualidade dessas mudanças se dava por substituição/acréscimo. A nova mídia, em primeiro momento, assumia um espaço que vinha sendo ocupado por outra mídia de massa. Em seguida, a nova mídia se somava às demais, coexistindo.

A última revolução tecnológica, a partir da internet, altera esse paradigma. Em lugar de substituição e coexistência temos a integração total. A integração abre um novo e gigantesco espaço no debate público, que vem recebendo diferentes nomes nos últimos anos.

A nova esfera pública gerada pela internet traz consigo profundas mudanças nas relações sociais. Nela são reposicionados os participantes das interações, altera-se a forma de mediação e troca de informações e a lógica do um para muitos é substituída por trocas realizadas de muitos para muitos.

### **3.2 Esfera pública conectada**

Com a mídia dando forma à esfera pública, a emergência da internet e do ciberespaço<sup>28</sup> implica em uma mudança radical na formação da opinião pública (LE MOS; LÉVY, 2010). Uma mudança estrutural de uma esfera pública que até então era totalmente dependente dos grandes meios de comunicação.

Alteram-se as lógicas da conversação pública e, conseqüentemente, as práticas de crítica e de comentário sobre as práticas do jornalismo modificam-se profundamente. A “conversação coletiva pela qual criam-se e distribuem-se

---

<sup>28</sup> Ainda em meados da década de 1990, Lemos (2002) pensa a noção de ciberespaço. De acordo com ele o termo foi criado pelo escritor de ficção científica William Gibson no livro *Neuromancer*, de 1984. Na obra, o ciberespaço seria um espaço não físico ou territorial composto por um conjunto de redes de computadores através das quais as informações circulam. Lemos parte dessa definição para trazer alguns entendimentos sobre o termo. Assim, o ciberespaço seria um ambiente simulado, como a internet. Uma entidade real, parte vital da cibercultura planetária. O ciberespaço não é desconectado da realidade, mas um complexificador do real. Um espaço transnacional no qual o corpo é suspenso pela abolição do espaço, sem dimensões, “um universo de informações navegável de forma instantânea a reversível”. (p. 137).

as opiniões” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 70) se reestrutura em uma nova forma de produção e distribuição de sentidos.

Essa nova esfera pública começa a receber variados nomes. Pierre Lévy a chama de nova de esfera pública conectada. Nela são apagadas as bordas dos territórios geográficos e a conformação dessa esfera pública se dá pela língua, pela cultura, e, principalmente, pelos centros de interesse. Ela é, essencialmente, mundial e vista por Lévy com certo otimismo no prefácio à edição brasileira do livro *O futuro da internet* (2010).

Chama a atenção o título desse mesmo prefácio de Lévy, *A mutação inacabada da esfera pública*, redigido em 2009. Assim como no clássico de Habermas, a esfera pública, agora fortemente impactada pelos processos interacionais desenvolvidos na internet, também estaria em uma “mutação inacabada”.

Para Lévy essa nova esfera pública conectada trazia como valores e ações principais a abertura, as relações entre pares e a colaboração. Um espaço descentralizado em que a comunicação se dá de muitos para muitos, ultrapassando a era dos meios de um para muitos.

A estruturação dessa esfera pública transformada pela internet se conforma a partir de uma rede de trocas e colaboração. A polarização se estabelece entre pessoas que fornecem, ao mesmo tempo, os conteúdos, produzem a crítica, a filtragem e se organizam na estrutura de rede.

A distinção entre público e privado, que origina a esfera pública burguesa no século XVIII, se apaga. Para o sociólogo francês a esfera privada entra em processo de erosão com os comportamentos mais íntimos expostos nas mais diversas plataformas digitais como o YouTube e os sites de redes sociais como o Facebook, e, posteriormente, o Instagram.

O olhar otimista de Pierre Lévy se manifesta também em sua visão sobre a democracia nessa nova esfera pública. Para ele, os quatro domínios interdependentes entre si, basilares à democracia, são positivamente afetados. A esfera pública conectada aumenta a capacidade de aquisição de informação, de expressão, de associação e de deliberação entre os indivíduos.

Essas mesmas bases positivas podem ser pensadas, nessa esfera pública conectada, no sentido de analisar uma construção coletiva de uma crítica das práticas jornalísticas. O próprio Lévy analisa que essa ambiência dá

“a palavra a todo mundo, oferecendo os meios para produzir e comentar as notícias do dia” (2010, p. 11).

Nesse contexto, um público mais informado teria mais capacidade de analisar os produtos do jornalismo. Suas opiniões sobre esses produtos ganham em expressão e a ampliação das possibilidades de associação levam ao estabelecimento de redes de crítica a partir da deliberação dos indivíduos e das conexões entre os diferentes dispositivos.

No clima intelectual gerado nessa computação social, ainda de acordo com Lévy, “a avaliação, a crítica e a categorização não são mais reservadas aos mediadores culturais tradicionais (clero, professores, jornalistas, editores), mas retorna às mãos das multidões” (2010, p. 11). Essa descentralização é a base para a proliferação de dispositivos de crítica midiática na internet. No entanto, ainda que não tenham mais reservado a si o monopólio da fala, esses atores citados por Lévy não são excluídos dessa esfera pública conectada, mas sim, incorporados aos novos processos interacionais que emergem dela.

Ao analisar as relações entre a esfera pública habermasiana e as potencialidades da internet, Martino (2014) lembra que a concepção basilar da esfera pública como lugar de discussão *pública* de ideias encontra nos ambientes digitais uma relação direta. A ideia de *publicar* algo em um site ou site de rede social traz consigo esse desejo de tornar públicas as opiniões dos participantes.

Se a esfera pública burguesa se forma a partir dos espaços de troca entre os cidadãos, os sites de redes sociais, por si, são espaços privilegiados para esses encontros. Elas substituem as trocas pessoais, que nos séculos XVIII e XIX se davam nas sociedades, bares, cafés e clubes, por encontros mediados pela internet.

Um dos principais vetores constituintes da opinião pública gerada nessa esfera dos assuntos de interesse coletivo é a visibilidade. Na concepção inicial do conceito a visibilidade é o que diferencia a esfera pública e a esfera privada. As questões específicas do cotidiano particular eram mantidas fora da discussão pública por não interessar à coletividade.

Como vimos, nos últimos séculos a imprensa se consolida como a responsável por mediar essa discussão pública e dar visibilidade às discussões

coletivas. Dois deslocamentos, no que diz respeito à visibilidade, podem ser vistos na internet.

A mudança inicial é a perda do monopólio da visibilidade por parte da mídia. Na sociedade dos meios era ela quem dizia o que seria publicamente discutido ou não. É nesse contexto que surge e se populariza uma das principais teorias do jornalismo. A ideia de agendamento, formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970, traz a cobertura jornalística como responsável por indicar à sociedade o que é mais importante a ser discutido no momento.

A emergência das redes digitais abala esse monopólio transformando a imprensa em mais um ator no debate público. Sem dúvida um ator ainda importante, mas não mais o único mediador. Os agendamentos desses debates já não se dão exclusivamente pela mídia, mas também pelas dinâmicas próprias dos participantes em rede.

O segundo desses deslocamentos gerados pela popularização e enraizamento da internet na sociedade é a própria noção de privado. A esfera privada da vida, aquela que diz respeito a poucos, é erodida por uma sociedade em que a noção daquilo que não deve ser tornado público se esmaece. Mesmo os problemas mais íntimos são expostos e, muitas vezes, discutidos publicamente.

Decorre desses dois deslocamentos uma alteração importante na forma de organização do debate público, e que nos interessa de forma particular no contexto dessa pesquisa. Se antes o debate social se orientava pelo agendamento proposto pela mídia, em grande parte concentrado em “temas de caráter político, isto é, que dizem respeito ao indivíduo como cidadão dentro de um Estado regulado pelo Direito” (MARTINO, 2014, p. 95), agora ele vai orientar-se pelos interesses de grupos específicos que Castells chama de “grupos de identidade coletiva” (1999, p. 18).

Vem de dentro dos interesses particulares, de uma esfera privada que se torna pública e encontra outros interessados em suas questões, a formação dos mais diversos grupos de identidade coletiva. No entanto, analisando a noção de esfera pública em uma sociedade democrática, não são todos os temas privados levados a público que irão interessar ao debate coletivo.

Martino lembra que nem todos os temas discutidos em público fazem parte da esfera pública:

Não se trata, portanto, do simples interesse que um tema tem, mas da relevância que esse tema pode assumir dentro da democracia. O fato de um tema se tornar público por conta de sua divulgação na internet não significa, de antemão, que ele faça parte da esfera pública virtual. [...] apenas uma parte, de fato, poderia ser incluída entre os temas de discussão afinados com as perspectivas da proposta original de Habermas (2014, p. 95).

Habermas baseia as discussões válidas dentro da ideia de esfera pública a partir de três pressupostos que garantem a racionalidade do debate: reconhecimento do interlocutor, igualdade de condições de intervir, respeito às regras. Por certo, em muitos assuntos escrutinados nas redes, essas regras não são seguidas. Em outros, no entanto, há uma discussão racional.

Pelo que temos observado, mesmo debates não pautados pela racionalidade geram consequências na esfera pública. Assim, a proliferação de notícias falsas, por exemplo, tem impacto direto nas últimas eleições presidenciais realizadas nos Estados Unidos e no Brasil. Aqui entendemos que mesmo as discussões que poderiam ser consideradas “contaminadas” dentro da proposta original de Habermas para uma esfera pública devem ser levadas em considerações nas análises dessa esfera estruturada em rede.

### 3.2.1 Características da esfera pública em rede

As profundas alterações geradas por essa esfera pública em rede expandem e descentralizam as conversações públicas. É interessante observar como o próprio Habermas viria a, gradualmente, atualizar a ideia de esfera pública ao longo do tempo, após a publicação de *Mudança Estrutural*. Pesquisadores da universidade de Wisconsin-Madison, Lewis Friedland, Thomas Hove e Hernando Rojas realizaram uma análise de falas do sociólogo em congressos e mesmo em outras obras de Habermas na qual ele fala sobre o assunto.

O conceito é retomado por Jürgen Habermas em *Between Facts and Norms* (1996), obra na qual o autor discute o Direito, a democracia e o Estado constitucional. Nela, o autor comenta a multiplicidade de públicos e a

fragmentação da esfera pública, mesmo em um momento em que a internet ainda não havia se popularizado.

Em *The Networked Public Sphere* (2006), Friedland, Hove e Rojas buscam em palestras e entrevistas de Habermas outras atualizações do conceito. Os três pesquisadores mostram que ao discutir as trocas na sociedade, o sociólogo passa a pensar uma comunicação que se estabelece em um fluxo com interdependências, que se move de forma organizada e se auto-organiza.

Habermas characterises the process in terms of functional dependencies, and he describes it with quasi-hydraulic metaphors, particularly liquid flows controlled by sluices. Sometimes he gestures towards network descriptions, but the metaphors of liquid flows dominate. These issues are not simply metaphorical but central to the theory itself. Networks of flows have different dynamics than systems of functional dependencies. They move from the bottom up more freely, they self-organise in “neighbourhoods” that themselves form sub-systems of communication loops, and so on (FRIEDLAND; HOVE; ROJAS, 2006, p. 8).

Os estudos desenvolvidos na universidade Wisconsin-Madison fazem um importante deslocamento na análise dessas discussões públicas desenvolvidas a partir da internet. Enquanto Lemos e Lévy (2010) chamam essa ambiência de esfera pública conectada, Friedland, Hove e Rojas (2006) a chamam de esfera pública em rede.

A diferenciação de nomenclatura pode parecer inócua, mas traz consigo alterações significativas na forma de observar a conformação dessas discussões públicas. Mais do que a conexão à internet, o que caracteriza esse debate público é a formação de redes temáticas e de interesse dos participantes.

Nessas redes alteram-se os fluxos e o ordenamento comunicacional, que passa a ser cada vez mais descentralizado. “Recently, however, network logics have reshaped communicative directions and flows. In particular, they have loosened sub-systemic dependencies, increased flows of communication from below, and created greater instability throughout the entire system” (FRIEDLAND; HOVE; ROJAS, 2006, p. 9).

Professor norte-americano de origem israelita, Yochai Benkler (2006) pensa o que chama de *networked public sphere* como um espaço deliberativo

da sociedade civil no ambiente comunicacional em rede. A principal característica desse espaço de deliberação coletiva é sua arquitetura descentralizada e formulada em uma lógica de rede.

Para Benkler é preciso superar a ideia de que o que caracteriza essa esfera pública seja a ferramenta (internet). O principal ativo desse espaço são as práticas de produção social geradas a partir da ferramenta. O efeito inicial dessa ferramenta, observado por ele ainda em 2006, é produção informacional de atores de fora do mercado: o trabalho de indivíduos sozinhos e em cooperação com outros, ou de associações formais como ONGs, bem como o retorno do seu efeito sobre a mídia tradicional.

No que diz respeito aos efeitos sobre a mídia, analisamos aqui como essa esfera pública gerada a partir dos ambientes digitais tensiona as práticas jornalísticas. Nesse contexto, podemos perceber o jornalismo como vetor da geração de grupos de interessados em observar sua atuação.

Os interesses que podem levar um participante a se engajar na produção de uma contestação aos produtos do jornalismo são muitos. Durante o período em que realizamos essa pesquisa o Brasil viveu momentos de forte turbulência política. Desde os movimentos que levaram impeachment de Dilma Rousseff, passando pelo conturbado governo de Michel Temer e encerrando um ciclo (que marca o início de outro) com ascensão da extrema-direita ao poder com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Todo esse momento político direcionou em muito os debates da esfera pública em rede para as questões políticas. Esse contexto fez com que os casos analisados por nós tenham forte ligação com esse momento particular da história. Mais do que isso, os atores envolvidos na produção dessa crítica em rede se formam a partir de grupos de interesse ligados diretamente a interesses políticos/ideológicos. Por sua ainda marcante força no debate público, a mídia se torna alvo desses grupos de interesse que, mesmo que defendam posições antagônicas no espectro ideológico, acabam somando suas críticas nessa construção coletiva que observamos.

Tanto Friedland, Hove e Rojas (2006) quanto Benkler (2006) e Burns e Highfield (2016) observam como característica fundamental dessa esfera pública em rede, de arquitetura descentralizada e fluxos comunicacionais multidirecionais, sua potência desestabilizadora. Os alvos dessa

desestabilização são as instituições estabelecidas: os partidos políticos, a noção de Estado e, o que particularmente nos interessa, a mídia hegemônica.

Nessa ambiência, afirma Yochai Benkler (2006), a arquitetura da informação supera em boa medida a assimetria entre os tradicionais polos de emissão e recepção. Assim as pessoas passam a poder dizer, a partir de seus interesses e gostos, o que estão pensando. A linearidade historicamente apontada nas relações entre mídia e sociedade passa a conviver com a horizontalidade das redes.

A formação de uma esfera pública conectada, para além da tecnologia, depende das pessoas. São elas que constroem os nós e links que formam a arquiteturas desses debates públicos. Benkler lembra que não basta ter acesso à internet para que o cidadão se transforme em um ativista político. Da mesma forma no trato com o jornalismo, não basta apenas acesso ou consumo de produtos jornalísticos para que o cidadão se transforme automaticamente em um crítico. É preciso um interesse particular pelo tema, ou pelos temas tratados pelo jornalismo para que uma crítica social passe a se constituir.

O que a esfera pública em rede possibilita são os encontros entre esses grupos de interesse. Benkler busca demonstrar que, mesmo entre os interessados, há níveis de interesse assim como níveis de atividade. Alguns atores dedicarão mais tempo e interesse no tema do que outros, reverberando argumentos em diferentes lugares dentro da internet (comentários em sites jornalísticos, posts em blogs ou comentários em sites de redes sociais, por exemplo).

Momentos de extrema polarização, como o vivido pela sociedade brasileira, fatalmente ampliam tanto a disposição para a atividade quanto o olhar do público às mídias e aos produtos do jornalismo. Ambos os lados da polarização política que se impôs nos últimos anos no Brasil passaram a construir uma crítica sistemática ao jornalismo, como vemos nos casos analisados ao longo dos quatro anos de pesquisa.

Abrimos o próximo capítulo apresentando o segundo caso coletado na pesquisa, ainda em 2016. Nele é possível observar marcas dessa esfera pública conectada que discutimos nesse capítulo. Estruturas descentralizadas, múltiplos atores, alta capacidade de reverberação de argumentos e o



jornalismo em lugar central na crítica promovida pelos participantes podem ser vistos no caso *O povo versus Folha de S. Paulo*.

#### 4 CASO 2 – O POVO VERSUS FOLHA DE S. PAULO

Em julho de 2016 o Brasil vivia um momento raro. Tinha então uma presidenta da República eleita, Dilma Rousseff, porém afastada. Enquanto isso, o país era governado por um presidente interino, Michel Temer, cuja legitimidade era contestada.

Temer ocupava a Presidência da República desde o dia 12 de maio de 2016, quando o Senado determinou o afastamento de Dilma. Entre maio e julho daquele ano nenhuma pesquisa de opinião sobre o então governo interino foi realizada, levando a questionamentos nos sites de redes sociais sobre a ausência de levantamento por parte dos institutos<sup>29</sup>.

A primeira pesquisa mais aprofundada de um dos grandes institutos do país sobre o momento político brasileiro, após a posse de Temer, viria a público no dia 18 de julho. O Instituto de Pesquisas Datafolha realizou levantamento entre os dias 14 e 15 de julho de 2016, no qual foram realizadas 2.792 entrevistas em 171 municípios, com margem de erro máxima de 2 pontos percentuais.

Nesse momento, Michel Temer governava há cerca de dois meses. A pesquisa foi a base da manchete da Folha de S. Paulo na edição de 17 de julho com o título “Cresce o otimismo com a economia, diz Datafolha”.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/em-enquete-de-jornal-62-das-pessoas-acham-que-o-governo-interino-de-temer-sera-pessimo/>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

Figura 6 - Capa do jornal Folha de S. Paulo em 17 de julho de 2016



Fonte: Folha de S. Paulo

Além da matéria que virou manchete, publicada na página A4, a pesquisa do Datafolha gerou outra, que abriu a página A5: “Para 50% Temer deve ficar; 32% são pró-Dilma”. A mesma reportagem ainda dizia, na linha de apoio, que um terço dos entrevistados não sabiam o nome do presidente interino, e destacava que a gestão Temer era bem avaliada por 14% dos entrevistados. Esses números já eram destacados na capa do jornal.

Analisado o título da reportagem, ela trazia algo realmente novo. Em 9 de abril, antes do afastamento de Dilma Rousseff, o mesmo instituto Datafolha havia divulgado pesquisa que mostrava que 79% dos brasileiros queriam a saída de ambos, Dilma e Temer, e a consequente realização de novas eleições.

Três meses depois, essa nova pesquisa mostrava que apenas 4% dos entrevistados pediam a saída tanto da presidente eleita quanto do presidente interino, e apenas outros 3% pediam novas eleições. Uma queda de mais de 70 pontos percentuais no desejo dos eleitores por uma nova ida às urnas, ideia que havia sido encampada por Dilma Rousseff na fase final do processo de impeachment. A Folha não publicou quais foram as perguntas feitas pelo Datafolha para chegar a esses resultados.

Os dados geraram perplexidade nos leitores da Folha de S. Paulo. A postagem da reportagem que dizia que 50% dos entrevistados queriam Michel

Temer até o final de 2018, e que ainda outros 32% preferiam a volta de Dilma Rousseff, recebeu 740 comentários na fanpage no jornal no Facebook. Desde as primeiras manifestações, fica claro o estranhamento que esses dados geraram.

Em pouco tempo, sites e blogs passaram a criticar tanto a Folha de S. Paulo quanto o Datafolha pela pesquisa. Isso porque, na pergunta que foi formulada aos entrevistados, e que não havia sido publicada naquele dia pela Folha e nem pelo Datafolha, não havia sido dada a opção “nova eleição”. A pergunta formulada foi: “Na sua opinião, o que seria melhor para o país: que Dilma voltasse à Presidência ou que Michel Temer continuasse no mandato até 2018?<sup>30</sup>”.

A Folha de S. Paulo em sua matéria não esclarece esse ponto. Apenas cita que 4% citaram “nenhum dos dois” e que 3% disseram “novas eleições”. No dia seguinte à publicação dos dados, uma nova informação veio a público. Folha e Datafolha haviam decidido não publicar que a pesquisa havia perguntado se os eleitores desejavam uma nova eleição. Nessa questão, 62% dos eleitores haviam concordado com a tese de um novo pleito, defendida pela presidenta Dilma Rousseff.

A pesquisa e sua divulgação receberam forte crítica na internet. Um dos textos mais veementes é do site The Intercept, mantido pelo jornalista norte-americano Glenn Greenwald. Em seu texto<sup>31</sup>, Greenwald (2016) afirma que “tornou-se evidente que, seja por desonestidade ou incompetência extrema, a Folha cometeu uma fraude jornalística”. O jornalista argumenta que “ao limitar de forma infundada as respostas a apenas duas opções, a Folha gerou as amplas distorções observadas nos resultados”.

---

<sup>30</sup> Disponível em:

<[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/18/av\\_presidente\\_michel\\_temer\\_v2.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/18/av_presidente_michel_temer_v2.pdf)>.

Acesso em: 02 ago. 2016.

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/07/20/folha-comete-fraude-jornalistica-com-pesquisa-manipulada-visando-alavancar-temer/>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

Figura 7 - Reportagem publicada no site The Intercept em 20 de julho de 2016



Fonte: The Intercept

Além do The Intercept, outros sites apontaram erros na pesquisa do Datafolha e na reportagem da Folha de S. Paulo. O Brasil 247 segue a mesma linha e fala em “fraude estatística”. O Diário do Centro do Mundo, Tijolaço, Brasil Post, Revista Fórum, dentre outros espaços, também falaram sobre o tema, em muitos casos, usando o texto de Glenn Greenwald como referência.

Mesmo veículos de comunicação considerados mais tradicionais, como o El País e O Globo, noticiaram a polêmica em que a Folha se envolveu pela divulgação da pesquisa. No mesmo dia em que o The Intercept e outros sites falaram sobre a pesquisa publicada dois dias antes, a própria Folha noticiou a polêmica, com o título: “Perguntas feitas em pesquisa Datafolha causam polêmica”<sup>32</sup>. Naquele dia, 20 de julho, o jornal paulista também divulgou as perguntas que haviam sido feitas aos entrevistados pela pesquisa. Nesse mesmo texto, o jornal dizia que não houve erro, e que tanto a publicação, quanto o instituto de pesquisas, agiram com “transparência”.

Apesar do editor-executivo do jornal ter afirmado que “o resultado da questão sobre a dupla renúncia de Dilma e Temer não pareceu especialmente noticioso, por repetir uma tendência, além de o jornal considerar tratar-se de

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1793761-perguntas-feitas-em-pesquisa-datafolha-causam-polemica.shtml>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

cenário político pouco provável”<sup>33</sup>, a Ombudsman da Folha não considerou a argumentação válida, e falou sobre o caso.

Figura 8 - Coluna da ombudsman do jornal Folha de S. Paulo publicada em 24 de julho de 2016

A6 poder ★ ★ ★ DOMINGO, 24 DE JULHO DE 2016 FOLHA DE S. PAULO

## OMBUDSMAN

PAULA CESARINO COSTA [ombudsman@grupofolha.com.br](mailto:ombudsman@grupofolha.com.br) [folha.com.br/ombudsman](http://folha.com.br/ombudsman)

### A Folha errou e persistiu no erro

FUNDADO EM 1983, o instituto de pesquisas Datafolha, pertencente ao Grupo Folha, acumulou um patrimônio de qualidade técnica, arrojado de abordagem e interpretação dados isenta. Sua credibilidade foi construída em trabalho contínuo com a Redação. Introjeteu de tal forma no jornal que uma tática antiga à Folha é a de ser um tal "data-dependente".

Dito isso, é preciso reconhecer que semana que passou foi amarga para o Datafolha e para a Folha. Desde que assumi o mandato, nenhum assunto mobilizou tanto os leitores. Do total de mensagens recebidas desde quarta-feira, 62% foram críticas e acusações ao jornal. Variavam de fraude jornalística e manipulação de resultados a pura e simples má-fé, passando por sonegação de informação e interpretação tendenciosa.

A questão central está na acusação de o jornal ter omitido, deliberadamente, que a maioria dos entrevistados (62%) pelo Datafolha se disseram favoráveis a novas eleições presidenciais, em cenário

visando alavancar Temer".

Em trabalho complementar, comprovaram que o jornal omitira da reportagem e do questionário divulgado no site do Datafolha questão proposta aos entrevistados sobre a convocação de novas eleições.

Outra pergunta também foi omitida. Esta pedia aos entrevistados que avaliassem se o processo de impeachment está seguindo as regras democráticas e a Constituição: 49% disseram que sim; 37% que não.

Para alimentar teorias conspiratórias, revelou-se que o Datafolha colocou em seu site mais de uma versão do relatório da pesquisa polêmica, sendo que em só uma delas constavam as duas perguntas. O instituto explica que faz um relatório completo para a Redação, mas divulga no site apenas o que saiu no jornal. No caso, o primeiro documento continha, por falha, título sobre

**Jornal perdeu chance de corrigir avaliação editorial equivocada ao abrir mão de reinterpretar Datafolha**

a pergunta 14, ausente do relatório por não ter sido usada.

Diante da polêmica, Folha e Datafolha optaram por divulgar link para o relatório completo.

Reveladas as omissões e estabelecida a confusão, o editor-executivo do jornal, Sérgio Dávila, disse que o resultado da questão sobre a dupla renúncia de Dilma e Temer não pareceu especialmente noticioso, por repetir uma tendência, além de o jornal considerar tratar-se de cenário político pouco provável.

Leitores discordaram: "A Folha me pareceu escapar pela tangente, com respostas vagas", disse Eduardo Ottoni. "Os argumentos chegaram

a ser até um insulto à inteligência do leitor", afirmou Márcia Meireles. "A Folha errou, é tão grave assumir seus erros?", questionou.

A ombudsman resumiu as críticas dos leitores ao editor-executivo. Dávila argumentou que "o único cenário concreto à frente é o Senado decidir se Dilma Rousseff volta a exercer o cargo de presidente da República ou se Michel Temer continua a exercê-lo. Não há terceira opção além dos dois desfechos possíveis. (...) Faz parte da boa prática jornalística não publicar o que é pouco relevante".

Dávila lembrou que a Folha frequentemente publica uma fração das pesquisas, "nunca sua íntegra".

Discordo em muitos pontos do editor-executivo. Quando a Folha, em editorial de Primeira Página em 3 de abril, defendeu a renúncia de Dilma e de Temer e a convocação

de nova eleição, também esse não era um cenário provável.

Se a possibilidade de dupla renúncia não era mais levada em conta, por que então a questão foi incluída na pesquisa? O questionário já foi elaborado nesse cenário. A repetição de tendência como argumento para não publicar o resultado é incoerente com a prática jornal por anos a fio.

Quando secretária de Redação e editora de Política, participei elaboração de incontáveis questionários de pesquisas Datafolha. Com a limitação técnica de quantidade de perguntas, cada uma precisa ser muito bem pensada e escolhida. Não há justificativa para colocar uma pergunta e depois ignorá-la.

Na crítica que circula diariamente na Redação, questionei a abordagem da pesquisa, feita pelo jornal, subaproveitando temas políticos, ao destacar em manchete o otimismo com a economia. Reveladas as omissões, lamentei a forma como o jornal enfrentou a polêmica. Sugerir que reconhecesse seu erro editorial e destacasse os números ausentes

Fonte: Folha de S. Paulo

No domingo seguinte, Paula Cesarino Costa afirma já no título da sua coluna: "A Folha errou, e persistiu no erro". Ela afirma que questionou o executivo sobre o tema, e reforça que o jornal errou no caso. Por fim, reitera:

A meu ver, o jornal cometeu grave erro de avaliação. Não se preocupou em explorar os diversos pontos de vista que o material permitia, de modo a manter postura jornalística equidistante das paixões políticas. Tendo a chance de reparar o erro, encastelou-se na lógica da praxe e da suposta falta de apelo noticioso. A reação pouco transparente, lenta e de quase desprezo às falhas e omissões apontadas maculou a imagem da Folha e de seu instituto de pesquisas. A Folha errou e persistiu no erro (COSTA, 2016).

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/07/1794799-a-folha-errou-e-persistiu-no-erro.shtml>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

#### 4.1 Análises iniciais do Caso Folha

A polêmica envolvendo a Folha de S. Paulo e o Instituto Datafolha mostra alguns aspectos iniciais sobre os diferentes dispositivos críticos midiáticos. A interação entre comentário do público nos sites de redes sociais, blogs e sites com críticas assinadas por profissionais e a coluna da ombudsman mostram uma crítica construída coletivamente de forma descentralizada. Vemos no caso indícios da existência do que estamos chamando de uma *construção social da crítica das práticas jornalísticas*.

Em um ambiente de convergência, as vozes que buscam dialogar criticamente com as redações se confundem entre si. Diferentes atores a partir de diferentes canais que funcionam de maneira independente e inter-relacionada, a partir de circuitos e lógicas próprias, mas que se entrelaçam.

Fica evidente que o leitor é parte da construção de uma crítica que é coletiva, e que justamente por ser coletiva, repercute nas redações. Nesse sentido, é importante analisar o que diz a ombudsman da Folha de S. Paulo sobre o caso. Já em sua coluna, Paula Cesarino Costa ressalta a importância da manifestação do leitor. “Desde que assumi<sup>34</sup> o mandato, nenhum assunto mobilizou tanto os leitores. Do total de mensagens recebidas desde quarta-feira, 62% foram críticas e acusações ao jornal”.

Na busca por entender a construção dessa crítica repercutida na fanpage do jornal, todos os 740 comentários foram salvos e lidos individualmente. Na leitura, três tipos de manifestações dos leitores foram percebidas: comentários que discutiam o tema da matéria em si, sem uma problematização do conteúdo; comentários que contestavam os dados a partir de uma crítica ao Instituto Datafolha, e aos institutos de pesquisa de maneira geral; e por fim, comentários que criticavam o jornal Folha de S. Paulo, ou a mídia de maneira abrangente.

Observamos que em 112 comentários publicados os leitores faziam críticas diretas ao Instituto Datafolha ou aos institutos de pesquisa de maneira geral. Isso quer dizer que 15,13% dos leitores que leram a matéria resolveram

---

<sup>34</sup> Paula Cesarino Costa assumiu o cargo em abril de 2016.

não comentar diretamente sobre seu teor, mas sim, levantar dúvidas sobre o levantamento realizado.

Além das críticas direcionadas ao Datafolha, havia comentários dos leitores que eram dirigidos à Folha de S. Paulo especificamente e à mídia/imprensa de maneira geral. Foram 119 posts criticando a reportagem da Folha e a imprensa brasileira, o que mostra que 16,08% dos leitores que se manifestaram fizeram alguma crítica negativa à publicação em função da notícia veiculada sobre a aprovação do governo Temer.

Os comentários que faziam uma crítica ao jornal foram separados, e reanalisados, na busca por particularidades e regularidades entre si. Dos 119 comentários em tom de crítica ao jornal, nove (7,63%) utilizaram sites e blogs como referência no momento de criticar a Folha. Ainda que não seja um número grande, essas eram as manifestações mais extensas, nas quais se percebe um cuidado maior na formulação da crítica.

Uma semana após a publicação da matéria, as críticas ao jornal em função da publicação da pesquisa retornaram. Isso ocorreu a partir da já citada publicação da coluna da ombudsman Paula Cesarino Costa.

Durante a tarde na qual estivemos no setor de ombudsman da Folha de S. Paulo, a assistente de Cesarino Costa, Vanessa Henriques, explicou os processos internos realizados no departamento, e falou sobre o caso. “Tivemos um salto gigantesco na quantidade de mensagens recebidas no período logo após a publicação da pesquisa” (HENRIQUES, 2016)<sup>35</sup>.

Entre os aspectos destacados, tanto por Vanessa Henriques durante a entrevista quanto por Paula Cesarino Costa em sua coluna, chama atenção a diversidade de dispositivos<sup>36</sup> críticos acionados pela sociedade neste caso. Para além da quantidade há um aspecto central para a análise da construção dessa crítica: a rede formada por esses dispositivos em interação.

Nesse contexto, as críticas direcionadas à Folha de S. Paulo partem de aportes de diferentes lugares de crítica, que interagem entre si. Uma crítica que

---

<sup>35</sup> Essa entrevista também dá base a outras análises. Outros dados coletados nessa conversa irão aparecer nos capítulos seguintes, especialmente em “A dupla vida do ombudsman”.

<sup>36</sup> Analisamos a noção de dispositivo no capítulo 7. Essa diversidade de dispositivos apresentamos de forma mais aprofundada na análise no capítulo 11.



se constrói em rede, nos ambientes digitais, e que coloca o jornalismo em debate nessa esfera pública reconfigurada pela tecnologia.

Partindo das premissas vistas nesse caso passamos a entender essa construção social das práticas jornalísticas como um processo desenvolvido a partir de dispositivos múltiplos, que formam uma rede crítica. O processo de convergência e a conformação das discussões na sociedade a partir de redes são pensados de forma aprofundada teoricamente no próximo capítulo.

## 5 CRÍTICA EM REDE, REDES DE CRÍTICAS

Ainda no início do percurso dessa pesquisa entendíamos os diferentes processos críticos ao Jornalismo como autônomos em suas práticas internas. Nessa visada, cada dispositivo de crítica (acadêmico, social, polêmico-profissional e a autocrítica dos meios) era percebido como dispositivo particular fechado em suas lógicas internas de funcionamento.

A pré-observação do primeiro caso selecionado, que apresentamos no capítulo anterior, mostrou que essas construções são muito mais coletivas do que parecem. Os muitos atravessamentos de lógicas e falas críticas transformaram, o que entendíamos como movimentos críticos diversos em um processo coletivo em rede, uma construção social. Esse processo descentralizado e, em boa medida, caótico, é resultado direto das características dos movimentos em rede que se desenvolvem na internet.

O caso envolvendo o jornal Folha de S. Paulo mostra um pouco dessas múltiplas articulações entre os diferentes dispositivos de crítica das práticas jornalísticas. Percebemos, então, a existência de um processo de convergência crítica no qual cada dispositivo opera com suas lógicas e interesses próprios, mas em profundo atravessamento com as lógicas e interesses dos demais dispositivos críticos.

Essa forma de articulação da crítica diz também sobre as profundas alterações nas práticas jornalísticas, no consumo de informação pela sociedade na esfera pública em rede a partir da popularização da internet e das redes sociais digitais.

Ao discutir as relações percebidas entre as redes sociais e o jornalismo, Recuero (2012) elege “três tipos de relações: a) redes sociais como fontes produtoras de informação; b) redes sociais como filtros de informações ou, como c) redes sociais com espaços de reverberação dessas informações”. (p. 7). O que propomos aqui é um quarto eixo de relações entre o público e a produção através das redes, incluindo então: d) redes como espaços de crítica das práticas jornalísticas.

Este capítulo busca contribuir com as discussões em torno da constituição de redes nos ambientes digitais. Inicialmente buscamos diferenciar termos que em muitos casos são usados como sinônimos. Mídias sociais,

redes sociais digitais, sites de redes sociais, convergência midiática são conceitos interligados. Perceber o funcionamento de cada um deles nos ajuda a entender como se constrói nessa ambiência a crítica às práticas jornalísticas.

### 5.1 A formação das redes

A ideia de uma sociedade em rede parece fortemente atrelada à emergência da internet. O termo genérico *redes sociais* passou ao senso comum como sinônimo de serviços como Facebook, Instagram, Twitter, entre outros. As redes, no entanto, conformam as nossas experiências sociais e articulam as sociedades desde o princípio da civilização.

Em *Linked – A nova ciência dos networks*, o físico Albert-Lászlo Barabási afirma que “nossa biologia, o mundo social, a economia e as tradições religiosas relatam uma irresistível história de interconectividade” (2009, p. 4). Antes mesmo das redes sociais digitais, a palavra rede ganhou as manchetes mundiais em 2001. Naquele ano, em 11 de setembro, a rede terrorista internacional al-Qaeda, criada por Osama Bin Laden, realizou uma série de ataques suicidas em território estadunidense.

O funcionamento da al-Qaeda, exaustivamente investigado pelas autoridades norte-americanas após os ataques, mostra a ideia geral por trás de uma rede. O grupo terrorista agia a partir de células colaborativas, autônomas, porém conectadas. Uma estrutura semelhante à de diversos movimentos sociais, entidades empresariais ou mesmo religiões.

Nas últimas décadas a ideia de redes e conexões entre pessoas vem sendo estudada fora do contexto das redes digitais, no âmbito de ciências como a Sociologia, a Matemática e a Psicologia (WATTS, 2003). O certo é que a formação de comunidades está na base das relações humanas e o estabelecimento de redes de contato com o outro é componente fundamental da sociabilidade.

Na década de 1960, o psicólogo estadunidense Stanley Milgram já pensava as relações interpessoais a partir da lógica de redes de conexões. É dele a famosa formulação de que todas as pessoas nos Estados Unidos estariam separadas por, no máximo, seis graus de separação. Para Milgram, já naquela época, vivíamos em um mundo pequeno (*small world*), uma rede

bastante densa que coloca duas pessoas em contato bastando alguns poucos apertos de mãos (BARABÁSI, 2009).

Watts (2003) lembra que os matemáticos Paul Erdős, e Alfred Rényi, antes de Milgram e ainda no final da década de 1950, passaram a pensar em redes a partir da ideia de grafos randômicos. Sua explicação parte de uma análise razoavelmente simples.

Tomando como exemplo um coquetel, Erdős e Rényi apresentaram cada convidado como se fosse um nó isolado. Em seguida esses nós receberam um link aleatório, replicando os encontros casuais que se dão nesses eventos. Com alguns poucos links, os primeiros nós acabaram por se emparelhar. O que eles demonstraram, no entanto, é que bastaria a média de uma conexão para cada um dos presentes para que todos terminassem o encontro conectados. Assim, os muitos nós passariam a formar um cluster único, aglomerado que reúne todos os convidados em uma única rede.

Barabási (2009) lembra ainda que Erdős e Rényi chegaram a outra conclusão: quanto mais links eram adicionados, maior a probabilidade de serem gerados clusters, ou seja, grupos de nós com uma conexão mais estreita. Um coquetel, portanto, poderia ser um conjunto de clusters (grupos) que ocasionalmente estabeleciam relações com outros grupos (rede).

[...] quando pinçamos e conectamos aleatoriamente pares de nós juntos em uma rede ocorre algo especial: a rede, após comportar um número crítico de links, drasticamente muda. *Antes* tínhamos grupos de pequenos aglomerados isolados de nós, diferentes grupos de pessoas que se comunicam apenas dentro dos grupos. *Depois*, um aglomerado gigante, formado por quase todos os convidados. (BARABÁSI, 2009, p. 16, grifos do autor).

Na visão dos matemáticos, a conexão entre os diferentes nós era configurada randomicamente. Barabási, no entanto, contesta essa afirmação. De acordo com ele, essa aleatoriedade pode ser aplicada a um modelo matemático, mas não explica as complexas relações sociais.

Da concepção de Erdős e Rényi nos interessa a matriz de elaboração das conexões em rede. No que diz respeito à formação de redes de crítica a um determinado produto ou serviço, ou, mais especificamente, às práticas jornalísticas, a conexão entre os diferentes dispositivos se dá a partir da

visibilidade desse dispositivo por pelo menos um participante do outro dispositivo.

Quanto mais participantes conhecerem determinado dispositivo, mais facilmente ele funcionará em rede, e mais rapidamente suas ideias se propagam. Ao pensar a propagação de conteúdos nos ambientes digitais, Jenkins, Green e Ford (2014) afirmam que esses nós se formam, para o público de uma maneira mais abrangente, se o conteúdo puder ser facilmente compartilhado.

Nesse contexto, os autores listam cinco características que levam um conteúdo a ser compartilhado: *disponibilidade*, que é a capacidade de um conteúdo estar onde estão as pessoas; *portabilidade*, que é a facilidade do público em se apropriar do conteúdo reinserindo-o em outros lugares; *reutilização*, um formato aberto à ser reutilizado; *relevância*, com diferentes públicos se interessando pelo conteúdo e, por fim, *fluxo constante*, com o conteúdo tendo uma continuidade.

Em *Cultura da Conexão* (2014), livro no qual os três autores pensam esses princípios de propagabilidade, Jenkins, Green e Ford avaliaram conteúdos virais compartilhados na internet, a partir da lógica da publicidade. Ainda assim, esses mesmos princípios podem ser observados na circulação de conteúdos críticos ao jornalismo elaborados pelos diferentes dispositivos.

No capítulo anterior, vimos a interação crítica de um dispositivo com características bastante particulares: o ombudsman. Mesmo com a qualidade da crítica produzida por Paula Cesarino Costa é certo que a circulação de seus conteúdos é restrita, justamente por não atender a alguns dos critérios pensados por Jenkins, Green e Ford.

Mesmo mantendo fluxo crítico constante, as críticas da ombudsman da Folha de S. Paulo circulam menos em razão da sua disponibilidade nos ambientes digitais. O conteúdo do jornal é restrito a assinantes, o que diminui consideravelmente a quantidade de nós que esse dispositivo poderia construir na rede.

O dispositivo ombudsman, no caso do jornal Folha de S. Paulo, é limitado por sua *disponibilidade*. Além disso, apesar de relevante como mecanismo crítico, o ombudsman, nesse contexto específico, atende apenas parcialmente ao critério *relevância*. Isso porque a profissional do jornal, e

mesmo seus antecessores, raramente fazem uma crítica mais abrangente dos veículos noticiosos brasileiros. O foco da crítica é o próprio jornal, reduzindo o interesse dos diversos públicos.

Apesar disso, vimos como Erdős e Rényi tinham razão ao pensar que havendo uma quantidade mínima de nós já é possível a integração desse nó (para nós o nó é o participante crítico) à rede. No momento em que um dos leitores transcreve essa crítica nos comentários de um post em um site de rede social, ou que um jornalista publica ao menos parte dela em seu site ou blog, quebra-se a lógica do fechamento da coluna aos assinantes e o dispositivo ombudsman passa a integrar essa rede crítica de forma ainda mais presente.

A internet complexifica e expande a noção de redes. A esfera pública em rede, como vimos no capítulo 2, passa a se formar a partir de múltiplas esferas públicas (CROSSLEY; ROBERTS, 2004). Esses espaços de discussão coletiva se tornam ainda mais vastos e suas lógicas ainda mais atravessadas por diferentes atores e dispositivos.

Retomando a discussão em torno da formação de redes, e de redes críticas mais especificamente, se os dispositivos não se conectam de forma aleatória, como pensavam Erdős e Rényi, a discussão que se apresenta é o que leva à conexão. Cardoso Braga (2005), ao pensar a construção de sentidos no ciberespaço, argumenta que os sentidos são construídos a partir do caminho percorrido. Quer dizer, a topologia dos caminhos percorridos nos ambientes digitais constrói os sentidos, além de deixar rastros.

A rede se constrói, então, nos descentralizados caminhos percorridos pelos usuários. Nessa busca por conteúdo, orientada por interesses individuais, múltiplos aportes se somam na construção dos sentidos. Essa construção múltipla é levada às interações. Múltiplas construções, múltiplos indivíduos conectados e trocando experiências.

### 5.1.1 Redes críticas

As múltiplas conexões trazem consigo a diversidade dos próprios participantes do processo comunicacional. É certo que no interior de cada dispositivo crítico que mapeamos os participantes têm interesses distintos. A ombudsman, um jornalista que passa à condição de crítico, o leitor de jornal,

um acadêmico, interagem no interior desses dispositivos a partir de lógicas próprias.

Castells, ainda em 1999 ao publicar *O poder da identidade*, reflete sobre a construção dessas redes. Ao observar a sociedade que se configurava naquele final de século XX, o sociólogo espanhol percebia a elaboração de redes baseadas em identidades coletivas. Assim, as possibilidades abertas a partir da internet levavam os públicos à formação de redes<sup>37</sup> que traduziam os anseios de grupos sociais bastante específicos, antes bem mais dispersos no tecido social.

Essas redes de interesses são altamente diversificadas e incorporam movimentos de tendência ativa. Ele cita como exemplo o feminismo e o ambientalismo, além de incluir os movimentos de reação como as mobilizações em torno dos valores religiosos e o nacionalismo.

Nessa nova sociedade que se mobiliza em rede a partir de expressões identitárias, duas consequências diretas impactam a crítica ao jornalismo e levam à conexão desses indivíduos aos dispositivos críticos. A primeira delas é a vigilância constante desses grupos às questões relacionados aos seus interesses na esfera pública (BRUNO, 2006).

Dessa forma, e utilizando os mesmos exemplos dados por Castells (1999), grupos feministas passaram a observar a representação da mulher por parte da mídia. A cobertura das questões relacionadas ao meio ambiente é tema caro aos ambientalistas. A noção de família e religião passa a ser cobrada por grupos religiosos, assim como sua noção do que é moral conforma uma crítica ao que consideram imoral nos meios de comunicação.

Em outras palavras, os grupos identitários mobilizados em rede integram um fluxo crítico a partir dos interesses desses grupos (MACHADO, 2007)<sup>38</sup>. O mesmo vale para a militância política. Ela gera em rede uma observação constante das práticas jornalísticas.

---

<sup>37</sup> Castells chama essas junções de redes, múltiplas redes nesse caso. Erdős e Rényi chamariam esses grupos de clusters e a apenas a junção desses clusters seriam pensados como uma rede em visada mais ampla.

<sup>38</sup> Machado (2007) mostra, inclusive, como esses grupos em rede acabam constituindo o que ele chama de “*mass media* alternativos”. (p. 263).

A segunda consequência da emergência de grupos mobilizados por interesses específicos é razoavelmente incipiente na esfera pública brasileira, mas ainda assim pode ser notada. Indivíduos interessados nos processos midiáticos conformam, por si só, um grupo identitário que, no caldo das manifestações dos demais grupos, se somam aos dispositivos críticos. Eles integram os grupos de interesse que formam redes, observados por Benkler (2006).

A geração de redes de crítica ao jornalismo também pode ser explicada por um status que o próprio jornalismo construiu para si historicamente: o de mediador privilegiado da esfera pública (aquela baseada na sociedade dos meios). Castells parte da premissa de que a sociedade é constituída a partir de relações de poder. Esse poder pode ser exercido por meio da coerção (a violência policial do Estado seria um exemplo desse poder em exercício) ou pela “construção de significados na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica” (2017, p. 22).

Ainda que considere a coerção uma fonte de poder, Castells atribui à construção de significados uma fonte de poder mais decisiva e estável. No que diz respeito ao jornalismo de massa, ele assumiu, historicamente, o papel de construtor da realidade social (ALSINA, 2009). Ou seja, um construtor privilegiado de significados e que, por isso, se tornou um detentor de poder<sup>39</sup> dentro das estruturas sociais.

O próprio Castells ressalta, no entanto, que todo poder gera um contrapoder. Nesse sentido o poder exercido pelo jornalismo encontra nas redes um contrapoder que se organiza a partir dos interesses dos diversos participantes do processo crítico.

A esfera pública em rede, como vimos no capítulo 2, redireciona os fluxos comunicacionais levando à desestabilização das instituições estabelecidas (LÉVY, 2010). Essa situação tem sido fortemente vivenciada pelo jornalismo nas últimas duas décadas e, como vimos ainda na introdução, pelos demais poderes constituídos.

---

<sup>39</sup> A ideia do jornalismo como “quarto poder” tem longa tradição na imprensa, especialmente no jornalismo norte-americano.



Há, ainda, uma via contrária de transformações geradas pelas redes. Além de alterarem a sociedade em um contexto geral, elas alteram os próprios participantes dos processos em rede. Thompson afirma que o impacto social das redes que emergem no digital só será entendido “se pusermos de lado a ideia intuitivamente plausível de que os meios de comunicação servem para transmitir informação e conteúdo simbólico a indivíduos cujas relações com os outros permanecem fundamentalmente inalteradas” (THOMPSON, 1998, p. 13).

As redes criadas pela sociedade, especialmente aquelas mobilizadas nos ambientes digitais, não são randômicas como pensavam Erdős e Rényi. Elas são baseadas, de acordo com Castells (2003), em escolhas e estratégias dos atores sociais. No entanto, tanto em nossas observações quanto nos estudos de Barabási (2009), percebemos o quanto o acaso e a aleatoriedade fazem parte dos caminhos percorridos pelos participantes em rede.

A estrutura de rede pensada por Barabási se assemelha a uma teia sem que haja uma aranha. Ela é auto-organizada, a partir de ações independentes que geram milhões de nós e links. Nenhum nó central se interpõe, mas é certo que há uma hierarquia. Um nó mais fortemente conectado é seguido de perto por diversos nós menos conectados que são seguidos por nós ainda menos conectados.

Essa lógica de conexão se assemelha àquela pensada por Castells (1999). Ao invés da palavra *nós*, Castells fala em *laços*. Ele divide esses laços entre laços fracos e laços fortes na estruturação em rede.

A rede é especialmente apropriada para a geração de laços fracos múltiplos. Os laços fracos são úteis no fornecimento de informações e na abertura de novas oportunidades de baixo custo. [...] são redes sociais interpessoais, em sua maioria baseadas em laços fracos, diversificadíssimas e especializadíssimas, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada (CASTELLS, 1999, p. 445).

Há um forte senso de integração e identidade social entre os participantes em rede. Apesar disso, Castells (2003) lembra que a tendência dominante nessas relações sociais é a individualização. Decorre disso que não podemos analisar os processos críticos sem pensar nas dinâmicas de visibilidade e busca por ascendência que se dão entre os participantes.

Jenkins, Green e Ford (2014) afirmam que a decisão de compartilhar determinado conteúdo, ou de falar sobre ele, vai além do interesse do indivíduo por esse conteúdo. Os participantes levam para essas interações suas expectativas em relação ao que os demais integrantes de suas redes irão perceber dele ao compartilhar determinado assunto.

A busca por uma imagem considerada positiva no círculo social tem incidência nas redes nas quais os integrantes irão se integrar, nos conteúdos que irão compartilhar e nos comentários que irão publicar nos ambientes digitais. Em um momento de perda de confiança da sociedade no jornalismo, um ambiente crítico possivelmente vai mobilizar mais participantes desses processos críticos.

A crítica ao jornalismo estabelecida em rede se utiliza de diferentes plataformas<sup>40</sup> e lugares na topografia digital. Van Dijck (2013) ressalta que uma plataforma tem a capacidade de moldar o desempenho dos atos sociais em vez de simplesmente facilitá-los. As características de cada um desses suportes também são determinantes para o funcionamento da rede, e a forma como os laços, ou nós, se estabelecem.

## **5.2 Sites, blogs e a evolução da web**

Parte da crítica ao jornalismo que se constrói nas redes provém de sites e blogs mobilizados por diferentes atores nos ambientes digitais. São iniciativas movidas pela Academia, por jornalistas que deixaram as grandes redações, ou mesmo por pessoas sem relação direta com a prática jornalística.

Esses dispositivos críticos se articulam a partir da evolução da World Wide Web (www), mais especificamente, a partir da computação social (LEMOS; LÉVY, 2010), também conhecida como web 2.0<sup>41</sup>. A ideia por trás

---

<sup>40</sup> Tecnicamente falando, as plataformas são fornecedores de software, (às vezes) hardware e serviços que ajudam a codificar atividades sociais em uma arquitetura computacional; eles processam (meta)dados através de algoritmos e protocolos formatados antes de apresentar sua lógica interpretada na forma de interfaces amigáveis com configurações padrão que refletem as escolhas estratégicas do proprietário da plataforma. (VAN DIJCK, 2013, p. 29).

<sup>41</sup> Os termos web 1.0, web 2.0 e web 3.0 têm, de acordo com Santos e Nicolau (2012), um apelo mercadológico de marketing. Ainda assim, eles têm sido usados por diferentes

dela é a constituição de sites e aplicativos que contivessem em si alguma forma de ação participativa. É nela que os processos de comunicação de massa se reconfiguram de *um para muitos* para *muitos para muitos*.

O surgimento da internet e seu desenvolvimento têm sido trabalhados por diversos autores (CASTELLS, 2003), e não iremos aprofundar o contexto histórico dos primeiros passos do desenvolvimento da web<sup>42</sup>. A evolução de suas fases, no entanto, diz muito das transformações impostas ao jornalismo nas últimas três décadas e alguns pontos centrais nos ajudam entender o desenvolvimento dos dispositivos de crítica das práticas jornalísticas nos ambientes digitais.

Desde que inicia como o projeto militar Arpanet na década de 1960 (CASTELLS, 2003) até o início da década de 1990, a internet vive uma fase de desenvolvimento, com diferentes atores em diferentes países pensando aplicações para tecnologias similares. O ponto central da evolução da internet, para que ela se estabelecesse da forma como a conhecemos, é o desenvolvimento da world wide web.

Tim Berners-Lee, programador inglês que trabalhava no Laboratório Europeu para a Física de Partículas (CERN), baseado em Genebra, criou e implementou o software que permitia acrescentar e enviar informações para qualquer computador conectado através da já existente internet, em dezembro de 1990 (CASTELLS, 2003). A esse sistema de hipertexto, lançado na internet pelo CERN em agosto de 1991, Berners-Lee deu o nome de world wide web, a rede mundial de computadores (BERNERS-LEE, 1999).

De acordo com Bruns (2008), a web no início da década de 1990, momento conhecido como era 1.0, é baseada em leitura de informação. Seu grande trunfo, de acordo com Santos e Nicolau (2012), era a quantidade de informação. Seus sites, no entanto, eram estáticos, com alguns poucos hiperlinks, com aplicativos fechados e baixo nível de interatividade e possibilidades de trocas de mensagens instantâneas.

---

pesquisadores para sintetizar a evolução da world wide web, por isso a opção por manter a nomenclatura nesta pesquisa.

<sup>42</sup> Em *A Galáxia da Internet* (2003), Castells faz uma minuciosa recapitulação da origem da internet e seu desenvolvimento até os primeiros anos do novo século.

A segunda fase da web é a computação social, ou web 2.0, termo adotado por Tim O'Reilly (2005). O termo foi utilizado durante uma conferência promovida pelas empresas de mídia. Na MediaLive e O'Reilly Media, realizada em São Francisco em 2004, discutiu-se uma web mais dinâmica e interativa, de modo que os internautas pudessem colaborar com a criação de conteúdos.

Independente do termo a ser adotado, essa segunda fase da web amplia as possibilidades de troca e colaboração entre os participantes das dinâmicas nos ambientes digitais.

A computação social constrói e compartilha de maneira colaborativa as memórias coletivas em escala mundial, quer se trate de fotografias (Flickr), de vídeos (YouTube, DaliMotion), de música (BitTorrent), de "favoritos" da web (Delicious, Furl, Diigo) ou então de conhecimentos enciclopédicos (Wikipedia, Freebase). Em todos os casos, as distinções de status entre produtores, consumidores, críticos, editores e gestores da midiateca se apagam em proveito de uma série de intervenções onde cada um pode desempenhar o papel que desejar (LE MOS; LÉVY, 2010, p. 10-11).

Dos exemplos dados por Pierre Lévy<sup>43</sup> alguns perderam seu posto como referência da web. O Flickr perdeu seu lugar como principal repositório fotográfico para o Instragram. Já o BitTorrent perdeu espaço para plataformas como o Spotify. Mesmo que as plataformas mudem, no entanto, as lógicas interacionais se mantêm, ou ainda, se atualizam.

A evolução das interações online, e da própria internet, de acordo com Castells (2003), se dá de acordo com a cultura de cada tempo. Se na década de 1980 apenas indivíduos com alto grau de conhecimento em programação contribuíam para a evolução da internet, a partir da computação social e da facilitação dos protocolos mais pessoas puderam contribuir com esse desenvolvimento.

Nesse contexto, ainda no início dos anos 2000, se popularizam os blogs. De acordo com Lemos (2009), o termo blog deriva da união das palavras inglesas web (rede) e log (diário de bordo onde os navegadores registravam os eventos das viagens, principalmente aqueles ligados ao clima). Blog se tornou

---

<sup>43</sup> O prefácio do livro *O futuro da internet – Em direção a uma ciberdemocracia planetária*, de autoria de Lemos e Lévy, é assinado por Pierre Lévy.

então uma abreviatura de weblog, na qual web representa internet, e log caracteriza os registros realizados pelo usuário do blog, o blogueiro.

Os blogs inicialmente eram vistos e apropriados pelos participantes como diários virtuais nos quais muitos comentavam suas experiências cotidianas. André Lemos, no prefácio do livro *Blogs.Com – Estudo sobre blogs e Comunicação* (2009), lembra que o termo foi criado por Jorn Barger ainda em 1997. O ano marca o início dos blogs na internet.

A primeira década dos anos 2000 registra o crescimento rápido dos blogs. De acordo com Lemos (2009), em 2007 era contabilizada a existência de 112 milhões de blogs. Em 2009, a cada dia eram criados 175 mil novos blogs no mundo e produzidos 1,6 milhões de posts.

Em pouco tempo os diários pessoais se transformariam. Os blogs foram apropriados para a distribuição dos mais variados tipos de conteúdos dando voz a muitos (LEMOS, 2009). Entre os usos do formato, a produção e disseminação de conteúdo jornalístico ganhou força (FOLETTTO, 2009).

Os blogs geraram o primeiro grande abalo no formato de produção jornalística estruturada no modelo de grandes empresas de mídia. Para Rosen (2005) os blogs abriram um buraco na soberania dos *gatekeepers*. O formato iniciou uma ampla discussão do que era jornalismo e o que caracterizava um jornalista. Já Christofolletti e Laux veem os blogs como lugar de questionamento ao jornalismo. “Os blogs ajudam a questionar a objetividade jornalística, o equilíbrio do noticiário, a qualidade de apuração das informações” (2009, p. 39).

Para nós, de forma mais específica, a web 2.0 é o marco que democratiza o acesso à comunicação *muitos para muitos* na internet permitindo que muitos falem para muitos sobre as práticas jornalísticas. Nesse contexto os blogs ocupam um lugar de destaque a partir de diferentes visadas:

*Jornalistas atuando em blogs:* o que se viu nas últimas duas décadas foi a migração de jornalistas experientes para a produção independente a partir dos blogs (FOLETTTO, 2009). Desde o início do trabalho de observação empírica dessa pesquisa, percebemos uma produção crítica ao jornalismo

nesses espaços. Assim, esses blogs se tornam um espaço de crítica polêmico-profissional.<sup>44</sup>

*Blogs de crítica jornalística:* além dos blogs mantidos por jornalistas que eventualmente produzem crítica de mídia, blogs especializados surgiram. É o caso do Observatório da Imprensa e dos blogs mantidos, no Brasil, por integrantes da Rede Nacional dos Observatórios de Imprensa (MOTTA, 2008). A facilidade de acesso e atualização, além do baixo (ou nenhum) custo para manutenção, transformaram os blogs em lugar privilegiado para os observadores de mídia. Esses observadores, ainda que atuando na Academia, em sua maioria também vêm da prática jornalística.

*Blogs no interior das práticas jornalísticas:* Foletto (2009) lembra que os sites dos principais jornais passaram a abrigar blogs, como uma resposta ao crescimento do fenômeno. Neles a crítica midiática pode se expressar a partir de duas visadas. Primeiro nas caixas de comentários, por parte dos leitores. Segundo pela existência de blogs sobre a mídia, pouco comuns no Brasil, mas existentes em diferentes países. Aqui, um exemplo disso é a coluna da ombudsman da Folha de S. Paulo<sup>45</sup>, com formato semelhante ao de um blog no site do jornal, e a coluna de Maurício Stycer dentro do portal UOL<sup>46</sup>.

As características da web 2.0, marca dos blogs, são fundamentais para a disseminação da crítica ao jornalismo e a formação de redes de crítica. Lemos (2009) lembra que os blogs foram responsáveis por “liberar a emissão, permitir o compartilhamento e a troca de informações (conexão)” (p. 13). Essas características são a base para outros dispositivos críticos que viriam a se moldar após a proliferação dos blogs.

### 5.2.1 Sites de redes sociais

O fenômeno seguinte que se viu na web foi a expansão meteórica dos sites de redes sociais. Apesar da popularização de termos como mídia social

---

<sup>44</sup> Falaremos mais sobre a crítica polêmico-profissional no capítulo 7 a partir dos escritos de Michel Foucault.

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>46</sup> Disponível em: <<https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

ou rede social enquanto sinônimo de serviços como o Facebook, é interessante observar o que diz Axl Bruns (2015) sobre a definição de mídias sociais. Para o pesquisador da Queensland University of Technology, todas as mídias são sociais. A explicação é um tanto óbvia, mas nem por isso menos importante. Para Bruns, “uma mídia não pode ser uma mídia se ela não faz uma mediação, e não pode ser uma mídia social a menos que ela faça essa mediação de uma forma particular” (2015, p.1, tradução nossa).

Partindo da premissa de que mídias sociais são aquelas que mediam relações na sociedade, os meios tradicionais são e sempre foram mídias sociais. Como vimos nas discussões em torno da reconfiguração da esfera pública contemporânea, os meios jornalísticos tradicionais foram, durante o século passado, os principais mediadores das discussões sociais. Mesmo hoje, as empresas jornalísticas detêm um importante capital social e um papel relevante nas relações desenvolvidas na sociedade contemporânea.

Para Bruns (2015) o que se chama popularmente de mídias sociais, ou redes sociais, se diferencia dos meios tradicionais não por mediar relações sociais, mas por fazerem isso a partir da lógica muitos para muitos e não no suporte um (o meio) para muitos (o público).

A terminologia que nos parece mais adequada para definir serviços como o Facebook, Instagram, Twitter, dentre outros, é a adotada por Boyd e Ellison (2007). Elas chamam esses serviços de sites de redes sociais e os definem como aqueles que permitem ao público ações em três sentidos:

[...] serviços baseados na web que permitem que os indivíduos (1) construam um perfil público ou semi-público dentro de um sistema delimitado, (2) articulem uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão e (3) visualizar e percorrer sua lista de conexões, e aquelas feitas por outras pessoas dentro do sistema. A natureza e a nomenclatura dessas conexões podem variar de site para site (BOYD; ELLISON, 2007, p. 211, tradução nossa).

Partindo dessa definição, Boyd e Ellison afirmam que o primeiro site de rede social pode ser considerado o Six Degrees Social Engine, lançado ainda em 1997. No mapeamento realizado pelas autoras, elas lembram o impacto que o site de rede social Orkut teve no Brasil em meados da década passada. Atualmente, o site do tipo mais utilizado no país e no mundo é o Facebook. Em 2018 a plataforma chegou a 2,2 bilhões de usuários. No Brasil eram 127

mihões, transformando o país em um dos cinco maiores mercados mundiais do Facebook<sup>47</sup>.

No que diz respeito ao jornalismo, a popularização dos sites de redes sociais trouxe múltiplas afetações às práticas cotidianas. Zago (2012) reflete sobre as diferenças na circulação de conteúdos a partir das mídias sociais. Enquanto a notícia produzida pelos meios tradicionais é “distribuída”, o que é produzido e compartilhado nas mídias sociais – mesmo quando esses conteúdos são originários de um grande jornal, por exemplo – circula.

A diferença entre distribuição e circulação vai bem além da semântica. De acordo com a autora, o sistema habitual de distribuição possui um ordenamento definido a partir de uma hierarquia rígida entre os participantes. Seu objetivo, nesse contexto, seria levar as informações ao consumidor final. Um sistema de circulação, por outro lado, seria mais dinâmico e flexível, funcionando sem a necessidade de uma hierarquia rígida.

Zago (2012) lembra que as discussões teóricas sobre o jornalismo na internet têm se dedicado a pensar a possibilidade de participação na etapa de produção das notícias. No entanto, a autora ressalta as múltiplas possibilidades de participação em outros pontos do processo jornalístico. Em seu texto *Circulação jornalística potencializada: o Twitter como espaço para filtro e comentário de notícias por interagentes*, Zago vai pensar esses processos a partir da circulação. De acordo com a autora, a popularização dos sites de redes sociais e a apropriação deles como lugar de distribuição, comentário e filtro de notícias, contribuiu para modificar a forma de fazer jornalismo em diferentes aspectos.

Na circulação de conteúdos em sites de redes sociais o modelo adotado é o da descentralização “e tem como objetivo principal a disseminação de informações produzidas nesses diferentes centros. O primeiro tem foco no consumo, enquanto o segundo foca a participação” (ZAGO, 2012, p. 259).

Ainda na abertura desse capítulo apresentamos as relações que Recuero (2012) estabelece entre os sites de redes sociais e o jornalismo. Para

---

<sup>47</sup> Dados disponíveis em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2018.



ela, as redes produzem informação, agiam como filtro e eram espaços de reverberação.

Christofoletti e Laux (2008), ao analisarem os impactos das novas mídias sobre o jornalismo tradicional, observam as redes como lugar de construção da credibilidade. Assim a credibilidade se constrói nas ações dos participantes em replicar e comentar as informações publicadas. O que temos percebido no percurso dessa pesquisa é que a ação contrária se estabelece com a mesma força.

Assim como podem dar credibilidade a um conteúdo, recomendando-o aos seus “amigos” ou “seguidores”<sup>48</sup>, um participante, a partir de seu perfil no site de rede social, pode abalar a credibilidade jornalística a partir de uma postura crítica. Estruturados a partir de conexões múltiplas que recebem esses conteúdos ao mesmo tempo, sem que necessariamente estejam buscando esses dados, os sites de redes sociais se transformam em um meio de desconstrução do trabalho jornalístico, como observa Bavaresco (2013). Nossa proposição é perceber esses espaços também como lugar de crítica social das práticas jornalísticas.

### **5.3 Convergência e consumo crítico**

O conceito de convergência vem sendo pensado por diferentes autores na busca por explicar como os conteúdos são produzidos, distribuídos e consumidos na internet. No que diz respeito aos conteúdos jornalísticos, nesta pesquisa, pensamos a ideia de fluxos contida nas discussões sobre convergência como uma complexificação dos processos de circulação que vêm sendo discutidos pelas teorias do jornalismo.

Ao definir seu conceito de convergência, Jenkins (2008) deixa claro que ele engloba também transformações sociais decorrentes desse processo, com atenção especial ao reordenamento dos fluxos comunicacionais.

---

<sup>48</sup> Boyd e Ellison (2007) lembram que a nomenclatura dos contatos reunidos por cada participante varia em cada site de rede social. Os nomes, inclusive, geram desencontros. No Facebook, por exemplo, os contatos reunidos são chamados de “amigos” ainda que na maioria das vezes esse não seja o caso.

Por convergência refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando (JENKINS, 2008, p. 27).

Pontos específicos dessa fala abrem espaço para diferentes campos de análise. As mudanças no comportamento dos públicos, e as experiências que eles buscam no contato com os produtos midiáticos que consomem, são parte fundamental desses processos, e dão pistas para o pesquisador que busca entender essas transformações e como elas afetam a comunicação a partir da internet.

Mais especificamente, a discussão passa pela necessidade de entender os “jogos complexos de oferta e reconhecimento” (FAUSTO NETO, 2010, p. 2) que se desenvolvem entre o campo de produção jornalística e os múltiplos participantes dos processos comunicacionais que se desenvolvem em rede.

O conceito de Jenkins abre possibilidades de análise de diferentes práticas afetadas pelos processos de convergência, como reforça Aquino Bittencourt (2010) quando a autora se dispôs a discutir o conceito no âmbito da comunicação digital. Nesta pesquisa, nossa disposição é atacar um ponto da discussão, na busca por lançar luzes que podem ajudar a clarear partes do conceito: os pontos de contato que se estabelecem em diferentes momentos dos fluxos circulatorios entre atores que ocupam posições diferentes no espectro comunicacional.

Considerando as práticas comunicacionais engendradas pela sociedade historicamente, Aquino Bittencourt destaca que a web e as tecnologias digitais têm a capacidade de potencializar práticas que já haviam se estabelecido. Outras duas consequências da revolução tecnológica em curso nas últimas três décadas foi tornar mais simples atividades antes executadas e contribuir efetivamente para alterações nos comportamentos dos indivíduos.

Apesar dessas mudanças, a autora lembra que a revolução tecnológica não foi pioneira em misturar elementos e linguagens da comunicação. “Tais misturas iniciaram antes da configuração desse presente cenário digital, e o

que mudou, e vem mudando, são os comportamentos em torno da produção e da recepção de conteúdo” (AQUINO BITTENCOURT, 2010, p. 8).

Esse cenário fez explodir nas mais diferentes culturas uma necessidade de se expor, e de ir além disso, de expor sua opinião. Nesse contexto se inclui a necessidade por parte dos leitores de opinar também sobre os produtos da mídia, e no nosso caso de atenção, sobre o jornalismo.

De forma que gradualmente o leitor passou a ser um participante mais ativo dos processos de comunicação *para muitos*. É interessante, no entanto, o uso que Jenkins dá ao termo participação. Em seu livro *Cultura da Convergência* (2008) Jenkins diferencia participação de interatividade. A interatividade seria o modo como as novas tecnologias foram preparadas para dar um feedback aos seus consumidores.

A participação é vista por Jenkins como processo social, sendo mais controlada pelos consumidores do que pelos produtores. Nesse sentido, uma novela que é alterada pelos autores em função das pressões do público através das redes sociais é fruto de um processo mais participativo, ainda que a revelia da produção, enquanto que programas como o *Você Decide*<sup>49</sup>, no qual o público escolhia entre dois finais distintos para um mesmo episódio, pode ser considerada uma experiência interativa (bastante limitada).

No caso da crítica do produto jornalístico, as redes não seriam produtoras de conteúdo, por agirem a partir do conteúdo publicado. Poderiam ser vistas como filtro, mas não apenas como filtro, porque o comentário crítico é mais do que um processo de seleção. Ele não se encaixa na ideia de *reverberação* apresentada por Zago (2012) porque em muitos casos o leitor sequer comenta o conteúdo da notícia, mas sim, seu formato, seus enfoques. Daí a necessidade de outro conceito para entender esses processos.

Se as redes podem ser vistas como lugar de convergência de diferentes polos de crítica às práticas jornalísticas, não se pode afirmar que todas as ações realizadas em rede possam ser consideradas como coordenadas. Pelo contrário. O que observamos são processos difusos, mas que convergem em algum momento. Ao pensar a crítica social da mídia como sistema, Braga

---

<sup>49</sup> Programa de televisão exibido pela Rede Globo entre 1992 e 2000 nos quais os telespectadores interagiam pelo telefone escolhendo o final das histórias.

(2006) já observava esse caráter descentralizado desses processos, como veremos no capítulo em que discutimos processos sociais de crítica.

Os processos de convergência re-situam os diferentes atores dos processos de comunicação de massa. Essas lógicas alteradas são componente fundamental da evolução da crítica social do jornalismo.

Tais junções circulatorias não deixam de ser novas formas de situar os receptores junto ao âmbito do próprio sistema de produção tecno-discursiva das mídias. Não mais mantidos a distância, os receptores se tornam em co-operadores destes processos passando a integrar a própria cena produtiva midiática, nos seus mais variados formatos e gêneros. A complexificação tecnológica expõe o trabalho da circulação, muda os ambientes, e as temporalidades, as práticas sociais e discursividades, o status dos sujeitos (produtores e receptores), as lógicas de contatos entre eles e os modos de envio e reenvio de discursos entre eles, diluindo fronteiras outrora cristalizadas (FAUSTO NETO, 2010, p. 13).

Em outro polo, no que diz respeito às práticas jornalísticas, objeto dessa crítica construída em rede, o reposicionamento desses diferentes atores gera, como já referimos, um momento em que o próprio jornalismo precisa repensar sua forma de interagir com a sociedade. Seu discurso historicamente constituído se torna alvo de intensa disputa, tensionando o lugar ocupado pelo jornalismo na esfera pública.

Recuero (2012) lembra que as redes podem contribuir para a construção do capital social das reportagens publicadas pelos veículos de imprensa. Ao compartilhar o link de uma matéria, o participante dá crédito a esse conteúdo junto aos seus contatos. Além de dar credibilidade ele, em outra via, recebe o reconhecimento social. A reverberar um conteúdo as redes sociais dão credibilidade a ele.

A visão de Recuero (2012) traz uma ideia de reverberação que confere credibilidade. O que temos observado, no entanto, também vai na via contrária, ainda que a lógica se mantenha. Se um participante tem a possibilidade de dar credibilidade a um conteúdo, ao compartilhá-lo com os seus contatos, ele tem também as ferramentas para desacreditar a informação a partir de um comentário crítico.

Pensando na forma como os estudos de jornalismo viam a sociedade na sua relação com os meios, observamos então uma mudança significativa.

Maigret (2010) destaca que historicamente os estudos da recepção, para sublinhar sua oposição às teorias críticas, buscaram inicialmente ressaltar as capacidades de resistência dos indivíduos diante dos poderes codificados pelos meios de comunicação. Ainda assim, eles viam o poder concentrado apenas no alto, na produção, cabendo à recepção apenas o poder de resistir. O autor destaca que a questão é bem mais complexa, já que o conflito se exprime em todos os níveis, e não apenas na resistência (MAIGRET, 2010).

Nesse ponto, estudos como o de Martín-Barbero (1997) apontam caminhos diferentes para essas análises, observando a partir dos mecanismos culturais que interagem na produção de sentidos. Com isso, o autor demonstra um movimento que não é apenas de resistência, mas também de apropriação, e de usos impossíveis de serem programados pela produção.

A partir da internet e das plataformas digitais, esses usos se amplificaram. Mais do que sentidos diversos, o que era comumente chamado de recepção passa a interagir mais efetivamente sobre a notícia. Esse novo leitor, ouvinte, telespectador passa realizar uma função que mescla crítica, seleção, compartilhamento, produção, entre outras ações.

Ainda que os processos em rede tenham alterado as relações sociais, e em especial a circulação de produtos midiáticos, e que se observe um momento que pode ser considerado de crise, a prática jornalística está gradualmente se readequando à nova realidade imposta pela revolução tecnológica.

Primo (2013, p. 16) lembra que por mais que o jornalismo “tenha sentido o golpe da popularização das tecnologias digitais”, um processo de reinvenção começou a se desenvolver na prática. De acordo com ele ainda são sentidas as vulnerabilidades decorrentes dessas transformações, mas a atualização se mantém. O autor lembra a importância de que não se confunda a função do jornalismo com o suporte no qual ele é veiculado. A crise de um suporte como o papel, ou de grupos empresariais de mídia, não muda o fato de que o jornalismo segue tendo um papel decisivo na esfera pública.

Mesmo que o jornalismo tradicional mantenha sua importância, como Primo ressaltava, é importante observar que as alterações são significativas. Uma das mudanças mais profundas é na forma de organizar um pensamento sobre a incidência do jornalismo na sociedade. Primo, em uma perspectiva que

adotamos nesse trabalho, ressalta a necessidade de observar o que se passa entre os sujeitos participantes dos processos comunicacionais, em detrimento de análises individuais que não observem as dinâmicas conjuntas.

Outro ponto importante, referido por Santaella (2013), diz respeito a uma separação dos processos em rede do que ocorre nos relacionamentos fora do ambiente digital. Entender essas dinâmicas como universos diferentes é deixar de perceber o quanto as vivências coletivas em rede nos transformam de maneira particular. Por essa perspectiva entendemos como as dinâmicas engendradas em rede criam novos repertórios e princípios operativos.

Se ao jornalismo já não se pode atribuir a onipotência de um discurso ordenador, as redes digitais não podem ser entendidas por si mesmas como definidoras únicas do debate social. Mesmo suas dinâmicas não são próprias: elas são construídas pelos participantes, e sem eles, como lembra Santaella (2013), as redes não poderiam existir.

O que se experimenta nas redes é uma potencialização da circulação, com a abertura de ambientes de convivência entre as pessoas e um forte processo de convergência. No caso da crítica às práticas jornalísticas, que aqui observamos como objeto presente na ambiência das redes, os espaços digitais permitem um local de trocas entre atores que em dinâmicas fora do cenário de convergência, não se encontrariam.

### 5.3.1 Bolhas e redes identitárias

A superinformação de uma sociedade hiperconectada e que dá a todos as ferramentas para a disseminação de informações traz consigo uma consequência direta. Em um mundo em que todos falam, quem é ouvido? Eli Pariser (2012) mostra que essa não é exatamente uma escolha de cada participante dos processos comunicacionais.

Pariser é autor do livro *O filtro invisível, O que a internet está escondendo de você*. Em suas pesquisas ele mostra como a superinformação é controlada pelas principais empresas do mercado digital a partir de um processo de personalização.

Cada ação realizada na internet deixa rastros. Bruno (2012) afirma que esses rastros são recuperáveis “constituindo um vasto, dinâmico e polifônico

arquivo de nossas ações, escolhas, interesses, hábitos, opiniões”. (p. 684). Para além das ações que são divulgadas pelos participantes em seus textos, fotos, vídeos e perfis públicos, as ações como buscas, compras, cliques e reprodução de conteúdo também deixam marcas que são coletadas.

O ato comunicacional ganha uma peculiaridade na internet. Não apenas acessamos, trocamos, produzimos conteúdos e informações diversas, mas deixamos um rastro dessa comunicação. Comunicar é deixar rastro. A máxima da pragmática “não podemos não comunicar” pode ser reescrita: não podemos não deixar rastros (BRUNO, 2012, p. 687).

Pariser mostra como a simples busca por uma palavra em dicionário online é responsável pela instalação de dezenas de *cookies* e *beacons* de rastreamento. Esses dados são utilizados como mercadoria pelas empresas digitais e geram centenas de ofertas de vendas de produtos e serviços personalizados para cada usuário.

Além de moldar ofertas de conteúdos, produtos e serviços, esse processo cria também bolhas de opinião. Pariser ressalta que os algoritmos utilizados por empresas como o Google e o Facebook são responsáveis por personalizar buscas e a visualização de posts de contatos. A lógica é maximizar a presença de conteúdos que dialoguem com aquilo que o usuário normalmente prefere.

Decorre desse processo, ainda de acordo com as pesquisas de Pariser (2012), a criação de bolhas, nas quais cada participante é mantido próximo das opiniões com as quais ele converge, ou ainda, em interação com as pessoas e páginas com as quais ele normalmente interage. Esse processo tende a gerar bolhas de opinião, isolando os atores dentro de grupos com os quais eles concordam.

É interessante observar que a ideia de bolhas de opinião já aparecia na obra de Habermas, em 1962. Ao discutir as possibilidades de debates entre pessoas melhor informadas, o sociólogo afirma que elas tinham a tendência de entrar em discussão com maior frequência e entre si. No entanto, essa discussão entre iguais tinha apenas o potencial de reforçar mutuamente as opiniões, contribuindo pouco para o enriquecimento de uma opinião pública.

Outra forma de bolha já identificada por Habermas diz respeito ao lugar físico dessas discussões. Elas se davam em grupos fechados como a família,

grupos de amigos e vizinhança. Esse público, fechado, criava entre si um grupo homogêneo em suas opiniões.

Ao analisar o contexto da recepção das mensagens da mídia de massas, Jesus Martín-Barbero (1997) faz um movimento de análise semelhante. Ao pensar de que forma o público recebe o que vem da mídia de massas, ainda na década de 1980 e, portanto, em um contexto de massificação da televisão, Barbero volta seu olhar para bolhas identitárias.

Ao pensar a ideia de redes de mediações, Barbero vai entender a construção dos significados para além da produção, mas dentro do bairro, da rua, da igreja, enfim, no interior das bolhas sociais dos indivíduos. Os processos sociais de apropriação dos produtos midiáticos, em um diálogo com a ideia de uma esfera pública baseada em bolhas, se dão em grupos fechados.

Essa mesma reflexão pode ser aplicada às discussões realizadas em rede. Saem de cena a família, a igreja ou o bairro e entram em cena os algoritmos utilizados pelos diferentes sites.

[...] quando se critica a multiplicação das bolhas identitárias, na realidade, o que fica falsamente presumido é a separação nítida entre uma realidade, fora do ciberespaço, habitada por sujeitos unos e a realidade simulada do ciberespaço, na qual proliferam identidades múltiplas. Ora, uma tal separação só pode ser sustentada sobre a ignorância de rupturas das tradicionais noções de sujeito, subjetividade e identidade, que datam de mais de um século (SANTAELLA, 2013, p. 40).

Como Bruno (2012) observa, os processos comunicacionais em rede deixam rastros. Mas mais do que isso, Pariser (2012) explica que cada ação gera um vínculo. Esse laço gerado por uma ação como um *curtir* ou um *comentar* faz com que os usuários que interagem entre si se aproximem e passem a coabitar bolhas semelhantes.

A geração de laços nos sites de redes sociais é bastante clara. Pariser faz um pequeno experimento que exemplifica isso. Com tendências políticas à esquerda, ele observou que sua *timeline* nas redes sociais era ocupada por ideias e pessoas que pensavam de forma parecida politicamente. Mesmo ampliando seu círculo de contato com pessoas de tendência conservadora, suas ações em rede faziam com que os algoritmos entendessem que ele preferia consumir informação com as pautas mais próximas da esquerda.



Essa forma de criar vínculos, no entanto, pode ser entendida em uma via dupla no que diz respeito aos processos de crítica do jornalismo. Se as ações geram vínculos, as interações entre os atores no processo crítico criam um ambiente em que a tendência é de que os algoritmos sigam promovendo esses encontros. Sob essa perspectiva, a bolha dos filtros, descrita por Pariser (2012), pode gerar também *bolhas críticas* nas quais o jornalismo é constantemente tensionado.

## 6 CASO 3: A GLOBO E A GREVE GERAL

Era noite do dia 28 de abril de 2017 e o telespectador que se sentou em frente à televisão pôde acompanhar, no principal telejornal do país, os desdobramentos de uma greve geral convocada por centrais sindicais e movimentos sociais. A cobertura do Jornal Nacional vinha com flashes dos movimentos em diferentes capitais brasileiras e contextualizava como havia sido o dia de paralizações.

Em meio à cobertura, no entanto, uma reportagem em especial chamaria a atenção de quem assistia ao telejornal da Rede Globo. Logo na chamada, a apresentadora Renata Vasconcelos afirma: “Durante todo o dia desta sexta-feira o jornalismo da Rede Globo cobriu a paralisação por todo o Brasil, um trabalho que começou de madrugada”.

Naquele momento a Rede Globo transformava seu próprio trabalho em notícia. Contendo trechos de todos os telejornais da emissora, organizados em ordem cronológica, o Jornal Nacional dedicou cerca de 2 minutos de sua edição apenas para falar sobre o trabalho das equipes de reportagem da emissora durante a Greve Geral. A matéria, que mais parecia uma justificativa, chamou a atenção de quem assistia à televisão.

A explicação para esse comportamento atípico, no entanto, não estava na edição daquele dia do JN. A justificativa para esse exercício de autoelogio só seria clara para quem acompanhou o telejornal nas noites anteriores: até aquela sexta-feira, 28 de abril de 2017, o principal telejornal do Brasil não havia dedicado um minuto sequer a noticiar a organização de uma greve que prometia parar o país.

O silêncio do Jornal Nacional em relação à greve, até mesmo na noite anterior, é de difícil compreensão do ponto de vista jornalístico. O assunto era bastante conhecido nas redes sociais e já era notícia em jornais, sites e entre os concorrentes da Rede Globo. Ainda no dia 11 de abril, 17 dias antes da greve, portanto, a Central Única dos Trabalhadores, umas das organizadoras dos atos, noticiava em seu site: “Greve geral: tudo vai parar dia 28 de abril”<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/greve-geral-tudo-vai-parar-dia-28-de-abril-fev8/>>. Acesso em: 1 mai. 2017.

Mesmo redações de outros veículos das Organizações Globo, como o jornal O Globo e a revista Época, já haviam noticiado a Greve Geral marcada para aquele dia 28. Dias antes do ato, a expectativa era de que as manifestações seriam de grande porte e trariam algum impacto para os brasileiros. Categorias como metroviários, bancários, professores e muitas outras anunciavam gradualmente sua adesão à paralização.

Ao final da edição, dedicada em grande parte à cobertura da greve – que em nenhum momento recebeu do Jornal Nacional o nome oficial dado por seus organizadores, “Greve Geral” – todas as reportagens foram postadas individualmente na página do Facebook do telejornal, como é usual.

A reportagem falando sobre o trabalho da emissora se justificava pela repercussão que o silêncio sobre a greve nos dias que a antecederam gerou nas redes sociais. Em posts da edição do dia 27 de abril na página oficial do Jornal Nacional no Facebook telespectadores já cobravam da emissora a falta de alguma reportagem que falasse sobre a greve que seria realizada no dia seguinte.

Antes mesmo da edição do JN na noite do dia 28, o dia da greve, o caso já repercutia em sites e blogs independentes. Ainda na manhã daquela sexta-feira, o site Pragmatismo Político noticiava<sup>51</sup>: “Rede Globo ignora a greve geral e é cobrada nas redes sociais”. Outros sites, como o da Rede Brasil Atual<sup>52</sup>, já criticavam a Globo logo após a edição da véspera da greve.

No texto do Pragmatismo Político (2017) outra informação chamava a atenção. Jornalistas da Rede Globo estavam sendo questionados pelo público nas redes sociais. Os telespectadores cobravam uma resposta sobre o silêncio dos telejornais da emissora em relação à Greve Geral.

Nas redes sociais, houve quem cobrasse explicações pelo silêncio do jornalismo da Globo. Questionado no Twitter sobre a razão de a emissora não ter noticiado a decretação da greve em seus noticiários, o apresentador do “Bom Dia RJ”, Flavio Fachel, respondeu: “O que é notícia? O que acontece. E a greve? Se acontecer, a notícia é amanhã. #Jornalismo”.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/rede-globo-ignora-greve-geral-e-e-cobrada-nas-redes-sociais.html>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

<sup>52</sup> Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/04/telejornais-da-globo-na-vespera-da-greve-ignoraram-o-movimento-de-alcance-nacional>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

A declaração do apresentador para justificar a omissão da Globo sugere, de maneira inverídica, que ainda pairavam incertezas sobre a realização da greve geral desta sexta-feira, quando, na verdade, desde o meio da semana dezenas de categorias confirmaram a paralisação em todo o Brasil. Outros perfis ligados à Globo nas redes sociais foram igualmente cobrados pelo silêncio diante da greve, mas não se pronunciaram até o fechamento deste texto. Muitos internautas questionaram por que a emissora interrompe sua programação normal e faz cobertura ao vivo, o dia todo, quando se trata de 'protestos daqueles que vestem camisetas amarelas da CBF', mas se cala diante da luta pela manutenção dos direitos dos trabalhadores (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2017).

Não foram apenas os telespectadores e os sites independentes que criticaram o comportamento do jornalismo da emissora. Colunista do UOL, Mauricio Stycer publicou sobre o tema ainda na madrugada do dia 28<sup>53</sup>. “Na véspera, noticiários da Globo ignoram a greve geral de sexta-feira”.

Convocada por centrais sindicais, em protesto contra as propostas de reforma trabalhista e da Previdência, uma greve geral tem atos programados nesta sexta-feira (28) em 24 Estados e no Distrito Federal. Sob qualquer ângulo que se olhe o assunto, concorde-se ou não com o movimento, trata-se de notícia de interesse público. Pois os telejornais da Globo ignoraram completamente o tema nesta quinta-feira (27). Nenhuma notícia sobre a convocação da greve, nem sobre os eventuais efeitos que pode causar em áreas de interesse do espectador, como transporte, saúde e educação, foi ao ar (STYCER, 2017).

A repercussão já era negativa para a Rede Globo, mas a tentativa de explicação pareceu piorar a situação. O post com a reportagem feita sobre o dia de trabalho da emissora na cobertura da greve, e publicado na *fanpage* oficial do telejornal, mobilizou os telespectadores, que passaram a criticar a emissora pelo silêncio nos dias anteriores.

---

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2017/04/28/na-vespera-noticiarios-da-globo-ignoram-a-greve-geral-de-sexta-feira>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

Figura 9 - Postagem na página do Jornal Nacional no Facebook no dia 28 de abril de 2017



Fonte: Facebook

Este é um caso distinto dos demais analisados neste trabalho. Em todos os outros, a reação crítica vem a partir de enquadramentos e formas de narrar a realidade adotadas pelas empresas jornalísticas. No caso da Greve Geral no Jornal Nacional, o questionamento vem a partir do silêncio.

Por esse caráter diferenciado, as críticas dos leitores acabaram se espalhando em diferentes posts na timeline do JN no Facebook. Optamos por centralizar a análise dos comentários justamente na reportagem feita pela equipe do telejornal para se explicar após a primeira onda de críticas registrada na noite de quinta-feira, 27 de abril, e no início da sexta-feira, dia 28, data da Greve Geral.

Desde que o post entrou no Facebook, às 21h57min da noite do dia 28 de abril de 2017, as críticas começaram instantaneamente. Pela dispersão das críticas, que estavam em vários outros posts publicados naquele dia e no anterior, o volume de participações no post é menor do que o verificado em outros casos aqui relatados. Chama a atenção, no entanto, o alto percentual de telespectadores que questionam a cobertura da Globo justamente na reportagem feita para ressaltar a cobertura realizada pela emissora.

Alguns comentários afirmavam que a intenção da Globo, ao não noticiar a preparação para as manifestações que ocorreriam junto com a Greve Geral, tinha a intenção de esvaziar os movimentos contra as reformas Trabalhista e Previdenciária. O telespectador E. L. G. questiona justamente o fato de a emissora ter ignorado a greve antes que ela ocorresse.

Piada né! Ao ignorar a convocação das manifestações, a Globo demonstrou o que o país inteiro sabe: a falta de compromisso da emissora com o país, o desrespeito aos brasileiros e o lado escolhido por quem a faz. A credibilidade do Jornal Nacional está no mesmo nível da popularidade do Temer. Bonner você sabe o que é ética profissional? (COMENTÁRIO, 2017).

As críticas tinham diversas razões. Parte dos leitores questionavam o que, na visão deles, era uma adesão ao Governo Temer, e um apoio da emissora às reformas propostas. Muitos, assim como a crítica acima, observaram o silenciamento da Globo em relação à Greve.

Outros, no entanto criticavam a própria cobertura feita pela emissora, que teria sido mais voltada a mostrar os transtornos gerados pelos atos do que a discutir os motivos da Greve Geral e seu tamanho por todo o país. M. A. afirma em seu comentário: "Não vi nenhuma entrevista com algum trabalhador que estivesse participando da greve. Por que será que ele estava ali? O ator principal é o trabalhador. O JN focou nos confrontos. Infelizmente!" (COMENTÁRIO, 2017).

Como observamos em outros casos, muitos dos leitores citavam críticas formuladas em outros espaços. Os blogs e sites Brasil 247, Brasil de Fato, Jornal GGN e o Blog do Maurício Stycer são citados pelos participantes. Outra forma de contestar a cobertura da Rede Globo adotada em alguns dos comentários foi comparar o noticiado pela emissora brasileira com o que foi relatado pela mídia internacional. É o que faz o telespectador S. T.:

Postando vídeos no Facebook (ou, como vocês dizem, "uma grande rede social") tentando justificar seu "trabalho jornalístico" após pessoas minimamente inteligentes terem comparado a porca cobertura de mídia brasileira, Jornal Nacional incluso, com o trabalho de "pequenas corporações" como a BBC Brasil, EL PAÍS Brasil, New York Times... Da próxima vez, façam o que qualquer manual de redação mequetrefe ensina: JORNALISMO. Isento, imparcial, ouvinte dos dois lados da questão. Graças a vocês e outros "bastiões" da mídia patropi, grevistas tornam-se apenas "vagabundos", "arruaceiros". Feliz da pessoa que tem acesso à Internet e não se

prende à imbecil dualidade esquerda/direita. Ao invés de ter que se justificar com um bando de imagens bem editadas, trabalhem pelo bem do JORNALISMO (COMENTÁRIO, 2017).

A repercussão negativa do post é expressa em números. Dos 198 comentários que coletamos no dia 30 de abril de 2017, 147 continham algum tipo de crítica à Globo no post em que a emissora exalta a própria cobertura, o que representa 74,2% de comentários críticos à emissora. Nesse número, incluímos oito comentários que traziam apenas o emoji conhecido como “vomitação”<sup>54</sup>.

Se a “justificativa” não foi suficiente para o público, entre os jornalistas que costumam exercer atividades críticas a avaliação negativa da cobertura também não foi atenuada. O *Conversa Afiada*<sup>55</sup> reproduziu uma crítica contundente escrita por Altamiro Borges em seu blog<sup>56</sup>, com o título *Globo, marchas golpistas e a Greve Geral*.

Como ensinou o mestre Perseu Abramo, a manipulação informativa não consiste apenas em mentir. A mídia mente, também. Mas ela utiliza técnicas mais refinadas. Ela realça o que lhe interessa e omite o que não lhe interessa. Nas marchas golpistas pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, a TV Globo garantiu todos os holofotes aos manifestantes “coxinhas” que foram às ruas convocados por organizações fascistas e sinistras. Na prática, o império midiático da família Marinho foi o grande líder e organizador dos protestos, manipulando e seduzindo milhares de “mídiotas”. Já agora, na greve geral convocada pela centrais sindicais, a TV Globo fez de tudo para ofuscar a preparação do protesto dos trabalhadores por seus direitos. Como não dá para esconder totalmente a realidade, na manhã desta histórica sexta-feira, 28 de abril, a emissora procurou criminalizar os grevistas (BORGES, 2017).

O tom crítico seguia em diferentes blogs e sites, especialmente os que citamos anteriormente. O *Brasil 247*<sup>57</sup>, em texto citado entre os telespectadores que comentavam na página do *Jornal Nacional* no Facebook, afirmava que informações internas da redação da emissora davam conta de que a expressão “Greve Geral” havia sido proibida na cobertura, e que o direcionamento da

<sup>54</sup> A figura mostra uma carinha desenhada vomitando. Não a consideramos uma construção crítica, mas ela sem dúvida reflete uma insatisfação do leitor com o conteúdo.

<sup>55</sup> Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/pig/miro-greve-escracha-a-globo>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2017/04/globo-marchas-golpistas-e-greve-geral.html>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/292975/A-greve-geral-a-Globo-e-a-ret%C3%B3rica-reacion%C3%A1ria.htm>>. Acesso em: 2 mai. 2017.

chefia era por pautas que mostrassem os transtornos gerados pelas manifestações.

Enquanto as manifestações cresciam em todo o país e surpreendiam golpistas e seus apoiadores, o jornalista Rodrigo Ratier denunciava em sua página em uma rede social que havia recebido o seguinte relato, vindo de dentro da redação da TV Globo São Paulo: "na preparação do telejornal vespertino, um editor se dirigiu aos berros à equipe, dizendo estar vetado o uso da expressão greve geral nas reportagens da rede". A instrução era para nomear de "protesto" de "sindicalistas e manifestantes", com foco na "baderna" e "nos transtornos causados à população". A Rede Globo não contestou o relato do jornalista. Nem poderia. Quem acompanhou a cobertura da greve, tanto na TV Globo quanto na Globonews, viu, ao vivo e em cores, a "ordem de cima" ser seguida à risca pelos repórteres, apresentadores e editores. A moldura da cobertura mentirosa era feita pelos comentaristas, ora ignorando totalmente a realização da manifestação histórica, ora usando o luxuoso auxílio das versões palacianas, que desqualificam o movimento (CAVALCANTE, 2017).

O crítico do UOL, Maurício Stycer<sup>58</sup>, foi outro que voltou ao assunto após a reportagem em que a Globo mostra a sua cobertura. "O mais curioso foi, ao fim da cobertura, a exibição de uma matéria de quase dois minutos mostrando como a própria Globo cobriu a greve geral. [...] Qual a razão disso? A única explicação que me ocorre é a má repercussão que teve o silêncio de quinta-feira" (STYCER, 2017).

A cobertura do Jornal Nacional da Greve Geral de 28 de abril de 2017 também foi criticada no meio acadêmico:

O cenário não melhora na cobertura local: no telejornal do meio dia em Ponta Grossa, cidade onde moro, a RPC (filiada da Rede Globo) decidiu mostrar os impactos da greve indo aos pontos de ônibus entrevistar pessoas atrasadas para o trabalho, uma vez que funcionários do transporte coletivo da cidade pararam (ainda que por apenas uma hora); falando sobre os transtornos no comércio e no trânsito; sobre os estudantes que estavam sem aula porque os professores das redes estadual e municipal pararam (mesmo com a Prefeitura ameaçando cortar quatro dias de salário de quem faltasse na sexta-feira). O repórter fez a passagem dentro do terminal central de ônibus, enfocando nas pessoas que não conseguiam chegar em seus locais de destino por conta da paralisação, e porque havia manifestantes do lado de fora impedindo a entrada dos ônibus. Mesmo estando a poucos metros dos manifestantes, nenhum foi ouvido. Nenhuma explicação mais aprofundada sobre os motivos da greve foi dada aos telespectadores que, por qualquer motivo, não puderam paralisar suas atividades (KIKUTI, 2017).

---

<sup>58</sup> Disponível em: <<https://mauriciostycer.blogosfera.uol.com.br/2017/04/28/depois-do-silencio-globo-prova-que-cobriu-a-greve-com-reportagem-no-jn/>>. Acesso em: 2 mai. 2017.



Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Andressa Kikuti publicou texto<sup>59</sup> no blog do Observatório da Ética Jornalística (Objethos), mantido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

### **6.1 Análises iniciais do caso Greve Geral**

Uma análise inicial do caso envolvendo a cobertura do Jornal Nacional durante a chamada Greve Geral reforça o caráter múltiplo da crítica construída em rede. Considerando o caso que observamos no capítulo 3 durante a cobertura do jornal Folha de S. Paulo da pesquisa de opinião sobre a crise desencadeada durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, são percebidos novos atores nesse processo crítico.

As críticas ao Jornal Nacional apresentaram um dispositivo crítico acadêmico, visto no texto da professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Andressa Kikuti. Outro dispositivo que integra à rede crítica é o crítico profissional, com a coluna de Maurício Stycer repercutindo entre os participantes no Facebook.

Repetindo o que já havíamos percebido no primeiro caso coletado, vemos a incidência de uma crítica polêmico-profissional mobilizada por sites e blogs mantidos por jornalistas. Essa crítica tem incidência significativa sobre outro dispositivo, as críticas realizadas pelos participantes nos sites de redes sociais (comentário social).

Um dos pontos que chama a atenção na análise dos diferentes textos publicados nos diversos dispositivos em rede – comentário social, crítica acadêmica e crítica profissional – em todas elas são encontradas manifestações que utilizam a mídia internacional como parâmetro. Nesse sentido, as repercussões fora do país se tornam um contraponto à mídia brasileira. Uma comparação que, na avaliação de todas essas críticas, mostra a fragilidade da mídia nacional.

Isso é visto no levantamento realizado pela professora Andressa Kikuti, que faz um apanhado das notícias publicadas sobre a Greve Geral na Reuters,

---

<sup>59</sup> Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2017/05/01/greve-geral-e-cobertura-midiatica/>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

Al-Jazeera, Deutsche Welle, BBC, France 24h e El País. A partir da repercussão internacional, Kikuti (2017) faz uma breve comparação com o que vinha noticiando a mídia brasileira sobre a Greve Geral.

O mesmo é verificado nos comentários no perfil do Jornal Nacional no Facebook, com parte dos telespectadores citando notícias vinculadas nas versões em português do jornal El País, e da BBC. Isso fica claro no comentário citado anteriormente na descrição do caso.

A Revista Fórum<sup>60</sup> afirma: “Greve geral: imprensa mundial humilha a mídia nativa”. A análise mostra a cobertura em diferentes países, incluindo China, Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Inglaterra, tensionando as realidades apresentadas nesses lugares com o que recebeu a sociedade brasileira.

Essa é uma particularidade importante desse caso, que mostra como a ampliação da oferta de informação jornalística, a partir de um contato maior com a imprensa internacional, auxilia na construção da crítica ao jornalismo brasileiro. Parte dos meios de comunicação que são usados como base possuem hoje sites em português, o que facilita o acesso.

Outro ponto importante no caso envolvendo o Jornal Nacional é a diversidade de dispositivos críticos que questionam as práticas jornalísticas da Rede Globo. Essa é a primeira situação em que podemos perceber mais diretamente a construção de uma crítica acadêmica, ainda que não tenhamos observado relação dela com os demais atores críticos.

A crítica profissional tem papel importante. Maurício Stycer, do UOL, é utilizado como base tanto do comentário social quanto de críticas escritas por outros jornalistas. Além dele, os telespectadores citam diversas outras fontes profissionais, mostrando como os diferentes dispositivos se atravessam.

Esse atravessamento é multidirecional. Parte da crítica de alguns jornalistas é mobilizada justamente pela repercussão nas redes sociais dos comentários dos telespectadores. Nesse sentido, o caso envolvendo a Rede Globo, e mais especificamente o Jornal Nacional na cobertura da Greve Geral,

---

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2017/05/01/greve-geral-imprensa-mundial-humilha-midia-nativa/>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

mostra uma construção crítica coletiva e que gera uma reação direta da emissora, que faz uma reportagem para mostrar o próprio trabalho.

Essa diversidade de dispositivos críticos será explorada no próximo capítulo. Nele discutimos as noções teóricas em torno da ideia de dispositivo. A partir disso, passamos a pensar a concepção de múltiplos dispositivos de crítica das práticas jornalísticas.

## 7 DISPOSITIVOS EM INTERAÇÃO

Até aqui temos falado sobre o funcionamento de dispositivos, buscando entender as conexões entre o que estamos percebendo serem diferentes dispositivos de crítica ao jornalismo. Assim, pensamos a realidade em que esses dispositivos estão inseridos, inicialmente analisando a esfera pública em rede, e em segundo momento buscando entendimentos sobre como se formam essas redes nos ambientes digitais.

Em ambos os capítulos (2 e 4), permeados de casos em análise, estamos falando da ambiência em que se desenvolvem os dispositivos de crítica das práticas jornalísticas. A palavra dispositivo, no entanto, traz consigo uma carga teórica que nos ajuda a entender como eles são engendrados pela sociedade.

Nesse capítulo buscamos entender o que é, do ponto de vista teórico, um dispositivo. O objetivo é encontrar subsídios que nos ajudem a pensar a formação deles. Especificamente, nos interessam os chamados dispositivos interacionais (BRAGA, 2017), para a partir deles, pensarmos o conceito de dispositivos críticos (BRAGA, 2006).

A palavra dispositivo tem sido utilizada de maneira ampla dentro dos contextos mais diversos. Sabemos que a Wikipédia não é a melhor fonte de pesquisa, mas é interessante a definição que a enciclopédia livre na web apresenta para o termo.

Ao pesquisar a palavra “dispositivo” no Google, e clicar no link na página da Wikipédia<sup>61</sup>, o usuário é direcionado para o que a plataforma chama de “página de desambiguação”<sup>62</sup>. Elas são páginas auxiliares à navegação e servem para termos que possuam múltiplos significados.

No caso de “dispositivo” a página de desambiguação indica que esse é um termo com “diversas acepções nos mais variados ramos do conhecimento”. Entre os hiperlinks indicados, a Wikipédia direciona o leitor para artigos no

---

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Dispositivo>>. Acesso em: 13 dez. 2017

<sup>62</sup> Disponível em:

<[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ajuda:Guia\\_de\\_edi%C3%A7%C3%A3o/Desambigua%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ajuda:Guia_de_edi%C3%A7%C3%A3o/Desambigua%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 13 dez. 2017.

âmbito da Aeronáutica, do Direito, da Informática (com múltiplas páginas), da Matemática, da Medicina, do teatro e também para uso militar.

Todos esses lugares de saber utilizam, de uma forma ou de outra, a palavra dispositivo. Decorre disso que a própria Wikipédia não consegue ajudar muito a entender o que são os dispositivos. Ela, no entanto, nos dá uma pista interessante. Pelas definições encontradas nesses diferentes hyperlinks pode-se perceber que (1) os dispositivos são múltiplos e (2) engendram processos variados, e por isso mesmo a ideia em torno deles pode ser aplicada a lugares de saber tão diversos como a Medicina e a Matemática.

Esse mesmo termo passa a ser utilizado, a partir de meados da década de 1970, por Michel Foucault (AGAMBEN, 2009). Também no uso de Foucault, a palavra dispositivo é utilizada em contextos variados. Chignola (2014), ao discutir a concepção de dispositivo nos escritos de Agamben a partir de Foucault, lembra que falta de conceituação do termo por Foucault chegou a ser criticada na época. Posteriormente, no entanto, em palestras e entrevistas, o próprio Foucault lançaria luzes sobre o conceito. Os dados fornecidos pelo filósofo viriam a ser a base de diferentes estudos, especialmente os empreendidos por Giorgio Agamben (2009) e Gilles Deleuze (1996).

### **7.1 Agamben e Deleuze – O dispositivo na visada foucaultiana**

Em meados da década de 1970 a palavra dispositivo ganha centralidade na obra de Foucault (AGAMBEN, 2009). Em *Vigiar e Punir* (1987), publicado originalmente em 1975, Foucault fala em dispositivos disciplinares e dispositivos de poder. Em *História da Sexualidade* (2010), a ideia de dispositivo aparece largamente, especialmente a partir do pensamento em torno do dispositivo do saber e do dispositivo da sexualidade.

Ao discutir o conceito a partir de Foucault e Deleuze, Eduardo Pellejero (2009) contabiliza a quantidade de vezes em que o termo aparece apenas no volume 1 de *História da Sexualidade*, lançado em 1976. São 70 ocorrências de uso da palavra. De acordo com Braga (2011), nesse momento Foucault estava interessado particularmente em pensar os dispositivos de controle.

Ainda que com usos em diversos momentos, o objetivo de Foucault nessas duas obras não era a formação de um conceito de dispositivo. Em

conversa com Alain Grosrichard, Gerard Wajeman, Jaques-Alain Miller, Guy Le Gaufey, Dominique Celas, Gerard Miller, Catherine Millot, Jocelyne Livi e Judith Miller<sup>63</sup>, no entanto, Foucault dá pistas importantes para se entender o que é um dispositivo.

Os entrevistadores, ao discutir o conteúdo de *História da Sexualidade*, questionam Michel Foucault diretamente: “What is the meaning or the methodological function for you of this term, apparatus (dispositif)?” (FOUCAULT, 1980, p. 194). Interessante observar que a tradução para o inglês utiliza a palavra “apparatus” mas conserva a palavra francesa empregada por Foucault originalmente, “dispositif”.

Foucault inicia a sua resposta dizendo o que compõe um dispositivo em sua visão:

[...] a thoroughly heterogeneous ensemble consisting of discourses, institutions, architectural forms, regulatory decisions, laws, administrative measures, scientific statements, philosophical, moral and philanthropic propositions - in short, the said as much as the unsaid. Such are the elements of the apparatus (FOUCAULT, 1980, p. 194).

Ao analisar essa mesma fala, Agamben (2009) ressalta a heterogeneidade de componentes constituintes. Assim, um dispositivo pode ser composto pelos mais variados elementos, entre eles, instituições, leis, proposições filosóficas e práticas sociais. Para o filósofo italiano, apesar de ficar claro que esses elementos podem integrar um dispositivo, a partir da fala de Foucault fica claro que ele irá se constituir não apenas pela existência deles, mas principalmente, na “rede que se estabelece entre esses elementos”. (p. 9).

O dispositivo, nessa visada, é diversificado em seus elementos, mas só funciona como dispositivo a partir da rede estabelecida entre eles. Vemos, mais uma vez, a centralidade da ideia de redes como conformadoras de dispositivos. Nesse caso, e como vimos no capítulo 3, não estamos falando exclusivamente

---

<sup>63</sup> Essa entrevista, publicada primeiramente em *Ornicar? BulleUn periodique du champ freudien* em 1977, não a encontramos traduzida para a língua portuguesa. Por ter maior facilidade de compreensão optamos pela versão em língua inglesa publicada em *Power/Knowledge - Selected Interviews and Other Writings 1972-1977 Michel Foucault* em 1980.

de redes digitais, ainda que elas tenham papel central na ideia de um dispositivo crítico das práticas jornalísticas atualmente.

Essa mesma direção é tomada por Foucault na mesma resposta que citamos. Ele afirma, então, que “The apparatus itself is the system of relations that can be established between these elements” (1980, p. 194).

Ao mesmo tempo em que revela seu projeto de análise, Foucault dá pistas para o entendimento de um dispositivo. De acordo com ele, sua análise naquele momento consistia em identificar em cada dispositivo a natureza da conexão existente entre os elementos heterogêneos que o formam.

Assim podemos pensar a análise de um dispositivo a partir das conexões estabelecidas no interior dele e do próprio funcionamento. São os pontos de contato entre os diversos e diferentes elementos que moldam o dispositivo.

Metodologicamente o trabalho de pesquisa deve, então, desentranhar essas conexões na busca por entender o funcionamento de cada dispositivo. “Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas”, como explica Deleuze (1996, p. 01).

Ao analisar a noção de dispositivo para Foucault, Agamben (2009) entende, e propõe como hipótese, que dispositivo é um termo técnico essencial para o pensamento foucaultiano.

Não se trata de um termo particular, que se refira somente a esta ou aquela tecnologia do poder. É um termo geral, que tem a mesma amplitude que, segundo Hyppolite, a “positividade” tem para o jovem Hegel e, na estratégia de Foucault, vem a ocupar o lugar daqueles que ele define criticamente como “os universais” (les universaux). Foucault, como sabem, sempre recusou a se ocupar daquelas categorias gerais ou entes da razão que chama de “os universais”, como o Estado, a Soberania, a Lei, o Poder. Mas isto não significa que não há, no seu pensamento, conceitos operativos de caráter geral. Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana ocupa o lugar dos Universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração, de preferência, como dizia na entrevista de 1977, “a rede (le reseau) que se estabelece entre estes elementos” (AGAMBEN, 2009, p. 11).

O terceiro ponto abordado por Foucault em sua resposta sobre o que seria o seu conceito de dispositivo diz respeito, em dois sentidos, aos motivos para a constituição desses dispositivos e ao funcionamento deles. A formação

de dispositivos na visada foucaultiana está ligada ao momento histórico e responde a uma necessidade. Há um imperativo estratégico como matriz para que os diferentes elementos se aglutinem na formação de um dispositivo.

Aqui também podemos fazer uma relação direta entre essa ideia de dispositivo que permeia a obra de Foucault e a análise de um dispositivo de crítica de mídia, e de jornalismo, atualmente. Como já exposto, as últimas décadas do século XX, com o desenvolvimento da mídia eletrônica e, especialmente, com a popularização da televisão, consolidam a centralidade da mídia nos processos desenvolvidos socialmente.

A centralidade dos meios vem acompanhada de uma forte concentração de poder nas mãos das grandes empresas de mídia. A chamada era das mídias gera a *necessidade* de que a sociedade se contraponha, de diferentes formas, a esse poder estabelecido como fiscalizador dos demais.

Como veremos no capítulo reservado à discussão sobre crítica, dispositivos críticos acompanham o jornalismo desde que ele passa a ocupar um lugar importante na esfera pública (MAROCCO, 2016). No Brasil esses dispositivos passam a se organizar de forma mais evidente a partir da década de 1970. Em todo o caso, atores na sociedade passam a responder a essa necessidade de contrapor o discurso midiático, fomentando a elaboração de dispositivos de crítica.

No nosso caso, especificamente, analisamos a formação desses dispositivos em um contexto histórico bastante particular. A popularização da internet e a chamada computação social alteram drasticamente a forma como esses dispositivos se formam e se articulam entre si. Assim, ao momento histórico de formação desses dispositivos, pensado como determinante por Foucault, e à necessidade, acrescentamos a ideia de que os dispositivos também são fortemente impactados pelo desenvolvimento tecnológico dos diferentes contextos históricos.

Nesse contexto, o caráter operativo do conceito foucaultiano nos permite utilizá-lo como matriz de pensamento para entender a constituição das expressões de crítica ao jornalismo em rede. A formação desse aparato crítico está, como aponta Foucault, diretamente ligado a um contexto histórico de uma sociedade que durante décadas viu a mídia centralizar a mediação das discussões públicas e constituir-se como poder.



A emergência da internet e sua popularização, suas características que privilegiam a formação de redes, são a base necessária para o crescimento e complexificação dos dispositivos críticos. Assim eles respondem a uma necessidade da sociedade: contrapor as construções de realidades oriundas da mídia; e se conformam em consonância com o momento histórico fortemente demarcado pela revolução tecnológica que se inicia na década de 1990 e ganha força nas primeiras décadas do novo século.

Também a partir de Foucault, Deleuze (1990) apresenta algumas características da formação dos dispositivos, e que podemos observar nos processos de crítica ao jornalismo desenvolvidos em rede. Deleuze afirma, inicialmente, que os dispositivos são conjuntos multilíneares, compostos por linhas de naturezas diferentes.

Outro aspecto importante da análise realizada por Deleuze, e visto nos materiais que coletamos e no referencial em torno da formação de redes digitais, é a característica dos movimentos que se constituem no interior dos dispositivos. De acordo ele, os dispositivos se formam a partir de fluxos seguindo múltiplas direções, traçando processos sempre em desequilíbrio que ora se aproximam ora se afastam.

Esses movimentos internos estão sujeitos a mudanças de direção, com suas linhas podendo ser quebradas. Ainda de acordo com Deleuze, essa trajetória está sujeita a derivações. São processos traçados sempre em desequilíbrio, com as linhas podendo se bifurcar.

Na explicação de Deleuze, os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como vetores ou tensores. A descoberta de novas linhas e dimensões de cada dispositivo se dá a partir de crises que movimentam os elementos e processos dentro desse dispositivo. Nesse contexto, a crise tem um caráter formador e modificador importante no interior de um dispositivo.

## **7.2 Múltiplos dispositivos**

Partindo da análise da ideia de dispositivo presente na obra de Foucault, Agamben busca ampliar essa noção, criando assim um arcabouço teórico

próprio. Nessa conceituação particular, o filósofo italiano irá alargar, ainda mais, a noção daquilo que podemos considerar um dispositivo.

Giorgio Agamben define como dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (2009, p. 13).

Partindo dessa concepção podemos analisar a comunicação como dispositivo. Todo o desenvolvimento da linguagem, os produtos da mídia e, por fim, o jornalismo, são dispositivos no sentido de modelar, de alguma forma, as condutas e opiniões na sociedade. Não apenas o jornalismo pode ser analisado como dispositivo particular, mas a construção da crítica a ele conforma-se a partir de múltiplos dispositivos.

Falando em meados da primeira década dos anos 2000, Agamben define essa como a fase extrema da consolidação capitalista. Ela seria caracterizada justamente por uma gigantesca *proliferação de dispositivos*. Os indivíduos nesse momento já não teriam um só instante na vida que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo.

Em uma visada semelhante, Deleuze pensa os dispositivos como máquinas concretas de fazer ver e de fazer falar. Assim, enunciação e visibilidade se tornam dimensões fundamentais para os dispositivos. A visibilidade é pensada, então, a partir do “regime de luz” de cada dispositivo. Ela não é avaliada na forma como os sujeitos são vistos ou se veem, mas sim, na ideia do sujeito enquanto objeto visível.

Na análise que realizamos dos dispositivos críticos ao jornalismo fica evidente como as variações desses “regimes de luz” provocam desequilíbrios entre os diferentes dispositivos. A curva de visibilidade de cada dispositivo conforma as práticas no interior dele.

Já os enunciados deixam claro as diferentes posições ocupadas pelos elementos (atores) no interior de um dispositivo. Na multiplicidade de componentes em um dispositivo, por certo seus atores (no nosso caso participantes) têm possibilidades de enunciação, e mesmo de visibilidade, distintas. Mais do que falar, as linhas de enunciação definem o que pode ser falado e o que define os limites do discurso.

Assim a análise dos muitos dispositivos passa, também, por perceber as possibilidades de enunciação e visibilidade dos participantes. Em uma ambiência convulsionada pela revolução tecnológica, sem dúvida essas condições se alteram de forma drástica.

Como discutimos quando falamos em conexão e convergência, ainda no capítulo 4, ao mesmo tempo em que dão voz a muitos as redes geram também um ambiente polifônico em que as condições de visibilidade, paradoxalmente, se ampliam e se retraem. As possibilidades de enunciação, por outro lado, inegavelmente se ampliam.

Essas condições geram disputas por visibilidade e fala no interior dos dispositivos, que se refletem em outra característica apontada por Deleuze. De acordo com ele, os dispositivos comportam o que pode ser chamado como “linhas de força” que vão de um ponto a outro nas linhas de luz (visibilidade) e nas linhas de enunciação (expressão).

Podemos então perceber o interior dos dispositivos como lugar de lutas entre os sujeitos, já que os dispositivos que estamos analisando são mobilizados por sujeitos. São como um sistema aberto no qual se desenvolve um jogo de forças.

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas desubjetivação, linhas de brecha, de fissura, de fratura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar umas nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento. Decorrem daí duas consequências importantes no que concerne a uma filosofia dos dispositivos (DELEUZE, 1996. p. 89).

Ainda que sejam as crises que apontam para novas linhas no interior dos dispositivos, essas linhas são construídas, de acordo com Deleuze, a partir de duas características: a novidade e a criatividade. Um dispositivo que se instaura traz consigo a novidade. Sua evolução, no entanto, vem da criatividade que marca sua capacidade de se transformar.

A transformação de um dispositivo nem sempre gera apenas a sua reconfiguração. Dentro da multiplicidade de dispositivos, muitos se fendem para gerar um dispositivo futuro. Para Deleuze todos pertencemos a dispositivos e no interior deles agimos. Essa noção é importante para

analisarmos a dimensão particular da atividade dos sujeitos no interior dos diferentes dispositivos nos quais se insere.

O interior do dispositivo reserva aos sujeitos o devir daquilo que ele será. Na visada de Deleuze, as relações entre os participantes moldam os dispositivos e, de alguma forma e em diferentes medidas, molda os indivíduos. Assim as práticas definem também os participantes e a forma como entendem o mundo.

No que diz respeito ao jornalismo, os dispositivos de consumo e de crítica moldam e também são eles próprios moldados a partir da forma como cada participante desse processo comunicacional percebe a prática jornalística. Como temos observado, a crítica ao jornalismo gera consequências tanto no interior das redações (COELHO, 2017), como também na forma como o jornalismo é percebido na sociedade, além de mudanças nos próprios atores críticos.

Do conceito de dispositivo inicialmente pensado por Foucault, e das derivações que fazem a partir do filósofo francês autores como Deleuze e Agamben, alguns aspectos nos interessam de forma mais aprofundada. O primeiro deles é a noção de multiplicidade dos dispositivos, presente nas falas e escritos dos três autores. Assim a sociedade mobiliza, por necessidade, diversos dispositivos para dar conta daquilo que precisa.

Inserido no contexto dos diversos participantes, o dispositivo traz consigo inicialmente a novidade de processos e práticas, como explicado por Deleuze. Seu desenvolvimento, no entanto, passa pelo que ele chama de “criatividade”. Aqui apropriamos a ideia de criatividade e a inserimos dentro do contexto de usos e práticas no qual os participantes fazem adaptações e readequações em suas ações no interior dos dispositivos para que eles atendam às necessidades a partir das quais o dispositivo foi engendrado.

Outro aspecto fundamental para nós é a noção de fluxos e redes entre elementos que constituem um dispositivo presente na fala de Foucault e mais explorada por Deleuze do que por Agamben. A rede entre elementos distintos é o que configura de fato o dispositivo. Exatamente por esse formato é que as adaptações e readequações feitas pelos diversos participantes reverberam no dispositivo de forma difusa, porém com efeitos práticos.

### 7.3 Dispositivos interacionais

Nas múltiplas ações sociais acionamos diferentes dispositivos. Como vimos, a multiplicidade está na base da ideia em torno do conceito de dispositivo e também no uso da palavra no senso comum. Para direcionar nossa análise, no entanto, focamos em um conjunto específico de dispositivos: os dispositivos interacionais (BRAGA, 2011).

Comunicar sempre foi uma necessidade humana. Como vimos em Foucault, é para responder à emergência de uma necessidade que engendramos diferentes dispositivos e assim não seria diferente com a comunicação. Ao longo dos séculos diferentes dispositivos se estabeleceram para que os atores sociais pudessem tentar interagir entre si.

Ainda no capítulo 2 debatemos a emergência de uma esfera pública no contexto da sociedade burguesa. Uma arena pública de discussões também se configura a partir de uma rede de dispositivos que ao longo do tempo foram evoluindo. O jornalismo tem sido um dispositivo determinante na evolução da esfera pública. Apesar de importante, o jornalismo é *um* dos dispositivos que utilizamos em nossas interações.

Ao discutir o caráter “tentativo” da comunicação, Braga (2017) afirma que as múltiplas tentativas de comunicar são baseadas em episódios de interação. Essas tentativas têm os mais diversos objetivos e estratégias, mas se organizam a partir da “geração de *dispositivos sociais* para a comunicação – uma produção social de dispositivos interacionais [...]” (p. 6, grifo do autor).

Assim, os dispositivos interacionais seriam aqueles engendrados pelos participantes nos episódios em que tenta se comunicar. De acordo com Braga, e em uma visada que dialoga com a ideia de múltiplos dispositivos permeando a sociedade vista em Foucault, há uma imensa diversidade de dispositivos interacionais.

Braga (2011) conceitua os dispositivos interacionais como matrizes que os participantes elaboram socialmente e que a sociedade aciona em diferentes episódios para interagir. Uma das características principais desses dispositivos é a sua constante reelaboração.

Agora tratamos, em geral, de matrizes socialmente elaboradas e em constante reelaboração, que de um modo ou outro a sociedade aciona para poder interagir. No presente estudo, o que importa é assinalar que tais dispositivos são elaborados através do processo mesmo de interações tentativas – que geram, por aproximação sucessiva, modos e táticas na busca de uma efetividade comunicacional ampliada, desenvolvendo, na prática, objetivos e critérios indicadores de sucesso (BRAGA, 2011, p. 8).

A ideia de matrizes no conceito pensado por Braga nos interessa de forma particular. As matrizes dos dispositivos interacionais passam por um duplo movimento. Primeiro, como fica claro na fala do autor, são elaboradas e constantemente reelaboradas pelos participantes. Isso dá a essas matrizes um caráter mutável, evolutivo e também histórico.

Esse caráter histórico dos dispositivos acompanha seu conceito desde Foucault e aqui se reforça. O dispositivo interacional, então, responde a uma necessidade interacional e tem seu desenvolvimento fincado no momento histórico em que se desenvolve.

A essa noção, como já referimos e aqui aprofundamos, acrescentamos um fator importante para os dispositivos interacionais que funcionam na lógica *para muitos* (dentre os quais destacamos o jornalismo). Eles estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento tecnológico de cada momento histórico, como vimos no capítulo dedicado à reelaboração da esfera pública.

O fator determinante, no entanto, não é exatamente a tecnologia, mas o uso que a sociedade faz dela. Podemos pensar que os tipos móveis de Johann Gutemberg tinham usos variados para impressão, mas acabaram por inaugurar a imprensa escrita. O fator determinante, então, não é a tecnologia, mas seu uso, ainda que ela seja importante.

O segundo viés a ser observado dentro da ideia de matrizes é o seu caráter condicionante. Assim, em uma avaliação nossa, pensamos que se as matrizes são elaboradas e mudam pela ação dos participantes, elas também moldam em alguma medida essas mesmas ações.

Para Braga, a elaboração e os condicionamentos dessas matrizes passam por uma busca por efetivar a interação proposta. Ainda que pensemos em *condicionamentos* impostos pelo dispositivo, entendemos a maleabilidade dos dispositivos. Nesse mesmo texto, Braga deixa claro o seu distanciamento da ideia de *estrutura* presente no estruturalismo.

Nessa visada os arranjos, no interior dos dispositivos interacionais, estariam mais ligados à prática, ao pragmatismo, do que a uma estrutura rígida. “Podemos acrescentar que, enquanto a estrutura do estruturalismo é fixa, prévia e profunda; um dispositivo é visto por seu estado “de superfície”, expressando mais o próprio processo que um determinante. No dispositivo, a “organização” não é independente dos processos” (BRAGA, 2011, p. 10).

A formação dos dispositivos interacionais passa, então, por processos reiterados que passam a se configurar como modos de fazer, padrões de comportamento reconfiguráveis, mas ainda assim condicionantes em alguma medida. Dentro dessa ideia, Braga resume os dispositivos interacionais como “modos de fazer socialmente produzidos e tornados disponíveis” (p. 10).

### 7.3.1 Dispositivos de crítica

No contexto da produção social de dispositivos interacionais podemos situar os dispositivos de crítica do jornalismo. Sua evolução histórica, e a proliferação deles, mostra um processo de complexificação e enraizamento na sociedade importante para pensarmos o próprio jornalismo e sua função social.

É interessante observar que o próprio Braga, em seu percurso de pesquisa ao longo dos anos, vai se dedicar primeiro a pensar os “dispositivos sociais de crítica midiática” antes de se aprofundar na ideia de dispositivos interacionais (2011). Em *A sociedade enfrenta sua mídia – Dispositivos sociais de crítica midiática* (2006)<sup>64</sup> o autor analisa como a sociedade se organiza para tratar a própria mídia.

Naquele momento o autor toma de Maurice Mouillaud sua ideia do que seriam dispositivos. Ele parte do pressuposto de que dispositivos são lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem os textos, sendo o dispositivo uma matriz cultural que, de alguma forma, impõe sua forma aos textos, podendo aparecer ainda como uma sedimentação dos textos. “São, portanto, formas socialmente geradas e tornadas culturalmente disponíveis como matrizes para a realização de falas específicas” (BRAGA, 2006, p. 36).

---

<sup>64</sup> Sobre a proposta apresentada por Braga nessa obra, de um Sistema de Resposta Social, falaremos mais no capítulo 8.

Já vimos nesse momento algumas bases do que Braga viria a entender como sendo dispositivos interacionais. Especificamente sobre os dispositivos de crítica midiática, nos quais ele inclui os dispositivos de crítica de produtos do entretenimento midiático e onde podemos inserir os dispositivos de crítica das práticas jornalísticas, o autor identifica uma ampla variedade de dispositivos sociais.

São citados como exemplos os sites de crítica de mídia, revistas que têm como tema a própria mídia, produções acadêmicas e processos de autocrítica dos meios. Alguns desses dispositivos ainda são vistos em funcionamento nessa pesquisa, no entanto, nossa análise se concentra, metodologicamente, naqueles vistos em atravessamento com outros dispositivos de maior repercussão na sociedade.

Os dispositivos de crítica possuem diferentes graus de institucionalização. Assim, uma caixa de comentários de um site, que mobiliza comentários críticos dos leitores, possui um grau de institucionalização drasticamente mais baixo do que a atuação de um ombudsman, por exemplo. Em ambos os casos, no entanto, há um agir sistemático sobre o jornalismo com graus diversos de incidência sobre a produção.

Mobilizados em ambientes diferentes e com graus de institucionalização igualmente diversificados, os dispositivos críticos apresentam objetivos e ações múltiplas. Braga identifica oito tipos de ações distintas, que variam desde (1) interpretações qualitativas sobre os produtos da mídia até a (2) militância social, passando ainda por (3) processos de controle e de enfrentamento da mídia, (4) retornos com indicações para correções e revisões, (5) classificação e sistematização de informações, (6) circulação comercial, (7) processos educacionais e formativos e, por fim, (8) processos de aprendizagem em público.

Esses dispositivos, de acordo com Braga, em muitos casos utilizam a própria mídia como veiculadora de suas falas. Acrescentamos, aqui, que além de se utilizar, em algumas situações, da própria mídia como forma de tornar pública as suas críticas, percebemos que as próprias lógicas de produção e circulação oriundas da mídia são apropriadas pelos dispositivos. Assim, podemos perceber o conjunto de blogs e sites mobilizados por jornalistas profissionais que deixaram algumas das principais redações do país um como,



no conjunto deles, um dispositivo de crítica com características particulares e lógicas de mídia bem fundamentadas.

Esse parece ser o caso, por exemplo, do crítico polêmico-profissional, termo proposto por Foucault (1995). Oriundo do ambiente jornalístico, ele assume ocasionalmente o lugar de crítico em textos que se utilizam dos códigos próprios do jornalismo. Esse uso, além de legitimador, se dá também pela própria vivência desses atores nas redações.

Considerando a ideia de matrizes como central para os dispositivos interacionais e, conseqüentemente, para os dispositivos críticos, a investigação em torno dos dispositivos de crítica deve, então, pensar os modos de fazer, os códigos engendrados no interior desses dispositivos e tornados disponíveis, bem como entender que necessidade a sociedade busca atender ao elaborar aquele dispositivo.

Esses modos de fazer, e ver fazer, como nos lembra Deleuze, apesar de determinantes, são atravessados por aspectos culturais, tecnológicos, institucionais e outros fatores de ordem prática. Como refletimos, são ações ancoradas em processos históricos, que trazem consigo a historicidade das práticas sociais, mas que também são moldadas pela ambiência presente em que se desenvolvem.

No caso de uma pesquisa de doutorado, desenvolvida ao longo de quatro anos, essa ambiência vai se alterando. Como vemos nos casos coletados nesse período, e que estamos apresentando gradualmente, o Brasil passou por um processo de forte agitação social entre 2015 e 2019.

Nesse período o país vivenciou grandes protestos de rua, a manobra jurídico-parlamentar que ocasionou o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer com suas propostas de reformas profundas no Estado e nos direitos dos cidadãos, a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, e, por fim, as eleições de 2018 com a chegada da extrema direita à presidência com Jair Bolsonaro.

Todos esses fatores políticos, em um ambiente de forte polarização ideológica e de mobilização dos mais variados grupos sociais, fizeram com que os dispositivos comunicacionais passassem a responder a variadas necessidades. O que observamos foram reconfigurações aceleradas, novos

modos de uso orientados por objetivos que foram também se modificando configurando práticas e modos de agir socialmente.

O caso que apresentamos a seguir mostra o funcionamento dos dispositivos críticos em um momento bastante específico: o depoimento do ex-presidente Lula ao então juiz Sergio Moro. A reportagem criticada por esses dispositivos foi publicada pela revista *Veja* no dia 5 de maio de 2017, como veremos no próximo capítulo.

## 8 CASO 4 – VEJA E OS SUPER-HERÓIS

No primeiro semestre de 2017, na esteira da crise política brasileira e com o avanço das investigações da Operação Lava-Jato, criou-se a expectativa em torno de uma possível prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Investigado, naquele momento, em dois inquéritos ligados à Lava-Jato, Lula vinha sendo apontado como principal alvo do núcleo de Curitiba (PR) da força-tarefa, no qual os denunciados pelo Ministério Público eram julgados pelo então juiz federal Sérgio Moro.

Militantes e políticos filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), por outro lado, acusavam a força-tarefa, e mesmo o então juiz, de serem parciais, poupando envolvidos que não eram ligados ao PT. Para eles, a investigação buscava, acima de tudo, a prisão de Lula com fins políticos.

No embate discursivo entre juiz, procuradores e defensores do Partido dos Trabalhadores, ao longo do tempo criou-se a ideia de um antagonismo entre Lula e Moro. Por isso, o encontro entre juiz e investigado gradualmente ganhou ares de embate, e quando a oitiva que levaria o ex-presidente até Curitiba foi marcada, ela logo se tornou tema de debates na imprensa e nas redes sociais.

O depoimento de Lula a Sérgio Moro foi marcado para o dia 10 de maio de 2017, uma quarta-feira. No final de semana anterior, a revista *Veja* noticiava o depoimento com uma capa que gerou controvérsia no momento em que foi publicada na página oficial da *Veja* no Facebook. Na imagem, logo após o logotipo da revista vinha a chamada: “O primeiro encontro cara a cara”. Abaixo, uma ilustração com os rostos de Moro e Lula, separados por um “X”, caracterizados com máscaras como lutadores com um encontro marcado no ringue.

A revista *Veja* circula aos sábados. Tradicionalmente, no entanto, a equipe de mídias sociais publica a capa da edição um dia antes. Junto com a imagem, o texto do post anuncia: “Duelo de gigantes”.

Figura 10 - Capa da revista Veja publicada no dia 5 de maio de 2017



Fonte: Facebook

Após a postagem, imediatamente a revista passou a ser duramente criticada pelos leitores. Quatro minutos depois da publicação, a leitora C. A. B. escreve: “Que horrível isso! Não é uma disputa isso, é com o Brasil e o povo de bem! Parem de ser sensacionalistas e acharem que é entre o Juiz e o Lula, Que horror, mil vezes que horror!!!”<sup>65</sup>.

Os comentários seguem no mesmo tom. Um dos pontos que chama a atenção na análise dos 1,1 mil comentários que foram publicados na postagem é a diferença de matizes políticos que estavam representados entre os leitores que comentavam a capa da *Veja*. Ainda que discordassem quanto ao panorama político do país, concordavam com o que afirmavam ser um “erro” da revista.

Entre as manifestações, parte delas deixava claro que o processo de investigação e julgamento de um cidadão não pode ser transformado em uma luta entre o juiz – de quem espera-se imparcialidade no julgamento – e o réu.

<sup>65</sup> Optamos por transcrever os comentários da forma como eles foram publicados pelos leitores.

Para alguns leitores, no entanto, a capa mostrava uma realidade até então não admitida publicamente, como transparece no comentário da leitora M. M. S.:

Em qualquer lugar civilizado do mundo, a justiça é resultado de um duelo entre promotoria e defesa. A imprensa brasileira nunca foi tão verdadeira ao confessar que, aqui, trata-se de um confronto entre o juiz, que deveria ser imparcial, e o acusado, que deveria ter direito a um julgamento honesto. Veja e Isto É revelam que já foi cravado o último prego no caixão em que está sendo enterrada a justiça brasileira (COMENTÁRIO, 2017).

Outras análises, no entanto, criticavam a revista por colocar no mesmo plano o juiz Sérgio Moro e o investigado Luís Inácio Lula da Silva. Parte das análises ia além, ao pensar as cores utilizadas na capa para ilustrar Lula e Moro, como no comentário de C. S.

Que capa infeliz, hein @Veja? Quer dizer que o Moro está aí para uma briga de vale tudo estilo mexicano com um réu em mais de 10 ações? E, sem nenhum propósito escondido, o Moro usa máscara com as mesmas cores do PSDB?? Deixei de ser assinante da Folha justamente por esses posicionamentos burros, preguiçosos e perigosos. Por favor Editor: não jogue a reputação desta revista na lama! (COMENTÁRIO, 2017).

Não demorou para que a insatisfação dos leitores ganhasse espaço em sites e blogs independentes. Nas análises, a capa da edição da Veja é relacionada com a de outra revista, a IstoÉ, que chegou às bancas com uma capa parecida, colocando Lula e Moro em um ringue, prontos para lutar entre si.

Figura 11 - Texto publicado no site Senso Incomum no dia 10 de maio de 2017



Fonte: Senso Incomum

O site Senso Incomum, que reúne textos de jornalistas, advogados, antropólogos e outros profissionais, publicou uma crítica escrita pelo juiz Eduardo Perez. No texto, Perez afirma que as capas das duas revistas induzem os leitores ao erro de pensar que um julgamento pode ser um embate entre o juiz e o réu<sup>66</sup>.

A VEJA e a ISTOÉ publicaram duas capas nas quais o juiz Sérgio Moro está antagonizando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: na primeira, estão usando máscaras de “luchadores” mexicanos, na segunda, vestem-se como boxeadores.

Chama a atenção que, em ambas as capas, enquanto Lula está caracterizado de vermelho, Moro está vestindo azul e amarelo, cores relacionadas partidariamente a um partido político supostamente contrário ao do acusado.

<sup>66</sup> Disponível em: <<http://sensoincomum.org/2017/05/10/capas-veja-istoe-sergio-moro-time-juiz/>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

Sérgio Moro é juiz de primeiro grau, o que vale dizer que, necessariamente, ele se submeteu a um concurso público no qual foi examinado à exaustão. O magistrado oriundo do concurso, que não dependeu de conchavo político ou de caixa 2 para ser aprovado, é imparcial, aprende cedo a manter a equidistância entre os envolvidos e a não favorecer ou prejudicar quem quer que seja por gostos pessoais. Daí o extremo mau gosto das capas. Somente a ignorância ou a intenção deliberada de desvirtuar o sistema colocariam o juiz combatendo o réu. A função do juiz é fazer cumprir a lei, não favorecer ou prejudicar alguém. O magistrado não combate o criminoso, mas o crime (PEREZ, 2017).

Menções à capa da Veja também são vistas em sites como o Brasil 247, Diário do Centro do Mundo, Falando Verdades, e Jornal GGN. Esses sites já foram vistos como lugares de crítica à mídia tradicional na exposição do caso envolvendo a Folha de S. Paulo. Além deles, o site O Antagonista também criticou a capa da revista Veja, e o fez a partir dos comentários dos leitores nas redes sociais.

"Duelo de gigantes". Foi assim que a Veja anunciou nas redes sociais a edição impressa desta semana. Na capa da revista, o juiz Sérgio Moro e Lula se encaram com máscaras de gladiadores. O título é "Moro x Lula: o primeiro encontro cara a cara", em referência ao depoimento marcado para 10 de maio. [...] O Antagonista, no entanto, nem precisou analisar a capa da Veja. No Twitter e no Facebook, os internautas já trataram de detoná-la. Eis alguns dos comentários publicáveis:

"Capa ridícula que ajuda Lula na tentativa de politizar esse depoimento."

"Não é nenhum duelo! É um réu indo depor! Veja, tenha dó..."

"Réu é tratado como gigante, só aqui mesmo."

"Gigante só vejo um [Moro]."

"A Veja é a nova Folha" (MAINARDI, 2017).

## 8.1 O caso Veja e suas especificidades

A escolha pela análise do caso envolvendo a revista Veja se deu por algumas particularidades do caso na relação com outros materiais coletados em rede. Até aquele momento, durante o trabalho de monitoramento para esta pesquisa e de escolha dos casos que finalmente integrariam esse texto,

nenhuma outra situação crítica aos três meios de comunicação monitorados havia gerado um percentual tão alto de comentários críticos.

Isso se deve em parte porque optamos por analisar um assunto que envolve convicções políticas e que, de forma geral, gera mais debate entre os participantes em função de suas convicções pessoais do que pela reportagem em si. Nesse sentido, a maior parte dos comentários é sobre o assunto relatado nas reportagens, e não sobre a prática jornalística em si.

Pela repercussão que a marcação do depoimento de Lula a Sérgio Moro vinha tendo, esperávamos que isso se repetisse em relação à capa da Veja, mas não foi o que ocorreu. Dos 1,1 mil comentários que a capa da Veja recebeu na página oficial da revista no Facebook, 74,3% eram de críticas diretas à abordagem da publicação sobre o caso. Isso quer dizer que a cada 10 comentários feitos pelos leitores no post, mais de sete continham algum tipo de consideração sobre a escolha da Veja.

Outra particularidade desse caso, já citada, mas que precisa ser reforçada, é a diversidade de posições políticas observadas nos participantes do processo crítico. A chamada “duelo de gigantes”, que explicitamente coloca Lula como um gigante ao lado de Moro, é responsável por parte considerável dos comentários. Para uma parcela dos leitores, equiparar réu e juiz é inaceitável. Para outros o problema é justamente o oposto: a equiparação de um ex-presidente da República com um juiz de primeira instância.

Diferentemente do Caso Folha, a construção nos comentários se utiliza bem menos de aportes da crítica polêmico-profissional, aquela feita por jornalistas ou outros analistas. Nessa situação ocorre exatamente o contrário, com os comentários dando base para que sites e blogs construam a sua crítica, como no caso de O Antagonista.

O que observamos, então, é um atravessamento em outro sentido entre os dispositivos. A crítica polêmico-profissional tem sua atenção chamada pelo volume de comentários críticos dos leitores, e a partir disso constrói sua própria crítica.

Dos 1,1 mil comentários lidos, apenas seis usavam sites externos como base. O caso Veja mostra um dispositivo de crítica social mobilizado pelos leitores, que se alimenta muito mais do próprio fluxo de comentários do que de outras fontes.



Desde o momento em que a capa foi postada no Facebook todos os comentários iniciais desaprovavam a capa da revista. Uma reação rápida, oriunda de campos ideológicos distintos. Esse tipo de reação crítica encontra um lugar de fácil difusão das redes sociais digitais. Além disso, se expressa em rede gerando conexões entre os próprios leitores, que respondem aos comentários uns dos outros.

Até aqui temos utilizado alguns termos para designar os comentários e textos críticos. A crítica dos jornalistas em blogs temos chamado de crítica polêmico-profissional. As manifestações dos leitores de comentário crítico, enquanto que textos oriundos da ombudsman da Folha de S. Paulo, ou de críticos profissionais como Maurício Stycer, temos chamado apenas de crítica.

Desde o início temos pensado como críticas as manifestações em um nível discursivo mais material, nas quais os participantes analisam e/ou comentam produtos jornalísticos específicos. Não estamos tratando, a exemplo do que faz Braga (2006), apenas da chamada “grande crítica”, mas de manifestações sobre o jornalismo e sobre o trabalho das redações.

Essas categorias de análise e sua conceituação são o tema do próximo capítulo. Nele discutimos alguns conceitos de críticas, e quais norteiam nossa análise, além de pensar o jornalismo como produto criticável.

## 9 CRÍTICAS, MOVIMENTOS CRÍTICOS E SENSO COMUM

Ainda na década de 1950, Claude Lévi-Strauss chamava atenção para um fenômeno que se mantém em nosso tempo. De acordo com ele, “nossa civilização trata a língua de um modo que poderia ser qualificado como desmedido: falamos a torto e a direito, qualquer pretexto é bom para nos exprimirmos, interrogarmos, comentarmos” (LÉVI-STRAUSS, 1958, p. 80).

Some a essa característica uma revolução tecnológica que deu às pessoas a capacidade de falar para muitos, todas ao mesmo tempo, e temos uma era da superinformação (MORIN, 1995). Toda essa superinformação atual é acompanhada de uma superexposição. De conceitos, de visões de mundo e mesmo de intimidade (BAUMAN, 2011). Nesse escopo de exponencial exposição de si expomos também nossas opiniões.

Crítico das novas tecnologias, Umberto Eco declarou em 2015 que as redes sociais digitais dão o direito à palavra a uma "legião de imbecis" que antes falavam apenas "em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade". Há quem veja na internet a proliferação de especialistas em tudo, pessoas dispostas a dar sua opinião sobre qualquer assunto a qualquer momento.

Se há quem enxergue as tecnologias com pessimismo o contrário também pode ser visto. Lemos e Lèvy (2010) falam em “ciberdemocracia planetária”. Nessa mesma visada, ainda no início da primeira década dos anos 2000, Castells (2003) via na internet “um instrumento ideal para promover a democracia” (p. 128). Castells argumentava que a transparência no acesso à informação e a possibilidade de expressar opiniões eram bases importantes para essa promoção da democracia.

Não apenas os governos, mas diferentes instituições da vida pública passam a ser observadas de forma crítica nessa ambiência. Há mais informação, mas há também mais opinião. Ainda na introdução desta pesquisa apresentamos dados que mostram o quanto as instituições perderam em confiança atualmente, especialmente no contexto brasileiro. O jornalismo não passa incólume nesse cenário. Suas práticas passam a ser cada vez mais tensionadas a partir de uma atitude crítica da sociedade.

Nesse cenário percebemos que as transformações que tornam mais complexa e múltipla a construção social da crítica das práticas jornalísticas, a partir da reconfiguração do papel das audiências no processo comunicacional, se inserem em um quadro maior de profundas mudanças na forma como os atores sociais se relacionam entre si e com as instituições que protagonizam a vida social. Boaventura de Sousa Santos (2002) chama esse processo de transição paradigmática para uma nova epistemologia emergente.

Para o sociólogo português, essa epistemologia emergente deveria ajudar a conformar um “conhecimento prudente para uma vida decente” (p. 16). Em uma sociedade profundamente alterada pela ciência, a revolução científica atual partiria de um paradigma científico para contribuir para um paradigma social. A ruptura epistemológica desbancaria da razão moderna o monopólio científico, e passaria por uma revalorização do senso comum.

Ao pensar uma crítica que se constrói socialmente, e que coloca o especialista e mesmo o acadêmico como componente e não protagonista único do exercício da crítica, como temos feito, trabalhamos com conhecimentos que se utilizam fortemente de aportes do senso comum, mas que, como observaremos nos casos analisados, também se apoia no conhecimento escolado visto em outros dispositivos críticos como subsídio e ferramenta de legitimação.

O jornalismo, seu impacto na vida social e seus processos, tem se colocado como uma problemática do nosso tempo. Discussões sobre a qualidade dele e seus eventuais erros são comuns. Nesse contexto, nossas sociedades têm entendido o exercício da prática jornalística como problema a ser discutido. Para Popper (2001) os problemas são a base da busca por conhecimento, e assim, o senso comum tem discutido o jornalismo em paralelo à ciência.

Essa valorização do senso comum como forma de conhecimento, e principalmente, como conjunto de saberes que conforma diferentes práticas sociais, é observada por Braga (2016), que explica que “como fenômeno humano e social, o senso comum envolve competências da espécie que vão se exercitar socialmente segundo um determinado conjunto de processos característicos resultando em um “produto” – que é esse acervo reconhecível de ideias, enunciados, decisões, atos e regras” (p. 10).

No caso da crítica social das práticas jornalísticas, acreditamos que essas “competências de espécie” se constroem no contato da sociedade com os meios e nas dinâmicas de interação que vão se conformando ao longo do tempo gerando diferentes dispositivos de crítica ao jornalismo. Ainda de acordo com Braga, observar esses fenômenos, e para nós esses dispositivos, pede uma busca por suas “lógicas de funcionamento”, dentro dos contextos em que essas práticas são realizadas.

Trata-se de examinar características próprias do senso comum, para perceber seu âmbito de interesse e de eficácia. Com base nessa percepção, tornam-se mais claras as distinções entre o senso comum e outros processos, próprios de “lugares” especializados. Percebida a distinção, é possível, então, reconhecer e acionar modos de continuidade entre ambos, evitando a confusão de pertinências (BRAGA, 2016, p. 10).

Ao perceber uma construção social da crítica das práticas jornalísticas buscando as conexões que se dão entre os diferentes dispositivos analisamos esses “modos de continuidade” pensados por Braga. Nas profundas alterações nas relações sociais que se estabelecem com o crescimento do uso da internet, esses modos de continuidade se tornam ainda mais frequentes, gerando um fluxo complexo no qual senso comum e conhecimento escolado interferem um no outro.

Em visada complementar, esses modos de continuidade podem ser entendidos a partir da ideia de processos sociais. Os diferentes dispositivos críticos, ao serem observados em uma visada abrangente, geram um processo coletivo, descentralizado, que por sua vez estabelece uma série de repertórios que serão aprimorados nas dinâmicas da sociedade. “Não há como deixar de concordar de fato que a cultura se apresenta como ‘processos sociais’. Podemos acrescentar: que se materializam em ‘repertórios’, de níveis e classificações diversas, com os quais nós efetivamente entramos em contato” (PAIVA; SODRÉ, 2013, p. 24).

Sobre essas práticas que se atravessam, Boaventura de Sousa Santos (2002) afirma que “tanto no domínio da produção como no domínio do consumo, a sociedade capitalista afirma-se cada vez mais como uma sociedade plural e múltipla, onde as fronteiras parecem existir apenas para

serem ultrapassadas” (p. 17). Essa noção se amplia a partir da internet e das possibilidades de trocas verificadas em rede.

No que diz respeito ao jornalismo, e às formas de contato entre a rua e a redação, as fronteiras entre a prática jornalística e as reações do público já foram bem mais evidentes. No cenário atual, essas trocas foram levadas a outros patamares com as redações sendo cada vez mais inundadas pelo o que vem de fora delas (COELHO, 2017).

### **9.1 Crítica – Multiplicidade e dependência de seu objeto**

No caldo dos fluxos que colocam especialistas e leigos em patamares semelhantes de distribuição de opiniões, como observa Eco (2015), as discussões em torno da produção da crítica a qualquer produto passam por entender o papel de cada um desses atores e discutir modos de coexistência entre conhecimento escolado e senso comum, além de perceber as relações de continuidade e complementaridade. Tomando como base sistemas críticos mais tradicionalmente bem construídos em relação ao sistema de crítica do jornalismo, como a crítica literária, vemos como ele também vem sendo atravessado pelas novas tecnologias.

Pesquisa encomendada pelo Itaú Cultural, liderada pelo professor Fábio Malini no Laboratório de Pesquisa sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo<sup>67</sup>, mostra que consumo de literatura é cada vez mais mediado pelas redes sociais. Assim, se antes o desejo de leitura era em muito motivado pelas críticas elaboradas por críticos profissionais, agora são principalmente as impressões de outros leitores sobre as obras que impulsionam o consumo de determinado produto literário.

Esse sistema crítico passa a se tornar multifacetado e exponencialmente mais complexo. Nesse cenário a própria prática da crítica passa a ser tensionada em um ambiente no qual a grande crítica se torna componente, e não o próprio sistema crítico. No que diz respeito à crítica de produtos

---

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/consumo-da-literatura-mediado-pelas-redes-sociais-13431075>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

mediáticos esse sistema ainda mais complexo se instala em bases teóricas que historicamente foram pouco discutidas, como apontam Silva e Soares (2013).

Braga (2006) lembra que os estudos em torno da circulação de impressões da sociedade sobre a mídia, ainda que existam em razoável quantidade, são esparsos, sem uma percepção expressa do que seria processualmente essa atuação sobre a mídia. Em texto mais recente, Silva e Soares (2016) consideram o campo de estudos sobre crítica de mídia ainda incipiente.

Essas discussões esparsas no tempo deixam lacunas conceituais em relação à ideia do que seria a crítica midiática, seus objetivos e atores. Essas lacunas têm feito com que diferentes autores busquem subsídios em outros sistemas críticos na busca por entender essas bases. A crítica literária, que referenciamos, é um desses lugares com um saber mais constituído em torno de seus dispositivos críticos. A Filosofia é outro desses lugares onde encontramos discussões em torno da ideia de crítica. Não pretendemos aqui apresentar todas as vertentes teóricas oriundas desses campos, mas buscar algumas pistas para compreender o fenômeno.

Nesse debate é interessante analisar o que escreve Roland Barthes (1982), ao discutir a crítica francesa. “Em outros termos ainda, a crítica não é absolutamente uma tabela de resultados ou um corpo de julgamento, ela é essencialmente uma atividade, isto é, uma série de atos intelectuais profundamente engajados na existência histórica e subjetiva (é a mesma coisa) daquele que os realiza, isto é, os assume” (p. 160).

Mesmo que a análise esteja ligada ao contexto francês de crítica da Literatura e do Teatro, nos interessa pensar o quanto Barthes rejeita a ideia de que a crítica seria uma produção destinada ao estabelecimento de uma verdade, ou ainda, uma tabela de preceitos sobre o que se deve ou não fazer. Nesse sentido, a crítica se estabelece como prática social cuja “tarefa não é descobrir verdades, mas somente validades” (BARTHES, 1982, p. 161).

Outro ponto importante para nós dentre os escritos de Barthes é a inserção da crítica em uma historicidade que, em boa medida, dita suas formas. Logo na abertura de sua conferência na Sociedade Francesa de Filosofia, em 1978, Foucault (1995) lembra que a ideia de crítica tem relação direta com a sociedade, com a cultura. Mesmo que em sua fala também

estivesse pensando a crítica profissional, o filósofo afirma que a atitude crítica é uma virtude geral, e se coloca como “a arte de não ser governado assim, e a esse preço” (p. 3).

Na fala de Foucault aparece com frequência a ideia de que criticar está ligado a resistir. Do ponto de vista da crítica aos produtos do jornalismo, essa resistência estaria atrelada à noção de que o jornalismo seria o chamado quarto poder, e criticá-lo pode ser entendido como resistência a esse poder e seus discursos. “A crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade” (FOUCAULT, 1995, p. 5).

Partindo da pergunta “o que é oferecer uma crítica”, a filósofa estadunidense Judith Butler (2013) faz uma reflexão sobre essa mesma palestra de Michel Foucault. Uma das premissas de seu ensaio é associar o exercício da crítica não a algo abstrato, mas a práticas bem definidas. “Crítica é sempre crítica de alguma prática institucionalizada, um discurso, uma episteme, uma instituição. Sendo assim, ela perde seu caráter básico no momento em que é abstraída de sua operação constitutiva, é posta em isolamento como prática puramente generalizável” (p. 1).

Temos aqui alguns pontos importantes para pensarmos o que podemos caracterizar como dispositivos de crítica. O primeiro deles é a noção, fortemente presente nos escritos de Barthes, de que crítica é “processo social”. Ela é constituída por atos intelectuais engajados na existência histórica dos sujeitos. Assim, quando determinado sujeito ou grupo manifesta-se criticamente ele o faz a partir do seu lugar específico de fala, não buscando estabelecer uma “verdade”, mas sim, validades.

O segundo desses pontos é a inserção do dispositivo crítico em uma historicidade que determina sua constituição baseada no que vem antes dele, e sua atuação como dispositivo calcado no presente. Essa noção está presente tanto em Barthes como em Foucault.

O terceiro desses pontos, trabalhado por Foucault, e que nos interessa de forma particular, é a ideia de uma crítica que busca interrogar a verdade estabelecida. Uma crítica que também é sinônimo de resistência ao poder. Nos casos em que analisamos, uma resistência às construções de realidade oriundas do jornalismo.

Por fim, do que vimos até aqui, temos o quarto ponto. Este aparece na fala de Judith Butler e nos ajuda a situar a crítica em um vínculo necessário com o seu objeto. A crítica está atrelada a um objeto específico, é definida por esse objeto e depende dele.

Foucault inicia sua fala afirmando que há vários sentidos para o termo “crítica”, acenando tanto para o “elevado empreendimento kantiano” que se chama crítica, quanto para “as atividades polêmicas menores que são chamadas de crítica”. Sendo assim, ele nos avisa desde o início que a crítica não será uma coisa única e que não seremos capazes de defini-la sem recorrer aos vários objetos pelos quais ela própria se define (BUTLER, 2013, p. 10).

Resumindo esses pontos, podemos afirmar que a crítica é processo social, desenvolvido por múltiplos sujeitos, afetada por seu contexto histórico e social, que traz consigo uma forma de resistência e está atrelada ao objeto criticado que acaba por defini-la.

#### 9.1.1 Circulação responsiva

Uma das justificativas para a necessidade da crítica ao jornalismo diz também da necessidade de que essa crítica tenha de fato alguma incidência na produção. Braga (2002) coloca esse objetivo ainda no início de suas pesquisas em torno do tema.

As afetações geradas por esse aparato crítico social foram observadas de maneira mais apurada por nós em trabalho anterior (COELHO, 2017) desenvolvido dentro das redações de quatro grandes jornais brasileiros: O Globo, Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e Zero Hora.

Durante a pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado deste mesmo programa de pós-graduação, observamos o papel das respostas da sociedade na prática jornalística. O que pudemos observar naquele momento é que a crítica construída socialmente encontra eco nas redações, em um intrincado jogo de pressões, concessões e rejeições. A partir dessa pesquisa trabalhamos o conceito de *circulação responsiva*.

Entendemos a circulação responsiva como o fluxo, no ambiente da redação, da crítica das práticas jornalísticas. A diminuição da fronteira entre a rua e a redação é um fenômeno que vem sendo discutido, a partir do



surgimento da internet, alterando os fluxos da circulação tanto dos produtos jornalísticos quanto das impressões da sociedade sobre esses produtos.

O conceito de circulação responsiva dá a ver esses fluxos especificamente quando circulados no ambiente das redações. Ajuda a entender de que forma a participação da sociedade é um mecanismo de pressão no ambiente de produção de notícias. Não há ingenuidade aqui. Nem sempre essa pressão tem resultados que gerem mais qualidade ao conteúdo, ainda que isso possa acontecer.

A partir da observação dos fluxos da crítica social nos jornais (COELHO, 2017), podemos identificar quatro momentos da circulação responsiva. Esses quatro momentos dividimos entre a recepção da crítica, a seleção dos comentários, a circulação na redação dessas respostas e, por fim, as afetações que a crítica social das práticas jornalísticas geram no conteúdo.

A recepção é a chegada dessas impressões dos leitores nas redações. Na maioria dos jornais, equipes especializadas fazem o filtro das respostas que chegam. As críticas podem vir em comentários nas matérias do site, ou então via redes sociais. Em função da repercussão que podem ter nas redes, são essas as recebidas.

Reforçamos que, apesar do uso do termo recepção, ele não é pensado nos moldes do que se pensava ser a recepção dos produtos dos meios de comunicação de massas, mas apenas com a ideia de chegada. Em alguns momentos, são os próprios repórteres e editores que recebem essas críticas, para além da equipe que faz esse trabalho de gestão de redes sociais na redação.

Parte desses comentários são selecionados pela equipe de mídias sociais. Os critérios para essa seleção não são exatamente bem definidos. Parte da percepção do profissional de que o comentário é ou não pertinente. Passa ainda pela ideia de um leitor presumido. Quer dizer: o repórter da equipe de mídias sociais tem uma percepção de quem é o leitor do jornal. Quando acredita que o comentário vem de alguém que não faz parte desse grupo, ele pode descartar a crítica.

Note-se, ainda, que a seleção é feita com dados que não estão na redação. Se o profissional percebe, por exemplo, que o leitor que fez a crítica é

um militante de um partido político ou de algum grupo social, o comentário pode não ser levado em consideração.

É interessante notar que a chegada das críticas à redação dispara uma nova cadeia de fluxos e interpretações. Em função do volume dessas críticas, esse também é um processo bastante complexificado. A questão da quantidade de comentários é vista, por parte das redações, ao mesmo tempo, como potencializadora e limitadora. A leitura dessas respostas normalmente é feita de forma agrupada, em grandes quantidades. É na quantidade dos comentários que as opiniões da sociedade sobre o jornal se destacam.

Se a crescente quantidade de comentários críticos dos leitores aumenta o volume de respostas que chegam à redação, essa quantidade massiva de impressões sobre o jornalismo também intensifica o processo de seleção das críticas que chegam aos repórteres, realizado pelos profissionais das equipes de monitoramento. Externamente, no entanto, as redes permitem a circulação dessas opiniões sem que haja controle por parte dos meios de comunicação.

O fator quantitativo é o que chama atenção dos monitores inicialmente. No meio da quantidade, por outro lado, comentários melhor construídos e com argumentação mais elaborada ganham destaque nas discussões internas.

As críticas selecionadas passam a circular na redação. Em determinados casos, dependendo do volume de comentários, eles podem gerar relatórios que são discutidos entre os gestores. Normalmente os casos são repassados aos editores da área do conteúdo criticado, e posteriormente aos repórteres.

Entender a circulação dessa crítica é importante para buscar marcas de afetações delas na prática jornalística. Nesse sentido, essa circulação acontece, pelo que percebemos, em uma relação de resistência e acolhimento, restrição e liberação por parte dos jornais. Marocco (2012) assinala que suas pesquisas com profissionais do jornalismo sinalizam para uma prática que é fundamentada no compartilhamento de técnicas e experiências, um saber discursivo.

Partindo do conhecimento de que essa crítica socialmente construída é recebida, parcialmente selecionada, e posteriormente circula nas redações, chegamos ao quarto movimento circulatório do comentário social no jornalismo: as afetações. A ocorrência dessas afetações vai depender de uma série de

fatores, como volume das críticas, prejuízos mercadológicos que a crítica pode trazer à empresa jornalística, e até mesmo do perfil pessoal dos profissionais da redação.

É certo que existem limitações para que a ação efetiva dessa crítica ocorra. Assim, as afetações se manifestam de diferentes maneiras. A observação empírica mostrou que a primeira afetação gerada pelo comentário social nas redações é um olhar mais crítico por parte dos jornalistas para a sua produção. É a partir do descontentamento externo, com o feedback dado pelo público, que as redações têm feito um processo de reflexão de suas práticas.

Correções de erros, mudanças de abordagens de coberturas, discussões sobre procedimentos internos cristalizados são a afetação final, aquela que diretamente age sobre o jornalismo. Ainda que tenhamos dedicado bom espaço às limitações desse processo, é inegável que o comentário social já tem levado a esse tipo de mudança. Elas não nos parecem isoladas. Ocorrem com certa frequência (COELHO, 2017, p.110).

O jornalismo em sua conformação atual, baseada na existência de empresas de comunicação, se moldou especialmente nas últimas décadas. A reflexão sobre essas práticas é um primeiro e importante movimento na criação de uma cultura mais crítica nas redações.

Outra afetação – esta externa, mas que preocupa as empresas de comunicação – é a visão que a sociedade forma de uma determinada publicação a partir dos comentários críticos sobre sua produção que circulam na internet. A percepção que o público tem do jornal é uma preocupação comum aos editores.

### 9.1.2 A importância de criticar o jornalismo

Em nossa discussão sobre crítica temos reforçado a importância do objeto como definidor da própria crítica. No caso do jornalismo esse é um objeto particularmente importante de ser colocado nessa posição, pela sua preponderância na esfera pública.

Essa importância se reforça pela visão de Park (2008), que já na década de 1950 afirmava que o jornalismo é uma forma de conhecimento. Para o jornalista e sociólogo norte-americano a função da notícia é orientar o homem

e a sociedade no mundo real. Nesse contexto, cresce a importância de uma prática jornalística exercida a partir de critérios éticos e de qualidade.

O próprio Alsina (2009), em sua reflexão sobre a notícia, credita a ela o peso de se colocar como uma realidade pública. Sua perspectiva parte da ideia de construção social da realidade situando a notícia como uma realidade simbólica, pública e cotidiana. Alsina percebia a notícia como construtora da realidade social, coletivamente compartilhada, apesar de frisar que ela não era a única instância de produção dessa realidade.

Em uma visada semelhante, ainda que se utilizasse de termos distintos, Park, quase 70 anos antes, partia do caráter individualizado da existência humana para definir que a ampliação desse universo particular se daria justamente com o contato diário com os acontecimentos que ocorrem para longe dessa realidade em que o indivíduo é o centro do seu universo.

Questionado sobre “para que serve o jornalismo”, Jay Rosen, em um contexto histórico completamente diferente daquele que viveu Park, explicou que a função do jornalismo é justamente reduzir esse distanciamento do indivíduo com o mundo que o cerca. “Vemos o jornalismo como a resposta à necessidade do público de saber o que se passa. [...] O jornalismo entra em cena quando aglomerado humano, a economia cotidiana e a organização política extrapolam a escala na qual o povo se informa sozinho” (ROSEN, 2013, p. 33).

A importância dos meios de comunicação de massa na sociedade, ainda que seja um dado histórico, se mantém. Mesmo com as redes sociais digitais e com a ampliação de ofertas de ferramentas de comunicação, o jornalismo possui uma função central: a de colocar o cidadão em contato com essa realidade socialmente compartilhada.

Lorenzo Gomis (1991), em uma posição semelhante à de Alsina, afirma que é o jornalismo quem constrói o presente social.

Y lo que los medios de comunicación hace es ofrecernos el presente social. Sin ellos, el presente social resultaría pobre y encogido, sería apenas el de la familia, la vecindad más inmediata, el medio de trabajo. Gracias a los medios, vivimos en el mundo y sabemos lo que está pasando un poco en todas partes (GOMIS, 1991, p. 21).

Ao fazer uma avaliação das transformações do jornalismo, Ignácio Ramonet (2012) afirma que a sociedade se modifica e evolui em uma relação íntima com os meios de comunicação. Mesmo com as mudanças trazidas pelas novas redes da internet – apontadas pelo autor como mecanismos de maior oferta de ferramentas de distribuição de conteúdo –, os meios de comunicação não deixaram de ocupar uma função importante na sociedade.

Ainda no segundo capítulo deste trabalho discutimos a ideia de esfera pública, na qual está inserida a chamada opinião pública. O lugar social ocupado pelo jornalismo tem na informação dessa opinião pública um de seus principais papéis. De acordo com ele, a agenda da mídia tem a capacidade de propor temas e de mobilizar os atores sociais.

As condições de produção também são fundamentais na constituição do jornalismo, a reafirmam a necessidade de um olhar crítico sobre as suas práticas. Em *A supressão de notícias importantes*, Ross (2008), analisando a imprensa do início do século XX, já apontava como as condições em que o jornalismo é produzido afetam de maneira determinante sua qualidade.

A primeira dessas condições apontadas por Ross é justamente uma das principais: o caráter empresarial assumido pelo jornalismo, hoje baseado principalmente nas grandes empresas de mídia. Nesse ponto, ao analisar por que algumas notícias não figuravam nos jornais, o autor sinaliza para a importância de um pensamento crítico permear o consumo do jornalismo.

Em última análise, então, o silenciamento dos acontecimentos com a anuência do anunciante só encontrará um limite na inteligência e vigilância do público leitor. Conduzido por uma “proposta comercial”, o jornal não se atreve a suprimir as notícias além de um certo ponto, e sempre pode assinalar orgulhosamente as notícias não suprimidas como provas de sua independência e de seu espírito a favor do público (ROSS, 2008, p. 91).

Outras questões, no entanto, conformam as práticas jornalísticas e de alguma forma são importantes agentes da construção da notícia. A proximidade do jornalismo com o poder, a necessidade de entregar uma informação que agrade ao seu público, como aponta Neveu (2006), e mesmo questões estruturais do formato, como espaço ocupado, hierarquia organizacional das redações, e práticas instituídas são elementos conformadores da prática jornalística.

Ainda que a função central do jornalismo na vida social se mantenha, é inegável que as alterações tecnológicas dos últimos 20 anos tiveram forte impacto sobre a imprensa, como temos referenciado. Henn e Oliveira (2015) discutem o que chamam de “crise do jornalismo” a partir da ideia de profundas alterações sistêmicas que levam a esse momento.

Em sua discussão teórica, os autores lembram que Kauffmann (1995, p. 237-238) assegura que processos dessa natureza trazem consigo um forte componente de caoticidade: “Uma sociedade com trocas reduzidas pode manter-se em estado quase estacionário, sem progresso, mas também sem grande catástrofe, ao passo que o aumento das trocas permite passar bruscamente a uma dinâmica muito mais rica e complexa”.

Nesse sentido, a caoticidade das trocas entre imprensa e sociedade a partir das redes sociais pode ser vista sob dois ângulos. Primeiro, como sintoma próprio do momento atual do jornalismo, na concepção de muitos, como Henn e Oliveira, um momento de crise. Segundo, e aqui pensando de maneira mais objetiva os fenômenos em estudo nessa pesquisa, a ideia de que as trocas entre mídia e sociedade podem ser o catalisador de “uma dinâmica muito mais rica e complexa”, nas palavras de Kauffmann (1995).

Aqui, acreditamos que o resultado disso que diferentes autores têm chamado de “crise” será um reposicionamento dos atores, e das práticas jornalísticas. Ao analisar esse contexto, Heinrich (2011) ressalta que a adaptação do jornalismo a esse novo momento passa por uma abertura maior à sociedade.

Yet the question remains for many: what to make of these changes, if and how they should adapt their media presence and how much interaction with users as well as with alternative sources they should allow. [...] future for the journalistic profession will be much more interactive, crossmedial and less top-down in its organization acting more like information nodes carrying multiple voices and story angles. (HEINRICH, 2011, p. 88).

Das particularidades da constituição das práticas jornalísticas, e especialmente analisando o momento pelo qual o jornalismo passa, se ressalta a necessidade de uma crítica que perceba as deficiências do discurso jornalístico, e que faça um tensionamento de suas rotinas. O contexto atual reposiciona os atores que interagem no circuito comunicacional no qual se

insere o jornalismo dito tradicional, e nesse reposicionar percebemos uma abertura maior à crítica.

Para além de “responsabilizar” o jornalismo, a crítica gera vínculos mais consistentes entre a sociedade e sua mídia. Considerando essa forma de entender as construções do jornalismo, percebe-se uma prática que se afirma na relação com a sociedade. Nessa relação podemos situar as respostas da sociedade ao jornalismo, entre elas, as respostas críticas.

Essa crítica não é um fenômeno novo. Como veremos, há um caminho histórico já percorrido pela crítica do jornalismo, especialmente no contexto brasileiro. O que tem se alterado aceleradamente nas últimas décadas são os dispositivos e práticas engendradas no interior deles.

### 9.1.3 Múltiplas críticas

A crítica ao jornalismo é um fenômeno que acompanha sua existência. Um exercício necessário, que ajuda a garantir a qualidade daquilo que é produzido pelas redações. A partir das novas redes, as manifestações críticas ganharam em visibilidade, deixando entrever insatisfações por parte da sociedade em relação à mídia. “Além das facilidades trazidas pelo uso crescente e cada vez mais acessível da tecnologia, o consumidor de informações se transformou em produtor de notícias por não estar satisfeito com o produto que recebe” (CAPRINO; ROSETTI; GOULART, 2008, p. 2).

O crescimento da visibilidade dos comentários da sociedade sobre a mídia gera um reposicionamento teórico na discussão sobre crítica midiática. Se antes a ideia de um crítico estava muita mais ligada ao profissional, ao especialista, abre-se a possibilidade de se pensar numa crítica mais ampla, executada também por quem recebe diariamente os produtos dos meios.

Esse deslocamento foi feito por Braga (2002). Ao avaliar como deve ser feita a crítica das práticas mediáticas, o autor propõe um deslocamento da questão, perguntando: “Como deve a sociedade fazer a crítica das práticas mediáticas?” (p. 27). Com isso, associa-se a crítica aos múltiplos atores que compõem o tecido social, entreando aí diferentes formatos de crítica.

Em noção complementar, Marcondes Filho (2002) afirma que “criticar só tem sentido se associado à multiplicidade, à variedade, a um conjunto informal,

difuso de pessoas. [...] A crítica dos produtos midiáticos se realiza de fato na massa dos receptores, se bem que de forma espontânea, dispersa, aleatória” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 23).

Considerando a crítica como um sintoma de sobrevivência, Marcondes Filho afirma que uma sociedade sem crítica é uma sociedade morta. Para ele, as manifestações críticas são um sinal de que há algo vivo no sistema. A insubordinação, a ousadia, o atrevimento são sistemas de crítica.

A necessidade de garantir a qualidade do que produz a mídia e a responsabilização do jornalismo por seus erros levaram Claude-Jean Bertrand a pensar os chamados *Meios para assegurar a responsabilidade social da mídia*.

São meios de melhorar os serviços de mídia ao público, totalmente independentes do governo. Espera-se que atinjam o seu objetivo aumentando a competência dos jornalistas e descobrindo (por meio da observação e análise) o que a mídia faz e não faz, em comparação com o que deveria fazer (BERTRAND, 2002, p. 35).

O trabalho contínuo de observação e crítica de mídia serviria, inclusive, para garantir a confiança do público na imprensa. Nesse contexto, um trabalho de análise constante do jornalismo serviria como antídoto para a crise de confiança que atualmente enfrenta a mídia. Seus processos seriam mais transparentes e constantemente “auditados” pela sociedade.

Naquele momento, Bertrand pensava em um sistema de *media accountability*. Eles estavam estruturados em mais de 60 ações que davam transparência ao trabalho das redações. Essas ações incluíam muitos dos dispositivos que avaliamos aqui, tais como manifestações do público, o trabalho do ombudsman e os observatórios de mídia.

Essa visão sistêmica é elaborada de forma teoricamente mais fundamentada por Braga (2006). Ele insere crítica midiática dentro de um sistema mais amplo, de respostas da sociedade aos meios. O autor propõe que a resposta social integre um sistema crítico-interpretativo, que abrigaria as diferentes formas de crítica, e complexamente desenvolvido. Esse sistema, que abrigaria a crítica especializada, estimularia uma cultura de crítica social, que seria feita pelos usuários por própria conta.



No que se refere ao sistema de resposta, o relacionamento parece ser essencialmente processual. Neste espaço, as relações não ocorrem formalmente entre os diversos dispositivos do sistema de resposta (críticos ou não), o que já solicitaria algum tipo de estrutura organizadora. A relação principal, que permite afirmar uma processualidade “em sistema aberto”, ocorre entre setores da sociedade, por um lado, e ações e produtos da mídia por outro (BRAGA, 2006, p. 37).

Dentro dos tipos de crítica das práticas jornalísticas existentes, e que integram esse sistema crítico percebido por Braga, duas vertentes se sobressaem. Uma é feita internamente, dentro do próprio campo jornalístico. A outra se consolida para além das fronteiras da prática, como sinaliza Marocco (2016) a partir do pensamento de Michel Foucault.

Há evidências da existência de tipo singulares das práticas jornalísticas, que podem ser identificados entre a crítica polêmico-profissional e a crítica como reconhecimento do presente: a crítica produzida por jornalistas e crítica exógena, produzida sobre o jornalismo por outros campos teóricos. No primeiro os jornalistas se dobram sobre o jornalismo tendo como referência, para a produção da crítica, embora não apenas, o próprio saber jornalístico. Na segunda vertente, a atividade crítica é exercida desde o exterior, sobre o discurso primeiro (jornalístico) (MAROCCO, 2016, p. 20).

Partindo dessa tipologia baseada em Foucault, e exposta por Marocco, podemos pensar nos termos que utilizamos aqui. As manifestações do público situamos dentro do contexto de uma atitude crítica, sinalizada por Foucault, se trata de uma crítica exógena, produzida a partir do discurso jornalístico que aqui chamamos de comentário crítico.

De dentro do próprio campo jornalístico temos uma crítica profissional, ainda que incipiente, porém ativa. Temos a crítica polêmico-profissional, mobilizada por profissionais de imprensa que passam a ocupar espaços em blogs e sites independentes. Esses dois dispositivos fazem parte do ambiente midiático, mas não estão diretamente ligados às empresas.

O único formato de crítica institucionalizado pelos meios é o ombudsman. Dos grandes veículos jornalísticos brasileiros, a Folha de S. Paulo é o único que mantém o cargo. Falaremos mais sobre ele no próximo subcapítulo. Há ainda a crítica acadêmica, mobilizada por professores na Academia e por estudantes tanto no jornalismo quanto em outras áreas do conhecimento.

Esses atores integram um processo social oriundo dos processos de circulação jornalística. A crítica das práticas jornalísticas é vista como uma construção social, coletiva, e que se articula a partir de diferentes dispositivos críticos.

Essa crítica é construída por elementos múltiplos que incluem fatores históricos, locais e pessoais de cada indivíduo na sua relação com os meios. Essas questões particulares são levadas às redes e integram um jogo de interações comunicativas (FRANÇA, 1998) que produzem essas impressões sobre os meios e as dinâmicas que se formam nas caixas de comentários, sites, blogs e redes sociais.

Ainda que discuta a prática jornalística, essa crítica carrega em si uma carga de expectativas e impressões que cada participante do processo comunicacional carrega consigo. As particularidades são levadas para a interação com o meio, com outros leitores em rede, e com os estímulos oriundos de outro dispositivo crítico – como o ombudsman, por exemplo, ou uma coluna de um jornalista – gerando essas impressões.

## **9.2 Crítica social das práticas jornalísticas**

As noções de crítica aplicadas ao Jornalismo vêm sendo construídas nos últimos dois séculos, como aponta Marocco (2016) em seu “pequeno inventário” da crítica das práticas. Tanto Marocco quanto Silva e Bittencourt (2015) apontam o jornalista Karl Kraus com um dos pioneiros (e contundentes) críticos da mídia por meio da sua revista *Die Fackel* entre 1899 e 1936. Um trabalho mais de sátira do que de análise, como pontua Dines (2002).

Mesmo com o largo período em que a atividade jornalística vem sendo discutida, as bases teóricas em torno da crítica ao jornalismo não se desenvolveram com a mesma abrangência de outros aparatos críticos. Em seu diagnóstico, Silva e Bittencourt (2015) caracterizam as manifestações de crítica de mídia, no contexto brasileiro, como “raras e esporádicas” e os estudos em torno da crítica noticiosa como “raros”.

Assim podemos perceber uma crítica midiática com raízes históricas bem estruturadas. No entanto, apesar de acompanhar o discurso midiático

historicamente, essas manifestações críticas se desenvolvem de forma esparsa.

Mesmo essas manifestações ainda se dedicam apenas parcialmente à análise do jornalismo, se pautando também no entretenimento produzido pela mídia de massas. Ao discorrer sobre a fragilidade da reflexão em torno da crítica de mídia, Silva e Soares (2013) apontam o crescimento de uma crítica acadêmica voltada especialmente para o entretenimento. Novelas, reality shows e outros produtos, quase que majoritariamente televisivos, têm sido alvo dessa avaliação.

Fora da Academia, formou-se um aparato crítico baseado em profissionais considerados especializados no entretenimento televisivo. Novas produções são acompanhadas em espaços dentro da própria mídia, e boa parte dos jornais abrem suas páginas impressas e digitais para a crítica de novelas, séries, e mesmo programas que se aproximam do formato jornalismo, como os talkshows.

Essa realidade não se repete no que diz respeito aos produtos específicos do jornalismo brasileiro. Incurções críticas profissionais dentro da própria mídia, sendo na consideração do trabalho dos concorrentes, seja na análise de seus próprios conteúdos, são raras.

Internamente a produção e difusão de notícias no Brasil reflete pouco sobre as suas próprias práticas. Os processos de *accountability* ainda são pouco difundidos nas redações do país, que resistem a falar sobre seus processos internos (MAIA, 2008). As discussões em torno do que produzem os jornalistas são praticamente inexistentes dentro do próprio campo jornalístico.

Também os aparatos teóricos em relação a crítica buscam, com pequenas variações, um escopo abrangente que pense a crítica dos produtos midiáticos de maneira geral, ainda que inclua o jornalismo. O pensamento teórico em torno da crítica ao jornalismo é melhor desenvolvido quando pensado no contexto da crítica acadêmica.

Como visto em Foucault, a crítica não pode se desprender de seu objeto. Pelo contrário, é o objeto da crítica que define sua forma, e até mesmo, o conceito de crítica. Por mais pontos de contato que o entretenimento e o jornalismo tenham desenvolvido ao longo tempo, se tratam de linguagens e formatos diferentes. Nesse sentido, a crítica da prática jornalística, em seu

exercício, será diferente de uma crítica voltada às telenovelas, por exemplo. Daí a distinção que fazemos nesta pesquisa.

Christofoletti (2010) faz um rápido diagnóstico do crescimento da crítica de mídia no mundo, mas sua análise diz respeito também à crítica ao jornalismo. Para o professor da Universidade Federal de Santa Catarina, o desenvolvimento da crítica de mídia na América Latina está intimamente ligado à consolidação da democracia na região, traçando um paralelo entre as problemáticas da comunicação e da política.

Em locais como Estados Unidos, na Escandinávia e em outros países da Europa a crítica de mídia é um exercício consolidado e bastante influente. Ainda de acordo com Christofoletti, esse processo ainda é incipiente na África; e na Oceania apenas a Austrália se destaca. Na Ásia chamam a atenção as realidades discrepantes nos diferentes países, que impedem um diagnóstico mais generalizador no continente.

Na América Latina a observação atenta dos meios de comunicação tem se desenvolvido em consonância com a evolução dos processos políticos dos países. “Isto é, à medida que as democracias foram se sedimentando no subcontinente, à medida que a estabilidade política foi se naturalizando, a análise da mídia ganhou corpo e se difundiu. Isto é, comunicação e política têm raízes comuns, trajetórias paralelas e problemáticas particulares” (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 1).

### 9.2.1 Panorama brasileiro – breve percurso histórico

Ainda que a atividade tenha ganhado alguma consolidação com o fortalecimento das democracias na América Latina, no Brasil foi justamente durante a Ditadura Militar (1964-1985) que as primeiras atividades de crítica mais sistemáticas puderam ser observadas. De acordo com Loures (2008) é após o golpe de 1964, que colocou a imprensa sob censura, que o país registra, no ano seguinte, a primeira iniciativa mais consistente no campo da crítica de mídia.

Foi a partir do contato com a imprensa norte-americana que o jornalista Alberto Dines, em 1965, trouxe ao Brasil a ideia de formato para a crítica aos meios de comunicação. Durante uma visita aos Estados Unidos o jornalista,

que na época era diretor de redação do Jornal do Brasil, conheceu o boletim Vencedores e Pecadores, do jornal The New York Times. O boletim circulava internamente no jornal e discutia abertamente e de forma crítica os erros da publicação.

Loures (2008) escreve que a ideia impressionou o jornalista. Em conjunto com alguns colegas de redação, entre eles Fernando Gabeira, que na ocasião chefiava o Departamento de Pesquisas do JB, e sem nenhuma interferência da direção do jornal, Dines resolveu lançar uma publicação que servisse como um fórum de discussão sobre a mídia. Surgiu então o Cadernos de Jornalismo e Editoração, primeira publicação que tinha como foco a discussão dos erros cometidos pela mídia brasileira.

Os cadernos traziam textos de repórteres do JB, jornalistas de outros veículos como o The New York Times e a revista Look, e representantes da universidade. Os assuntos variavam entre técnicas de produção jornalística, aspectos visuais de diagramação das publicações, questões éticas e do papel do intelectual no jornalismo. A partir do primeiro trimestre de 1968, a publicação passou a ser vendida nas livrarias e bancas, e distribuída nas escolas. Nessa época seu alcance se tornou maior, seus colaboradores aumentaram, assim como seu público (JAWSNICKER, 2008).

Posteriormente, entre 1975 e 1977, Dines criou e veiculou aos domingos no Jornal Folha de S. Paulo a coluna Jornal dos Jornais, na qual fazia análises da mídia. Melo (1986) considera essa uma iniciativa pioneira que posteriormente viria a se somar a outras no cenário brasileiro. Em sua coluna Dines fazia avaliações não apenas da própria Folha, mas de outros produtos jornalísticos em circulação no país.

A coluna Jornal dos Jornais se tornou referência. A publicação teve atuação destacada em alguns episódios da ditadura militar. Dines criticou os jornais por não haverem noticiado a morte de Zuzu Angel. Mesmo antes da morte do jornalista Vladimir Herzog, Dines já vinha noticiando os sucessivos ataques recebidos por Herzog de um pequeno jornal de São Paulo ligado à polícia.

Egypto e Malin (2008) escrevem que Jornal dos Jornais deixou de ser publicada em 1977. Sua duração de apenas dois anos seria consequência da ação do regime militar. Incomodados com a atuação da Folha, os militares

passaram a pressionar a direção do jornal para que vários jornalistas fossem demitidos, entre eles Alberto Dines. Dines continuou o trabalho crítico no Pasquim do Rio de Janeiro. No jornal ele publicava a coluna Jornal da Cesta.

Outras iniciativas impressas de observação de mídia surgiram no decorrer das décadas seguintes. Em 1982 o próprio Alberto Dines lançou a revista Crítica da Informação, dirigida ao público acadêmico. Sua duração foi de apenas um ano. Loures (2008) destaca ainda a Revista Imprensa, lançada em 1987 e fundada por Sinval de Itacarambi Leão. A revista tinha como público-alvo principalmente jornalistas, publicitários, empresários, executivos, profissionais liberais e estudantes de comunicação.

Ainda que Melo (1982) credite o pioneirismo da crítica ao jornalismo no Brasil a Alberto Dines e os Cadernos de Jornalismo e Editoração, na mesma década de 1960 começa a surgir no Brasil uma crítica vinda da Academia. Em 1967 surge a Revista da Escola de Comunicações Culturais, da Universidade de São Paulo e, em 1968, o Centro de Pesquisa de Comunicação Social, da Faculdade Cásper Líbero, edita os Cadernos de Ciências da Comunicação (JAWSNICKER, 2008).

Na década de 1990 surgiria um dos expoentes da crítica do jornalismo no Brasil. Lançado em 1996, o Observatório da Imprensa dentro do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Christofolletti (2005) classifica o OI como “o primeiro *media watcher* da internet brasileira”.

O Observatório da Imprensa foi o precursor dessa nova fase da crítica de mídia no meio acadêmico. Depois dele, outras iniciativas surgiram em diferentes regiões e instituições do Brasil. Para Damas e Christofolletti (2006) são vários os papéis dos órgãos de crítica de mídia acadêmicos. Na educação de um público que reivindique mais qualidade na informação recebida e também no que os autores chamam de “alfabetização” dos profissionais da comunicação. Quando essas iniciativas surgem dentro do meio acadêmico, esse impacto na formação dos profissionais do jornalismo é ainda maior.

Em julho de 1998 o Observatório da Imprensa publica texto de autoria de Victor Gentilli com o título “Chamamento às escolas de jornalismo: criemos juntos a Rede Nacional de Observatórios da Imprensa” (GENTILLI, 1998). O autor convoca as escolas de jornalismo para que se unam na estruturação de

uma rede. O objetivo era unir universidades de diferentes regiões que fizessem uma crítica local, utilizando a prática “como atividade didático-pedagógica regular e permanente, sob a coordenação do Observatório da Imprensa” (GENTILLI, 1998).

Apenas seis anos depois a proposta começou a prosperar. Loures (2008) atribui esse longo período de espera ao pouco envolvimento inicial de professores e alunos de jornalismo. Com o amadurecimento da proposta surge, em novembro de 2005, durante o Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, a Rede Nacional de Observatórios de Imprensa. Ainda ativa, a Renoi desenvolve pesquisas conjuntas entre pesquisadores de diferentes partes do país.

Do breve percurso da crítica das práticas jornalísticas no Brasil que expomos aqui vemos dispositivos que vão surgindo ao longo do tempo, mas que em sua maioria têm uma atuação restrita. Eles se articulam em dois sentidos. De um lado, a partir de profissionais mobilizados como Alberto Dines. De outro, a partir de iniciativas acadêmicas.

Foram poucas as iniciativas críticas no Brasil surgidas a partir da própria imprensa. Silva e Bittencourt (2015) apontam para uma profunda resistência, por parte das redações e, especialmente, dos profissionais da imprensa (tanto no Brasil quanto em outros países) à ideia de serem criticados. Essa resistência ajuda a explicar o baixo nível de transparência a autocrítica dos meios do país.

Entre os grandes meios de comunicação brasileiros a experiência mais duradoura, e que ainda se mantém, é a criação do cargo de ombudsman no jornal Folha de S. Paulo. Costa (1991) descreve que em 1986 a Folha de S. Paulo realizou uma reforma nas instalações físicas da redação, e mudou de lugar os gabinetes da direção. O autor conta que em uma das salas novas, próximo à direção, fixou-se uma placa com a palavra ombudsman.

A ideia nasceu a partir da observação de experiências semelhantes nos Estados Unidos, com The Washington Post, e na Espanha, com o jornal El País, descrito por Costa como “então modelo de jornalismo para a Folha” (COSTA, 1991, p. 16).

Pelo menos quatro pessoas foram convidadas para assumir a sala com a placa, nenhuma delas aceitou. Apenas em 1989 a Folha, e também o

jornalismo brasileiro, empossava seu primeiro ombudsman. Desde então o jornal mantém o cargo ativo, atualmente ocupado pela jornalista Paula Cesarino Costa.

Considerando as noções de crítica que apresentamos nesse capítulo, um resumo do percurso dessa crítica no Brasil e um modelo de circulação dessa crítica no ambiente da prática jornalística, analisamos o último caso que iremos expor nessa pesquisa e o trabalho de análise que fazemos dos casos em conjunto com delineamento teóricos escolhidos.

O caso parte de uma reportagem publicada pelo jornal Folha de S. Paulo em 18 de outubro de 2018, sobre o disparo de mensagens que caluniavam o então candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República, Fernando Haddad, e as críticas mobilizadas a ela em diversos ambientes.



## 10 CASO 5 - O EMBATE ENTRE FOLHA E BOLSONARO

As eleições de 2018 no Brasil foram fortemente marcadas pelo uso das redes digitais. Não apenas as campanhas utilizaram essas redes como mecanismo de mobilização de suas bases, mas os próprios eleitores se organizaram em estruturas em rede para alavancar candidaturas ou prejudicar adversários. O quanto essas mobilizações eram de fato orgânicas é outra (pertinente) discussão, mas que não vamos nos deter nesse momento por não estar no foco principal da pesquisa.

Entre as ações observadas em rede tornou-se comum a criação de grupos no aplicativo WhatsApp<sup>68</sup> para disseminação de conteúdo. Em grande parte, o conteúdo disseminado era composto por notícias falsas contra ou a favor os candidatos envolvidos na disputa<sup>69</sup>.

Faltando 10 dias para o segundo turno das eleições que escolheriam entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) o novo Presidente da República, a Folha estampou em sua capa a manchete: “Empresas bancam disparo de mensagens anti-PT nas redes”<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Aplicativo para smartphones utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios através de uma conexão à internet.

<sup>69</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

<sup>70</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2018.

Figura 12 - Capa do jornal Folha de S. Paulo do dia 18 de outubro de 2018

**FOLHA DE S. PAULO**  
DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 98 • Nº 32.705 QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2018 EDIÇÃO NACIONAL • CONCLUÍDA ÀS 21H08 • R\$ 4,60

# Empresas bancam disparo de mensagens anti-PT nas redes

Serviços contratados efetuam centenas de milhões de disparos no WhatsApp e ferem a lei eleitoral

**Empresas estão comprando milhares de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp e preparam grande operação para a próxima semana, que atingirá o segundo turno, na Zona Paulista, em São Paulo.** A prática é ilegal, pois se trata de doação de campanha por empresas, vedada por lei, e não declarada.

**A Folha apurou que alguns contratos chegam a custar R\$ 2 milhões, entre os compradores, está o empresário de departamento de vendas da empresa de tecnologia de São Paulo, o grupo Hang, nega. "Não temos essa necessidade", declara. Usar ou comprar de terceiros para fins de campanha também é ilegal, mas viciou a agência ao decretar.**

**Segundo a AMA, que trabalha para a campanha de Jair Bolsonaro (PSL), "quem faz a campanha são os milhares de apoiadores voluntários". Uma ferramenta livre usada pela empresa gera milhões de telefones exterior para escapar de filtros de spam do limite de 256 participantes por grupo do WhatsApp. Inspeciona-se.**

**Chris Daniels**  
Como combater a desinformação  
Milhões de brasileiros usam o WhatsApp para ter conversas particulares. Temos a responsabilidade de ampliar o bom e mitigar o ruim. Opa! Não dá para ser perfeito.

**Roberto Dias**  
É preciso que o crescimento ocorra  
O WhatsApp não pode ser usado como aplicação de conversas privadas. Há uma responsabilidade de larga escala, quem não quiser deve ter responsabilidade jurídica sobre o que diz. Opa! Não dá.




**É PERMITIDO FUMAR**  
Clientes formam filas em loja em St. John's, no Canadá, para adquirir maconha no 1º dia após o país ter liberado o uso da droga para fins recreativos. *Monica Lobo*

## Citado para ministro defende desmatamento

**Luiz Antonio Nabhan Garcia, presidente da UDR (União Democrática Ruralista), diz que o desmatamento é necessário para a produção rural.** O exatamento o contrário?

**Citado para o Ministério da Agricultura em eventual governo Bolsonaro, Nabhan também defende a saída do país do Acordo de Paris.**

**"O que os integrantes [do acordo] não sabem é que não fazemos a obrigação deles e queremos que o Brasil faça de graça", afirma. *André Luiz***

## Bolsonaro quer se amparar em poder de veto para privatizar

**A equipe de Jair Bolsonaro planeja ampliar o uso de ações especiais, o 'golden share', para aplicar restrições de aliados e viabilizar seu programa de privatizações, caso seja eleito.** Isso age no poder de veto ao governo em decisões sobre a venda de empresas estatais. *Monica Lobo*

**ELEIÇÕES 2018**  
Hatal crítica fidei-jure, o final mantém ataque ao PT, mostra GPS Eleitoral A2

**Em SP, Doria tem 52% dos votos válidos, e Franco, 48%, diz pesquisa Ibope A10**

**EDITORIAIS A2**  
Frente esvaziada  
Acervo de Inocencio la aliança em torno de Haddad.  
O princípio é o jornalista sobre a desorientação de crítico do regime socialista.

**TURISMO D6**  
Estrelas cadentes  
Classificação tradicional de hotéis deve acabar no país

**ILUSTRADA C1**  
Espectáculos teatrais abordam a ascensão do autoritarismo

**ESCOLAS VIRAM BASE MILITAR DO EXÉRCITO PARA AÇÕES NO RIO**  
Colômbia A1

**ADICIONAL R\$ 4,00 B36**  
CONTABILIDADE 10/18

**TIGGO 3**  
QUANTO MAIS ALTA A TECNOLOGIA E A QUALIDADE DE UM CARRO, MAIS BAIXO É O PREÇO DO SEGURO.

**SEGURO TOTAL**  
R\$ 899,00  
EXCLUSIVIDADES CADA

**TIGGO 3 2018**  
ELEGÊNCIA E PRECISÃO

**VEJA NA PÁGINA 5.**

**CADA VEZ MAIS**  
MELHOR, SEGURANÇA E SAÚDE

**ADICIONAL R\$ 4,00 B36**  
CONTABILIDADE 10/18

**ADICIONAL R\$ 4,00 B36**  
CONTABILIDADE 10/18

Fonte: Folha de S. Paulo

Assinada por Patrícia Campos Mello e publicada na página A4 naquela quinta-feira, a reportagem afirmava que grupos de empresários pró-Bolsonaro estavam contratando empresas que faziam disparos em massa de mensagens via WhatsApp. Seriam “centenas de milhões de mensagens” enviadas a listas fornecidas pelos compradores, ou então, por bases de dados de agências de estratégia digital.

A prática, se comprovada, é ilegal. A compra dos disparos por empresas seria uma doação de campanha não declarada e, portanto, proibida pela Lei Eleitoral. Além disso, a legislação também proíbe o envio de mensagens em massa para listas que não sejam do próprio candidato.

Além de apresentar o valor pago pelos empresários por esse serviço, R\$ 12 milhões, a reportagem da Folha afirma que uma das empresas compradoras

seria a Havan, rede de lojas de departamentos com sede em Santa Catarina de propriedade do empresário Luciano Hang.

Apesar de explicar com funcionaria a compra dos disparos de mensagens em massa, o jornal não traz nenhuma fonte falando abertamente sobre o tema, nem documentos que pudessem comprovar a prática. Todos os envolvidos citados na reportagem, entre eles diretores de agência de estratégia digital, negaram o esquema.

A reportagem teve forte repercussão naquele momento. Tanto que esse caso foi selecionado a partir dos comentários sobre a notícia na fanpage do Jornal Nacional, tendo em vista que, como já referenciamos, a Folha de S. Paulo deixou de postar suas reportagens em sua página no Facebook.

Análise realizada pelo colunista Nelson de Sá<sup>71</sup>, na própria Folha, mostra a repercussão internacional da reportagem. Jornais como os britânicos Guardian e Telegraph, o francês Le Figaro, o espanhol El País, o argentino Clarín e os americanos Washington Post, com AP, e New York Times, com Reuters, noticiaram a "indústria de mentiras" no WhatsApp brasileiro.

Naquela noite os posts das reportagens do Jornal Nacional no Facebook foram invadidos por telespectadores que cobravam do programa reportagens sobre o tema. A edição daquela noite não repercutia diretamente a reportagem da Folha, mas com poucos dias para o segundo turno das eleições falava sobre questões relacionadas ao pleito. Nos posts dessas reportagens os comentários vinham aos milhares.

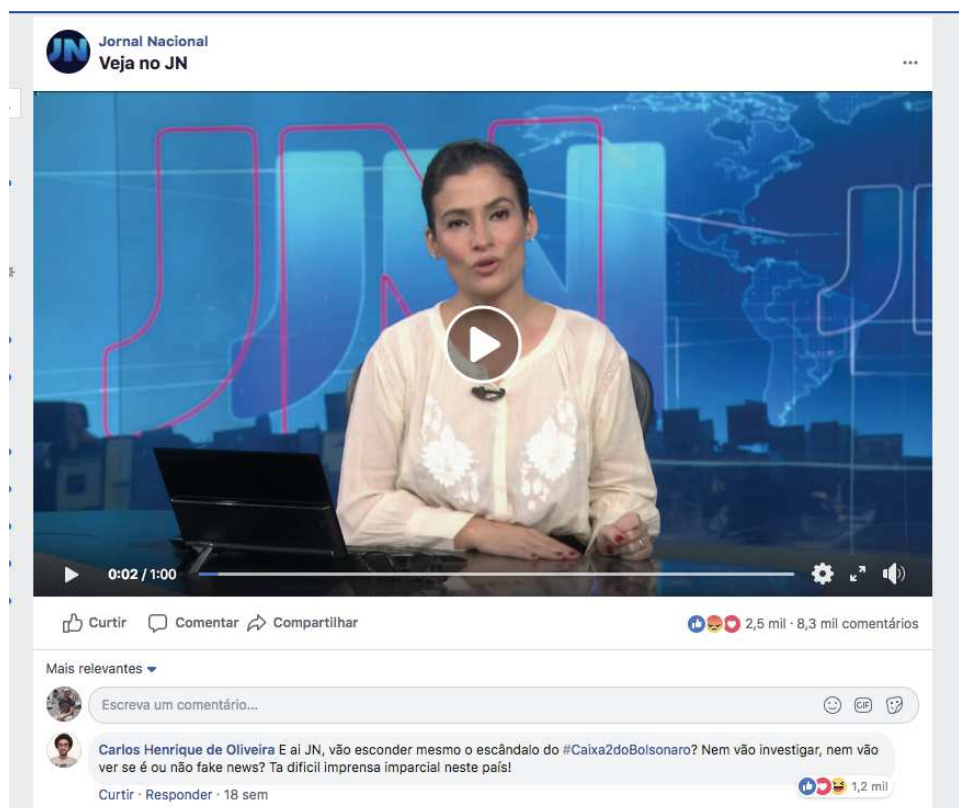
Ainda no vídeo<sup>72</sup> de chamada para aquela edição do JN, postado pouco antes do telejornal com os destaques daquela edição, a reportagem do jornal paulista já repercutia fortemente. Foram 8,3 mil comentários no vídeo e 2,5 mil reações.

---

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelsondesa/2018/10/reportagem-bombastica-sobre-whatsapp-derruba-marketing-do-facebook.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2018.

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=340481926510375>>. Acesso em: 19 out. 2018.

Figura 13 - Reprodução do vídeo postado na fanpage do Jornal Nacional no Facebook no dia 18 de outubro de 2018



Fonte: Facebook

O comentário que teve mais reações foi o de C. H. O.: “E aí JN, vão esconder mesmo o escândalo do #Caixa2doBolsonaro? Nem vão investigar, nem vão ver se é ou não fake news? Ta difícil imprensa imparcial neste país!” (Comentário, 2018). Esse comentário crítico recebeu 192 respostas e 1,2 mil reações de outros participantes.

Entre os 15 comentários com maior volume de engajamento na publicação do vídeo do Jornal Nacional, todos criticavam o telejornal por não fazer referência à reportagem da Folha de S. Paulo. Outros, por outro lado, criticavam a matéria do jornal paulista.

O Jornal Nacional viria a falar diretamente sobre o tema apenas no dia seguinte, 19 de outubro de 2018, acompanhando a repercussão do caso. Mais uma vez, as postagens passaram a receber comentários críticos que eram direcionados tanto ao telejornal quanto à Folha.

O caso repercutiu em diferentes sites de redes sociais. A hashtag #caixa2doBolsonaro passou a aparecer em comentários no Facebook e

postagens no Twitter, site de rede social em que este chegou a ser o assunto mais comentado no mundo no dia 18 de outubro de 2018<sup>73</sup>.

A partir dessa repercussão, optamos por deslocar a análise dos comentários do Facebook para o site da Folha de S. Paulo. O jornal paulista foi o autor inicial da reportagem que fez iniciar o movimento crítico em rede. Como não havia como analisar os comentários específicos sobre a reportagem na linha do tempo da Folha<sup>74</sup>, optamos por observar a reação entre os leitores na caixa de comentários da matéria publicada na versão online do jornal.

Publicada no site da Folha às 2h da madrugada do dia 18 de outubro de 2018, a reportagem recebeu 292 comentários. É importante lembrar que os comentários no site da Folha são restritos aos assinantes do jornal. Isso gera duas repercussões determinantes para as dinâmicas que se estabelecem na caixa de comentários. A primeira diz respeito à quantidade de comentários, menor se comparada com análises de comentários abertos no Facebook.

A segunda consequência é que esses leitores são facilmente identificados por possuírem cadastro como assinantes, ao contrário dos sites de redes sociais que abrem múltiplas possibilidades para a criação de perfis falsos. Isso inibe comentários em tom mais ofensivo. Além disso, a Folha mantém olhar atento a esses comentários, excluindo aqueles que infringem as regras de uso do site.

Dos 292 comentários que foram postados na matéria na versão online do jornal, 27,05% traziam alguma crítica ao conteúdo. Os demais comentários, em sua maioria, debatiam o teor da matéria. Foram 70 comentários com críticas negativas à reportagem e outras nove interações que elogiavam a Folha.

Dentre os comentários que avaliavam negativamente a matéria, alguns chamam a atenção para o que ponderam ser fragilidades no processo de apuração. A falta de documentos que dessem base à denúncia e de fontes que falassem no texto levaram alguns dos participantes a duvidar do que foi narrado. M. O. aponta fragilidades no conteúdo:

---

<sup>73</sup> Disponível em: <<http://blogs.opovo.com.br/id/2018/10/18/caixa2dobolsonaro-e-um-dos-assuntos-mais-comentados-mundialmente-no-twitter/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

<sup>74</sup> Como mostramos ainda na Introdução dessa pesquisa, a Folha deixou de postar suas reportagens no Facebook em fevereiro de 2018.

A folha precisa publicar fatos e não hipóteses. Se não passa a ser fake news. Como assinante, gostaria que vocês mostrassem quais empresas e os contratos. O artigo se limitou a explicar como funciona o marketing digital de campanha, o que é bem-vindo. Mas não demonstrou contratos ou lista de valores. O valor 12M, pelo texto, é um valor genérico de pacote de envios, não é contrato. Vejo que outras mídias não replicaram, o que demonstra que é uma hipótese sem evidência. Vocês deviam se envergonhar (Comentário, 2018).

Parte das críticas vinha claramente de apoiadores do então candidato. Nesse caso os comentários negativos poderiam ser entendidos como reflexos da polarização eleitoral. Outros, no entanto, deixavam claro que o estranhamento em relação à reportagem vinha do que os assinantes entendiam como lacunas no embasamento do trabalho de reportagem.

O leitor B. L. deixa claro que sua insatisfação não vem de uma eventual simpatia pelo candidato afetado pela matéria: “Sou completamente contra o Bolsonaro, mas infelizmente faltou evidências nessa reportagem”. (Comentário, 2018).

Assim como em outros casos analisados nesta pesquisa, sites mantidos por jornalistas, e mesmo profissionais que atuam dentro de grandes redações, criticaram a reportagem da folha. Para o site O Antagonista, liderado pelo jornalista Diogo Mainardi, “Faltou o papelzinho”<sup>75</sup>.

---

<sup>75</sup> Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/falta-o-papelzinho/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

Figura 14 - Comentário publicado no site O Antagonista no dia 19 de outubro de 2018

The image shows a screenshot of the O Antagonista website. At the top, there is a navigation bar with the site's logo, a search icon labeled 'BUSCAR', and a user profile icon labeled 'ENTRAR'. Below the navigation bar, there is a large banner for an article titled 'A FARRA NO SENADO' with the subtitle 'PAGA PELO CONTRIBUINTE' and a red button that says 'Leia agora'. Below the banner, there is a news article titled 'Falta o papelzinho' with a sub-headline 'Quer ganhar 1 milhão? Clique e cadastre-se'. The article text discusses a report from Folha de S. Paulo about WhatsApp messages. At the bottom of the article, there are social media sharing icons for Facebook, Twitter, and Google+, and a source attribution: 'Fonte: O Antagonista'.

De dentro da prática profissional realizada em uma redação de um veículo tradicional de mídia, o jornalista Merval Pereira também comentou a reportagem da Folha de S. Paulo. Pereira categorizou o texto como “denúncia jornalística inepta”<sup>76</sup> durante análise no canal a cabo Globo News.

Analisando o comportamento de Jair Bolsonaro, o jornalista Helio Gurovitz também criticou o material publicado pela Folha. Ex-diretor de redação da revista Época, com passagem pela própria Folha e atualmente colunista do portal G1, Gurovitz afirmou que “a própria denúncia contra a campanha de Bolsonaro está apoiada em evidências frágeis. Outros veículos dificilmente publicariam uma reportagem naqueles termos”<sup>77</sup>.

Ao mesmo tempo, críticas à apuração da Folha apareceram em sites que claramente davam suporte à candidatura de Jair Bolsonaro, como o Jornal

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/denuncia-jornalistica-inepta/>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

<sup>77</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/10/23/bolsonaro-unira-o-brasil.ghtml>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

da Cidade<sup>78</sup>, publicação online sob a responsabilidade de José Tolentino. A classificação da matéria como *fake news*, adotada por esses sites, foi encampada por militantes e também pelo próprio candidato<sup>79</sup>.

Durante todo esse processo que colocou a Folha no centro do debate político, a ombudsman do jornal, Paula Cesarino Costa, não analisou de maneira direta a reportagem.

### 10.1 Esse jornal se acabou

Além dos comentários críticos mobilizados socialmente nos sites de redes sociais, e das ações críticas oriundas da própria prática jornalística, a Folha passou a ser alvo não apenas de outras ações de crítica, mas também de ataques. Aqui fazemos uma diferenciação, fundamental, entre criticar a prática jornalística e atacar o jornalismo.

Em boa parte, os casos que apresentamos anteriormente traziam consigo ataques à imprensa e aos veículos. Em nenhum deles, no entanto, as repercussões desses ataques foram tão visíveis. Colocado no centro do caso, faltando poucos dias para as eleições, Jair Bolsonaro respondeu com uma transmissão ao vivo na internet para apoiadores concentrados na Avenida Paulista, no centro de São Paulo, no dia 21 de outubro.

Em sua fala o então candidato afirmou que "A Folha de S. Paulo é a maior fake news do Brasil". Além disso, optou por usar o poder econômico do Governo Federal como mecanismo de pressão contra a empresa ao dizer: "Vocês não terão mais verba publicitária do governo. Imprensa vendida, meus pêsames"<sup>80</sup>.

No caldo das críticas e dos ataques à Folha de S. Paulo, um processo de judicialização do caso entrou em curso. Luciano Hang, empresário dono da Havan citado na reportagem, deu entrada em um processo judicial contra o jornal no qual pedia uma indenização de R\$ 2 milhões.

---

<sup>78</sup> Disponível em: <<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/11852/as-cinco-maiores-fake-news-da-folha-contrajair-bolsonaro>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

<sup>79</sup> Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/bolsonaro-diz-que-folha-e-maior-fake-news-pais/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

<sup>80</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/folha-e-a-maior-fake-news-do-brasil-diz-bolsonaro-a-manifestantes.shtml>>. Acesso em: 5 nov. 2018.



No processo, noticiado pelo mesmo site O Antagonista<sup>81</sup>, o empresário afirma que “O periódico simplesmente lança a afirmação de que ‘apurou’ os fatos, sem dizer como ou onde. Claramente, em sua visão, isso bastaria para uma condenação sumária dos Autores perante a opinião pública”.

O próprio Jair Bolsonaro iria à Justiça contra o jornal paulista. No dia 27 de outubro, o então presidenciável pedia judicialmente que a Folha apresentasse as provas que sustentaram a reportagem. O processo de 96 páginas também acusava a jornalista Patrícia Campos Mello, autora do texto, de ser “declaradamente petista”<sup>82</sup>. Além disso, o candidato pedia “direito de resposta” ao jornal, negado pela Justiça.

Inicialmente direcionados à Folha, os ataques e a crítica passaram a ser direcionados também à repórter Patrícia Campos Mello. Em um primeiro momento, através de sites de redes sociais, apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro passaram a questionar a credibilidade da jornalista.

A escalada nos ataques, no entanto, foi bem além do questionamento. Notícias falsas, que colocavam uma mulher que supostamente seria Patrícia ao lado de Fernando Haddad (PT) em uma foto começaram a circular<sup>83</sup>. Tanto a jornalista quanto a Folha desmentiram a vinculação.

Patrícia Campos Mello teve seu celular invadido. Mensagens de apoio ao então candidato Bolsonaro foram enviadas pelos criminosos para os contatos da repórter. Experiente em coberturas nacionais e internacionais, a profissional ainda foi ameaçada em ligações telefônicas.

Eleito presidente da República em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro voltaria a falar sobre a Folha de S. Paulo em outro desdobramento deste caso. Em entrevista<sup>84</sup> ao Jornal Nacional, já como presidente eleito, no dia seguinte depois das eleições, Bolsonaro afirmou que “por si só, esse jornal se acabou”.

A afirmação veio após a pergunta de William Bonner:

---

<sup>81</sup> Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/havan-pede-indenizacao-de-r-2-milhoes-da-folha-no-escandalo-whatsapp/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

<sup>82</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-entrou-com-acao-contra-a-folha-tres-vezes-na-campanha.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/mulher-que-aparece-em-foto-ao-lado-de-haddad-nao-e-jornalista-da-folha.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

<sup>84</sup> Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7123920/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

O senhor sempre se declara um defensor da liberdade de imprensa, mas, em determinados momentos, chegou a desejar que um jornal deixasse de existir. Como presidente eleito, o senhor vai continuar defendendo a liberdade da imprensa e a liberdade do cidadão de escolher o que ele quiser ler, o que ele quiser ver e ouvir? (Jornal Nacional, 2018).

Na resposta, depois de citar a propaganda oficial como algo à parte da defesa da liberdade de imprensa, o eleito lembrou outro caso polêmico noticiado pelo jornal paulista em janeiro de 2018. Bolsonaro, enquanto deputado federal, teria como funcionária fantasma Walderice dos Santos da Conceição, que vendia açaí e prestava serviços particulares ao deputado federal em Angra dos Reis (RJ), onde ele tem casa de veraneio.

Ao citar o caso, e na esteira das denúncias de distribuição de notícias falsas através de mensagens em massa pelo aplicativo WhatsApp, Jair Bolsonaro afirmou: “Não quero que [a Folha] acabe. Mas, no que depender de mim, imprensa que se comportar dessa maneira indigna não terá recursos do governo federal”. O presidente eleito, depois, completou: “Por si só esse jornal se acabou”<sup>85</sup>.

A fala do presidente eleito foi fortemente criticada. O próprio apresentador do Jornal Nacional, William Bonner, respondeu:

Como editor-chefe do Jornal Nacional, eu tenho um testemunho a fazer. Às vezes, eu mesmo achei que críticas que o jornal Folha de S. Paulo tenha feito ao Jornal Nacional me pareceram injustas. Isso aconteceu algumas vezes. Mas para ser justo do lado de cá, eu preciso dizer que o jornal sempre nos abriu a possibilidade de apresentar a nossa discordância, apresentar os nossos argumentos, aquilo que nós entendíamos ser a verdade. A Folha é um jornal sério, um jornal que cumpre um papel importantíssimo na democracia brasileira. É um papel que a imprensa profissional brasileira desempenha e a Folha faz parte desse grupo da imprensa profissional brasileira (Jornal Nacional, 2018).

O posicionamento público de Bonner foi seguido por outros jornalistas em diferentes meios. Mesmo assim, nos comentários em sites de redes sociais eleitores do presidente elogiaram a postura de Jair Bolsonaro. Mesmo com o jornal no centro do debate público, até aquele momento, 29 de outubro, a

---

<sup>85</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/esse-jornal-se-acabou-diz-bolsonaro-ao-jornal-nacional-sobre-a-folha.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ombudsman da Folha, Paula Cesarino Costa, ainda não havia produzido uma análise da reportagem publicada no dia 18 de outubro de 2018.

## 10.2 Caixa dois não tem recibo

Desde a reportagem publicada em 18 de outubro, “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”, passaram-se quatro domingos, dia em que tradicionalmente é publicada a coluna da ombudsman da Folha de S. Paulo, até que Paula Cesarino Costa abordasse de forma direta a reportagem que gerou tanta polêmica.

No dia 21 de outubro, o primeiro domingo após a matéria de Patrícia Campos Mello, a coluna não foi publicada<sup>86</sup>. Na semana seguinte, domingo de eleições, a reportagem aparece na coluna “Visto, (não) lido e encaminhado”<sup>87</sup>. Nela a ombudsman relata o caso, ressalta as violentas reações geradas pela matéria, mas não se dedica a uma análise da construção da reportagem.

Em seu texto, Cesarino Costa revela que “uma onda de mensagens, muitas delas utilizando argumentos ou expressões idênticas, invadiu o correio eletrônico da ombudsman, revelando orquestração política. Pude, no entanto, detectar parcela significativa de leitores reais acusando a Folha de fazer campanha contra Bolsonaro”. Apesar disso, sua reflexão se volta mais a um balanço das eleições do que a uma análise do conteúdo do jornal.

O fato de não ter analisado detidamente a reportagem sobre os disparos de notícias falsas foi apontado por leitores nos comentários da coluna. D. F. B. escreveu:

Queria que vc analisasse detidamente a "reportagem" e apontasse uma única prova, indício que corroborasse a grave acusação. Inclusive se o fato fosse mesmo acontecer, a Justiça eleitoral teria meios mais que suficientes de apurar e punir o transgressor. Mas se a "reportagem" se mostrasse infundada nada poderia ser feito para se reparar o dano se o pleito tivesse invertido. Vai continua fugindo de comentar os termos da reportagem? Liberdade é uma coisa, libertinagem é e bem diferente (Comentário, 2018).

---

<sup>86</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/10/aviso.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

<sup>87</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/10/visto-nao-lido-e-encaminhado.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

A ombudsman voltaria a tangenciar o tema em uma coluna no início de novembro, já com Jair Bolsonaro eleito e dando declarações atacando o jornal. Em 4 de novembro Paula Cesarino Costa publica o texto “O presidente contra a imprensa”<sup>88</sup>.

Nessa coluna a ombudsman ainda não aborda diretamente a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. Cesarino Costa comenta as falas do então presidente eleito ao Jornal Nacional. A análise se dedica mais a pensar as relações de Bolsonaro com a imprensa, e as semelhanças com o estilo de Donald Trump, do que a discutir os posicionamentos e as publicações da Folha durante o ano eleitoral.

A coluna foi duramente criticada pelos leitores, que em sua maioria esperavam um texto avaliando a reportagem que tanta polêmica havia gerado.

A ombudsman fez uma matéria para defender a Folha, quando sua função é avaliar a atuação do FSP frente as suas matérias que impactam aos leitores. Ora pois, qual é o motivo para ter um profissional que tem por função agir e avaliar os contextos dos conteúdos publicados e, ao invés disso, é defensora do patrão? Abaixo a função do ombudsman da FSP, que já teve profissionais brilhante no cargo e, hoje, tem um defensor do patrão!!! (Comentário, 2018).

A coluna do domingo seguinte, “Perguntar não ofende”<sup>89</sup>, analisa os conflitos da mídia norte-americana com o presidente dos Estados Unidos Donald Trump. Em um paralelo com a realidade vivida no Brasil naquele momento, Cesarino Costa ressalta as diferenças na relação de Bolsonaro com alguns jornalistas em detrimento de outros.

Exatamente um mês depois de publicada a reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp” a ombudsman da Folha faria uma análise mais aprofundada da matéria. Em 18 de novembro a coluna “Caixa dois não tem recibo”<sup>90</sup> finalmente reflete sobre o conteúdo e a repercussão dele.

---

<sup>88</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/11/o-presidente-contra-a-imprensa.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

<sup>89</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/11/perguntar-nao-ofende.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

<sup>90</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/11/caixa-dois-nao-tem-recibo.shtml>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

Entre os dados apresentados por Cesarino Costa, alguns nos ajudam a entender a dimensão do processo crítico que se estabeleceu a partir dessa reportagem. De acordo com a ombudsman, “a reportagem se tornou o texto que, individualmente, mais gerou comentários à ombudsman em 2018”. Ainda segundo o texto, foi intensa a pressão em torno do caso. “Fui insistentemente cobrada a me manifestar sobre a reportagem. Volto a ela um mês após sua publicação não só pelo compromisso com o leitor, mas porque, na última semana, o jornal voltou a ser pressionado ‘a se retratar’”.

Os questionamentos recebidos pela ombudsman são semelhantes aos vistos em nosso trabalho de coleta de comentários, tanto no site de Folha quanto na fanpage do Jornal Nacional no Facebook. A jornalista lembra que os leitores, em sua maioria, criticaram o jornal por “publicar acusação tão grave, supostamente sem oferecer evidências”.

No levantamento das questões recebidas, a ombudsman mostra pontos importantes para os leitores em uma reportagem investigativa.

Como a Folha obteve tais informações? Teve acesso a contratos? Viu trocas de mensagens? Falou com pessoas das empresas, das agências ou da campanha que pediram sigilo da própria identidade? Quantas fontes tem o jornal? Que tipo de relação elas têm com a informação principal? Tais questões ficaram no ar.

A avaliação da ombudsman foi de que as matérias apresentadas nas semanas seguintes ajudaram a responder os questionamento recebidos, especialmente a reportagem<sup>91</sup> do dia 26 de outubro, que mostrou novos indícios do que seria o funcionamento do esquema.

Mesmo assim, Cesarino Costa avalia que a reportagem de 18 de outubro, que iniciou a polêmica, tinha problemas.

Avalio importante e necessária a reportagem sobre o impulsionamento ilegal em favor de Bolsonaro. É apuração difícil, que, com meandros obscuros a desvendar, abre um caminho rico a ser explorado. No entanto, entendo que o jornal falhou na forma narrativa de apresentá-la ao leitor.

A construção técnica do texto e dos enunciados —da primeira página e internos— poderia ser mais precisa e transparente. Faltaram

---

<sup>91</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/campanha-de-bolsonaro-apagou-registro-de-envio-de-whatsapp-pt-usou-sistema.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

detalhes que corroborassem as evidências, mesmo sem que fontes fossem reveladas. Essa fragilidade gerou dúvidas nos leitores. Serve de alerta. Obriga a Folha a não esmorecer nem dar por encerrada a investigação.

Nos comentários do texto os leitores se dividem. Alguns elogiam a coragem da Folha em publicar a reportagem e da própria ombudsman em tocar no tema. Outros criticam o jornal. Um terceiro tipo de leitor critica a ombudsman pelo texto, por acreditar que ela ainda não realiza uma crítica aprofundada da reportagem. É o caso leitor A. B.:

Apesar de declarar que foi a matéria que “individualmente mais gerou comentários em 2018” (mas sem divulgar os números) a ombudswoman tardou mais de mês para nos brindar com um contorcionismo narrativo, em 11 parágrafos, justificando a publicação dos “documentos prospectados”. E em duas frases dos dois parágrafos finais insinua timidamente, a “falta de transparência” e “a fragilidade da falta de evidências”. Uma estudante de 1o. ano de jornalismo, teria feito melhor (Comentário, 2018).

A coluna da ombudsman, assim como no caso apresentado no capítulo 3, reavivou o assunto nas redes e nos comentários em sites e blogs. O Antagonista voltou ao tema, ao afirmar que “até a ombudsman da Folha de S. Paulo reconheceu a fragilidade da reportagem sobre o WhatsApp de Jair Bolsonaro”<sup>92</sup>.

### 10.3 Análises preliminares

As relações entre Jair Bolsonaro e os meios tradicionais de imprensa do país, entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, por si só, poderiam ser analisadas separadamente em contextos teóricos variados. Buscamos, no entanto, separar críticas pontuais às práticas jornalísticas de ataques sistemáticos<sup>93</sup> e coordenados como os que têm realizado o presidente da República.

<sup>92</sup> Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/fragilidade-da-reportagem-sobre-bolsonaro/>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>93</sup> A ombudsman da Folha de S. Paulo, Paula Cesarino Costa entende que há um comportamento premeditado de tensão com a imprensa por parte do presidente Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/11/o-presidente-contra-a-imprensa.shtml>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Esses ataques, no entanto, não podem ser descartados, já que entendemos que eles são um componente presente nas interações entre a sociedade e a mídia. No momento em que a principal autoridade do país coloca o jornalismo em dúvida é de se esperar que esse processo de erosão da credibilidade das redações tenha consequências no tecido social.

O caso envolvendo a cobertura da Folha de S. Paulo nas eleições de 2018 apresenta outros indícios importantes na busca por se pensar uma crítica das práticas jornalísticas. Vemos nele algumas particularidades diferentes das vistas até aqui. O caso por si só chama a atenção por ser aquele que, em um ano eleitoral, foi o que gerou mais interações entre os leitores e a ombudsman do jornal.

No caldo das manifestações críticas, podemos perceber uma que se constrói dentro da própria prática jornalística entre as grandes redações. Isso não é comum na imprensa brasileira. Percebemos até aqui uma crítica no interior da prática jornalística construída em sites e blogs por profissionais com passagens pelas principais redações. As grandes redações, no entanto, não costumam criticar-se mutuamente.

No caso relatado, há uma avaliação da reportagem da Folha permeando as falas do comentarista da Globo News, Merval Pereira. No G1, portal de notícias do Grupo Globo, o jornalista Helio Gurovitz é outro que critica a forma como a notícia foi apresentada.

Pensando as articulações entre os dispositivos de crítica vemos nesse caso uma pressão dos leitores por um posicionamento concreto da ombudsman. Paula Cesarino Costa demorou um mês até realizar uma análise mais consistente do conteúdo da reportagem. Ainda assim, os participantes das dinâmicas no site da Folha consideraram pouco.

O caso envolvendo a Folha na cobertura das eleições mostra uma crítica descentralizada, mas que busca apoiar-se em outros dispositivos. Um posicionamento da ombudsman, pelo seu lugar dentro da redação, acaba sendo exigido pelos leitores, como a própria Paula Cesarino Costa relata.

Observando as repercussões desse caso, fica claro que ele retrata um momento específico das relações da imprensa com a sociedade e com o meio político. Os últimos meses de 2018, e os dois primeiros deste 2019 em que finalizamos esta pesquisa, mostram um conflito que se situa entre a crítica e o

ataque, entre o salutar exercício da fiscalização e o achincalhamento que busca minar o jornalismo e a sua credibilidade junto à sociedade.



## **11 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRÍTICA DAS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS**

Ao longo desta pesquisa apresentamos casos representativos, ocorridos em momentos importantes para a esfera pública brasileira, que colocaram a mídia, e em especial o jornalismo, no centro do debate realizado em rede. Dos aportes coletados nos casos, observados a partir das teorias norteadoras das discussões sobre a crítica das práticas jornalísticas, passamos a perceber como, nesses ambientes em rede, se dão as interações que conformam um ambiente crítico ao jornalismo.

Desde o início da pesquisa, e ainda na introdução, temos proposto o conceito de “construção social da crítica das práticas jornalísticas”. Essa expressão foi o primeiro resultado da análise que fizemos no início do processo de observação e coleta de dados. Ela sintetiza a ideia de uma crítica construída coletivamente, a partir dos aportes de diferentes atores imersos em diferentes práticas e lugares na cadeia de produção, consumo e circulação dos conteúdos do jornalismo.

Entendemos por construção social da crítica das práticas jornalísticas o resultado de um amplo processo de fluxos que se articulam no exercício da crítica ao jornalismo. Descentralizados e difusos, eles têm se desenvolvido de maneira mais clara na internet. Suas articulações não são, na maioria das vezes, planejadas, mas misturam-se no caldo dos processos de convergência.

Essa construção se dá em uma esfera pública conectada (LÉVY, 2010) na qual interagem diferentes atores. Por suas particularidades, eles se organizam a partir de diferentes dispositivos (AGAMBEN, 2009) que, nessa ambiência em rede, encontram múltiplos pontos de contato entre si. É nos contatos estabelecidos entre os dispositivos, e nas práticas que a sociedade engendra no interior de cada um deles, que se constrói socialmente essa crítica ao jornalismo.

O contexto dessa esfera pública transformada pela revolução tecnológica das últimas décadas é fundamental para entendermos as elaborações e sucessivas reelaborações desses dispositivos. Ele também é importante na conformação atual das práticas jornalísticas, e ainda, na atitude

crítica (FOUCAULT, 1995) de atores sociais que colocam em discussão todas as principais instituições da vida pública.

Nossa análise é centrada nos dispositivos que vimos em funcionamento nos cinco casos coletados. Isso não significa que não existam outros modos de fazer crítica das práticas jornalísticas, mas optamos por observar aqueles que se articulam no contexto brasileiro e nos processos desenvolvidos em rede percebidos durante o processo observação que realizamos nos últimos quatro anos.

### **11.1 Dispositivos em funcionamento**

As análises dos cinco casos mostram uma crítica construída em rede, e que se alimenta de diferentes aportes. Ela é produzida por múltiplos participantes, com perfis diversos, que identificamos nas interações em rede. Pelas características particulares dos diferentes tipos de participantes, e por gerarem matrizes de atuação crítica, passamos a perceber cada vertente crítica como dispositivo, que se articula com outras manifestações críticas em um funcionamento sistêmico entre os dispositivos.

Pensamos os dispositivos de crítica como um dos dispositivos interacionais elaborados pela sociedade. Como referido por Braga (2011), são elaborados socialmente e constantemente reelaborados pelos participantes dos processos comunicacionais. Esses processos geraram matrizes de atuação, que acabam por estabelecer as práticas dentro do dispositivo.

Esses dispositivos interacionais, ainda na concepção de Braga (2011), são acionados pela sociedade para interagir. Percebemos que cada um dos dispositivos que identificamos guarda especificidades diretamente relacionadas ao perfil dos participantes. Por isso, mesmo que conceitualmente algumas dessas críticas venham de um mesmo lugar, no caso a própria prática jornalística, percebemos elas como dispositivos distintos em seus funcionamentos, como ficará mais claro a seguir.

Em nossa análise – e já buscando responder à pergunta que tem norteado essa pesquisa – percebemos que, como estratégia principal, os participantes se apropriam da crítica produzida em outros dispositivos, usando-as de distintas maneiras. Como base ou elemento incentivador de uma crítica,

como mecanismo de legitimação ou, ainda, como forma de amplificar sua própria crítica. Como é possível perceber em todos os casos, essa estratégia gera reverberação das críticas, que por sua vez, passa a chamar a atenção da sociedade e dos próprios meios de comunicação.

Assim, a própria formação desse sistema crítico e os múltiplos atravessamentos entre os dispositivos podem ser entendidos como estratégia da sociedade no momento de questionar o jornalismo.

Alguns dos participantes que se mobilizam no interior dos diferentes dispositivos são oriundos ou ainda integram a própria prática jornalística. Realizam sua crítica tanto dentro quanto fora das principais redações do país. Considerando a proposta teórica de Foucault (1995), caracterizamos essa crítica como crítica polêmico-profissional.

Nessa vertente podemos identificar diferentes dispositivos de crítica. Ainda que tipificados de uma mesma maneira, a partir dessa concepção baseada em Foucault, percebemos essas críticas como oriundas de diferentes dispositivos pelas particularidades dos diferentes processos críticos desenvolvidos.

O ombudsman, e sua crítica profissional realizada dentro da redação, é um deles. Sua atividade guarda particularidades que se diferem em muito de outros dispositivos polêmico-profissionais. Outro dispositivo, talvez o mais atuante nesse tipo de crítica, é aquele formado por profissionais que seguem na prática. Eles se dividem entre aqueles que atuam em sites e blogs independentes e aqueles que seguem dentro das principais redações do país.

Esses profissionais se diferenciam daqueles especializados na análise de conteúdos. Sua atividade crítica é esporádica, atrelada a episódios de grande repercussão. Ela se manifesta, justamente, em episódios que podem ser considerados como polêmicos. Em função disso, na hora de atribuir um nome a essa crítica, a estamos caracterizando a partir do nome de sua tipologia: crítica polêmico-profissional eventual.

Ainda dentro da tipologia foucaultiana de crítica polêmico-profissional identificamos uma crítica feita por profissionais em análise de mídia. Entre os produtos midiáticos analisados eles se ocupam também da crítica ao jornalismo. A esse tipo de manifestação crítica, rara no Brasil, chamamos de crítica profissional.

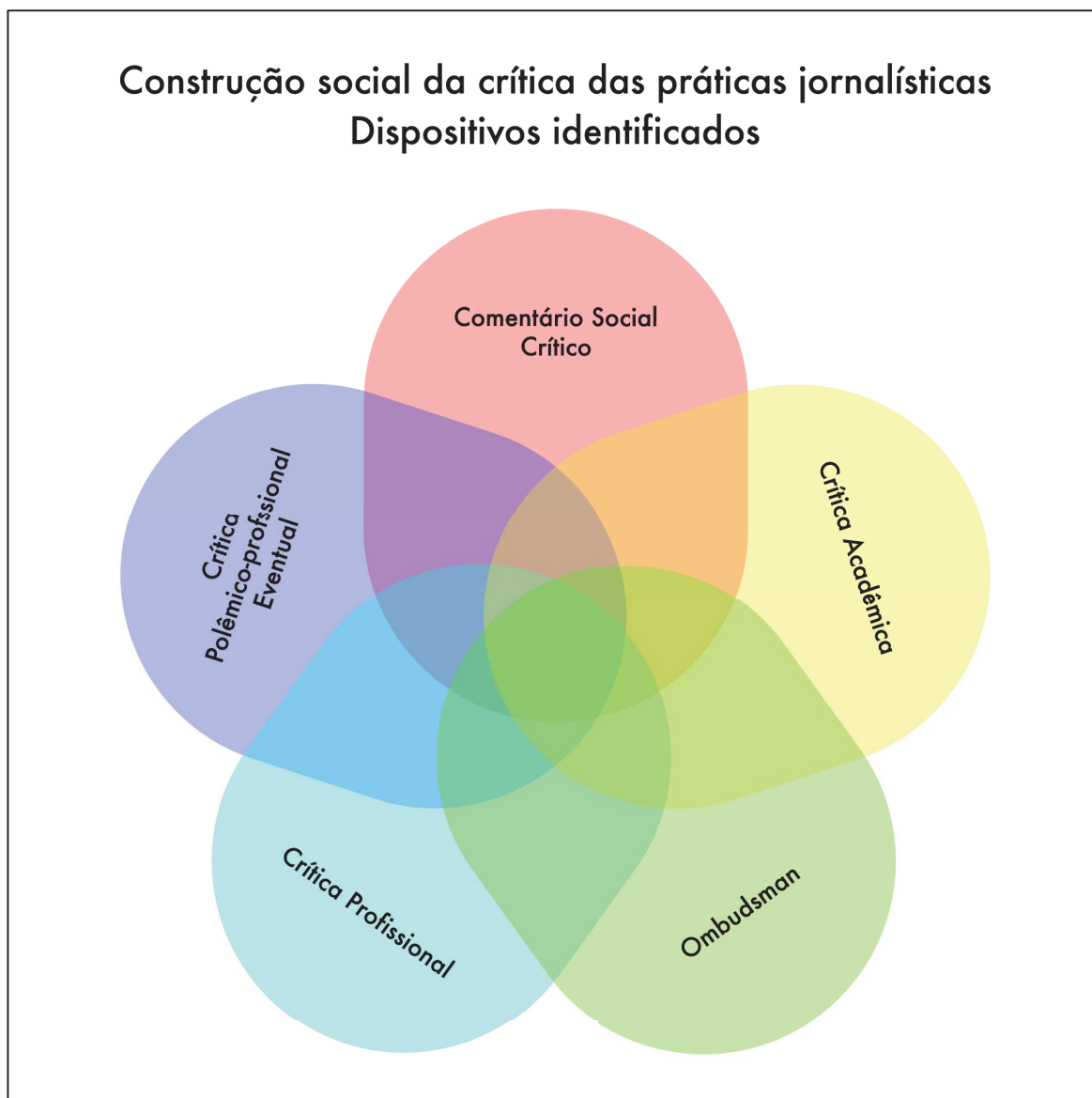
Por fim, podemos situar a crítica acadêmica dentro dessa tipificação de Foucault, tendo em vista que ela é mobilizada majoritariamente por acadêmicos com formação na área, ou ainda, por estudantes de jornalismo. Mesmo quando mobilizada por jornalistas, essa é uma crítica bastante particular em sua conformação, até pelos aportes teóricos e pelo perfil desses profissionais. No nosso mapeamento ela aparece como crítica acadêmica.

Situado dentro da ideia de uma atitude crítica (FOUCAULT, 1995) de participantes que não são oriundos e não têm relação direta com as práticas jornalísticas temos o que Braga (2006) chama de comentário social. São as manifestações de leitores, ouvintes, telespectadores que se manifestam criticamente em relação aos conteúdos do jornalismo. Uma crítica circulada, especialmente, na internet, e, mais especificamente, nos sites de redes sociais e sessões de comentários nos sites dos veículos. Aqui esse dispositivo aparece como comentário social crítico.

Todos esses dispositivos interagem entre si com algum grau de articulação e a partir de seus próprios propósitos. O comentário crítico mobilizado pelos públicos nos comentários das páginas oficiais dos três veículos de imprensa que analisamos, e também na caixa de comentários do site da Folha de S. Paulo, se apropria de críticas construídas em outros espaços, por outros atores.

Como veremos a seguir, também esses outros dispositivos se apropriam dos comentários dos leitores – leitor entendido como termo genérico usado para identificar participantes que não têm relação direta com a prática jornalística. Em alguns casos, é a repercussão da crítica movida nas redes sociais que motiva outras construções críticas, sejam elas de jornalistas, do ombudsman (no caso da Folha de S. Paulo), ou mesmo de acadêmicos.

Figura 15 - Esquema para pensar a construção social da crítica das práticas jornalísticas



Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir dos dispositivos que identificamos, construímos a representação gráfica dessa construção social da crítica das práticas jornalísticas retratada no modelo acima (Figura 15). Há sobreposição de dispositivos, justamente para mostrar as múltiplas conexões entre eles.

Não buscamos uma hierarquização dos dispositivos, mas percebemos seu grau capilarização na sociedade a partir de sua interação com os demais dispositivos. Justamente por não definir graus de importância de um dispositivo na relação com o outro é que temos chamado cada ator crítico de participante.

Essa escolha é, por sua vez, um indicativo de como enxergamos os diferentes vértices críticos dessa construção.

Em pesquisa anterior sentimos a dificuldade de utilizar um tempo abrangente que caracterizasse a sociedade na relação com meios de comunicação. Naquela pesquisa (COELHO, 2017) fizemos um pequeno inventário dos termos que vinham sendo trabalhados desde a ideia de “receptores”. Naquele momento, acolhemos a sugestão do professor José Luiz Braga de utilizar o termo “participante”.

O participante, como a origem da palavra retrata, é aquele que toma parte em alguma atividade, sendo que a primeira definição de participar é informar, comunicar. Pensando a comunicação com algo circular, formada por ações descentralizadas que juntas funcionam como um processo complexo, é justo pensar que o termo abrangente para definir as interações na sociedade seja participante. Mesmo o jornalismo se torna um participante de uma cadeia mais ampla, em que outros participantes constroem com ele, através dele, e mesmo apesar dele, os processos de troca de informações que se estabelecem na sociedade (COELHO, 2017, p. 47).

Retomamos a ideia de participante para caracterizar os diferentes perfis de pessoas que executam alguma atividade de crítica. Nesse momento, diferentemente daquela pesquisa, já não estamos usando o termo apenas para designar os leitores que interagem com os jornais. Aplicamos o termo de maneira geral, exatamente para mostrar o caráter não hierarquizado que enxergamos nessa construção crítica.

Como mostra o diagrama que montamos, observamos cinco dispositivos principais no fluxo que constitui a construção da crítica das práticas jornalísticas. Não atribuímos centralidade a nenhum deles, mas observamos articulações múltiplas em diferentes momentos da discussão pública sobre jornalismo.

Suas articulações, difusas nas ações dos diferentes participantes, geram um fluxo crítico intenso. Braga (2006) vê nessas articulações o que chama sistema de resposta social. Um mecanismo engendrado pela sociedade para se contrapor à sua mídia.

### 11.1.1 Dispositivos em rede

Os cinco casos que analisamos nesta pesquisa mostram as profundas e difusas conexões entre esses diferentes dispositivos mapeados. As dinâmicas desenvolvidas no interior de cada um deles são afetadas pela crítica produzida por outros dispositivos, em fluxo contínuo e sem hierarquia definida.

No levantamento de dados que realizamos vimos claramente como são os leitores que mobilizaram a inserção da ombudsman da Folha de S. Paulo no caso. Em outras situações, observamos como os comentários feitos pelos leitores motivaram críticas realizadas por jornalistas profissionais em outros espaços.

Como demonstramos anteriormente (COELHO, 2017), as redações têm mantido um olhar atento aos processos críticos desenvolvidos nos comentários em redes sociais. A repercussão, medida em volume de interações em rede, direciona o olhar dos meios de comunicação para as críticas da sociedade. Respostas que passam a circular no ambiente da produção gerando múltiplas afetações.

Na coluna publicada pela ombudsman, ainda no caso 2, envolvendo a pesquisa do Datafolha, Cesarino Costa cita outros dispositivos críticos, para além do comentário social. Nominalmente, a ombudsman recupera críticas feitas ao jornal por dois sites. O primeiro, e provavelmente o mais representativo, é o The Intercept, do jornalista norte-americano Glenn Greenwald. O segundo é o Tijoloço, do também jornalista Fernando Brito.

Os sites The Intercept, do jornalista Glenn Greenwald, e Tijoloço, do jornalista Fernando Brito, acusaram a Folha de "fraude jornalística com pesquisa manipulada visando alavancar Temer". Em trabalho complementar, comprovaram que o jornal omitira da reportagem e do questionário divulgado no site do Datafolha questão proposta aos entrevistados sobre a convocação de novas eleições (COSTA, 2016).

Esse é um ponto interessante porque mostra como mesmo a crítica da ombudsman sofre afetações em rede de mais de um dispositivo crítico. Ao ser questionada sobre o uso dessas referências, a assistente da ombudsman, Vanessa Henriques, afirma que ela não faz uma pesquisa específica nesses sites, mas que os próprios leitores utilizam essas leituras para dar base à crítica que formulam e encaminham. "Isso é muito comum. É comum o leitor

referenciar outra fonte de informação em casos com maior repercussão. O leitor está muito bem informado”.

Apenas nesse caso já se pode mapear interações críticas entre três dispositivos. A ombudsman busca no comentário social bases para a sua crítica. Os participantes, em seus comentários, utilizam-se de aportes da crítica polêmico-profissional eventual, que acabam por ser apropriados no texto da ombudsman da Folha.

Essa busca por fontes diversas na hora de construir uma crítica ao jornalismo, no interior do comentário social, pode ser vista nas interações do post da Folha de S. Paulo no caso 2. As primeiras manifestações após a publicação da postagem na fanpage do jornal não faziam qualquer menção a outras fontes. Após blogs e portais repercutirem a pesquisa, alguns leitores passaram a colocar links para os textos como forma de legitimar a sua crítica. Outros comentaram suas impressões e depois voltaram à página com outras referências. A seguir, dois comentários de um mesmo leitor. Entre o primeiro e o segundo há um intervalo de tempo de 7 minutos:

R. A. N. P.: Folha de S. Paulo, como 50% dos brasileiros querem a permanência do vice golpista, se, conforme a mesma pesquisa, 30% não sabem o nome do sujeito? Além de golpista a Folha de S. Paulo também se tornou estelionatária? (COMENTÁRIO, 2016).

R. A. N. P.: A pesquisa é uma fraude estatística, Folha de S. Paulo. Ver texto e matéria do site Brasil 247: "Edição deste domingo da Folha de S. Paulo publica uma pesquisa que tem como finalidade influenciar senadores e consolidar o golpe parlamentar no Brasil [...]" (COMENTÁRIO, 2016).

Além do Brasil 247, foram usados como referência pelos leitores no Facebook links de textos de outras publicações nos casos analisados: The Intercept, Diário do Centro do Mundo e O Antagonista. A maior referência no que diz respeito à polêmica envolvendo a Folha de S. Paulo e o Datafolha, no entanto, foi o texto publicado no site The Intercept.

O caso 5 mostra o comentário social crítico exigindo da ombudsman um posicionamento. Nesse caso o comentário social critica a reportagem e também avalia o trabalho de Cesarino Costa. Após a manifestação da ombudsman, que viria a analisar a matéria apenas um mês depois de sua



publicação, seu texto passa a ser apropriado tanto por leitores quanto por jornalistas de sites e blogs.

No caso número 4, envolvendo a revista *Veja*, a crítica polêmico-profissional ocupa um papel secundário na construção da crítica das práticas jornalísticas. No entanto, nos casos 3 (*Globo* e a *Greve Geral*) e 5 (*O embate* entre *Folha* e *Bolsonaro*) esse dispositivo é elemento central no fluxo crítico. Esse revezamento no protagonismo de um ou outro dispositivo nos parece particularmente importante por mostrar o caráter difuso dos fluxos que atuam na construção dessa crítica em rede.

Esses fluxos são em múltiplos sentidos. Também a crítica polêmico-profissional busca no comentário social aportes na construção de seus textos. No caso 4, como mostramos ainda em sua descrição, o site *O Antagonista* baseia<sup>94</sup> todo o seu texto nos comentários de leitores vistos em rede. Nesse sentido, a repercussão entre os leitores e a análise que a sociedade fez do caso mobilizou uma crítica polêmico-profissional.

Outro dispositivo que interage diretamente na construção dessa crítica realizada pela sociedade é o crítico profissional. Durante nossa pesquisa percebemos que são poucos os críticos que atuam profissionalmente apenas na avaliação da mídia que se ocupam da crítica ao jornalismo.

Maurício Stycer, do *Uol*, tem um papel importante no caso 3 (*A Globo* e a *Greve Geral*). Seu texto “Na véspera, noticiários da *Globo* ignoram a greve geral de sexta-feira”, como ressaltamos ainda na apresentação do caso, foi apropriado pelo comentário social e serviu de base das críticas mobilizadas pelos telespectadores do *Jornal Nacional*.

Em entrevista concedida ao autor, Stycer (2019) afirma que mantém intensa atividade nas redes sociais, além de acompanhar sites e blogs independentes que costumam comentar assuntos de mídia. De acordo com o crítico, parte significativa de seus textos são baseados em recomendações dos leitores ou em casos de repercussão em rede.

Essa forma de construir a crítica, relatada por Maurício Stycer, mostra que mesmo a crítica profissional é atravessada pelo comentário social e pela

---

<sup>94</sup> Disponível em: <<https://www.oantagonista.com/brasil/a-manobra-da-veja/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

crítica polêmico-profissional eventual oriunda de sites e blogs independentes. Stycer diz que acompanha sistematicamente a coluna da ombudsman da Folha de S. Paulo, além de colunas semelhantes em jornais dos Estados Unidos.

Dos dispositivos identificados, o que tem menos capacidade de interação com outros dispositivos é a crítica acadêmica. Ela aparece no caso 3 (Globo e a Greve Geral), mas sem interagir de forma aprofundada com as outras manifestações críticas. Fazemos uma análise desse isolamento na descrição do dispositivo.

## **11.2 Análise individualizada dos dispositivos**

Até aqui discutimos, a partir dos casos observados, interações entre os dispositivos. Essas confluências de práticas são importantes para pensarmos o funcionamento conjunto dessa crítica. Como já afirmamos, a incidência da crítica na produção do jornalismo é muito mais efetiva quando essas manifestações ganham em multiplicidade e repercussão.

Esses pontos de contato, no entanto, se dão a partir de lógicas e necessidades específicas de cada dispositivo. Partindo dos casos, e das interações que se dão em cada dispositivo, passamos a analisar o funcionamento individual de cada um dos cinco dispositivos identificados. Nossa descrição e análise baseiam-se exclusivamente no funcionamento desses dispositivos nos casos apresentados.

### **11.2.1 Comentário social crítico**

Nesta pesquisa optamos por partir do comentário social crítico na identificação dos casos que iríamos analisar. Essa escolha metodológica se deu em função da alta repercussão que essas manifestações da sociedade têm dentro das redações. Como vimos em nossa pesquisa anterior (COELHO, 2017), a mobilização dos leitores em rede circula no interior das redações e tem a potencialidade de alterar práticas do jornalismo.

Os cinco casos analisados nesta pesquisa são situações ligadas a temas políticos polêmicos, que emergiram em um momento de alta polarização no cenário brasileiro. Surpreendeu-nos, nos comentários mobilizados pelos participantes nesse contexto, o alto percentual de manifestações críticas em

meio àqueles que comentavam os assuntos das reportagens ou debatiam política.

Casos específicos como os relatados são responsáveis por um alto número de críticas. No caso número 4, envolvendo a Revista Veja, mais de 74% dos comentários no post da revista eram avaliações em relação à escolha de capa. Observamos ali algumas marcas importantes da construção desse comentário.

Desde as primeiras manifestações dos leitores, a avaliação negativa da capa se sobrepôs aos comentários em relação ao conteúdo. Nesse sentido, é possível observar como os primeiros comentários são determinantes. O que fica evidente nessas dinâmicas é que há uma espécie de “efeito manada”. Quando as avaliações negativas começam, elas tendem a crescer rapidamente.

Lendo os 1,1 mil comentários do post é possível perceber que, em determinados períodos de tempo, os diálogos seguem outro caminho. Sequências de comentários que discutem o contexto político, e não mais a prática jornalística, geram um momentâneo desvio de foco em que os leitores debatem entre si.

Esse tipo de comportamento, em que o volume de comentários que seguem um determinado tema direciona o debate, se repetiu nos outros casos analisados. No caso número 5, em que as críticas giram em torno da matéria da Folha de S. Paulo sobre a compra de mensagens via WhatsApp durante a campanha, esse mesmo movimento pode ser visto na postagem do Jornal Nacional que referenciamos, na qual os participantes criticam a Globo por não repercutir a matéria.

Nessas situações, a interação entre os próprios participantes daquele processo específico é um item importante a ser analisado. Isso nos leva a crer que o crescimento do número de leitores críticos gera um efeito disseminador desse comentário social crítico. Observando o comportamento contestador de outros participantes, mais leitores se sentem confortáveis em exercer a sua crítica publicamente.

No que diz respeito ao conteúdo dessas críticas, à forma como os leitores se expressam, tratam-se em sua maioria de comentários curtos. A dicotomia verdade/mentira está muito presente, com os leitores exigindo da

imprensa “a verdade dos fatos”. No caso número 2, envolvendo a Folha de S. Paulo, chamou a atenção a quantidade de leitores que reagiam à reportagem escrevendo apenas “que mentira”.

Para perceber melhor o vocabulário empregado nos comentários, extraímos todos eles para verificar quais as expressões que mais apareciam naqueles que continham alguma crítica do jornalismo. Para isso, excluimos da contagem alguns termos, que por uma questão semântica obviamente eram os que mais apareciam, para nos ater aos termos que faziam uma avaliação qualitativa das práticas jornalísticas.

Para ilustrar esse exercício de análise utilizamos, em todos os cinco casos, um gerador de nuvens de palavras, disponível online. O sistema utiliza todo o vocabulário de um texto e evidencia as palavras mais frequentes. Também é possível extrair desse texto uma lista de palavras, com a contagem de quantas vezes cada uma delas foi utilizada. Exemplificamos aqui com a nuvem gerada a partir do caso 2, envolvendo a Folha de S. Paulo na polêmica pesquisa de avaliação do governo de Michel Temer.



Ainda no caso número 1, no post<sup>95</sup> em que o perfil da Folha de S. Paulo posta o texto do jornalista Marcelo Coelho criticando a cobertura do Jornal Nacional em torno das gravações envolvendo Michel Temer, o humor é um recurso bastante utilizado para criticar não apenas a Globo, mas em muitos casos, a própria Folha.

O leitor W. B. se utiliza da ironia como forma de criticar a Folha no episódio: “Manchete: Folha de São Paulo esquece óleo de peroba em casa e diz que “só não passou ainda por que, estava esperando divergentes passarem primeiro.” #caradepau”.

A análise dos termos mais utilizados pelos leitores também revela aproximações interessantes com discursos que historicamente legitimam o jornalismo, e mesmo com questões discutidas na Academia. Uma das principais críticas aos jornais diz respeito à credibilidade – na visão dos leitores decrescente – do jornalismo brasileiro.

Isso fere um discurso histórico do jornalismo, que se legitima socialmente como um produtor de discursos sobre a realidade que tem a credibilidade como principal base de sua legitimidade. Do ponto de vista acadêmico, Berger (1996) destaca que o capital do jornalismo é justamente a credibilidade.

A nossa hipótese é que o Campo do Jornalismo, detém, privilegiadamente, o Capital Simbólico, pois é da natureza do Jornalismo fazer crer. O Capital do Campo do Jornalismo é, justamente, a credibilidade. E ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está constantemente sendo testada, através de pesquisa, junto aos leitores (BERGER, 1996, p. 190).

Como vimos em trabalho anterior (COELHO, 2017), a credibilidade é um patrimônio caro ao jornalismo. No momento em que passa a colocar esse patrimônio em risco, a crítica passa a mobilizar os meios de comunicação, que se articulam para proteger seu nome.

---

<sup>95</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/folhadesp/posts/1842659965775998>>. Acesso em: 3 ago. 2016.

É na perspectiva de perder ao menos parte da credibilidade construída – seu maior capital - que os jornais se abrem ao diálogo com a sociedade. A circulação, em quantidade significativa, de comentários que questionam suas práticas mobilizam as redações a estabelecer uma dialógica, mesmo que com agentes que não sejam aqueles com os quais as empresas querem dialogar (COELHO, 2017, p. 112).

Entre os pontos salientados nas críticas dos leitores estão uma ideia de “manipulação” da realidade por parte do jornalismo e uma discussão sempre presente sobre tendências ideológicas das empresas. Isso não significa que esse questionamento seja livre de contradições. No caso da Folha de S. Paulo, no caso 2, que envolvia o então presidente Michel Temer, o jornal era considerado “golpista” e defensor dos interesses da direita. Já no caso 5, envolvendo o então candidato à presidência Jair Bolsonaro, a expressão “foice de S. Paulo” aparece frequentemente nos comentários, com a publicação sendo considerada esquerdista.

Essas críticas, ainda que contraditórias, também estão ligadas ao questionamento central, que é a credibilidade do jornalismo. Elas valem serem salientadas porque são questões que atravessam o campo da pesquisa na área.

Outra questão atacada pelos leitores é a dimensão econômica que atravessa a mídia de massas. Ao criticar a Folha de S. Paulo no episódio envolvendo a disputa com a Rede Globo, primeiro caso que apresentamos neste trabalho, parte dos leitores questionam as verbas públicas que o jornal recebe do Governo Federal em publicidade estatal.

Esse posicionamento mostra como a sociedade está atenta ao funcionamento da imprensa, e à pressão financeira que os anunciantes fazem sobre o jornalismo. “Parece que receberam uma ótima publicidade como a Bandeirantes, algo em torno de 1130%, para se posicionar a favor desse ladrão quadrilheiro e toda a gama de bandidos que existe em Brasília. Estamos vivendo dias difíceis, o errado é que está certo”, afirma a leitora H. M. C. em comentário na postagem da FSP do texto de Marcelo Coelho.

Além das dinâmicas de trocas entre os participantes, do uso de fontes jornalísticas como forma de dar credibilidade ao comentário, e da natureza dos questionamentos apresentados pelos leitores, é possível observar um viés histórico na construção dessa crítica. Isso porque, parte dos participantes

aproveita essas situações para realizar uma crítica à imprensa brasileira de forma geral, e a atuação dela historicamente.

Essa contextualização histórica é ressaltada por Habermas (1984) ao pensar a constituição da esfera pública e os temas por ela discutidos. As dinâmicas históricas também são apontadas por Foucault (BUTLER, 2013) como parte importante na construção da crítica. No que diz respeito à crítica das práticas jornalísticas, esse contexto histórico nas relações entre a mídia e a sociedade está constantemente presente.

Exemplo disso é o comentário do leitor A. C. S., no segundo caso apresentado: “a Folha foi e é a favor de golpes. Não devemos esquecer”, fazendo uma alusão à atuação do jornal durante a ditadura militar (1964-1985).

A análise dos comentários, e das repercussões dos casos, mostra que muitos dos leitores carregam um descontentamento que não foi gerado por uma das situações de maneira específica, mas é baseado em experiências anteriores na relação com o jornalismo no país.

N. P.: Folha, Veja e Rede Globo... Ninguém merece

P. B.: Mídia manipuladora de informação!

C. J.: Não acredito nessa pesquisa, como não acredito na mídia brasileira.

J. V.: A Folha de São Paulo está tão mentirosa quanto a Globo! (COMENTÁRIOS, 2016).

É possível constatar isso em comentários que aproveitam os casos para criticar outras empresas de mídia. Na fanpage da Folha, no caso 2, foram citadas ainda a Revista Veja e as Organizações Globo.

F. C.: A imprensa golpista brasileira tem lado. O que é ruim para o Brasil ela defende. Mente, difama pessoas, distorce os fatos e tenta manipular as pessoas. Infelizmente grande parte dos meios de comunicação brasileira não tem credibilidade. Fora Rede golpe Globo! Fora Temer golpista. Volta Dilma! (Comentário, 2016).

N. C.: Alguém ainda acredita na mídia no Brasil? Não vi noticiarem a decisão do MPF sobre a inocência de Dilma sobre as supostas pedaladas, que embasaram o pedido de impeachment. NINGUÉM. NEM Globo, Época, Veja, Folha. Todos caladinhos. E agora me sai esta notícia.#foramidiamanipuladora (COMENTÁRIO, 2016).



No caso dos comentários citados, há um forte descontentamento com a cobertura da imprensa brasileira durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, para além da análise dos casos pontuais. No outro espectro ideológico, os eleitores de Jair Bolsonaro mostram esse mesmo descontentamento com o tratamento dado pela FSP ao então candidato (caso 5).

Assim, a construção dessa crítica social passa por um processo mais amplo de desgaste da instituição mídia, e que desemboca em uma mobilização dos leitores. O momento de forte questionamento das instituições, que retratamos a partir de pesquisa mostrada ainda na introdução dessa pesquisa, é um componente fundamental na geração dessa crítica.

Questões pessoais também estão fortemente ligadas a essa crítica. Vanessa Henriques, do departamento da ombudsman da Folha, fala em “leitores com pautas específicas” (HENRIQUES, 2016). Seriam aqueles que comentam sempre os mesmos assuntos, criticando um ou outro enquadramento sobre um mesmo tema.

Muitos dos leitores que comentaram sobre os casos são abertamente militantes de algum partido político. Como vimos na pesquisa realizada ainda no Mestrado (COELHO, 2017), os jornais tendem a ver o descontentamento do militante como mera paixão. Aqui, no entanto, pensamos que essa indignação com o papel dos meios na cobertura política é sintomática quanto ao que eles vêm oferecendo diariamente.

### 11.2.2 Crítica polêmico-profissional eventual

Partindo do comentário social identificamos uma crítica que, como referimos, identificamos como dispositivo de crítica polêmico-profissional eventual. Nesse dispositivo estão as críticas realizadas por jornalistas profissionais que não atuam especificamente como críticos, mas acabam por constituir-se como dispositivo de crítica a partir de ações pontuais.

Pelo o que podemos observar nos casos analisados, os participantes desse dispositivo se dividem em dois tipos. No primeiro, situamos profissionais que hoje atuam em blogs e sites independentes, e que por vezes criticam os meios tradicionais. No segundo tipo estão aqueles jornalistas profissionais que

também realizam críticas ocasionais, mas que ainda atuam nas principais redações do país.

Essa diferenciação é importante porque o lugar onde essa crítica polêmico-profissional se realiza acaba por defini-la. Para Stycer (2019), estar fora de uma redação tradicional dá mais liberdade ao jornalista na hora de construir suas falas sobre o jornalismo. O profissional contratado por uma publicação de referência, por outro lado, estaria sempre sujeito a gerar polêmica com o concorrente.

É importante observar como o jornalista ocupa uma posição de credibilidade na construção da crítica das práticas jornalísticas em rede. Se analisados os sites citados por outros dispositivos de crítica, tanto pelos leitores quanto pela ombudsman, é possível perceber que a maioria deles têm sua credibilidade construída a partir do nome de jornalistas que saíram da chamada grande mídia.

O Brasil 247 foi idealizado pelo jornalista Leonardo Attuch. Na seção “Quem Somos”, Attuch apresenta seu currículo como profissional com passagens por “várias redações, como Correio Braziliense, Veja, Exame, Estado de Minas, Istoé Dinheiro<sup>96</sup>”.

Forte crítico da chamada “mídia tradicional”, Paulo Nogueira dirige o Diário do Centro do Mundo. O jornalista teve uma longa carreira passando por veículos como Veja, Exame, Época, Editora Abril e Editora Globo, tendo se desligado da Abril, onde era correspondente em Londres, em 2012.

A exceção nesse histórico de ligação com as redações tradicionais são o Tijolaço, blog mantido pelo jornalista Fernando Brito, que construiu sua carreira como assessor de imprensa de Leonel Brizola, e Breno Altman, que produz análises para diferentes sites e foi o fundador do site Opera Mundi.

A maior referência no que diz respeito ao caso 3 envolvendo a Folha de S. Paulo e o Datafolha foi o texto publicado no site The Intercept. O portal mantém equipes no Brasil e nos Estados Unidos, e tem como principal nome o vencedor do Pulitzer, jornalista estadunidense Glenn Greenwald, que atualmente vive no Rio de Janeiro.

---

<sup>96</sup> Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/info/175/quem-somos.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Reconhecido internacionalmente por suas reportagens premiadas, Greenwald já escreveu para publicações como o The Guardian. Durante a cobertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff Greenwald se tornou um atento crítico do jornalismo brasileiro.

No caso 4, envolvendo a revista Veja, e no caso 5, como já referimos, um dos sites citados nos comentários, além de alguns sobre os quais já falamos, é O Antagonista. Curiosamente, o site é mantido por dois nomes que têm forte ligação com a Veja: o ex-redator-chefe da Veja Mario Sabino e o ex-colunista da Veja Diogo Mainardi<sup>97</sup>.

O comentário social crítico se vale de aportes oriundos dessa crítica polêmico-profissional eventual encontrada em sites e blogs. Esses jornalistas, em sua maioria, fazem um movimento de saída da grande imprensa, e passam a ocupar um lugar que mistura notícia, opinião e crítica de mídia. Sua posição de independência em relação às grandes empresas de mídia lhes dá autonomia para critica as redações.

Eu acho bom que exista esse tipo de crítica, válido e importante. Ela aumenta o concerto de vozes sobre esse assunto. Agora, o fato de serem veículos que não estão vinculados a nenhum grupo, serem independentes, dá, de fato, mais liberdade a quem escreve. Talvez seja um canal para que isso se torne mais profissional, mais corriqueiro (STYCER, 2019).

Esses sites têm um perfil muito parecido e acabam ocupando lugares específicos no debate político do ponto de vista ideológico. A expressão “lugares específicos” está no plural por um motivo bastante simples: parte desses jornalistas são identificados com a esquerda, como jornalista Leonardo Attuch do Brasil 247, e outros ligados a um pensamento político à direita, como Diogo Mainardi do O Antagonista.

Para além da identificação ideológica de parte desses jornalistas, o crítico profissional Maurício Stycer aponta outra característica marcante dos textos produzidos por eles. “(...) eu tenho a impressão de que, mais do que um viés ideológico, tem um viés pessoal na crítica. Meio que em um tom no qual a crítica escapa da objetividade e resvala em um ressentimento. Questões que não são estritamente profissionais” (STYCER, 2019).

---

<sup>97</sup> Disponível em: <<http://www.oantagonista.com/sobre#>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

Apesar das contradições no discurso, pelas trajetórias que construíram, na imprensa esses profissionais acabam ocupando um espaço importante na construção social da crítica das práticas jornalísticas. Como visto, eles têm incidência e repercussão tanto no comentário social, quanto no trabalho da ombudsman e do crítico profissional.

Essa experiência na mídia adquire duplo viés quando analisamos esses participantes como críticos de mídia. Primeiro, eles passam a ocupar uma posição de autoridade, de quem “sabe do que está falando”, exatamente por conhecer o funcionamento de uma redação. Por isso, são citados pelos leitores no momento de construir sua crítica como referências. A partir disso, eles se transformam então em agentes de legitimação do comentário crítico. Seus status como profissionais do jornalismo dão a eles a capacidade de serem fiadores dos leitores.

Suas críticas, no entanto, estão baseadas nessas visões de mundo que os levaram a esses lugares que passam a ocupar no espectro político. Esse outro viés é importante no contexto, porque tivemos a oportunidade de observar que leitores com tendências políticas de esquerda, expressas nos seus comentários, legitimam suas críticas utilizando referências de sites e blogs identificados como de esquerda. O mesmo vale para o “outro lado”. Sites e blogs que ocupam o espectro à direita são os escolhidos como referência dos leitores que se identificam com um pensamento mais conservador.

É possível observar também um trabalho crítico oriundo de profissionais que ainda seguem vinculados aos grandes meios de comunicação. Como já referimos, esse tipo de crítica é menos frequente no jornalismo brasileiro, mas mesmo assim podemos perceber a sua existência.

Isso fica evidente no caso que abre esse trabalho. O colunista da Folha de S. Paulo, Marcelo Coelho, critica a Rede Globo nas páginas do jornal. Ali Kamel, diretor de Jornalismo da emissora, responde, também nas páginas da FSP. Mesmo que raro, esse exercício crítico não pode ser descartado pelo alcance que ele obtém na esfera pública. Seu caráter inusitado, inclusive, acaba chamando a atenção da sociedade.

Nesse caso, especificamente, não se pode deixar de observar que a atividade crítica é em muito motivada pela concorrência das duas empresas pelo papel de protagonista no noticiário envolvendo a crise pela qual passava

então o governo de Michel Temer. Enquanto a Globo havia largado na frente, ao “furar” a concorrência publicando as denúncias em primeira mão na coluna de Lauro Jardim, em O Globo, a Folha corria atrás de informações que a fizessem relevante naquele contexto.

Esse cenário de um jornalismo “de investigação”<sup>98</sup>, que as empresas jornalísticas competem entre si por vazamentos oriundos de investigações realizadas pela polícia e pelo Ministério Público, gera críticas internas, próprias do campo jornalístico.

Essas atividades, no entanto, são esporádicas e esbarram em uma característica do jornalismo brasileiro. Historicamente a circulação da crítica entre empresas, e entre profissionais que seguem nas principais redações do país, é baixa. Há, como aponta Maurício Stycer (2019) na entrevista que nos concedeu, preconceito com essa atividade crítica. Essa depreciação da crítica afeta, inclusive, a atuação da ombudsman da Folha de S. Paulo, Paula Cesarino Costa.

### 11.2.3 O ombudsman

Entendemos a função do ombudsman como um dos pontos dessa construção distinta do trabalho do jornalista profissional que exerce a crítica pelas particularidades dessa função. Esse profissional realiza uma crítica interna na empresa jornalística e tem sua atuação identificada com o jornal.

Atualmente apenas a Folha de S. Paulo, entre os principais jornais do país<sup>99</sup>, mantém o cargo de ombudsman em atividade. Ainda assim, nossas análises mostram como a função tem um papel na construção dessa crítica.

Mesmo com o aparente isolamento ocasionado pelo fato de que a coluna é restrita aos assinantes do jornal, e ainda que as colunas dos diferentes profissionais que passaram pela função se dediquem majoritariamente apenas a análises da própria FSP, podemos observar uma

---

<sup>98</sup> Chamamos de jornalismo de investigação aquele que se apoia majoritariamente em vazamento e dados repassados pela Justiça e pela polícia. Essa forma de nomear esse tipo de jornalismo tem o objetivo de distinguir essa prática do jornalismo investigativo, no qual o repórter realiza sua investigação de forma independente.

<sup>99</sup> O jornal O Povo, do Ceará, também mantém um profissional com atribuições semelhantes às do ombudsman.

incidência do ombudsman da Folha na construção social dessa crítica de uma maneira mais abrangente.

O ombudsman é o profissional que faz uma das ligações da crítica com a redação. Como representante do jornal, ele coleta, seleciona e leva aos editores aquilo que os leitores estão falando sobre a publicação. Colocamos o ombudsman como “uma” das ligações porque, como demonstramos em pesquisa anterior (COELHO, 2017) os jornais, inclusive a Folha de S. Paulo, dispõem de um aparato de coleta de impressões e críticas da sociedade que envolve outros profissionais.

Em outra ponta do processo, a ombudsman da Folha é, ela própria, uma estimuladora da crítica. Nos casos 2 e 5, as colunas publicadas desencadeiam novos processos de construção crítica que passam a usar os textos de Paula Cesarino Costa como forma de legitimar a opinião contrária às abordagens da Folha nos dois episódios.

Esse processo de legitimação fica bastante claro quando a coluna assinada pela ombudsman no caso 2 repercute ainda mais do que as críticas publicadas anteriormente. O texto de Paula se torna pauta de veículos como Agência Brasil<sup>100</sup>, Yahoo<sup>101</sup>, Congresso em Foco<sup>102</sup>, dentre muitos outros. Publicações que já haviam falado sobre o tema, como Tijolaço e Brasil 247, voltam ao caso e reafirmam suas críticas.

Entre os leitores, essa dupla relação com a ombudsman também se manifesta. Os comentários na publicação da coluna no site da Folha de S. Paulo mostram que o texto tem dois efeitos bem definidos. Primeiro, reforça a ligação com a ombudsman, já que os leitores, em sua maioria, afirmam terem se sentido representados na fala dela. Segundo, gera uma nova onda de críticas ao jornal.

S. P.: Assinei a Folha há 1 mês. Motivo? A imparcialidade jornalística, o que não quer dizer, que não tenha opinião política editorial. Omitir

---

<sup>100</sup> Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-07/ombudsman-diz-que-folha-errou-e-persistiu-no-erro-ao-ocultar-dados-de>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

<sup>101</sup> Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/para-ombudsman-folha-errou-e-insistiu-no-erro-115203275.html>>. Acesso em: 25 fev. 2019..

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/para-ombudsman-folha-persistiu-no-erro-em-pesquisa-sobre-temer-e-dilma/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

dados pode ser legal, mas não é ético com os leitores e assinantes, até porque a Folha assina estar a serviço do Brasil! Que Brasil, cara pálida? (COMENTÁRIO, 2016).

P. R.: Parabéns à Ombudsman: crítica isenta e corajosa! Mas foi apenas um erro ou manipulação fraudulenta de informação? Como cidadão e como assinante da Folha há muitos anos, estou absolutamente indignado com o jornal! Omitir o % de pesquisados que questionam a legalidade do impeachment (37%!!!) e que 62% querem novas eleições, foi uma vergonha! Bacana a crítica da Ombudsman, mas não basta! Se o jornal não assumir o erro e publicar estas informações, com igual destaque, vou romper minha assinatura! (COMENTÁRIO, 2016).

Paula também escreveu sobre o caso que abre esse texto de pesquisa, envolvendo a disputa com forte viés crítico entre Rede Globo e Folha de S. Paulo. Na coluna publicada no dia 30 de maio, a ombudsman da FSP relata “a divergência entre dois dos maiores órgãos de comunicação”<sup>103</sup>. Em cinco parágrafos Paula resume as colunas de Marcelo Coelho, que criticava a cobertura da Rede Globo sobre as gravações envolvendo o presidente Michel Temer, e a resposta do diretor de Jornalismo da emissora, Ali Kamel. Além disso, Paula faz uma breve avaliação das questões apontadas.

O tom da cobertura dos veículos do grupo Globo após o furo sobre a conversa gravada de Temer e Joesley –mais crítico do que o habitual, a ponto de o jornal "O Globo" pedir a renúncia do presidente em editorial de capa– levou ao surgimento de variadas teorias conspiratórias. O texto do colunista da Folha tinha razão de ser. Coelho tem direito de avaliar o jornalismo praticado pela Globo, assim como Kamel deve defender o trabalho da equipe que dirige (COSTA, 2017).

Essa coluna ainda revela outra função importante do ombudsman no processo crítico social. Ao comentar o caso, além de reafirmar que a FSP é o único jornal de circulação nacional que mantém um profissional na função, a ombudsman ressalta a importância de se discutir na sociedade a prática jornalística.

É o tipo de discussão que enriquece o leitor, a partir do conhecimento de posições antagônicas sobre tema em destaque. É bom para o

---

<sup>103</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/05/1888056-o-sigilo-da-fonte-e-a-fonte-do-sigilo.shtml#article-aside>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

jornalismo e para a sociedade. A Folha é o único jornal brasileiro, de circulação nacional, a manter instrumentos de crítica ao jornalismo que pratica, como o ombudsman, a publicação diária de Erramos e a política de abrir espaço para críticas ao próprio jornal. A semana mostrou que a crítica de mídia, tratada com precisão, distanciamento e sem maniqueísmos é tema relevante, necessário e de interesse do leitor (COSTA, 2017).

Se nos casos 1 e 2 a atuação da ombudsman é rápida e elogiada pelos leitores, no caso 5 Cesarino Costa é criticada pela demora em falar sobre a reportagem que havia gerado polêmica. Isso se expressa nos comentários críticos e também na crítica polêmico-profissional eventual.

Nessa situação específica vemos outro processo crítico. A forte pressão da sociedade por um posicionamento da profissional mostra que mesmo que seja um dispositivo de crítica a figura do ombudsman pode passar rapidamente ao lugar de alvo da crítica em rede.

Em todos os casos analisados em que há alguma participação da Folha de S. Paulo vemos o ombudsman como tendo um papel relevante. Suas críticas são circuladas tanto pela crítica polêmico-profissional eventual quanto pelo comentário social crítico.

Essa rede de interações se dá, principalmente, pelo lugar ocupado pela ombudsman da Folha. Sua crítica parece ser mais considerada justamente por sua posição como funcionária da empresa jornalística. Isso pode apontar para um entendimento baixo por parte da sociedade da função de um ombudsman.

Cesarino Costa, como seus antecessores, se dedica majoritariamente à crítica da Folha, deixando de realizar análises de outras publicações. Stycer (2019), que observa com interesse o sistema crítico de países como os Estados Unidos, afirma que em países com sistemas críticos mais constituídos na comparação com o Brasil o ombudsman costuma realizar avaliações também dos concorrentes. A inibição do ombudsman seria um indicativo das dificuldades que a imprensa brasileira tem de lidar com as críticas, especialmente quando elas circulam nos próprios meios de comunicação.

#### 11.3.4 Crítica acadêmica



O dispositivo de crítica acadêmica apresentou-se como o mais isolado nos processos em rede. Ele foi identificado em apenas um dos cinco casos que analisamos nesta pesquisa (Caso 3) e ainda assim sem circulação nos demais dispositivos.

Apresentamos um percurso histórico da crítica de mídia no Brasil que inclui iniciativas promovidas pela Academia. Como nossa análise aqui foi realizada a partir dos casos, o que podemos perceber é a dificuldade do trabalho realizado pelas universidades e redes de pesquisa em circular de forma mais abrangente.

Considerando que essa crítica aparece em um dos casos, mas sem circular de forma relevante, temos poucos elementos para avaliar seu funcionamento em rede e sua interação com os demais dispositivos. Optamos, então, por questionar os entrevistados sobre a presença dessa crítica em seu trabalho.

Paula Cesarino Costa citou o Observatório da Imprensa como um lugar importante de crítica ao jornalismo. Por outro lado, a ombudsman da Folha de S. Paulo afirmou que a crítica acadêmica não tem incidência em sua rotina, na qual aparecem mais o comentário social crítico e a crítica polêmico-profissional eventual.

Maurício Stycer, que é mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e já foi professor de Jornalismo em diferentes universidades paulistas<sup>104</sup>, também afirmou ter pouco contato com a crítica acadêmica. Por fim, fez um diagnóstico das causas dessa baixa penetração.

Acompanho pouco essa crítica. Tem uma dificuldade que é de raízes profundas na comunicação entre o jornalismo e a pesquisa em comunicação. Dificuldade de comunicação entre esses dois polos. De um lado tem um certo ressentimento do mundo acadêmico pelo fato de que o jornalismo tem esse poder de reconhecimento de dizer quem pode e que não pode falar do mundo acadêmico, de dar voz. Por outro lado, o mundo acadêmico não faz muita questão de traduzir o seu discurso para o universo do jornalismo, é um pouco arrogante (STYCER, 2019).

Ainda na fala do crítico do Uol aparece outro sintoma para a baixa relação da crítica acadêmica com o restante do sistema. Ao afirmar que

---

<sup>104</sup> Disponível em: <<http://www.mauriciostycer.com.br/sobre>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

acompanha pouco (ou não acompanha) da crítica acadêmica, o crítico profissional afirmou que tem a sensação de que também não é acompanhado.

Nesse contexto, o isolamento da academia pode ser entendido como de dupla via. A sociedade não recebe essa crítica – ou recebe pouco – e também o meio acadêmico se abre pouco ao diálogo com outros dispositivos.

#### 11.3.5 Crítica profissional

Dos cinco dispositivos de crítica identificados nos cinco casos que analisamos, a crítica profissional é o que tem menos participantes, mas, ao contrário da crítica acadêmica, circula em outros dispositivos. O único crítico profissional identificado foi Maurício Stycer, do portal Uol. Exatamente por isso optamos por entrevistá-lo na busca por entender sua atuação.

No caso envolvendo o Jornal Nacional, o terceiro analisado, Stycer tem um papel importante na construção social da crítica. Sua atuação, no entanto, é um exemplo de como a crítica da prática jornalística se confunde com a crítica do entretenimento.

Jornalista com passagens por jornais e revistas como O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Lance, Época, Carta Capital e na própria Folha de S. Paulo, Stycer se identifica como crítico televisivo. Suas colunas misturam críticas ao telejornalismo com avaliações de programas como o Big Brother Brasil (BBB), séries e novelas.

O próprio Stycer, logo no início de nossa entrevista, afirma não se identificar como crítico de jornalismo.

Antes de mais nada, eu não me considero um crítico de mídia. Eu me considero um crítico de televisão. Eu também trato de jornalismo em televisão, mas eu não saio do universo da televisão na minha crítica. Eu não falo sobre o que sai em jornal, o que sai em revista, o que é publicado na internet. Isso de alguma forma talvez limite o meu lugar nesse sistema. Eu sou um crítico de televisão que também comenta sobre jornalismo. A mídia, o comentário sobre mídia, sobre o jornalismo, é um pedaço menor do meu trabalho (STYCER, 2019).

Essa atuação multifacetada gera uma dispersão de sua atividade crítica, se avaliada considerando-o um crítico das práticas jornalísticas. Como já referimos, em nossas pesquisas não encontramos na mídia brasileira a figura

do crítico profissional, que seja reconhecido como crítico e que tenha a possibilidade de frequentar espaços dentro da própria mídia.

Analisando o blog mantido pelo jornalista no portal Uol é possível perceber que as avaliações sobre as práticas jornalísticas ocupam um lugar secundário. Stycer afirma que as análises em torno do jornalismo poderiam ter mais espaço em seu trabalho, e atribui seu olhar mais voltado ao entretenimento a uma inibição pessoal em falar sobre o trabalho de colegas jornalistas. “Eu mesmo me inibo por uma questão difícil de dizer. Tem algumas razões objetivas, mas também tem algumas razões que são subjetivas, que é o constrangimento de falar sobre colegas jornalistas” (STYCER, 2019).

A entrevista que realizamos com Maurício Stycer nos ajuda a perceber fragilidades do sistema do crítico do jornalismo no Brasil e limitações de outros dispositivos que identificamos nesta pesquisa. Ao refletir os motivos pelos quais avalia pouco os produtos jornalísticos, o crítico profissional afirma que há, entre os jornalistas brasileiros, pouca aceitação da crítica. Isso faz com que os críticos tenham receio em avaliar o trabalho dos colegas.

Isso pode ser visto claramente no caso 1, quando Ali Kamel faz questionamentos éticos a Marcelo Coelho pelo fato de o jornalista ter criticado uma cobertura da Globo. Sua posição de enfrentamento e acusação mostra um profissional pouco aberto a questionamentos do trabalho de sua equipe.

Para Stycer, dois fatores ajudam a diminuir a existência de uma crítica profissional que circule nas principais redações brasileiras. O primeiro fator seria o tamanho do mercado, concentrado em poucas empresas e com poucas opções de emprego para os profissionais. O segundo fator seria a inexistência de uma cultura crítica estabelecida.

Eu não deveria me inibir. Se ao menos fosse considerado natural no Brasil jornalistas fazerem críticas sobre jornalismo e jornalistas, como é em alguns países... Nos Estados Unidos, que eu acompanho muito a produção de conteúdo e de crítica, eu vejo isso muito mais natural. Ainda que também tenha cuidados. A cobertura da comunicação como negócio, se você acompanhar lá, é muito intensa. Qualquer movimentação, compra, venda de ativos ligados ao jornalismo, é noticiada com destaque. Erros e acertos do jornalismo são muito difundidos. Nas próprias emissoras de televisão, nos canais a cabo, é uma questão importante. A CNN tem um programa de mídia semanal. Tem vários outros programas da CNN para comentar sobre mídia, tudo o que diz respeito à mídia é muito discutido lá (STYCER, 2019).

A não existência dessas bases seria fator determinante para a pouca quantidade de crítica ao jornalismo circulando dentro das redações. Por outro lado, no caso em que o crítico aparece de forma mais destacada (caso 3), a coluna de Maurício Stycer circulou intensamente entre a crítica polêmico-profissional eventual e no comentário social.

Ainda em sua reflexão sobre sua baixa atividade na crítica específica das práticas jornalísticas, Stycer afirma que todas as vezes em que produziu esse tipo de conteúdo a repercussão foi alta. Em sua avaliação, a sociedade brasileira tem muito interesse em discutir jornalismo, em debater o que é produzido nas redações.

A partir da entrevista, e do que coletamos no caso 3, vemos uma crítica profissional incipiente, mas com alta potencialidade de expandir-se. Considerando-se que a sociedade quer discutir jornalismo, e a partir das possibilidades abertas pela popularização da internet, uma crítica profissional teria público e condições de manter-se. Nesse momento, no entanto, esse dispositivo ainda é pouco desenvolvido no contexto brasileiro.

### 13 ESTRATÉGIAS E AÇÕES CRÍTICAS

A crítica ao jornalismo acompanha a prática desde que ela passou a ocupar um lugar central da esfera pública (MAROCCO, 2016). Como vimos ainda no segundo capítulo, o jornalismo assumiu um papel de mediação em uma sociedade que discutia publicamente seus assuntos de interesse (HABERMAS, 1984). Enquanto mediador, coube historicamente ao jornalismo amplificar as vozes que considerava socialmente mais importantes.

Esse protagonismo o colocou em uma posição na qual ele passa a ser criticado. A evolução dessa crítica é demarcada pela própria evolução das relações e práticas desenvolvidas pela sociedade. A emergência da revolução tecnológica das últimas três décadas reposicionou esses processos sociais de forma geral, gerando uma sociedade que se articula a partir da lógica de rede (CASTELLS, 1999).

Essa pesquisa não é, nem se pretende ser, um ponto de chegada na avaliação dos mecanismos de crítica das práticas jornalísticas engendrados pela sociedade. Ela é, antes de mais nada, o retrato de um momento específico que mapeou processos que se conectavam gerando uma construção crítica em rede.

Nesse momento é importante pensarmos no percurso que o processo de pesquisa percorreu desde 2015. As mudanças de enfoque que realizamos são sintoma importante do funcionamento desse sistema crítico.

Nosso projeto inicial, ainda no ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos, era perceber a construção do que aqui passamos a chamar de comentário crítico. O foco era apenas nas manifestações realizadas em sites de redes sociais por parte dos participantes sem relação direta com as práticas jornalísticas.

Naquele momento entendíamos essa como a principal manifestação de crítica. Aquela que tinha a potencialidade de alterar práticas nas redações em função do potencial de reverberação em rede dessas manifestações.

A realidade, o empírico, nos forçou a uma mudança de olhar. Desde os primeiros casos mapeados – e muitos deles sequer entraram neste texto final – ficou claro que a crítica mobilizada pela sociedade se utilizava de outros aportes críticos oriundos de outros lugares.

Esses lugares, por sua vez, também interagiam com outras práticas críticas em um fluxo no qual era difícil separar as diferentes práticas críticas. Assim, nos pareceu mais produtivo deixar de analisar isoladamente os comentários sociais e buscar identificar esses lugares de crítica, perceber seus pontos de contato, e analisar como a sociedade construía sua crítica.

Há mais de uma década, Braga (2006) conceituou a ideia de um sistema de respostas da sociedade aos produtos da mídia. Não se tratava, então, apenas de manifestações direcionadas especificamente ao jornalismo, mas de ações sobre a mídia de forma mais abrangente. Naquele momento ele percebia um componente crítico nessas respostas, ainda que possivelmente o sistema crítico brasileiro fosse superficialmente desenvolvido.

Passamos a adotar então essa perspectiva sistêmica na análise das manifestações da sociedade sobre o jornalismo. Essa mudança de olhar gerou um duplo movimento. Primeiro, uma reelaboração metodológica e de projeto que nos fez ampliar nosso enfoque. O segundo movimento foi a elaboração do conceito de *construção social da crítica das práticas jornalísticas*.

Passamos a perceber a crítica ao jornalismo como resultado desses fluxos críticos oriundos de diferentes lugares. Esses lugares, por sua vez, passamos a analisar como dispositivos complexos, elaborados e constantemente reelaborados pelos participantes desses processos.

Como assinalado por Braga (2006), as dinâmicas de resposta da sociedade para a mídia incluem manifestações múltiplas, que diferem da atividade crítica. O autor lembra que “a preferência pelos ângulos críticos não exclui a presença de outros ângulos no mesmo dispositivo” (2006, p. 312).

Complementamos afirmando que a lógica inversa também é verdadeira. Dispositivos que não têm na vocação crítica sua principal forma de interação com o jornalismo eventualmente também se dedicam à avaliação dos produtos jornalísticos. Uma crítica ocasional que se soma a outras manifestações mais, ou até mesmo menos, institucionalizadas e constantes.

Em nossa análise, nos restringimos às manifestações que de alguma forma tensionavam a prática jornalística a partir de uma manifestação crítica. Vimos no interior dos dispositivos observados outras práticas e ações que guardam alguma relação com a mídia, mas que não tinham em si o sentido de crítica, avaliação do jornalismo.

Aqui não temos pensado como crítica a elaboração de uma análise profunda dos produtos do jornalismo. Entendemos como crítica as manifestações que faziam alguma avaliação de produtos específicos das redações, ainda que com profundidades e pertinências distintas.

Não parece haver, nos participantes observados, uma preocupação com a formação de um pensamento crítico amplo sobre as práticas jornalísticas. A grande empreitada kantiana, citada por Foucault (1995), não é um elemento desse sistema crítico. Ele tem baixa epistemologização, pensa pouco em si enquanto sistema crítico.

Essa construção coletiva da crítica é menos intencional do que o que podemos observar nas dinâmicas no interior dos dispositivos. Incluídos em um mesmo processo crítico, os participantes percebem-se em sua multiplicidade e utilizam o fator quantidade como estratégia de atuação. Já o funcionamento coletivo entre os diferentes dispositivos parece menos intencional e resultado do próprio processo constitutivo de cada dispositivo.

Assim, na construção dos dispositivos, apesar das dinâmicas difusas e das características diversas dos participantes, transparece um processo mais consciente. Os participantes, no caso daqueles dispositivos com uma quantidade maior de participantes, interagem entre si e fazem circular as impressões.

Para entender as estratégias mobilizadas pela sociedade na construção de sua crítica às práticas jornalísticas tivemos que entender as estratégias engendradas em cada dispositivo. Por isso o deslocamento que realizamos ao longo da pesquisa, deixando de observar um dispositivo apenas e passando a mapear e observar outros.

A noção de dispositivo foi fundamental na organização da pesquisa e na forma como passamos a entender a formação dessa crítica social. Metodologicamente, pensar cada vertente crítica como dispositivo nos ajudou no direcionamento da observação.

O conceito de dispositivo, como visto em Foucault (1980, 1987), Agamben (2009), Deleuze (1990, 1996) e em Braga (2006, 2011, 2017) traz consigo bases importantes para observar as dinâmicas que constituem essa crítica. Vimos como os participantes engendram no interior de cada dispositivo

matrizes de atuação que passam a ser replicadas e atualizadas nas práticas críticas.

As matrizes geradas não possuem institucionalização definida, nem um manual de como fazer essa crítica. Os participantes fazem e veem fazer. Se organizam e se reorganizam pela necessidade do dispositivo e se articulam com outros dispositivos a partir da vontade de questionar o jornalismo e reverberar nas redes.

Percebemos nessas ações, ao longo dos quatro anos de pesquisa, continuidade e repetição. Isso demonstra que os diversos participantes percebem o que funciona e se utilizam dessa experiência coletiva como matriz de atuação. Os participantes possuem certo grau de autonomia, dependendo do dispositivo, dentro da estrutura, mas acabam por replicar práticas.

Podemos entender, então, que essas matrizes são constitutivas dessas críticas. Elas moldam a ação dos participantes. Paradoxalmente, elas são engendradas e constantemente reconfiguradas pelos próprios participantes em um processo contínuo e que possivelmente será diferente em um futuro próximo.

Essas matrizes de atuação trazem consigo uma historicidade que não pode ser ignorada. Tanto a história dos meios na sociedade, quanto a história pessoal dos participantes e sua relação com esses próprios meios.

Decorre desse caráter histórico dos participantes, e conseqüentemente dos próprios dispositivos, a necessidade de entender essas relações. Fizemos isso especialmente no capítulo 3, partindo do conceito habermasiano de esfera pública (1984) e pensando o caminho histórico percorrido pelas sociedades na formação e funcionamento do debate público.

Esses contextos históricos, no entanto, são pensados em todas as bases teóricas da pesquisa. Aparecem na evolução da internet e suas conseqüências para a crítica do jornalismo, no levantamento teórico sobre crítica, e mais especificamente, na busca que fazemos por traçar uma historicidade da crítica de mídia no Brasil. Mesmo na conceituação em torno da ideia de dispositivo, retomamos o conceito em Foucault para, em seguida, trazer aportes de autores que buscam no filósofo francês bases para o pensamento em torno de sua formação e desenvolvimento.



Dessa mesma forma, não podemos separar os indivíduos de sua história e formação pessoal na hora de analisar suas interações críticas com as práticas jornalísticas. Por isso, não adotamos a prática, que vimos nas redações ainda durante a pesquisa de Mestrado (COELHO, 2017), de deixar de lado comentários críticos que trazem consigo um posicionamento ideologicamente claro.

Em todas as dinâmicas com a mídia os participantes trazem consigo interesses particulares. As tendências políticas estão ligadas a esses interesses e não tornam os comentários desses participantes mais ou menos pertinentes. O mesmo vale para manifestações de grupos sociais com agendas específicas como militantes de causas ligadas às minorias ou religiosos conservadores. Cada grupo, a partir de suas convicções e interesses, traz para o debate público suas visões de mundo.

Assim, quando vimos o comentário social crítico altamente polarizado politicamente, como observamos nesses quatro anos de pesquisa, não ignoramos sua polarização. Avaliamos que as brechas no discurso jornalístico percebidas por atores polarizados não devem ser ignoradas.

O mesmo vale para o dispositivo que temos chamado de crítica polêmico-profissional eventual. Maurício Stycer (2019) vê nele doses de certa mágoa, desses jornalistas com os grandes meios. A história desses participantes, construída majoritariamente dentro das principais redações do país, é um elemento central na elaboração e reverberação desse dispositivo.

Como temos avaliado, esses indivíduos se valem de sua ligação histórica com os grandes meios para construir uma credibilidade online que os permita ganhar certa notoriedade em um contexto de multiplicação de vozes. Sua história de serviços prestados a grandes empresas jornalísticas dá a eles, de um lado, conhecimento, e de outro, uma certa legitimidade em rede para criticar essas mesmas corporações.

Entendemos então esse contexto histórico particular como a base da principal estratégia do comentário polêmico-profissional. Os participantes se valem desse conhecimento e reconhecimento adquirido nas grandes redações e o utilizam como forma de legitimar e amplificar sua crítica.

Outra característica que poderia ser vista como negativa do comentário polêmico-profissional, mas que é estrategicamente apropriada por ele para

ganhar em legitimidade e reverberação nas redes é, justamente, as ligações ideológicas que muitos desses participantes têm. No debate em rede, o fato de esses jornalistas terem se identificado com algum lado do espectro político não enfraquece sua crítica ao jornalismo. Pelo contrário. Quem partilha dessa visão ideológica vê nesse profissional alguém que conhece as práticas de forma aprofundada, construiu uma trajetória de credibilidade, e agora empresta esse nome e essa credibilidade à sua causa.

Essa legitimidade é reconhecida socialmente. Ela faz circular esse comentário crítico que, por fim, acaba por ser reutilizado por outros dispositivos. Percebemos uma atenção particular da ombudsman a essas críticas. Também o comentário social crítico percebe nesse dispositivo uma credibilidade e legitimidade que o ajuda a embasar sua própria crítica. Em todos os casos que analisamos, textos produzidos por esses jornalistas são apropriados nos sites de redes sociais em uma circulação crítica disseminada.

Essa é uma estratégia importante do comentário social crítico, por sua vez. A busca por dispositivos de crítica polêmico profissional como base para o seu comentário. Isso acontece não apenas com a crítica produzida por esses sites e blogs independentes. Essa operação se repete na interação com a ombudsman, no caso da Folha, e pode ser observada também nas interações com a crítica profissional.

Também a crítica polêmico-profissional se apropria desses outros dispositivos. Em relação ao comentário social crítico, os blogs e sites independentes buscam essas críticas como forma de ressaltar o quanto esses possíveis erros do jornalismo estão repercutindo socialmente.

Percebemos que a capacidade de multiplicação e reverberação do comentário social é a sua principal característica e é aquela que o torna relevante dentro do sistema. A grande quantidade de vozes interagindo, especialmente, a partir dos sites de redes sociais, torna essa forma de crítica importante dentro do ambiente crítico.

Assim, a estratégia do comentário social crítico vai em duas direções. Primeiro na busca por outros dispositivos como forma de legitimação de sua crítica. Essa busca é normalmente direcionada a dispositivos de crítica polêmico-profissional. A intenção desses participantes é, apresentando um profissional que diz algo que ele pensa, mostrar como sua fala é pertinente.

A segunda estratégia passa pela ampliação exponencial do número de vozes criticando determinada cobertura. Os participantes se utilizam de diferentes mecanismos para atrair mais críticos, seja utilizando uma *hashtag* específica, seja marcando amigos e conhecidos em determinada publicação para que eles vejam o que está sendo dito.

Exatamente por esse volume de vozes críticas, os outros dispositivos estão atentos ao que dizem esses participantes. Nas entrevistas que realizamos, tanto a ombudsman quanto o crítico profissional afirmam monitorar as redes em busca dos casos que mais reverberam no comentário social.

Os casos analisados mostram que também o comentário polêmico-profissional eventual ausculta os sites de redes sociais em busca de bases para a sua crítica. Não é incomum que esses sites e blogs independentes transcrevam os comentários críticos, como forma de mostrar a insatisfação da sociedade com alguma cobertura específica.

Observamos, então, que a principal estratégia de protagonismo crítico do comentário social é a sua consciente capacidade de reverberação a partir da quantidade expressiva de vozes críticas. Entendemos que, nesses processos em rede, a sociedade percebe que sua força está muito mais ligada à quantidade de críticas que ela mobiliza do que na qualidade de suas análises.

A qualidade e profundidade dessa crítica não parece ser uma preocupação especial do comentário social. Não raro, ele se manifesta a partir de textos rasos, curtos, ou mesmo a partir de apenas um emoji repetido várias vezes. Uma mostra clara que a quantidade de comentários é considerada mais importante do que a construção de uma crítica aprofundada dessas práticas jornalísticas.

Essa baixa preocupação com a pertinência dessa crítica, e a construção textual pobre desse comentário, são aspectos limitadores desses dispositivos. Importante, ele tem alcançado certo protagonismo no sistema crítico, mas, como sinaliza Stycer (2019) na entrevista que nos concedeu, ele demonstra pouco conhecimento das rotinas do jornalismo.

O pouco conhecimento sobre as práticas jornalísticas percebido no comentário social é um sintoma do quanto a chamada educação para a mídia é

inexistente no Brasil. De forma geral, a sociedade brasileira carece de discussões sobre a mídia e sobre o jornalismo de maneira específica.

Uma situação que é, ao mesmo tempo, resultado e característica constitutiva do sistema crítico brasileiro. A sociedade analisa de forma superficial a sua mídia porque historicamente analisamos pouco a nossa mídia. Considerando que esse sistema tem ganhado força nos últimos anos, é possível que tenhamos uma realidade diferente nas próximas décadas no que diz respeito ao comentário social.

Também para a crítica polêmico-profissional eventual o cuidado com a construção de um conhecimento crítico aprofundando não parece ser uma preocupação. Ainda que tenhamos observado análises bem construídas e pertinentes, parte dos textos oriundos desses sites e blogs analisavam de forma superficial as coberturas jornalísticas.

Esse dispositivo, em alguns casos, no entanto, demonstra mais preocupação com a pertinência de sua crítica na comparação com o comentário social. Não raro, esses jornalistas utilizam seu conhecimento técnico das práticas para investigar dados e confrontar as reportagens, como no segundo caso que apresentamos.

Essa utilização da técnica jornalística, e do próprio conhecimento em torno do funcionamento de uma redação, são outra estratégia importante desse dispositivo e ajudam a dar a ele legitimação a certo protagonismo em alguns dos casos que analisamos.

Podemos ligar essa crítica polêmico-profissional eventual às primeiras manifestações de crítica das práticas jornalísticas com maior grau de circulação. Quando citamos Karl Kraus como importante nome da crítica da imprensa historicamente, temos um jornalista, fora das grandes redações, que constrói, de dentro do próprio campo jornalístico, uma crítica contundente às práticas.

Mesmo remontando esse dispositivo a práticas disseminadas há mais de um século, é inegável que atualmente ele se reconfigurou a partir da revolução tecnológica. A popularização dos blogs, que vimos no capítulo 5, é um momento fundamental para que essa crítica crescesse em quantidade e reverberação. Essa reconfiguração do dispositivo deu a ele uma capacidade exponencialmente maior de circulação na sociedade.

Já o comentário social crítico, outro dispositivo que discutimos de forma mais aprofundada até aqui, também traz consigo um percurso histórico longo. De forma geral, a sociedade tem falado sobre sua mídia de que os meios assumiram protagonismo na esfera pública. O que mudou, no entanto, foi a facilidade de circulação desse comentário a partir da popularização da internet e, especialmente, dos sites de redes sociais.

Os outros três dispositivos que identificamos têm funcionamentos mais institucionalizados. O ombudsman de imprensa começou a ser implantado ainda na década de 1960<sup>105</sup>. Como vimos, no Brasil os principais veículos de imprensa não aderiram à ideia de manter um ombudsman, com exceção da Folha de S. Paulo.

O formato de trabalho do ombudsman é definido em contrato com a publicação. Isso torna esse um dispositivo com matrizes de atuação mais definidas e em boa medida definitivas. Ainda assim, cada profissional que ocupa a função dá a esse dispositivo características particulares. A institucionalização da função, seu lugar definido dentro da estrutura da empresa, dão legitimidade e certo protagonismo a esse dispositivo.

Como observamos nos casos analisados e na entrevista que realizamos com Paula Cesarino Costa, com o alto grau de reverberação dos outros dispositivos críticos o ombudsman passa a direcionar seu olhar para essas críticas que circulam na sociedade. O profissional, que historicamente analisava a própria publicação e se preocupava em acolher apenas as manifestações dos assinantes do jornal, passa a conviver com a multiplicidade de vozes que ganham espaço e atenção na internet. Não há como ignorar essas vozes.

Vemos, nos casos envolvendo a Folha de S. Paulo, como a ombudsman acompanha outros dispositivos e passa a ser, de alguma forma, influenciada por eles. Também os demais dispositivos buscam na ombudsman avaliações de casos polêmicos e fazem circular a sua crítica.

Em um ambiente crítico de múltiplas vozes a ombudsman altera sua forma de agir. Se antes selecionava reportagens a partir de suas análises e

---

<sup>105</sup> Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/ed672-ombudsman-sua-origem/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

respondia apenas aos e-mails dos leitores, agora ela se abre aos fluxos de outros dispositivos. É uma forma de manter-se relevante dentro do sistema, para além das limitações que o seu lugar de crítica institucional lhe impõe.

Conhecendo a realidade do mercado, e o histórico dos colegas de profissão, a ombudsman parece dar mais atenção a alguns participantes da crítica polêmico-profissional eventual. Em relação ao comentário social ela ainda parece se abrir mais àqueles enviados por e-mail ao setor, mas mantém atenção aos sites de redes sociais.

No fluxo da construção social da crítica das práticas jornalísticas vemos como, apesar de pouco desenvolvida, a crítica profissional é considerada pelos demais participantes. Maurício Stycer tem boa reverberação em outros dispositivos. Ele próprio afirma que há uma demanda da sociedade para que ele analise mais produtos jornalísticos.

Suas limitações dizem muito sobre o sistema crítico brasileiro. Jornalistas têm receio de criticar colegas e empresas de mídia. O mercado concentrado, a baixa cultura crítica e o aparente ressentimento que a crítica gera são fatores inibidores desse dispositivo de crítica profissional.

A crítica profissional, objetiva e bem construída, tem muito espaço de crescimento dentro desse sistema crítico. Há interesse e demanda da sociedade por esse tipo de serviço. Existem canais de baixo custo de produção e circulação a partir da internet. Para além de empresas como o Uol, parece ser possível manter canais de crítica profissional independentes para essa crítica eventual que observamos.

Por fim, há o isolamento da crítica acadêmica a ser analisado. Como ressaltamos, vimos esse isolamento nos cinco casos que observamos. É possível que algumas das manifestações de crítica acadêmica estejam conseguindo reverberar na sociedade, mas não foi isso que observamos.

Maurício Stycer (2019) vê um isolamento em dupla via. A crítica acadêmica não estaria sendo acompanhada pelos demais dispositivos e, ao mesmo tempo, também não estaria se abrindo a essas manifestações. É uma possibilidade.

Outra possibilidade é pensarmos que a Academia esteja buscando mais um conhecimento sobre do que uma crítica pontual, como a que estamos analisando aqui. Seriam então objetos e interesses distintos. No entanto,

percebido o interesse da sociedade em discutir seu jornalismo, há um espaço nessa construção que pode e deve ser ocupado de forma mais incisiva pelo saber escolado.

Trata-se, portanto, de fazer a crítica acadêmica avançar nas interações com os demais dispositivos. Ver para fazer-se vista nesses ambientes digitais. Buscar ela própria o contato para democratizar-se. Mais do que nunca, a sociedade precisa desse conhecimento teórico oriundo das nossas escolas de jornalismo.

Todos esses dispositivos que temos analisado, buscando suas estratégias de atuação, foram e são cotidianamente atravessados pelas tecnologias. Seus usos e avanços em boa medida reconfiguram as ações dos participantes e, conseqüentemente, os próprios dispositivos.

Perceber as potencialidades tecnológicas é fundamental para entender o momento atual da construção da crítica das práticas jornalísticas. Os ambientes digitais favorecem as conexões em grupos e redes, fazendo circular entre os participantes os fluxos dessas críticas constituintes dessa construção coletiva.

Considerando os cinco dispositivos mapeados nos casos em análise podemos resumir suas estratégias – mesmo que acionadas de formas distintas nos diferentes dispositivos – a partir das seguintes ações de seus participantes:

- a) Multiplicidade: ampliar o número de vozes críticas é uma estratégia constante desses dispositivos de crítica do jornalismo. Isso fica mais evidente no comentário social crítico, que usa seu funcionamento em massa como forma de reverberar a fazer-se ouvir.
- b) Referenciação: os participantes buscam a referência da crítica desenvolvida em outros dispositivos como forma de legitimar ou dar força ao seu comentário. Todos os dispositivos referenciam-se mutuamente com maior ou menor grau de abertura ao que é dito nos demais dispositivos. Essa busca decorre da necessidade de dar multiplicidade a essa crítica (nosso item a), mas também de dar alguma base externa a esse comentário. A forma de citar a crítica oriunda de outro dispositivo vai depender do dispositivo no qual o participante está inserido.

- c) Recirculação: os participantes buscam constantemente recircular as críticas a partir de algum fato novo surgido. Esse fato pode estar ligado diretamente à redação (uma nova reportagem sobre o tema), ou ao próprio sistema crítico (uma coluna da ombudsman, por exemplo).
- d) Tecnologia: todos os dispositivos críticos fazem uso intensivo da tecnologia como forma de potencializar sua presença crítica e sua visibilidade junto à produção jornalística.

Pensando a prática crítica, percebemos algumas ações que constantemente se repetem nos diferentes dispositivos. Abaixo listamos algumas delas:

- a) Comparação: os participantes críticos comparam a cobertura criticada com a cobertura realizada por outros meios brasileiros, como forma de demonstrar possíveis lacunas.
- b) Imprensa internacional: percebemos que a imprensa estrangeira também é utilizada como contraponto, por parte dos participantes, às construções de realidade oriundas da mídia brasileira.
- c) Investigação: especialmente no dispositivo polêmico-profissional há uma crítica que busca dados, levanta situações e investiga os fatos narrados pelo jornalismo.
- d) Ações de reverberação: criação de hashtags, marcações de outros atores. Formas de incluir um número maior de participantes no processo crítico e de fazê-la circular.

Uma das ações que poderíamos incluir é a caracterização das reportagens sob o título de *fake news*. Esse é um fenômeno que surgiu em nossa análise nos últimos períodos da pesquisa, e está especialmente presente no caso 5 envolvendo o então candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro.

Essas manifestações, no entanto, parecem intencionalmente não diferenciar o que seria uma matéria questionável, ou com problemas de apuração ou escrita, de um conteúdo produzido com a intenção de enganar e



sem nenhum compromisso com a apuração. Por isso, incluímos essas manifestações como ataques, e não como crítica ao jornalismo.

Nesse mesmo contexto, incluímos manifestações do que tem se chamado de pós-verdade. O termo foi escolhido como a palavra do ano em 2016 pela Oxford Dictionaries, departamento da Universidade de Oxford responsável pela elaboração de dicionários.

Além de eleger o termo, a instituição definiu o que seria a pós-verdade: um substantivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”<sup>106</sup>.

Em parte das manifestações que percebemos em rede, os participantes contrapõem suas visões de mundo como realidade factual que deveria ser assumida pelo jornalismo. Assim, criticam os meios por não aderir a essas visões.

Entendemos a pós-verdade como negação completa do jornalismo. A pós-verdade se orienta por um tipo de “verdade” particular baseada em uma crença pessoal que tem pouca ou nenhuma relação com os fatos objetivos. Sua penetração no tecido social se dá também pelo vazio de credibilidade deixado pelo jornalismo. Ela tem tido a capacidade de alterar dinâmicas na esfera pública, rivalizando com o jornalismo. Mais do que isso, observamos durante a pesquisa o uso da pós-verdade como um dos mecanismos utilizados para questionar o jornalismo.

Mesmo com esse uso, separamos essas ações daquelas que entendemos como crítica, mas não podemos ignorar de todo esse contexto. A proliferação da pós-verdade, os ataques orquestrados que buscam atribuir ao jornalismo a ideia de que as redações criam notícias deliberadamente falsas são ataques ao jornalismo. Não buscam uma eventual melhora dos produtos jornalísticos, nem mesmo debatem as construções do jornalismo, apenas buscam minar sua credibilidade e importância na esfera pública.

Essas situações específicas, por outro lado, nos ajudam a perceber o quão complexo é o debate sobre o jornalismo que permeia as redes. Mais do que isso, nos fazem perceber que entender as dinâmicas críticas inclui

---

<sup>106</sup> Disponível em <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>. Acesso em 15 fev. 2019.

perceber a existência de atores que antes de conviver e discutir o jornalismo querem diminuir seu papel mediador.

Como vimos nesta pesquisa, no entanto, há uma sociedade interessada em jornalismo, em entender as práticas, em fiscalizar sua atuação. Há um debate intenso, constante, e que cresce no fluxo das redes. Cabe à prática jornalística perceber a importância desse debate e contribuir com ele, dizer de seus processos internos e integrar esse debate.

Para a Academia é importante entender esse fenômeno, na busca por formar profissionais que entendam a crítica como parte integrante de sua rotina profissional. Aos estudiosos do tema cabe, ainda, abrir-se ao contato com as redações na busca por contribuir com o entendimento da crítica de suas práticas.

Temos aqui uma análise que mapeou alguns dos dispositivos e processos críticos em rede. Temos certeza de que esses não são os únicos dispositivos e processos existentes. Há espaço para novas análises e aprofundamento dos entendimentos das dinâmicas constituintes de cada dispositivo. O que esperamos é ter contribuído um pouco para o entendimento do funcionamento desse sistema. Esperamos agora que os estudos em torno da crítica das práticas jornalísticas continuem trazendo contribuições para o entendimento desse fenômeno em constante atualização.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AQUINO BITTENCOURT, M.C. Convergência Midiática: a problematização do conceito no âmbito da comunicação digital. **Opinio** (ULBRA), v. 1, p. 3-16, 2010.

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, ed. 20, p.34-40, dez. 2008.

ALVES, Marcelo. Abordagem da coleta de dados em mídias sociais. In: SILVA, Tarcísio; STABILE, Max (Orgs). **Monitoramento em Pesquisa em Mídias Sociais**. São Paulo: Uva Limão, 2016.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARABÁSI, Alber-László. **Linked**: a nova ciência dos networks, como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências. Barueri (SP): Leopardo Editora, 2009.

BARTHES, Roland. **Crítica e Verdade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **"Extimidade"**: o fim da intimidade. Instituto Humanitas Unisinos, 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/42263-extimidade-o-fim-da-intimidade>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BAVARESCO, Agemir. **Epistemologia das Redes Sociais, Opinião Pública e Teoria da Agenda**. XVII Congresso da Sociedade Interamericana de Filosofia - Cadernos da SIF 2013. Bahia, 2013. Disponível em: <<https://philarchive.org/archive/MENACF>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks**: How Social Production Transforms Markets and Freedom. New Haven: Yale University Press, 2006.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José (org.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

BERNERS LEE, Tim. **Weaving the web**. San Francisco: Harper, 1999.

BERTRAND, Claude-Jean. **O Arsenal da Democracia**. São Paulo: EDUSC, 2002.

BITTENCOURT, Wania Celia; SILVA, Gislene. Apontamentos históricos sobre crítica de mídia noticiosa. **Novos Olhares**, volume 4, n 2, p. 6-18, fevereiro, 2015.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v.13, n.1, 2007. p.210-230. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRAGA, Eduardo Cardoso. A interatividade e a construção do sentido no ciberespaço. In: LEÃO, Lúcia (Org.). **O chip e o caleidoscópio: reflexões sobre as novas mídias**. São Paulo: Editora SENAC, 2005. p. 124-131.

BRAGA, José Luis. **A sociedade enfrenta a sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. O sistema social crítico interpretativo. In: PRADO, José Luiz Aidar (org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002, p. 27-43.

\_\_\_\_\_. O Senso Comum e a Comunicação. **2 Seminário QuintaEssencial Pensadores em Comunicação**. São Paulo: Casper Líbero, 2016.

\_\_\_\_\_. Dispositivos interacionais. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Compós, 2011. Disponível em: <[www.compos.org.br](http://www.compos.org.br)>. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. et al . **Matrizes Interacionais - a comunicação constrói a sociedade**. 1. ed. Campina Grande: EDUEPB - Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2017. v. 1. 449p.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia** 2012, 19 (Setembro-Dezembro). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551012006>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

BRUNO, Fernanda. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. In: **Revista Fronteira**, São Leopoldo/RS, v. VIII, p. 152-159, 2006

BRUNS, Axel. Making Sense of Society Through Social Media. **Social Media + Society**, 2015. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305115578679>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Blogs, Wikipedia, Second Life, and beyond: from production to produsage.** New York: Peter Lang Publishing, 2008.

BRUNS, Axel; HIGHFIELD, Tim. Is Habermas on Twitter? Social media and the public sphere. In: BRUNS, Axel; ENLI, Gunn; SKOGERBØ, Eli; LARSSON, Anders Olof; CHRISTENSEN, Christian (Eds.) **The Routledge Companion to Social Media and Politics.** Routledge, New York, pp. 56-73.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 22. São Paulo, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAPRINO, Mônica Pegurer; ROSSETTI, Regina; GOULART, Elias. Comunicação e Sociedade: faces e interfaces inovadoras. In: CAPRINO, Mônica Pegurer (Org.). **Comunicação e inovação: reflexões contemporâneas.** São Paulo: Paulus, 2008. p. 83-110.

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze. **Cadernos IHU ideias.** Ano XII – No 214 – V. 12 – 2014.

CHRISTOFOLETTI, R.; DAMAS, S. H. Media watchers: a profile of press criticism in Latin America. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 11-28, jun. 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério (org). **Vitrine e vidraça: crítica de mídia e qualidade no jornalismo.** Livros LabCom, 2010.

\_\_\_\_\_. A prática dos observadores na internet. **Observatório da Imprensa**, 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-pratica-dos-observadores-na-internet/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; LAUX, Ana Paula França. Confiabilidade, credibilidade e reputação: no jornalismo e na blogosfera. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação São Paulo**, v.31, n.1, p. 29-49, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/194>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

COELHO, Alisson. **Jornalismo, Sociedade e Crítica – Potencialidades e Transformações.** Florianópolis: Insular, 2017.

COSTA, Caio Tulio. **O relógio de Pascal.** A experiência do primeiro ombudsman da imprensa brasileira. São Paulo: Siciliano, 1991.

COSTA, Paula Cesarino. A Folha errou e persistiu no erro. **Folha de S. Paulo**, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2016/07/1794799-a-folha-errou-e-persistiu-no-erro.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida ao autor em 27 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_. O sigilo da fonte e a fonte do sigilo. **Folha de S. Paulo**, 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2017/05/1888056-o-sigilo-da-fonte-e-a-fonte-do-sigilo.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Visto, (não) lido e encaminhado. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/10/visto-nao-lido-e-encaminhado.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. O presidente contra a imprensa. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/11/o-presidente-contra-a-imprensa.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Perguntar não ofende. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/11/perguntar-nao-ofende.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Caixa dois não tem recibo. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/11/caixa-dois-nao-tem-recibo.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Paris: Minuit, 1986.

\_\_\_\_\_. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Vega – Passagens, 1996.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

DIJCK, José van. **Culture of connectivity: a critical history of social media**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

DINES, Alberto. 85 anos de crítica de mídia. **Observatório da Imprensa**, 2002. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/85-anos-de-crtica-da-mdia-2/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ECO, Umberto. Redes sociais deram voz a legião de imbecis, diz Umberto Eco. **Portal Terra**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto->

eco,6fc187c948a383255d784b70cab16129m6t0RCRD.html>. Acesso em: 27 fev. 2019.

EGYPTO, Luiz; MALIN, Mauro. Um observatório, mais observatórios. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs). **Observatórios de mídia: Olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 173-183.

FAUSTO NETO, Antônio. A circulação além das bordas. In: **Mediatización, Sociedad y Sentido**. Diálogos Brasil y Argentina. Rosário: UNR, 2010.

FERRANDO, M. G.; SANMARTÍN, R. La observación científica y la obtención de datos sociológicos. In: FERRANDO, M. G.; IBÁÑEZ, J.; ALVIRA, F. (comps). **El análisis de la realidad social: métodos e técnicas de investigación social**. Madrid: Alianza, 1986.

FERREIRA, Rui Fernando da Rocha. **Jornalismo e redes sociais: novas formas de distribuição e interação na imprensa portuguesa**. Dissertação de Mestrado, Universidade Beira Interior, Covilhã, 2012.

FOLETTTO, Leonardo. Blogosfera X Campo Jornalístico: aproximação e consequências. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (orgs). **Blogs.Com: estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. Crítica e Aufklärung ["Qu'est-ce que la Critique"]. Tradução de Jorge Dávila. **Revista de Filosofia-UFAPE**, 8, 1995.

\_\_\_\_\_. The confession of the flesh. Entrevista. In: \_\_\_\_\_. **Power/Knowledge selected interviews and other writings**. U.S.A., Ed. Colin Gordon, p. 194-228, 1980.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**. Vol. I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **1 Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: A história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FRIEDLAND, L.; HOVE, T.; ROJAS, H. The Networked Public Sphere. **Javnost - The Public**, Journal of the European Institute for Communication and Culture, Volume 13, 2006 - Issue 4.

GENTILLI, Victor. Chamamento às escolas de jornalismo: criemos juntos a Rede Nacional de Observatórios da Imprensa. **Observatório da Imprensa**,

1998. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/chamamento-s-escolasde-jornalismo-criemosjuntos-a-rede-nacional-deobservatrios-da-imprensa/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

GOMES, Pedro Gilberto. Da sociedade dos mídias à sociedade em midiatização. **IHU On-line**, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, edição 357, 2011. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/3769-pedro-gilberto-gomes-4>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del periodismo**: como se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Between Facts and Norms**. Contribution to a Discourse Theory of Law and Democracy. Translated by William Regh. Cambridge: MIT Press, 1996.

HEINRICH, A. **Networked Journalism**. Londres: Routledge, 2011.

HENRIQUES, Vanessa. Depoimento [set.2016]. Entrevista concedida a Diônatas Alisson Coelho. São Paulo.

HJARVARD, Stig. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural, **Revista Matrizes**, São Paulo: ECA/USP, vol. 8, nº 1, pp. 21-44, jan./jun. 2014.

JAWSNICKER Claudia. Cadernos de Jornalismo e Comunicação: iniciativa precursora de media criticism no Brasil. **Revista Alceu**. Rio de Janeiro, v.8, n.16, p. 150-158, jan./jun. 2008. Disponível em: <[http://publique.rdc.pucrio.br/revistaalceu/media/alceu\\_n16\\_Jawsnicker.pdf](http://publique.rdc.pucrio.br/revistaalceu/media/alceu_n16_Jawsnicker.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2017.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Cultura da Conexão**: criando valor e significado por meio de mídia propagável. São Paulo; Aleph, 2014.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. Cultura da convergência: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação. São Paulo: Aleph, 2008.

KAUFFMAN, S. **At home in the universe**: the search for laws of selforganization and complexity. New York and Oxford: Oxford University Press, 1995.

KIKUTI, Andressa. Greve geral e cobertura midiática: sobre falar das árvores e não abordar a floresta. **Objethos**, 2017. Disponível em: <<https://objethos.wordpress.com/2017/05/01/greve-geral-e-cobertura-midiatica/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.



KOZINETS, Robert V. On netnography: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture. **Advances in Consumer Research** Volume 25. Evanston, Illinois, 1997.

LEMOS, André. Prefácio. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (orgs). **Blogs.Com: estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1958.

LÉVY, Pierre. A mutação inacabada da esfera pública. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

LOURES, Ângela da Costa Cruz. Pequena história da crítica de mídia no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs). **Observatórios de mídia: Olhares da cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. p. 157-172.

MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, v, 9, n, 18, p. 248-285, jul./dez., 2007.

MAIA, Marta R. A regra da transparência como elemento democratizador no processo da produção jornalística. **Brazilian Journalism Research**. v. 1, n. 1, 2008, p. 132-152.

MAIER, Daniel; WALDHERR, Annie; MILTNER, Peter; JÄHNICHEN, Patrick; PFETSCH, Barbara. Exploring Issues in a Networked Public Sphere. **Social Science Computer Review**, 36(1), 3–20. 2017.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: Senac, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: PRADO, José Luiz Aida (org.). **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002, p.14-26.

MAROCCO, Beatriz. **Crítica das práticas jornalísticas**, um pequeno inventário. In: Anais do 14º Encontro Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). 2016.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Entrevista na teoria e na prática jornalística**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

\_\_\_\_\_. **Ações de resistência no jornalismo**. “Livro de repórter”. Florianópolis, SC: Insular, 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MELO, J. M. Apresentação. In: DINES, A. **O papel do jornal**: uma releitura. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

MOLINA, Matías. **Os melhores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. São Paulo: Globo, 2007.

MORIN, Edgar. **Sociología**. Madri: Tecnos, 1995.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia. Da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs). **Observatórios de mídia**: Olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008. p. 19-39.

NEVEU, Eric. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola. 2006

OLIVEIRA, Felipe Moura de; HENN, Ronaldo Cesar. Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. **Revista FAMECOS** (Online), v. 22, p. 20560, 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/20560>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0 - Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. O'Reilly Publishing, 2005.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. [S.l.]: Zahar, 2012.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo** – teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. Existe cultura de crítica na mídia? In: DALMONTE, Edson (Org). **Teoria e prática da crítica midiática**. Salvador: EDUFBA, 2013.

PELLEJERO, Eduardo. **A Postulação da Realidade** (Filosofia, Literatura Política). Tradução do espanhol: Susana Guerra. Portugal: Vendaval, 2009.

PERLATTO, F. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 121-145, 2015.

POPPER, Karl. A lógica e a evolução da teoria científica. In: **A vida é aprendizagem** – epistemologia evolutiva e sociedade aberta. Edições 70, Lisboa, 2001, p. 17-34.

PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo. Webjornalismo Participativo e a Produção Aberta de Notícias. **Contracampo**, Rio de Janeiro, UFF, v. 14, p. 37-56, 2006.

RAMONET, Ignacio. **La explosión del periodismo**. Madrid: Clave Intelectual, 2012.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informações e Jornalismo: elementos para discussão. 2009. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/profile/Raquel\\_Recuero2/publication/267789183\\_Red\\_Sociais\\_na\\_Internet\\_Difuso\\_de\\_Informao\\_e\\_Jornalismo\\_Elementos\\_para\\_discusso/links/00b7d52b16abba517b000000.pdf](http://www.researchgate.net/profile/Raquel_Recuero2/publication/267789183_Red_Sociais_na_Internet_Difuso_de_Informao_e_Jornalismo_Elementos_para_discusso/links/00b7d52b16abba517b000000.pdf)>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Conversação em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Questão Comunicacional e Formas de Sociabilidade. Lisboa: Presença, 1990.

ROSEN, Jay. Para que serve o jornalismo? **Columbia Journalism Review**. Março, 2013.

\_\_\_\_\_. Bloggers vs. Journalists is Over. Pressthink, 2005. Disponível em [http://archive.pressthink.org/2005/01/21/berk\\_essay.html](http://archive.pressthink.org/2005/01/21/berk_essay.html). Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

ROSS, Edward. A supressão das notícias importantes. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo** – teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. Lisboa: Gradiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Gislene, SOARES, Rosana de Lima. Para pensar a crítica de mídias. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, 2013.

\_\_\_\_\_. Lugares da crítica na cultura midiática. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, v.13, n.37, 2016.

SANTAELLA, Lucia. Intersubjetividade nas redes digitais. Repercussões na educação. In: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SANTOS, Emanuella; NICOLAU, Marcos. Web do futuro: a cibercultura e os caminhos trilhados rumo a uma Web semântica ou Web 3.0. **Revista Temática**, Paraíba, ano VIII, n. 10, outubro de 2012. Disponível em: <[http://www.insite.pro.br/2012/Outubro/web\\_semantica\\_futuro.pdf](http://www.insite.pro.br/2012/Outubro/web_semantica_futuro.pdf)>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VIDAL BENEYTO, José. El espacio publico de referencia dominante. In: IMBERT, Gérard; VIDAL BENEYTO, José (coord.). **El País o la referencia dominante**. Barcelona: Editorial Mitre, 1986. p. 17-24.

WATTS, Duncan J. **Six Degrees**. The Science of a Connected Age. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

ZAGO, Gabriela. Circulação jornalística potencializada: o Twitter como espaço para filtro e comentário de notícias por interagentes. In: C&S – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 249-271, jul./dez. 2012. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/viewFile/2619/3142>>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2019.

ZANINI, Débora. Etnografia em mídias sociais. In: SILVA, Tarcísio; STABILE, Max (Orgs). **Monitoramento em Pesquisa em Mídias Sociais**. São Paulo: Uva Limão, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

## ANEXO A – ENTREVISTA COM MAURÍCIO STYCKER

### Que análise você faz da crítica de mídia no Brasil?

Antes de mais nada, eu não me considero um crítico de mídia. Eu me considero um crítico de televisão. Eu também trato de jornalismo em televisão, mas eu não saio do universo da televisão na minha crítica. Eu não falo sobre o que sai em jornal, o que sai em revista, o que é publicado na internet. Isso de alguma forma talvez limite o meu lugar nesse sistema. Eu sou um crítico de televisão que também comenta sobre jornalismo.

Em segundo lugar, a mídia, o comentário sobre mídia, sobre o jornalismo, é um pedaço menor do meu trabalho. Ocupa um espaço menor até do que eu acho que poderia ocupar por uma auto-inibição minha. Eu mesmo me inibo por uma questão difícil de dizer. Tem algumas razões objetivas, mas também tem algumas razões que são subjetivas, que é o constrangimento de falar sobre colegas jornalistas.

Eu trabalho em uma empresa. Sou crítico do Uol desde 2010. Esse é o meu décimo ano na função. O Uol pertence ao mesmo grupo no qual está a Folha, que produz um jornal. Toda crítica que eu faço ao jornalismo de televisão, eu me limito ao jornalismo de televisão, mas mesmo assim eu sei que eu estou abrindo um flanco para que questionassem por que eu não falo sobre o jornal, já que ambos produzem jornalismo. Óbvio que há uma especificidade em cada tipo de mídia, e por isso eu me sinto à vontade, e quando eu falo o faço com bastante segurança, o que eu acho sobre o jornalismo de televisão. Mas eu sei que eu estou sempre abrindo flanco para alguém me perguntar, “ah, porque você não fala...”, quando eu comento um caso específico de cobertura, estou abrindo um flanco para alguém falar, “ah, porque você não fala como a Folha cobriu tal negócio?”. “Porque você não fala sobre como o próprio Uol cobriu tal negócio?”.

Eu sempre tenho uma resposta. Eu não sou crítico de internet, nem crítico de mídia impressa. Eu sou crítico de televisão. Mas é evidente que isso é um fator inibidor. Eu to dentro desse sistema. Por outro lado, e avançando em uma questão que você ainda não me perguntou, eu não deveria me inibir. Se fosse considerado natural no Brasil jornalistas fazerem críticas sobre jornalismo e

jornalistas, como é em alguns países. Estados Unidos, que eu acompanho muito a produção de conteúdo e de crítica, eu vejo isso muito mais natural. Ainda que também tenha cuidados. A cobertura da comunicação como negócio, se você acompanhar lá, é muito intensa. Qualquer movimentação, compra, venda de ativos ligados ao jornalismo, é noticiada com destaque. Erros e acertos do jornalismo são muito difundidos. Nas próprias emissoras de televisão, nos canais a cabo, é uma questão importante. A CNN tem um programa de mídia semanal. Tem vários outros programas da CNN para comentar sobre mídia, tudo o que diz respeito à mídia é muito discutido lá. Então tem um lado que não tem uma razão objetiva para entender porque no Brasil não se discute tanto mídia. Porque eu me sinto inibido para falar sobre esse assunto? Não tem uma explicação muito objetiva. Uma, como eu arrisquei para você antes da nossa entrevista, talvez seja o tamanho do nosso mercado. Ele é menor. Temos poucos jornais, poucas emissoras de TV, poucos canais de comunicação. É um mercado menor do que o que se tem nos Estados Unidos. Isso talvez iniba, todo mundo se conhece mais...

**Apesar disso vemos um movimento de jornalista que deixam as grandes redações, migram para um lugar mais independente, e que acabam produzindo alguma crítica.**

Sim, produzem uma crítica que às vezes é dura até.

**Você acompanha essas críticas? Esses comentários acabam tendo relação com o seu trabalho?**

Eu leio bastante comentários desses sites independentes, mas eu tenho a impressão, mais do que um viés ideológico, tem um viés pessoal na crítica. Meio que em um tom que a crítica escapa da objetividade e resvala em um ressentimento. Questões que não são estritamente profissionais.

Eu acho bom que exista esse tipo de crítica, válido e importante. Ela aumenta o concerto de vozes sobre esse assunto. Agora, o fato de serem veículos que não estão vinculados a nenhum grupo, serem independentes, dá, de fato, mais liberdade a quem escreve. Talvez seja um canal para que isso se torne mais

profissional, mais corriqueiro. Mas precisa depurar um pouco esse tom por vezes ressentido e às vezes muito ideológico. O texto traz visões a prioriísticas.

**E em relação ao público de forma mais ampla, como o contato dele interage com o seu trabalho?**

Sobre isso antes eu gostaria de dizer uma coisa sobre a qual eu tenho pensado demais. Sobre essa questão. Eu estou em redes sociais desde 2008 no Twitter, desde 2012 no Facebook. Interajo demais, gosto demais, uso muito como pauta, como termômetro das coisas que eu estou escrevendo, como troca de ideias, eu aprendo muito. Percebo, desde o início, que as redes sociais intensificaram o comentário sobre mídia. As pessoas gostam de falar sobre mídia, de comentar sobre mídia.

Nos últimos anos eu comecei a me dar conta, e em 2018 a coisa atingiu um paroxismo, que esse interesse intenso de fato, falta ao leitor, espectador, tuiteiro, facebookeiro, essa pessoa que gosta de falar, um conhecimento maior sobre como é feito o jornalismo. Hoje é uma tarefa enorme, nossa como jornalistas, ser o mais transparente possível sobre como a gente trabalha. Como fazemos.

Essa semana eu comentei sobre um comentário que o Otávio Guedes da Globo News fez em resposta a uma acusação do Flávio Bolsonaro na qual o Flávio Bolsonaro mostrou no SBT duas fotos do Otávio Guedes almoçando com o procurador geral do Ministério Público. E ao o Otávio Guedes, na Globo News, explicou o trabalho dele, como ele age. E aí eu resolvi publicar para tentar meio que mostrar para as pessoas um pouco da natureza do trabalho.

Sou muito favorável, acho muito interessante, ter essa visão que vem de fora sobre o nosso trabalho. Acho muito legal, gosto de ouvir como as pessoas pensam, como elas enxergam o meu trabalho, mas sinto com frequência as pessoas não entendem como esse trabalho é feito. As questões levantadas, algumas vezes mostram que as vezes há um desconhecimento do trabalho, da feitura do trabalho.

Há um desconhecimento, dificuldade de entender o que é opinião e o que é informação. É culpa nossa também se não conseguimos deixar isso muito claro. Explica que uma coisa é informação e outra opinião de forma clara. Isso

é uma coisa que tenho pensado e falado. Tenho procurado no meu trabalho ser mais didático sobre como ele é feito. Quando eu posso... Para tentar diminuir essa confusão que acontece por falta de conhecimento. Nem é ideológico.

**Um dos casos que analisamos é aquele envolvendo a Greve Geral, e vimos pessoas usando o seu texto como base para sua crítica. Você observa esse movimento nas redes?**

Observo e isso me faz redobrar o cuidado. Também é uma explica sobre o porquê eu escrevo menos sobre jornalismo do que sobre dramaturgia, sobre humor, sobre outros aspectos da televisão. É mais fácil de ser apropriado por agentes que têm interesses políticos nas discussões. Por isso eu tenho um cuidado muito maior e tento realmente só entrar em assuntos espinhosos quando está muito claro para mim que não vai ter bola dividida, que eu não estou deixando nenhuma aresta. Esse caso da greve geral é bastante eloquente, não tem como questionar.

**Como você seleciona os temas que irá tratar?**

É múltiplo. As vezes tenho que buscar dicas, o que as pessoas estão falando, alguém que disse algo, alguém que me manda diretamente “você viu não sei o que”, eu recebo muita sugestão o tempo todo. Normalmente é mais de erro, de gafe, menos tema para eu discutir, refletir, mas isso tem também.

**Você disse que acaba priorizando o entretenimento televisivo na sua crítica. Essa crítica chama mais a atenção do público?**

Não, eu não vejo assim. Eu percebo que há muito interesse sobre o jornalismo. Não é por falta de interesse, de audiência. Não posso culpar isso. As pessoas querem discutir jornalismo, eu vejo isso. Mesmo que seja a partir de premissas erradas, preconceitos. Agora tem esse sentimento meio que insuflado de globalixo, um sentimento anti-globo um tanto insuflado, não acho que seja orgânico, mas tem repercussão, aumenta a discussão em torno de televisão.



Tenho escrito bastante, não fazendo uma crítica, mas apenas descrevendo, a relação do Bolsonaro com as emissoras de televisão. Mas só descrevendo e isso já ajuda muito o leitor a entender.

**É possível perceber isso. É mais mapeamento do que opinião.**

E nem precisa, isso é o mais interessante. Não precisa. As pessoas estão entendendo. Só fazendo a descrição. Nem estou precisando, só a descrição das situações, entrevistas. Descrevo a preferência, numérica. Há um mês eu fiz um levantamento de quantas entrevistas o presidente deu para as emissoras. Só essa descrição fala sozinha.

**Há, historicamente, por parte de alguns agentes políticos, um posicionamento de oposição ao jornalismo. De alguma forma a crítica pode servir para que o jornalismo perca credibilidade?**

Acho que, no caso do Bolsonaro, ele está reproduzindo um modelo que foi testado pelo Trump nos Estados Unidos. É muito parecida essa relação, esse enxergar parte da mídia não como crítico, mas como inimigo. Essa mudança de patamar é muito ruim. Por outro lado, isso estimula quem está nesse campo de batalha. Enxerga que o seu trabalho tem uma função importante. E me parece que parte do público também enxerga mais claramente isso.

Tem uma parte muito engajada, muito a favor de determinada posição, que perde de vista e começa a repetir esse discurso de fake news, foice de São Paulo. É cômico mesmo chama a Folha de foice de São Paulo, é ignorar a história do jornal, a Globolixo e essa coisa. Mas isso por outro lado reforça os vínculos dessa mídia com leitores que conservam um espírito crítico aguçado, mesmo críticos aos veículos eles entendem que é uma mídia que merece respeito, consideração, que não fake news.

É uma desqualificação tão básica você chamar de fake news que não existe tanto esforço da mídia em mostrar que isso é um xingamento, não é uma crítica. Não é um debate. Acho preocupante que uma parcela dos leitores, espectadores, das pessoas que consomem mídia embarquem nisso. Acho preocupante, mas enquanto tivermos um contingente que não caíam nessa

conversa acho que tudo bem. É o nosso trabalho. Isso reforça a minha posição de que temos de ser mais didáticos, ensinar mais, explicar mais como fazemos o nosso trabalho. Isso reforça a importância de tentarmos sermos mais claros com as pessoas que embarcam contra a mídia nesse discurso.

**Em relação à crítica acadêmica. Qual a sua opinião sobre a nossa crítica acadêmica?**

Acompanho pouco. Tem uma dificuldade que é de raízes profundas na comunicação entre o jornalismo e a pesquisa em comunicação. Dificuldade de comunicação entre esses dois polos. Quando fiz minha pesquisa de mestrado sobre a história do jornal Lance, eu optei por fazer na Sociologia e não na Comunicação lá na USP.

Erick Neveau tenta explicar um pouco as razões que separam esses dois mundos. De um lado tem um certo ressentimento do mundo acadêmico pelo fato de que o jornalismo tem esse poder de reconhecimento de dizer quem pode e que não pode falar do mundo acadêmico, de dar voz. Por outro lado, o mundo acadêmico não faz muita questão de traduzir o seu discurso para o universo do jornalismo, é um pouco arrogante. Enfim, existe uma dificuldade, uma falta de comunicação.

Não acompanho muito e tenho a sensação de que não sou acompanhado, tem um pouco isso.

**Em relação ao caso da Greve Geral, o te chamou a atenção?**

Eu me espantei com o fato de não ter sido noticiado nada. Nesse caso tem um questionamento a esse meu texto, não sei se chegou a ser publicado, oficialmente, mas depois eu vi jornalistas falando sobre isso, que a TV normalmente não antecipa noticiário sobre greve.

O que eu discuti é que era uma coisa muito grande, não são todos os dias que se tem uma greve geral. Quando tem greve de ônibus, no dia seguinte, o noticiário sempre avisa. A Globo avisa. Várias vezes eu vi isso.

Não lembro como surgiu essa minha reflexão, mas foi um caso em que fiquei, não abalado, mas fiquei chateado porque chateou o pessoal da Globo. E teve

muito uso político aquele meu texto, o que é ruim. Mas isso é inevitável, mas constrange um pouco. Mesmo eu sabendo que escapa a mim, sabendo que eu estou fazendo uma crítica objetiva, eu senti falta, era algo grave, uma greve geral não acontecia há muitos anos no Brasil, nenhuma menção na televisão. Não lembro como surgiu esse caso. Pode ser que eu tenha começado a ver as reclamações, mas não tenho certeza. Muita gente reclamando nas redes sociais, porque foi desde cedo, não saiu nos telejornais do dia e concluiu com o silêncio total no Jornal Nacional.

**Acompanhando a ombudsman da Folha de S. Paulo é possível perceber múltiplas interações no trabalho dela, mas a ombudsman em si fala pouco sobre outras publicações que não a Folha. A que você, como crítico, atribui isso?**

Isso, se você for rastrear, desde o Caio Túlio, que foi o primeiro ombudsman. As poucas vezes em que o ombudsman falou sobre o trabalho dos concorrentes deu uma confusão. Já teve casos de o ombudsman citar ou comentar o Estadão, O Globo, isso cria um furdunço, sabe, uma confusão, enfim, acabe que inibe a pessoa. Ela pensa cinco vezes antes de escrever. Magoa. Não tem uma cultura sobre isso aqui, não tem mesmo. A gente é muito imaturo em relação a isso. Isso é enxergado como antiético, errado você falar do concorrente. Porque? Se você admite falar de você, você está admitindo que os outros falem de você. Deveria se abrir a esse debate, permitir que o outro fale de você. Agora lógico, ao fazer isso você vai ser criticado também. Então não tem essa cultura no Brasil e lamento por isso.

## **ANEXO B – ENTREVISTA COM A OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO, PAULA CESARINO COSTA**

### **Qual o perfil do leitor que procura o setor de ombudsman da Folha de S. Paulo?**

É um tipo de leitor que se comunica frequentemente com o jornal, seja através do Painel do Leitor, seja com o ombudsman. Ele também comenta no site do jornal.

O leitor que procura o ombudsman tem um perfil diferente da maioria que comenta nas redes sociais. O que se comunica conosco é um tipo de leitor que está há mais tempo com o jornal, tem uma relação mais fiel e faz um comentário pontual sobre uma reportagem específica. O ombudsman recebe menos mensagens do que o Painel do Leitor.

### **Você percebe esse leitor trazendo impressões de outros lugares sobre a cobertura da Folha e depois cobrando um posicionamento da ombudsman?**

Sim. Eu leio pouco os comentários em redes sociais. Isso porque os próprios leitores trazem a informação daquilo que está sendo discutido nas redes, ele inclui isso no seu texto para nós.

É um leitor que lê o jornal, circula pelo Facebook, pelo Twitter, acompanha outros blogs e sites, e depois volta ao jornal com as suas impressões. No nosso caso, do setor de ombudsman, ainda temos muito o leitor do impresso, grande parte ainda lê no papel.

### **Estamos vindo de um impeachment presidencial e o ambiente é muito polarizado. Isso se reflete no trabalho de vocês de que forma?**

Já fui secretária de redação, recebia as críticas lá antes. Hoje é diferente. Parece mais orquestrado. Um dia somos coxinhas, no outro somos petistas. Isso vindo de grandes grupos de pessoas.

Temos alguns casos em que isso foi muito forte. Quando o jornal falou sobre cultura do estupro, por exemplo. No entanto, o caso que mais repercutiu nesse ano foi sem dúvida a pesquisa realizada pelo Datafolha e noticiada pelo jornal.

**Nesse caso, especificamente, você escreveu que o jornal errou e persistiu no erro. Como isso repercutiu internamente?**

Não teve problema, não teve recado da direção. Minha posição é essa, ainda que alguns não entendam completamente. Nesses casos tudo é muito delicado, mas não posso deixar de escrever sobre um caso como esse.

Crítica não é uma coisa simples. Nessa situação eu tinha certeza da postura equivocada do jornal.

**Situações como essa geram efeitos concretos na redação.**

Sim, o resultado direto é mais cuidado. Nas próximas reportagens todos terão mais cuidado. Um volume alto de críticas, como nesse caso, traz resultados diretos.

Para a direção não houve erro. No entanto, temos muita gente discutindo isso. Então é no mínimo polêmico.

**Há resistência a admitir erros?**

Veja bem, nem sempre. Na cultura da Folha de S. Paulo isso é mais aceito. O repórter novo, que não está inserido nessa cultura ainda, tem mais dificuldade de entender que o seu trabalho vai ser criticado diariamente dentro da redação. Mas aí todos os dias ele recebe a crítica que escrevo e aí você vai criando uma rotina de crítica.

**Vocês avaliam esses comentários? Que tipo de manifestações predominam nas mensagens dos leitores?**

Avaliamos. Chega de tudo, começando pelo quase xingamento. Mas a dinâmica com o ombudsman é mais civilizada do que o que se vê nas redes.

Há o leitor obcecado com um determinado assunto. Temos o especialista que comenta sempre as reportagens sobre o assunto que domina. Isso fica bem claro nas discussões em torno da reforma da previdência. Tem aquele que elogia e o que se diz decepcionado com alguma cobertura. É bem variado.

De forma geral são pessoas que leem bastante, tem muito contato com o jornal. Muitos são frequentes nas suas mensagens, se comunicam conosco todas as semanas. Esses já conhecemos. Nossa coluna é fechada para assinantes, então de forma geral temos um público mais restrito interagindo.

**Você disse que não faz um filtro nas redes sociais, isso chega pelos próprios leitores...**

Correto.

**E em outros sites e blogs, você costuma buscar impressões sobre o jornal em outros espaços?**

Eventualmente. Isso também vem pelo leitor, de forma geral. As vezes damos uma olhada. Não temos problema com essas manifestações, pelo contrário, são válidas. O que vemos em alguns casos, no entanto, são críticas sem as informações corretas. Isso é problemático.